

Índice

Agradecimentos	pág. 2
Introdução	pág. 3
Capítulo 1 – Portugal: um país <i>in medias res</i>	pág. 9
Capítulo 2 – Um Percurso	pág. 35
Capítulo 3 – Uma Oportunidade	pág. 66
Capítulo 4 – Um Sonho	pág. 94
Capítulo 5 – Dois Caminhos, Um Destino	pág. 131
Capítulo 6 – Um Futuro	pág. 175
Capítulo 7 – Retalhos de um Mundo de Oportunidades	pág. 200
Fontes de Informação e Bibliografia	pág. 226
ANEXOS (transcrições das entrevistas realizadas)	CD-ROM

Agradecimentos

Aos meus pais, irmão, avós e restantes familiares (presentes ou, de alguma forma, “ausentes”), que são e sempre foram o meu suporte, inspiração e refúgio, apoiando-me incondicionalmente, mesmo quando eu própria não estou segura do caminho a seguir;

À minha orientadora e amiga, Professora Amélia Polónia, porque em todos os momentos, mesmo nos particularmente difíceis, e mesmo não estando fisicamente presente a tempo inteiro, foi, desde o início desta jornada, uma guia segura e um apoio constante;

Ao Professor Manuel Loff, por tudo o que me ensinou e pelo auxílio que nunca se escusou a prestar-me, apesar da sua agenda sempre mais que preenchida;

À Lisa Dequech, à Maria João Pinto e à Leonor Cunha, porque sem elas teria sido difícil chegar até aqui;

À Cindy Henriques, à Marília Cunha, à Daniela Branco, à Daniela Rodrigues, ao Diogo Silva, à Elisabete Machado, à Elisabete Silva, à Catarina Lino, à Catarina Dias, à Andreia Ramalho, à Filipa Gomes, à Yara, à Linda e à Sarah Azziz, à Joana Costa, ao Hugo Amaral, à Sílvia Barbosa, à Sílvia Covêlo e à Sílvia Simões, que me acompanharam e sustentaram durante todo o processo, acreditando em mim e nas minhas capacidades mesmo quando eu deixei de acreditar;

A todos os meus “companheiros de viagem” dos vários caminhos que tenho vindo a percorrer (Coro NSSF, MARCHA, EE, LNSF, FAS, TFFLUP, AAD, SCM, Coro Clara Luz, AJP). Amigos, companheiros de aventura, professores e colegas de trabalho, todos me ensinaram e fortaleceram de alguma forma, fornecendo-me os instrumentos necessários para manter a esperança;

À Dona Lurdes, que, numa fase de indefinição e dúvida, foi, apesar de todas as vicissitudes pessoais, sempre prestável e interessada nos meus propósitos;

À Cláudia Henriques e à Joana Aroso, companheiras voluntárias, que se prestaram, desde logo, a ajudar em tudo quanto estivesse ao seu alcance e o fizeram com o mesmo espírito de dádiva que sempre prestaram às actividades que levaram os nossos caminhos a cruzar-se; e à Professora Olívia Gomes, que, sem me conhecer, me ajudou a esclarecer tantas dúvidas que, a manter-se, não me teriam permitido levar o meu trabalho a bom porto;

À Mafalda Silva, minha “mentora” e amiga na UHSA, sempre disponível e paciente; e à restante equipa da JRS – Portugal com quem contactei - Dra. Ana Varela e Dr. André Jorge - por terem apoiado o meu projecto, permitindo que a investigação fosse avante;

A todos e cada um dos imigrantes, em situação irregular ou não, cujas histórias cruzaram o meu caminho ao longo de toda uma existência, muito especialmente àqueles que me concederam o privilégio de comigo as partilharem de forma tão generosa e sincera. É a eles, mais do que a qualquer outra pessoa, que se deve e a quem dedico este trabalho;

À mão divina que acompanhou cada instante desta construção, guiando-me incessantemente por sendas direitas rumo ao propósito que, a seu tempo, se foi fazendo claro.

Introdução

Enquanto aluna do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, sempre me pareceu difícil a tarefa de abranger áreas tão vastas do conhecimento – História, Relações Internacionais e Cooperação - num só trabalho de investigação.

No ano europeu de luta contra a pobreza e exclusão social (2010), altura em que o projecto da presente dissertação foi elaborado, pareceu-me ter pertinência acrescida uma análise das realidades que estão por trás de factos por demasiadas vezes tomados como dados adquiridos.

Acreditando que todo e qualquer indivíduo tem direito a ser ouvido e tendo contactado de bem perto com as ânsias e mágoas de muitos imigrantes detidos por se encontrarem em situação irregular no nosso país, concluí que uma investigação que desse voz às histórias que muitas vezes explicam os factos que levam alguém a arriscar a prisão num país estranho seria tão pertinente do ponto de vista científico, quanto necessária do ponto de vista político-social.

Num momento de crise, em que a procura de bodes expiatórios para os problemas nacionais cria vulnerabilidades acrescidas àqueles que não têm no território de acolhimento a sua pátria de origem, afigurou-se-me importante dar a quem por norma não a tem uma oportunidade de contar a sua história, explicar as suas razões, fazer sentir os seus medos e dificuldades.

Através da recolha de entrevistas a imigrantes detidos na Unidade Habitacional de Santo António, no Porto, da qual tinha já um conhecimento privilegiado dado o trabalho voluntário que aí desenvolvi, procurei, então, reunir um conjunto de histórias de vida que permitissem ilustrar as diversas realidades que levam um ser humano a abandonar tudo quanto conhece rumo ao desconhecido, pondo em risco um dos bens mais valorizados pela humanidade: a liberdade.

Além de perceber as razões que levam alguns a partir em situação irregular, pretendeu-se também entender todo o processo que conduz à irregularidade cidadãos que começaram a sua estadia no nosso país em situação regular, através de uma análise pormenorizada do contexto internacional que dita as regras da regularização do estatuto do migrante em território nacional e dos procedimentos internos que permitem torná-la efectiva.

O objectivo geral da investigação visa diagnosticar causas e compreender os percursos de vida de imigrantes em situação irregular em Portugal. Em particular pretende-se dar rosto e voz às razões que levam centenas de pessoas a optar por uma solução que tem tudo para, mais cedo ou mais tarde, desembocar num novo problema, perceber os percursos que levam esses

imigrantes a entrar irregularmente no nosso país e o processo que leva alguns deles a entrar nele de forma regular e a cair, posteriormente, na irregularidade. Através dos casos daqueles que acabam detidos na UHSA, e dos seus relatos na primeira pessoa, pretendeu-se registar as visões pessoais e vividas dos problemas que os afectam e das condicionantes que resultam na “opção” por um atalho arriscado, realçando as diferentes visões, proporcionadas por contextos culturais diversos, face às mesmas realidades, e perceber os contextos (históricos, migratórios e legais) que condicionaram os seus movimentos.

Enquanto área científica de um campo ainda mais abrangente, o das Ciências Humanas, a investigação no campo das Relações Internacionais oferece ao investigador um variado leque de recursos que lhe permite abarcar uma grande diversidade, por natureza, já alargada do conhecimento. Em Ciências Humanas, e nomeadamente em História, privilegia-se tradicionalmente o conhecimento empírico do documento escrito, tido por uma vasta historiografia positivista como “infalível”. Actualmente, no entanto, admite-se que a História baseada em testemunhos escritos tem tanto de falível e subjectivo como a História Oral, sendo que esta última apresenta ainda uma vantagem metodológica: o facto de, ao contrário do que acontece com o documento escrito, ser possível questionar a “testemunha” acerca das suas razões, das suas motivações, e, ainda, “conferir” a autenticidade dos factos relatados com o narrador e com as fontes escritas disponíveis.¹

A História Oral, que independentemente do que quer que seja, é também, em primeiro lugar, História, afirmar-se-ia como a História dos “esquecidos”, dos desfavorecidos, daqueles que ninguém se dava ao trabalho de ouvir porque representavam o “banal”, o “corriqueiro”, o “desinteressante”.² A História de Vida, recolhida através do método de entrevista, e privilegiada também pela Sociologia, foi ganhando então terreno, beneficiando das vantagens da evolução da tecnologia na procura do seu objectivo maior: a percepção das perspectivas, das visões pessoais, dos valores subjacentes às acções diárias, muitas vezes extraordinárias, que constituem o dia-a-dia e, no final das contas, constroem a nossa História.

Trata-se de uma perspectiva humana, real, prática, que permite compreender trajectórias, identificar vivências e aprender com as experiências de quem as viveu, na primeira pessoa, sem a distância e a frieza dos números que não têm história, nem rosto, nem sentimentos, nem vida...

¹ in YOW, Valerie Raleigh. *Recording Oral History: a practical guide for social scientists*. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1994, p.10

² in POIRIER, Jean; VALLADON, Simone Clapier; RAYBAUT, Paul. *Histórias de vida: teoria e prática*. trad. João Quintela. 2ª ed. Oeiras: Celta Editora, 1999, p.12

Este tipo de abordagem, ainda que o senso comum aponte nesse sentido, não é exclusivo da Psicologia, aliás, muito mais a utilizam a Sociologia ou a Antropologia, Ciências igualmente Humanas, que têm em comum com as restantes da mesma área a busca da compreensão de contextos e não apenas de factos.³

Por isso considere não poder haver melhor método para chegar aos objectivos que me propus alcançar. Porque é com **histórias vivas** que se tocam corações. É com **corações despertados** que se mudam opiniões. É com **opiniões acesas** que se constroem acções e é só com **acções** que se conquistam **vitórias**. Portugal, cuja Constituição reconhece, logo no seu artigo primeiro, como “uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”⁴, é internacionalmente apontado como berço de boas práticas no que ao tratamento de migrantes se refere. No entanto, muito há ainda a fazer no domínio que nos propomos estudar.

Para além desta dimensão social, interventiva até, inerente à produção de um conhecimento informado, o recurso à história oral, às histórias de vida, revela-se de igual modo nuclear para a compreensão, tão objectiva quanto possível, da realidade envolvente. Porque tantos actos são accionados por motivações, receios, sentimentos, convicções, por elementos imateriais e intangíveis que as estatísticas e os relatórios oficiais não revelam, procurei tentar identificar algumas dessas alavancas da acção histórica nas histórias de vida dos seus protagonistas.

As entrevistas foram elaboradas de acordo com preceitos sociológicos adequados, procurando abranger as diferentes fases do percurso dos entrevistados. Nesta fase, os manuais sobre as práticas de recolha de História Oral nas Ciências Sociais foram guias essenciais⁵ e a orientação de docentes do curso fundamental.

Após aprovação por parte do Serviço Jesuíta aos Refugiados – instituição que trabalha na UHSA em parceria com o SEF, através da qual cheguei ao contacto com os imigrantes – do guião elaborado e dos propósitos de investigação apresentados, definiram-se os meses de Março a Maio como período de recolha das entrevistas *in loco*.

A escolha dos entrevistados foi realizada de forma arbitrária, de acordo com a disponibilidade e vontade dos utentes. Sendo que, de entre os cerca de 20 imigrantes presentes

³ in ATKINSON, Robert. *The life story interview*. Sage University Papers on Qualitative Research Methods, Vol. 44. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1998

⁴ in “*Constituição da República Portuguesa*” Almedina: Coimbra, 2007, p.8

⁵ ATKINSON, Robert. *The life story interview*. Sage University Papers on Qualitative Research Methods, Vol. 44. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1998 ; POIRIER, Jean; VALLADON, Simone Clapier; RAYBAUT, Paul. *Histórias de vida: teoria e prática*. trad. João Quintela. 2ª ed. Oeiras: Celta Editora, 1999; YOW, Valerie Raleigh. *Recording Oral History: a practical guide for social scientists*. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1994

na Unidade em cada um dos meses referidos, parte não se exprimia em língua que permitisse uma comunicação eficiente (nomeadamente os cidadãos chineses) e outra parte se mostrava relutante em partilhar a sua história (situação perfeitamente compreensível dadas as circunstâncias), as possibilidades viram-se naturalmente reduzidas. Àqueles a quem foi possível explicar os propósitos da investigação e demonstraram vontade de participar da mesma, foram previamente apresentadas algumas questões tipo, para que pudessem familiarizar-se com as mesmas e certificar-se de que realmente estariam dispostos a responder-lhes. Todas as entrevistas foram agendadas com pelo menos um dia de antecedência, de forma a permitir ao entrevistado organizar ideias e reflectir sobre a sua decisão de as partilhar.

Antes da entrevista propriamente dita, a cada um dos utentes foi pedido que lesse com atenção o Consentimento Informado e a Afirmação de Intenção (em alguns casos tal leitura, feita em voz alta, ficou registada), tendo sido feitos, quando necessário, esclarecimentos acerca do seu conteúdo. Em todos os casos, o documento só foi assinado no final da entrevista.

Constituídas por questões abertas, portanto não directivas, as entrevistas foram conduzidas de forma informal de maneira a, numa primeira fase, proporcionar o maior conforto possível aos entrevistados e garantir a maior fidelidade possível às suas narrativas. A sequência e definição das questões a colocar foi espontânea, ainda que os objectivos a cumprir tenham sido sempre tidos em conta.

As entrevistas tiveram lugar ou no Gabinete de Apoio Psicossocial, gentilmente cedido pela representante da JRS na Unidade, ou, quando não havia disponibilidade daquele, no Gabinete Médico da mesma, locais onde a privacidade do entrevistado e a qualidade sonora da gravação podiam ser garantidas. Só uma entrevista foi realizada na sala de convívio das instalações. A excepção foi aberta a pedido da entrevistada que preferiu manter-se num local onde a filha, ainda bebé, pudesse circular à vontade.

As entrevistas foram captadas por uma câmara colocada em cima de uma mesa, com a tampa fechada, para que só o som fosse registado. O elemento audiovisual foi utilizado, unicamente, para garantir a qualidade sonora da gravação, nenhuma imagem tendo sido recolhida. Em nenhum momento a identidade dos entrevistados é posta em evidência, excepto pela sua voz e história pessoal.

Como previamente referido, todos os Consentimentos Informados foram assinados após a entrevista. Os documentos, juntamente com as gravações áudio, foram disponibilizados

à JRS – Portugal e ao Arquivo da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para efeitos de futura investigação.

Os nomes utilizados, quer nas transcrições quer na análise das entrevistas, são fictícios. À parte este pormenor, todas as informações são fiéis aos relatos dos entrevistados.

As histórias de vida recolhidas foram analisadas à luz das circunstâncias pessoais nelas expostas, dos contextos históricos que lhes dão fundamento e dos aspectos gerais da legislação e das tendências migratórias que as condicionaram. A cada história corresponde uma larga investigação acerca de vários aspectos envolvidos, capazes de contribuir para explicar as razões que lhe estão subjacentes. Cada análise é complementada com um pequeno enquadramento acerca dos contextos legais/migratórios mais pertinentes para a compreensão da história em questão.

A presente dissertação é composta por três partes complementares.

A primeira, *Portugal: Retrato de um país in medias res*, pode ser considerada como um quadro introdutório. Nela é feita uma análise do percurso de Portugal na sua relação com o fenómeno migratório, “*in medias res*” porque dividido entre a experiência, relativamente recente, como país de imigração e a realidade, constante e crescente, de um país que desde há muito tem na diáspora um elemento construtor da sua própria identidade.

Após a análise histórica, serão analisados os aspectos mais formais do tratamento dos imigrantes no nosso país. Através de uma apresentação da estrutura institucional responsável pelo mesmo; de um resumo dos aspectos mais significativos, das Leis que regulam a “entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português”⁶, bem como de uma curta análise da sua evolução mais recente, pretende-se aclarar os procedimentos legais e institucionais que conduzem às situações que serão apresentadas pelas histórias de vida, analisadas nos capítulos seguintes.

A primeira parte inclui ainda um resumo acerca de alguns aspectos referentes ao panorama migratório actual em Portugal, baseado nos dados estatísticos apresentados, ainda este ano, pelo SEF⁷, e uma pequena apresentação da UHSA. O objectivo é disponibilizar o melhor enquadramento possível para uma cabal compreensão das informações que se seguem.

A segunda parte da dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos, cada um correspondendo a uma história de vida, à excepção do quarto capítulo - *Dois Caminhos, Um Destino* – que aborda duas histórias, recolhidas em separado mas que, por aquilo que têm em

⁶ Essa análise inclui também as condições e procedimentos de concessão de asilo e protecção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de protecção subsidiária.

⁷ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. “*Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*”. Lisboa, 2011

comum, fazem mais sentido sendo analisadas em conjunto. Os restantes – *Um Percurso, Uma Oportunidade, Um Sonho e Um Futuro* – correspondem cada um a uma história singular.

Todas as histórias de vida foram analisadas como tal: histórias ao mesmo tempo únicas e universais, todas elas intemporais e dignas de atenção. A cada história corresponde, como já mencionado, uma análise das circunstâncias históricas que as envolvem e do contexto legal/migratório que as ajuda a explicar.⁸

Na terceira e última parte, *Retalhos de um Mundo de Oportunidades*, pretende-se enquadrar as histórias de vida analisadas num quadro (ainda) mais abrangente, o das normas e atitudes globais face às migrações. Em modo de conclusão, nesta que é uma perspectiva alargada do fenómeno, encontram-se várias interpretações, que partilhamos, dos aspectos que explicam as reacções internacionais ao fenómeno migratório, as posições de alguns face aos resultados práticos dessas mesmas reacções, e até mesmo algumas das causas que lhe estão subjacentes.

Aquilo que pretendo, acima de tudo, com esta investigação, é dar uma **oportunidade** às histórias desta gente, pessoas como nós que viveram em condições extraordinárias e tiveram forças extraordinárias para as enfrentar. Pessoas que merecem, antes de mais, um lugar no mundo. Um mundo que lhes fechou portas que, e de acordo com princípios globalmente aceites, nunca sequer deviam ter existido, e que importa analisar.

As pessoas que foram o motor e que deram sentido a este trabalho são apenas alguns de muitos que, sejam quem forem e de onde venham, precisam de quem os oiça e precisam que sejam muitos a ouvir aquilo que têm para dizer e **ensinar**.

É preciso que se dê voz a quem por algum motivo (ou por uma conjugação deles) a perdeu, e, de uma forma digna e, na medida do possível, útil para todos, perceber esses mesmos motivos, analisar responsabilidades e apontar soluções.

⁸ Recorri, para tanto, a relatórios de organizações nacionais (produzidos, na sua maioria, pelo Observatório da Imigração) e internacionais (nomeadamente a Organização Internacional das Migrações, PICUM - Platform for International Cooperation on Undocumented Migrants, e da JRS – Jesuit Refugee Service), a notícias e a reportagens da imprensa nacional e internacional, a estatísticas disponíveis e a uma vasta bibliografia capaz de elucidar acerca dos contextos – históricos, sociológicos, políticos e dos instrumentos legais – dos vários universos envolvidos pelas histórias de vida em análise.

Portugal: Um país *in medias res*

Antes da análise das situações específicas de diferentes actores que têm em Portugal o destino ou um dos pontos de passagem do seu percurso migratório, importa perceber o contexto por eles encontrado no nosso país, o qual de uma forma ou de outra, acaba por influenciar o desfecho (mais ou menos temporário) das suas histórias. Convém, em primeiro lugar, entender a evolução do percurso do próprio país face ao fenómeno migratório, quer em termos históricos quer legais.

Apesar de, historicamente, ter sido destino para muitos povos; a partir do século XV Portugal tornou-se, essencialmente, num país de emigração, com a “saída de elevados fluxos populacionais para África, Ásia e América”. Nos anos 60 do século passado tais fluxos reorientar-se-iam rumo à Europa e América do Norte, “como meio de superar as dificuldades políticas e económicas encontradas no país”.⁹

Após a 2ª Guerra Mundial, países como a França e a Alemanha adoptaram “políticas activas de recrutamento de mão-de-obra estrangeira tendo em vista a reconstrução e o relançamento das economias nacionais”.¹⁰ Poucados da destruição da guerra no seu território nacional, os portugueses deram uma resposta pronta a estas políticas, principalmente no que concerne à França. Muitos destes viriam a constituir a parte mais significativa da imigração irregular naquele país, um “fenómeno recorrente na história das migrações laborais tendo como destino a França a partir de 1948”.¹¹

Com uma “função específica na adaptação e reconstrução do aparelho produtivo, bem como no desenvolvimento de uma economia subterrânea”¹², nomeadamente no caso francês, a clandestinidade aparenta ser um “traço constante da emigração portuguesa”, pelo menos até ao princípio dos anos 90. Orientados, no período imediatamente subsequente à 2ª Guerra Mundial, rumo ao Brasil e países norte-americanos, os fluxos clandestinos portugueses ganhariam uma amplitude merecedora de atenção aquando da sua reorientação para a Europa,

⁹ in COSTA, Paulo Manuel. *“Políticas de Imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal”* Instituto Piaget: Lisboa, 2004, p.53

¹⁰ idem, p.13

¹¹ in RAMOS, Maria da Conceição Pereira. *“L’immigration clandestine: élément structurel du phénomène migratoire et donnée permanente du système d’emploi des pays européens »* Faculdade de Economia da Universidade do Porto in *Communication à la conférence de l’Association Européenne des Economistes du Travail*. Madrid, 1991, p.4

¹² idem, p.3

a partir de 1961, altura em que atingiram, inclusive, valores mais significativos que a emigração oficial.¹³

Nas décadas de 60 e 70, e apesar dos protestos dos empregadores portugueses, das multas aos “passadores” e da exigência de um nível mínimo de instrução para a obtenção do passaporte de emigrante, o Governo português viu-se incapaz de estancar a “hemorragia de mão-de-obra”.¹⁴ Entre aqueles que saíam clandestinamente do país (sem passaporte de emigrante) e os que entravam no país de acolhimento sem contrato de trabalho ou autorização de residência, ajudados por um traficante, com um visto de turista que acabaria por dar lugar a uma estadia permanente, ou para efectuar trabalhos sazonais que davam também lugar a permanências prolongadas, muitos foram os portugueses que aproveitaram a “atitude tacitamente permissiva do Governo francês relativamente à imigração irregular” para engrossar os números, já de si elevados, da “emigração ilegal portuguesa”. A proximidade geográfica e as medidas mais restritivas praticadas noutros países europeus (nomeadamente na Bélgica, Suíça, Inglaterra ou RFA) fariam com que a França se tornasse no destino maioritário e quase exclusivo destes fluxos clandestinos.¹⁵

Nesta altura, o governo Salazarista apresentava uma atitude punitiva relativamente ao fenómeno, marcada por medidas restritivas em que se inclui a necessidade do passaporte de emigrante, “em parte porque o direito à emigração não se encontrava contemplado na Constituição Portuguesa”. No entanto, se por um lado se apostava no combate à emigração, especialmente a clandestina, por outro, as remessas dos emigrantes eram bem-vindas e necessárias para o financiamento das guerras coloniais.¹⁶ Em 1969, uma das primeiras medidas de Marcelo Caetano seria o concedimento da amnistia a todos os que haviam emigrado clandestinamente. O objectivo terá sido o de “incentivar a emigração para as províncias ultramarinas” e “impedir a entrada de ideias liberais no país através dos emigrantes, o que poderia pôr em causa o regime ditatorial.” Em 1970 nascem o Secretariado Nacional de Emigração e a Comissão Interministerial para os Assuntos da Emigração, defendendo “a dignidade dos migrantes em termos de políticas de protecção social e integração e combate à migração clandestina.”¹⁷

Nos anos 70 o Governo português preocupar-se-ia com os emigrantes em situação irregular “negociando com o Governo francês de modo a garantir os seus direitos”, num

¹³ idem, p.7

¹⁴ idem, p.8

¹⁵ idem, pp. 7-8

¹⁶ in SANTOS, Vanda. *O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e Imigração dos anos 90 à actualidade*. Estudos Observatório da Imigração Nº8. Lisboa: ACIME, 2004, p.144

¹⁷ Idem, ibidem

atitude que “parece não corroborar com a actual atitude de Portugal em relação aos imigrantes”, dado o carácter progressivamente mais rígido da lei de imigração, imposto pela harmonização com as directivas europeias e que, depois dos anos 90, alterariam a típica visão de um país “brando em relação às leis de imigração (clandestina)”, generalizada até então.¹⁸

A revolução democratizante de 25 de Abril de 1974 e o subsequente processo de descolonização viriam a marcar o início de uma “nova fase nas imigrações em Portugal.” Ao repatriamento dos portugueses residentes nas (agora) ex-colónias somar-se-ia a transformação do país num “pólo de atracção para um largo contingente de africanos” em busca de melhores condições de vida ou fugindo à guerra civil nos países recentemente declarados independentes. As afinidades com a ex-metrópole, das quais se destacam os laços socioculturais (História e língua em comum), económicos (imigração laboral) e políticos (a permeabilidade de entrada na ex-metrópole), seriam decisivas neste processo.¹⁹

A partir do princípio dos anos 90, o número de entradas no país aumentaria significativamente, passando Portugal a integrar os países de imigração, “fenómeno que integra as novas tendências migratórias à escala mundial e que se traduz no facto de países tradicionalmente fornecedores de mão-de-obra passarem também a receber imigrantes.”²⁰ Portugal não deixou, contudo, de ser um país de emigração, sendo que, “ao longo do século XX, apenas três décadas houve em que o saldo migratório foi positivo”, correspondendo a cada uma a devida explicação conjuntural: 1930, resultado do programa de obras públicas associado à Exposição do Mundo Português, de 1940; 1970, consequência da descolonização; e 1990, repercussão do programa de obras públicas associado à EXPO’98 de Lisboa. Na verdade, em 2008, estimava-se que “por cada 15 imigrantes que chegam a Portugal, há 100 portugueses que saem para trabalhar no estrangeiro.”²¹

Até ao princípio dos anos 80, e desde 1974, “o dispositivo legal existente era casuístico e disperso, destinando-se, essencialmente, a regular a expulsão e o direito de asilo, no quadro do regime democrático implementado.” Em 1981 verificou-se a primeira sistematização legislativa respeitante à regulação da entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros de território nacional, reunindo a legislação existente sobre a matéria. Portugal

¹⁸ idem, p.145

¹⁹ *A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal*. Rede Europeia das Migrações, 2008 Disponível em: <http://www.sef.pt/documentos/56/AOrgpolAsiloImiemPortugal.pdf> (acedido a: 10/03/2011), p.16

²⁰ idem, p.15

²¹ idem, p.16

beneficiária, nesta altura, de uma conjugação de factores que criaria uma conjuntura internacional favorável a um maior equilíbrio da balança migratória nacional.²²

Nos anos 80, a maioria dos países da Europa Ocidental e do Norte estavam empenhados em impor restrições severas à migração de países terceiros. Era o caso das já referidas França e Alemanha que, no final da 2ª Grande Guerra haviam adoptado políticas de recrutamento (que se pretendia) temporário que permitisse satisfazer as necessidades de mão-de-obra tendo em vista a reconstrução nacional no pós-guerra. Acabaria por verificar-se que esses trabalhadores temporários se instalaram permanentemente, promovendo a consequente instalação da família e passando a construir com o país de acolhimento uma relação muito diferente da inicialmente prevista, criando exigências para as quais o mesmo não estava preparado. A mudança criou dificuldades aos Estados, cujas instituições, de que é exemplo pertinente o Sistema de Ensino, haviam sido “edificadas na perspectiva de uma nação homogénea de indivíduos que partilhavam uma língua e cultura comuns.”²³

Em Portugal, por outro lado, com a consolidação da democracia, a estabilidade política resultante estimularia o investimento nacional e internacional, o que, aliado à adesão à **Comunidade Económica Europeia**, em 1986, promoveria o desenvolvimento de vários sectores económicos. Além de mais intensos, os fluxos também se diversificaram, notando-se um abrandamento do ritmo da imigração proveniente das ex-colónias africanas, um crescimento da imigração indiana, chinesa e, especialmente, brasileira, e uma retoma da imigração europeia.²⁴ Os novos movimentos migratórios com destino a Portugal constituíam, assim, uma corrente em sentido inverso à emigração portuguesa: PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa) africanos, Brasil, chineses que acompanham os retornados de Macau, indianos e paquistaneses que seguem os fluxos vindos de Goa e também de Moçambique (no caso dos indianos aí residentes),²⁵ e mesmo os europeus.

Entretanto, e dadas as novas circunstâncias, a aparente apatia relativa às questões relacionadas com a imigração, também devida ao período de grandes transformações sociais, políticas e económicas que centrava a atenção nacional noutras matérias, deu lugar à adopção de um conjunto de instrumentos legais que permitiram a Portugal uma maior capacidade de intervenção em matéria de regulação dos fluxos migratórios.²⁶ As alterações aos regimes legais relativos à imigração em Portugal respondem, ainda hoje, essencialmente a duas

²² idem, p.17

²³ in “*Políticas de Imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal*”, pp.14-15

²⁴ in “*A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal*”, pp.17-18

²⁵ in “*L’immigration clandestine: élément structurel du phénomène migratoire et donnée permanente du système d’emploi des pays européens* »

²⁶ in “*Políticas de Imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal*”, pp.57-58

premissas: as alterações nos fluxos migratórios e a implementação da legislação comunitária pertinente. Nesta altura, tais princípios traduziram-se na aprovação de novos regimes legais relativos ao direito de asilo e ao estatuto do refugiado; à entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros; ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; e aos cidadãos comunitários, objecto de um regime especial de entrada, permanência e saída do país.²⁷

Assim, condicionado “pela evolução de valores sociais a tutelar neste domínio, bem como pela necessidade de transposição de normas comunitárias”, Portugal passa, em 1980, a dispor de enquadramento legislativo interno adequado que lhe permite regular os fluxos de refugiados com a adopção de uma nova lei referente ao Direito de Asilo e Estatuto do Refugiado. Em 1991, a criação do **Conselho Português para os Refugiados**, “vocacionado essencialmente para a tutela dos Refugiados”, seria um “marco na recente história do asilo em Portugal.”²⁸

Com a aprovação de um novo regime relativo à entrada e permanência de estrangeiros pretendia-se “facilitar o conhecimento da legislação através da inserção de todas as normas num só diploma”; “rever as normas desajustadas às exigências do ‘interesse nacional’ (sendo ainda aplicada a legislação do anterior regime que “obedecia a um quadro de valores completamente distinto”, incluindo restrições às saídas dos próprios portugueses); e “disciplinar as situações até então não previstas” (como a existência de autorizações de residência para permanências superiores a um ano). Neste período, a posse de “meios de subsistência suficientes” seria adoptada como condição para a admissão de estrangeiros em território nacional, uma medida justificada pela necessidade de impedir a entrada de estrangeiros que “garantem a sua sobrevivência no País recorrendo à mendicidade, à prática de actos ilícitos e à exploração da tradicional hospitalidade portuguesa.”²⁹

Com a prevista extinção da Guarda Fiscal (que viria a efectivar-se em 1993) e a reforma do antigo Serviço de Estrangeiros, o **Serviço de Estrangeiros e Fronteiras** surgiria como um “serviço civil especializado em matéria de imigração” que pudesse fornecer “os elementos indispensáveis à formulação pelo Governo das grandes linhas de actuação no domínio da imigração”, passando a ser a única entidade responsável pelo controlo das fronteiras nacionais.³⁰

O estabelecimento de um regime específico de entrada e permanência para os nacionais de outros Estados comunitários tornar-se-ia necessário com a adesão de Portugal à

²⁷ idem, pp.58-59

²⁸ in “A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal”, p.12

²⁹ in “Políticas de Imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal”, pp.59-60

³⁰ idem, pp.60-61

CEE, em “resultado do princípio de livre circulação de trabalhadores, consagrado pelo Tratado de Roma”.³¹

A obediência às disposições comunitárias relativas à livre circulação de pessoas nos países membros levaria à implementação de ainda mais novas medidas legislativas a propósito da adesão de Portugal à **Convenção de Schengen**, em vigor desde 1995. Este acordo intergovernamental, assinado em 1985 pela França, Alemanha, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, “tem como finalidade a supressão de controlos de pessoas nas fronteiras dos Estados membros da Comunidade Europeia, tendo em vista fomentar a livre circulação de pessoas.” Aplicado apenas pelos Estados subscritores,³² ao suprimir as fronteiras internas, este acordo “coloca os Estados aderentes perante uma responsabilidade acrescida pelo controlo das fronteiras externas”, dado que lhes cabe impedir a entrada de estrangeiros indocumentados que, penetrando no território de um dos países membros, poderão circular livremente pelo território dos restantes.³³

A intensificação dos fluxos de imigrantes e requerentes de asilo que viam Portugal como “um local onde poderiam desfrutar de melhores condições de vida” ou então como uma “porta de entrada nos outros países europeus”, faria com que a taxa de crescimento dos fluxos migratórios seguisse uma tendência positiva que, até há bem pouco tempo, se manteve. No entanto, tal tendência sofreria uma quebra, reflexo do endurecimento da política de imigração, depois da aprovação de um novo regime de regulação de entrada, permanência e saída de estrangeiros, em 1993.³⁴ Era assim estabelecida uma maior restrição às entradas regulares no país, ao mesmo tempo que se procedia à aplicação das disposições comunitárias, estabelecendo uma uniformização dos vistos, com a introdução dos vistos de curta duração, trânsito e escala, válidos em todos os países aderentes à Convenção do Acordo Schengen.³⁵ Tendo em vista evitar a circulação de imigrantes em situação irregular em Portugal pelos restantes estados membros, e dada a constatação política do crescimento da imigração irregular no país, proceder-se-ia, de 1992 a 1993, a um processo extraordinário de regularização. As situações de irregularidade deviam-se essencialmente à anterior “ausência

³¹ Idem, p.61

³² Além de França, Alemanha, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, aderiram à Convenção de Schengen a Itália (em 1990), Espanha e Portugal (1991), Grécia (1992), Áustria (1995), Finlândia, Suécia e Dinamarca (1996); Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Eslovénia e Malta (2004). Reino Unido, Irlanda, Chipre, Bulgária e Roménia, apesar de membros da actual União Europeia, mantêm o controlo das suas fronteiras. Aos Estados membros da EU juntam-se Islândia e Noruega (2001) e Suíça (desde 2008) enquanto assinantes dos Acordos de Schengen. in “*Os Acordos de Schengen*” Europa dos Resultados (19 Fev 2010) Disponível em: http://www.europadosresultados.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=138:os-acordos-de-schengen&catid=31:justica&Itemid=54 (acedido a 30/07/2011)

³³ in “*Políticas de Imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal*”, pp.61-62

³⁴ idem, p.62

³⁵ in “*A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal*”, p.18

de uma política de regulação de fluxos migratórios”, sendo que “as entradas irregulares ocorriam porque as fronteiras estavam ‘abertas’, dado que Portugal continuava a ver-se, fundamentalmente, como um país de emigração”.³⁶ Procurou-se então a “fixação” destes imigrantes em território português através da concessão de um título de residência a cidadãos de países terceiros, “entre os quais beneficiaram de tratamento específico os cidadãos originários dos PALOP”.³⁷ O mesmo viria a acontecer aquando de novo processo extraordinário de regularização, em 1996, resultado de críticas que apontavam a “falta de informação e a dificuldade em obter certos documentos como motivos que levaram à manutenção de um número indeterminado de estrangeiros em situação irregular.”³⁸

Entretanto, em 1993 os números do asilo atingiram o pico de 1659 pedidos, na sua maioria realizados por europeus de leste, principalmente da Roménia, em resultado da queda do Muro de Berlim e das “alterações político-sociais verificadas nesses países.” Este acréscimo não se traduziu, no entanto, num aumento significativo do número de estatutos de refugiado concedidos, por um lado porque muitos dos requerentes não conseguiam demonstrar reunir os requisitos necessários, por outro, porque se verificou um “estreitar dos critérios que permitiam a sua concessão”,³⁹ nomeadamente no que se refere à extensão do pedido reduzido, com a Lei 70/93, de 29 de Setembro, “ao cônjuge e aos filhos menores solteiros ou incapazes de peticionário ou, sendo este menor de 18 anos, ao pai ou à mãe”, um aspecto considerado como um “retrocesso em matéria de regulamentação do direito de asilo”, nomeadamente em relação à Lei de 1980, até então em vigor.⁴⁰

O Estado Português passaria então a dedicar uma maior atenção à questão da entrada de estrangeiros. A pressão da opinião pública relativamente à limitação dos fluxos migratórios e a percepção cada vez mais nítida de que Portugal passava a ser um país de imigração conduziram a um “endurecimento das condições de entrada no território português para os estrangeiros não comunitários” e a uma “diminuição das garantias individuais dos estrangeiros” (de que é exemplo o acelerar do processo de concessão de asilo instituído pela nova lei). O combate à imigração irregular torna-se uma prioridade. Os centros de instalação temporária são aprovados em 1994 e entre 94-95 Portugal celebra acordos bilaterais (com

³⁶ in “*Políticas de Imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal*”, p.65

³⁷ in “*A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal*”, p.19

³⁸ in “*Políticas de Imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal*”, p.65

³⁹ idem, pp.63-64

⁴⁰ Lei nº 38/80, de 1 de Agosto, que previa a extensibilidade do pedido “a outros membros do seu agregado familiar, desde que este o requeira e prove a qualidade destas pessoas” in “*A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal*”, p.13

França e Espanha) e multilaterais (com a Polónia) de readmissão de pessoas em situação irregular.⁴¹

Em 1998 foi adoptada a nova lei de imigração, com a aprovação de novos regimes de asilo e refugiados, bem como de entrada permanência, saída e afastamento de estrangeiros. A “política de admissão restritiva” mantém-se, mas torna-se “mais humanista, com uma maior concessão de garantias e direitos aos imigrantes em matéria de reagrupamento familiar ou aplicação de penas acessórias de expulsão.”⁴²

Entre finais dos anos 90 e início do novo século registou-se o maior crescimento (69%) de população estrangeira em Portugal. Além de mais intensos, os fluxos migratórios sofreram também uma alteração qualitativa profunda: com o colapso da URSS e a emergência de novos Estados independentes, cresce o afluxo de imigrantes provenientes da Europa de Leste, originários de países sem especial afinidade histórica, linguística ou cultural com Portugal.

Em 2001, e sem qualquer tradição nesse sentido, a Ucrânia passa a liderar a tabela das comunidades imigrantes mais numerosas, seguida do Brasil, Cabo-Verde e Angola.⁴³ No mesmo ano, novas alterações no regime jurídico entram em vigor: é criada a autorização de permanência que “concede aos imigrantes em situação irregular a possibilidade de permanecerem em Portugal pelo período de um ano, renovável até ao limite de cinco anos, mediante uma proposta ou contracto de trabalho e desde que portadores de um passaporte válido e certificado de registo criminal.”⁴⁴ Apesar de não admitido politicamente, esta medida acabou por funcionar como um novo processo de regularização, sendo o seu objectivo oficial “ultrapassar as dificuldades de imigração legal para Portugal derivadas das deficiências da rede consular portuguesa.”⁴⁵

Em 2003 as autorizações de permanência seriam revogadas e a nova Lei de Imigração aprovada nesse ano estabeleceria a elaboração de relatórios de oportunidades de trabalho que fixariam “um limite máximo anual imperativo de entradas de cidadãos estrangeiros oriundos de Estados terceiros para o exercício de uma actividade profissional.” Era assim estabelecida uma “relação directa entre a admissão de estrangeiros e o interesse nacional” através da consagração de quotas por sectores de actividade, admitindo a ultrapassagem dos limites estabelecidos pelo relatório de oportunidades de trabalho se “a oferta de emprego [for]

⁴¹ in “*Políticas de Imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal*”, p.66

⁴² idem, pp.66-67

⁴³ “*A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal*”, p.19

⁴⁴ idem, p.20

⁴⁵ in “*Políticas de Imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal*”, p.67

essencial à economia nacional, revista natureza altamente qualificada ou de interesse científico, artístico ou social relevante para o País.”⁴⁶ “Visando o combate à imigração ilegal”, o Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro, passou a regulamentar a responsabilização dos empregadores pelo cumprimento da lei no pagamento de salários, contribuições fiscais e à segurança social de trabalhadores imigrantes, bem como a criminalizar o apoio à imigração ilegal. Contudo, o “fluxo da imigração ilegal não só não diminuiu como, por força desta legislação flexível, aumentou de uma forma acentuada, tornando-se cada vez mais visível a precariedade do acolhimento e integração destes imigrantes.”⁴⁷

Independentemente da facção política no poder, “a discussão e definição da política de integração portuguesa, à semelhança do que acontece nos outros países europeus, passou a girar à volta do binómio integração social dos estrangeiros residentes/regulação dos fluxos migratórios, sendo que o acentuar de um ou outro aspecto resulta das prioridades políticas do momento.”⁴⁸

Assim, em 2004, novas alterações são estabelecidas. Entre outros aspectos, é permitida a regularização dos imigrantes que tivessem entrado no país antes de Março de 2003, que se encontrassem a trabalhar e tivessem as contribuições fiscais e de segurança social em dia; foram definidos os critérios económicos e sociais na determinação das necessidades de mão-de-obra e da capacidade de acolhimento de cada região, “assegurando a participação das autarquias locais em todo o processo”; e procede-se a uma certa “desburocratização” dos procedimentos de actuação do SEF, “com vista a acelerar os processos e facilitar a integração dos imigrantes.”⁴⁹

A actual “Lei de estrangeiros”

Desde 2007 que vigora em Portugal uma nova Lei de Imigração, a Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho. Regendo a entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território português, bem como o estatuto de residente de longa duração, a nova lei é marcada por uma agilização dos procedimentos para concessão do título de residência, passando a autorização de residência a englobar várias categorias (correspondentes a diferentes tipos de visto na legislação anterior) “de acordo com o motivo que justificou a sua concessão.”⁵⁰ De destacar, é a instituição de uma autorização de residência para imigrantes empreendedores e

⁴⁶ idem, p.68

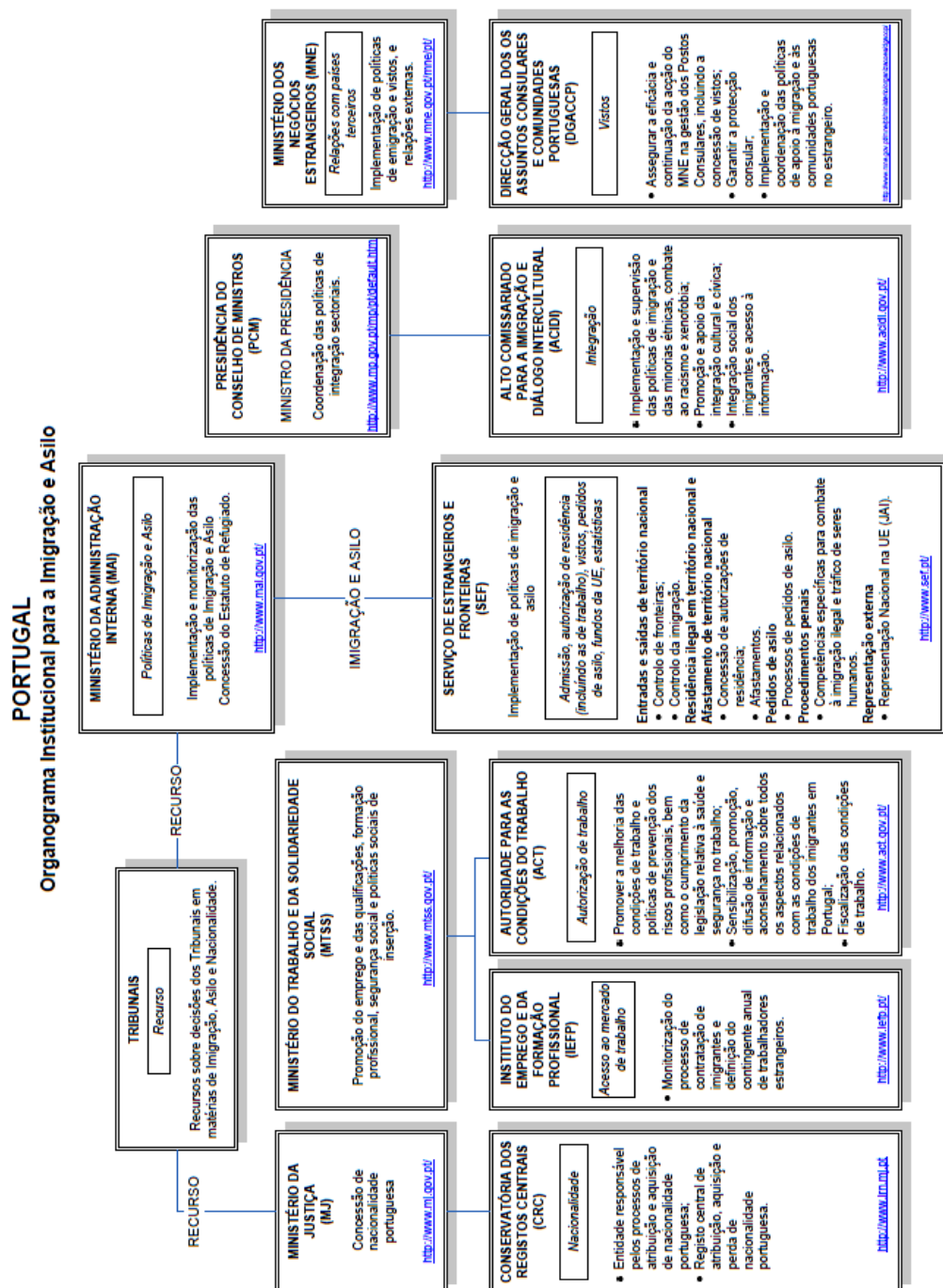
⁴⁷ in “A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal”, p.20

⁴⁸ in “Políticas de Imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal”, p.69

⁴⁹ in “A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal”, pp. 20-21

⁵⁰ idem, p.22

para imigrantes altamente qualificados.⁵¹ Regendo os vários aspectos que dizem respeito à organização do sistema responsável pela imigração em Portugal e determinando os procedimentos com ela relacionados, a Lei n.º23/2007, organiza as responsabilidades relativas à Imigração e ao Asilo da seguinte forma⁵²:



⁵¹ idem, p.4

⁵² Organograma disponível no site da Rede Europeia das Migrações:
<http://rem.sef.pt/forms/content.aspx?MenuID=3&Publico=1> (acedido a 1/07/2011)

Em Portugal o **Governo** é o “órgão responsável pela definição das políticas de imigração, asilo, acolhimento e integração” de imigrantes. Ao **Ministério da Administração Interna** cabe “o controlo da circulação das pessoas nas fronteiras, entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros” e “apreciar e decidir a concessão do estatuto de refugiado.” O **Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**, na dependência do MAI, concretiza as políticas de imigração e asilo em Portugal “de acordo com as disposições da Constituição e da Lei e as orientações do Governo.”

Na fiscalização e controlo de imigrantes, Portugal conta ainda com a intervenção da GNR e PSP, bem como da Polícia Marítima, que detém “competências no controlo da costa, da zona de domínio público marítimo e das águas territoriais nacionais.” Cabe ainda ao SEF organizar e instruir os processos de asilo e autorização de residência por razões humanitárias, determinar o Estado responsável pela análise dos pedidos e transferir os candidatos entre os Estados membros da União Europeia, bem como representar o Estado Português em comités e grupos de trabalho comunitários na área da imigração e asilo.⁵³

Na vertente laboral, cabe ao **Instituto de Emprego e Formação Profissional**, sob tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, monitorizar o processo de contratação e elaboração dos relatórios de execução do contingente anual de admissão de trabalhadores estrangeiros, estando a entrada de estrangeiros para o exercício de profissão subordinada dependente do cálculo das necessidades de mão-de-obra não preenchida por cidadãos portugueses ou ao abrigo do princípio da preferência comunitária. É o IEFP que fixa anualmente o contingente de mão-de-obra estrangeira necessária em Portugal, uma medida amplamente criticada pela ala mais à esquerda do Parlamento (nomeadamente o Bloco de Esquerda), associações de apoio a imigrantes (de referir a SOS Racismo) e mesmo pela CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional) que considera tal conceito “inaceitável porque representa uma visão puramente economicista da imigração”⁵⁴. As críticas ganham ainda mais força perante a redução de quotas para imigrantes que se tem verificado nos últimos anos.⁵⁵ À Autoridade para as Condições do Trabalho compete verificar as condições de trabalho dos estrangeiros em Portugal.⁵⁶

⁵³ in “A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal”, pp. 8-9

⁵⁴ in “Dirigente da CGTP critica lei de imigração” CBL (18 Feb 2008) Disponível em: <http://www.casado brasil.info/spip.php?article293> (acedido a 17/07/2011)

⁵⁵ in “Redução de quotas para imigrantes reforça xenofobia e manifesta incompetência do governo” *Jornal de Notícias* (15 Mai 2009) Disponível em: http://www.jn.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=123360&page=2 (acedido a 17/07/2011)

⁵⁶ in “A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal”, p.9

O Ministério dos Negócios Estrangeiros intervém na regulação de fluxos e promoção da imigração legal no que diz respeito à dimensão internacional e às relações externas na área da imigração e também à política de vistos, desenvolvida através da **Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas**.⁵⁷

No que respeita à integração de imigrantes, é o **Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural**, a “instituição governamental mais importante na execução das políticas de integração”, que tem a seu cargo “colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas relevantes para a integração dos imigrantes e minorias étnicas, bem como fomentar o diálogo entre religiões, culturas e etnias e desenvolver acções no âmbito do combate ao racismo e xenofobia.” Nesta matéria, o **COCAI** (Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração), dirigido pela Alta Comissária para a Imigração e o diálogo Intercultural, tem por objectivo “assegurar a participação das associações representativas dos imigrantes, dos parceiros sociais e das instituições de solidariedade social” na definição de tais políticas. A Alta Comissária preside ainda à **Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial**, entidade independente à qual cabe recolher informações, elaborar relatórios, recomendar medidas de prevenção e aplicar sanções relativamente à prática de “discriminações em razão da raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.”⁵⁸

Algumas organizações não-governamentais, por via de participação em órgãos consultivos governamentais ou de parcerias com organismos ou entidades públicas, desempenham um “papel relevante no domínio da implementação de políticas de imigração e asilo”. É o caso do **Serviço Jesuíta aos Refugiados**, da **Obra Católica Portuguesa de Migrações**, do **Conselho Português para os Refugiados** – parceiro operacional do ACNUR para Portugal e “parceiro estratégico do Estado português no acolhimento de requerentes de asilo e no auxílio à integração dos refugiados”⁵⁹, responsável pelo centro de instalação para requerentes de asilo da Bobadela, financiado pelo Estado português - ou a **Organização Internacional para as Migrações** – que desenvolve o Programa de Retorno Voluntário em Portugal, em cooperação com o Estado. Entre as ONG’s portuguesas destacam-se ainda a **Solidariedade Imigrante** e o **SOS Racismo**, participantes do “Projecto Escolhas”, que conta com cerca de 770 instituições promotoras da “inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis”, nomeadamente descendentes

⁵⁷ Idem, ibidem

⁵⁸ idem, pp.9-10

⁵⁹ idem, p.3

de imigrantes e minorias étnicas, procurando promover “a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.”⁶⁰

A Lei n.º 23/2007 consagra, entre outros aspectos, “as regras à admissão de estrangeiros, tipos de visto e condições para a sua emissão, reagrupamento familiar, permanência e afastamento de território nacional, disposições criminais e contra-ordenacionais específicas do domínio da imigração e taxas aplicáveis aos serviços prestados pela Administração neste domínio.”⁶¹

Relativamente aos procedimentos de entrada em território nacional, a Lei prevê que os cidadãos estrangeiros devem ser portadores de um **documento de viagem reconhecido** e com uma validade superior à da estadia, salvo no caso de reentrada de um cidadão estrangeiro residente no país; cidadãos estrangeiros que se encontrem em condições legalmente especificadas em termos de titularidade de determinados documentos (*laisser passer* emitido pelo Estado do qual são nacionais; licença de voo/certificado de tripulante ou documento de identificação marítimo, quando em serviço; salvo-conduto ou documento de viagem para expulsão), ou sejam nacionais de países com os quais Portugal tenha convenções internacionais que lhes permitam a entrada com o bilhete de identidade ou documento equivalente.⁶²

A posse de **meios de subsistência suficientes** para o período de estada e para a viagem de regresso a um país no qual a admissão do estrangeiro esteja garantida é outra das condições de entrada. Para entrada e permanência, deve o estrangeiro dispor, em meios de pagamento *per capita*, dos valores fixados por portaria do MAI e do MTSS,⁶³ ou, em alternativa, apresentar um termo de responsabilidade assinado por cidadão nacional ou estrangeiro habilitado a permanecer regularmente no país, que assuma o compromisso de garantir as condições da sua estadia em território nacional e a reposição dos custos do seu afastamento, em caso de permanência ilegal.⁶⁴

Os estrangeiros devem ainda ser titulares de um **visto válido e adequado** à finalidade da deslocação, concedidos pelas autoridades consulares nacionais, nos respectivos postos consulares tutelados pelo MNE ou pelas autoridades competentes dos Estados membros da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen. Podem entrar no país sem visto os cidadãos habilitados com título de residência, prorrogação de permanência ou com cartão de

⁶⁰ idem, p.11

⁶¹ idem, p.24

⁶² Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, artigo 9.º

⁶³ idem, artigo 11.º

⁶⁴ idem, artigo 12.º

identidade, quando válidos e os cidadãos estrangeiros que beneficiem dessa faculdade nos termos de convenções internacionais de que Portugal seja parte.⁶⁵ Os vistos consulares englobam vistos de escala, de trânsito, de curta duração (válidos para um ou mais Estados parte), de estada temporária e de residência (somente válidos para o território português)⁶⁶ e são concedidos pelos postos consulares de carreira e as secções consulares,⁶⁷ competindo-lhes solicitar os pareceres, informações e demais elementos necessários para a instrução dos pedidos. O parecer prévio do SEF é condição para a concessão do visto quando se tratem de vistos de estada temporária ou residência, por motivos de interesse nacional, segurança interna, prevenção de imigração ilegal e de criminalidade conexa.⁶⁸

Excepcionalmente, podem ser concedidos vistos de trânsito, curta duração e especiais em postos de fronteira, sendo este último concedido por razões humanitárias ou de interesse nacional reconhecidas pelo MAI, para entrada e permanência temporária a cidadãos estrangeiros que não reúnam os requisitos legais para o efeito. É ao Director Nacional do SEF que compete decidir sobre tais matérias.⁶⁹

O visto de estada temporária destina-se a permitir a entrada em território nacional para: a) tratamento médico em estabelecimento de saúde oficial; b) transferência de cidadãos nacionais de Estados Partes na Organização Mundial do Comércio, no contexto da prestação de serviços ou de formação profissional; c) exercício de uma actividade profissional subordinada ou independente, de carácter temporário e que não ultrapasse, em regra, os seis meses; d) exercício de uma actividade científica em centros de investigação, de uma actividade docente num estabelecimento de ensino superior ou de uma actividade altamente qualificada durante período inferior a um ano; e) exercício de uma actividade desportiva amadora certificada, desde que o clube ou associação se responsabilize pelo alojamento e cuidados de saúde; f) permanência por períodos superiores a três meses em casos excepcionais devidamente fundamentados; g) acompanhamento de familiar sujeito a tratamento médico.⁷⁰

O visto de residência permite ao seu titular a entrada em território português a fim de solicitar autorização de residência, habilitando o seu portador a permanecer em território

⁶⁵ idem, artigo 10.º

⁶⁶ idem, artigo 45.º

⁶⁷ Excepto nos três primeiros casos quando solicitados por portadores de passaportes diplomáticos, de serviço, oficiais e especiais ou documentos de viagem emitidos por organizações internacionais em que a concessão é da competência das embaixadas e postos consulares de carreira portuguesas - idem, artigo 48.º

⁶⁸ idem, artigo 53.º

⁶⁹ in *"A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal"*, p.31

⁷⁰ Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, artigo 56.º

nacional por quatro meses.⁷¹ Em função do propósito a que se destina, existem seis tipos de visto de residência: a) para exercício de uma actividade profissional subordinada; b) para exercício de actividade profissional independente ou para imigrantes empreendedores; c) para actividade de investigação ou altamente qualificada; d) para estudo, intercâmbio de estudantes, estágio profissional ou voluntariado; e) no âmbito da mobilidade de estudantes do ensino superior; f) para efeitos de reagrupamento familiar.⁷²

Em ambos os casos, a concessão de vistos para exercício de actividade profissional subordinada está sujeita à existência de uma promessa ou contracto de trabalho. As oportunidades de emprego não preenchidas por nacionais portugueses, trabalhadores nacionais de Estados membros da EU, do Espaço Económico Europeu, de Estados terceiros com os quais a comunidade europeia tenha celebrado um acordo de livre circulação de pessoas, bem como por trabalhadores nacionais de Estados terceiros com residência legal em Portugal, são divulgadas pelo IEFP junto das embaixadas e postos consulares de carreira portuguesa. O contingente global de oportunidades de emprego é aprovado anualmente pelo Conselho de Ministros, “mediante parecer prévio da Comissão Permanente de Concertação Social”, constando de um “sistema de informação permanentemente actualizado e acessível ao público”, da responsabilidade do IEFP.⁷³ As quotas estabelecidas repartem-se pelos sectores da agricultura, hotelaria, construção civil e “outras actividades”, sendo que o contingente pode ser alargado “caso a actividade económica o justifique.”⁷⁴

O visto de residência para exercício de actividade profissional independente ou para imigrantes empreendedores pressupõe um contracto ou proposta escrita de contracto de prestação de serviços no âmbito de profissões liberais e, se aplicável, as adequadas habilitações. Aos empreendedores são ainda exigidas operações de investimento ou comprovativo de meios financeiros disponíveis em Portugal.⁷⁵

O visto de residência para actividade de investigação ou altamente qualificada é concedido a estrangeiros que tenham sido admitidos a colaborar como investigadores, a exercer uma actividade de docência numa instituição reconhecida ou para uma actividade altamente qualificada. Em todos os casos, os requerentes devem ter uma relação contratual que sustente a sua entrada e residência em Portugal.⁷⁶

⁷¹ idem, artigo 58.º

⁷² idem, artigos 59.º - 64.º

⁷³ in “*A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal*”, pp.35-36

⁷⁴ idem, p.21

⁷⁵ Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, artigo 60.º

⁷⁶ idem, artigo 61.º

O regime de concessão de autorização de residência a investigadores, docentes do ensino superior e outros cidadãos estrangeiros altamente qualificados que pretendam desenvolver a sua actividade em Portugal foi “simplificado (...) como forma de tornar Portugal mais atractivo para mão-de-obra altamente qualificada.”⁷⁷

A concessão de vistos de residência, estada temporária e de curta duração dependem da inexistência de uma medida de afastamento do país e subsequente período de interdição de entrada; de indicação para efeitos de não admissão no Sistema de Informação Schengen ou do Sistema Integrado de Informações do SEF; da posse de meios de subsistência; de documento de viagem válido e seguro de viagem.⁷⁸

A concessão de visto de estada temporária ou de residência é recusada quando o estrangeiro tenha sido condenado por um crime que em Portugal seja punível com pena privativa de liberdade de duração superior a um ano ou mais que um com idêntica pena, ainda que a sua execução tenha sido suspensa; com fundamento numa ameaça à ordem, segurança ou saúde pública.⁷⁹

As emissões de vistos para exercício de actividade profissional subordinada e para efeitos de reagrupamento familiar devem ser comunicadas ao IEF, no primeiro caso, e ao SEF, no segundo, para actualização de dados referentes ao contingente indicativo de oportunidades de emprego e reconhecimento prévio do direito de reagrupamento, comunicado à Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, para emissão do visto ao(s) familiar(es) em questão.⁸⁰

Podem residir em Portugal os cidadãos estrangeiros habilitados com visto de residência válido por período igual ou superior a um ano: a autorização de residência temporária é válida durante um ano, renovável por períodos sucessivos de dois anos ou sempre que se verifique a alteração dos dados de identificação nela registados.⁸¹ O título de residência permanente não tem limite de validade devendo, porém, ser renovado de cinco em cinco anos ou sempre que uma alteração o justifique.⁸²

A emissão dos títulos de residência é da responsabilidade do SEF, sendo efectuada mediante posse de visto de residência válido; meios de subsistência definidos por lei; condições de alojamento, inscrição na Segurança Social, quando aplicável; ausência de condenação por crime punível em Portugal com pena privativa de liberdade superior a um

⁷⁷ Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro

⁷⁸ in “*A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal*”, p.37

⁷⁹ Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, artigo 32.º

⁸⁰ in “*A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal*”, p.38

⁸¹ Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, artigo 75.º

⁸² idem, artigo 76.º

ano; não se encontrar no período de interdição de entrada em território nacional subsequente a uma medida de afastamento do país; ausência de indicação no SIS e SIISSEF para efeitos de não admissão.⁸³

Para renovação de uma autorização de residência temporária os requisitos devem manter-se.⁸⁴ Para concessão de uma autorização de residência permanente os requerentes devem possuir autorização de residência temporária há pelo menos cinco anos; não ser alvo, nos últimos cinco anos de residência, de penas que ultrapassem, isolada ou cumulativamente, um ano de prisão; meios de subsistência definidos por lei; condições de alojamento e conhecimentos do Português básico.⁸⁵

A autorização de residência engloba títulos para exercício de actividade profissional subordinada; independente; investigação ou actividade profissional altamente qualificada; estudo em estabelecimento de ensino secundário; superior; estágio profissional não remunerado; voluntariado; reagrupamento familiar; vítimas de tráfico de pessoas ou de acção de auxílio à imigração ilegal; titulares do estatuto de residentes de longa duração noutro Estado membro da UE; situações especiais.⁸⁶

O titular de uma autorização de residência ou de visto de estada temporária está habilitado a aceder ao mercado de trabalho em Portugal, ainda que, no segundo caso, por tempo limitado. O mesmo acontece com os requerentes de asilo ou protecção subsidiária a quem tenha sido emitida autorização de residência provisória. A estes são aplicadas as disposições gerais relativas, quer ao acesso ao mercado de trabalho, quer ao sistema de segurança social.⁸⁷

A “Lei do asilo”

As condições e procedimentos de concessão de asilo e protecção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de protecção subsidiária são, em Portugal, estabelecidos pela Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho, que “transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas do Conselho” Europeu.⁸⁸

⁸³ idem, artigo 77.º

⁸⁴ idem, artigo 78.º

⁸⁵ idem, artigo 80.º

⁸⁶ idem, artigo 88.º - 124.º

⁸⁷ in “A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal”, p.41

⁸⁸ idem, p.15

Esta lei define que “o estrangeiro apátrida que pretenda pedir asilo em Portugal deve fazê-lo, sem demora”⁸⁹ junto do SEF ou de qualquer outra autoridade policial que, no prazo de 48 horas, deverá remeter o pedido ao primeiro, o qual, logo que o pedido seja recebido, deverá informar o representante do CPR. Até à decisão do pedido, o requerente pode solicitar a sua extensão aos membros da família que o acompanham, devendo esta ser precedida de consentimento expresse dos mesmos.⁹⁰

Mediante o pedido, apresentado pessoalmente ou por escrito, o requerente é informado dos seus direitos e deveres: dever de colaborar com as autoridades; direito a um intérprete, a aconselhamento jurídico por parte do CPR, a ser informado sobre o estado do seu processo sempre que o solicite, a beneficiar de apoio social para alojamento e alimentação nos casos de carência económico-social, a aceder ao Serviço Nacional de Saúde e ao sistema de ensino (filhos de ou requerentes menores). Para tais efeitos é-lhe entregue uma declaração comprovativa de apresentação do pedido.⁹¹

Num prazo de 5 dias após a formalização do pedido, o requerente é notificado a prestar declarações no Gabinete de Asilo e Refugiados do SEF, a quem caberá a apreciação do mesmo. Os pedidos devem conter todas as informações relevantes que possam fundamentar uma avaliação positiva do processo, incluindo “provas documentais” das declarações proferidas.⁹²

Após as devidas diligências, o SEF elabora um relatório que é, simultaneamente, notificado ao requerente, para que se possa pronunciar sobre ele no prazo de 5 dias, e comunicado ao CPR.⁹³ Tendo em conta as especificidades da situação do requerente e factos relevantes respeitantes ao país de origem, o SEF deverá apreciar o pedido e, 20 dias decorridos sobre a notificação, proferir uma primeira decisão pelo Director Nacional.⁹⁴

Os pedidos de asilo apresentados em postos de fronteira por estrangeiros que não preenchem os requisitos legais para entrada em território nacional são recebidos por “funcionários com formação apropriada e conhecimento adequado das normas aplicáveis no domínio do direito de asilo e refugiados.” O SEF deve comunicar, de imediato, a apresentação do pedido ao CPR que tem 48 horas para se pronunciar e entrevistar o requerente, o qual, no mesmo prazo, deverá ser informado dos seus direitos e deveres e prestar declarações que

⁸⁹ in Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. “*Guia do Requerente de Asilo – Portugal*” Lisboa Disponível em: http://www.sef.pt/documentos/56/Guia_Asilo.pdf (acedido a 2/03/2011)

⁹⁰ Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho, artigo 13.º

⁹¹ in “*Guia do Requerente de Asilo – Portugal*”

⁹² Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho, artigo 18.º, n.º3

⁹³ in “*A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal*”, p.27

⁹⁴ in “*Guia do Requerente de Asilo – Portugal*”

funcionarão como audiência prévia. No prazo máximo de 5 dias, o Director Nacional do SEF deverá pronunciar-se sobre o caso, período durante o qual o requerente (excepto se for menor não acompanhado) permanece na zona internacional do porto ou aeroporto. Sempre que o pedido seja admitido é permitida a entrada do requerente em território nacional e o processo segue para fase de instrução.⁹⁵ Ao SEF compete a instrução, as decisões ao MAI.

A admissão do pedido para instrução determina a emissão de uma autorização de residência provisória, válida por 4 meses e renovável, por iguais períodos, “na Direcção Regional ou Delegação do SEF da área de residência.” A 2ª fase do processo é de 60 dias, “prorrogável por iguais períodos até ao limite de 180 dias.” Durante esta fase o Gabinete de Asilo e Refugiados pode “solicitar parecer técnico de peritos sobre questões específicas, nomeadamente de ordem médica ou cultural.”⁹⁶

Caso o pedido não seja admitido, o requerente deverá abandonar o país sob pena de afastamento coercivo. A decisão é susceptível de recurso judicial junto dos tribunais administrativos com efeito suspensivo.⁹⁷ Em caso de recusa de protecção internacional, o requerente pode permanecer em território nacional durante um período transitório que não exceda os 30 dias, após os quais fica sujeito ao regime geral de afastamento.⁹⁸

Não podem beneficiar de asilo ou protecção subsidiária os estrangeiros e apátridas que beneficiem de protecção ou assistência por parte de outros órgãos ou agências das Nações Unidas que não o ACNUR no caso de a sua situação ter sido resolvida neste âmbito; beneficiem dos direitos e deveres dos nacionais do país em que tenham estabelecido residência ou equivalentes; tenham praticado crimes contra a paz, crimes de guerra ou crimes contra a humanidade; crimes dolosos de direito comum puníveis com pena de prisão superior a três anos fora de território nacional ou actos contrários aos objectivos da ONU enunciados no 1.º e 2.º artigos da Carta das Nações Unidas; e sempre que a concessão de tais estatutos represente perigo ou ameaça pública para a segurança interna ou externa ou para a ordem pública, ou tenha cometido crimes puníveis com pena de prisão e tiver deixado o país de origem somente para evitar as sanções decorrentes desse crime.⁹⁹

O direito de asilo é garantido “aos estrangeiros e apátridas perseguidos ou gravemente ameaçados de perseguição, em consequência de actividade exercida no Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual, em favor da democracia, da libertação social e

⁹⁵ in “*A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal*”, p.28

⁹⁶ in “*Guia do Requerente de Asilo – Portugal*”

⁹⁷ idem.

⁹⁸ Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho, artigo 31.º

⁹⁹ Idem, artigo 9.º

nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana” e àqueles que “receando com fundamento ser perseguidos em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou integração em certo grupo social, não possam ou não queiram voltar ao Estado da sua nacionalidade ou residência habitual”, independentemente de possuírem ou não as características que lhe são atribuídas pelo agente da perseguição, e, no caso de possuir mais que uma nacionalidade, se os motivos que sustentam o pedido se verificarem em relação a todos os Estados de que é nacional.¹⁰⁰ É concedida a autorização de residência por razões humanitárias quando aos mesmos indivíduos não sejam aplicáveis as disposições necessárias ao estatuto de refugiado mas que estejam “impossibilitados de regressar ao país de sua nacionalidade ou residência habitual, quer atendendo à sistemática violação dos direitos humanos que aí se verifique, quer por correrem o risco de sofrer ofensa grave.” (inclui “pena de morte”, “tortura ou tratamento desumano,” “violência indiscriminada em situações de conflito armado internacional”)¹⁰¹

A concessão do direito de asilo confere ao beneficiário o estatuto de refugiado, sendo-lhe concedida uma autorização de residência válida por cinco anos, renovável. A autorização de residência por razões humanitárias concedida no âmbito da protecção subsidiária é válida por um período de dois anos, renovável.¹⁰²

A autorização de residência assegura ao seu titular “a igualdade de tratamento (...) nomeadamente em áreas relacionadas com a vertente laboral, tais como a segurança social, os benefícios fiscais e a filiação sindical.”¹⁰³

O direito de asilo cessa quando o estrangeiro ou apátrida decida voluntariamente valer-se novamente da protecção do país de nacionalidade; recupere voluntariamente a sua nacionalidade perdida; adquira uma nacionalidade e goze da protecção desse país; regresse voluntariamente ao país que abandonou ou fora do qual permaneceu por receio de ser perseguido; não possa recusar valer-se da protecção do país do qual é nacional por terem desaparecido as circunstâncias pelas quais foi reconhecido como refugiado. O estrangeiro ou apátrida deixa de ser elegível para protecção subsidiária quando as circunstâncias que levaram à sua concessão tiverem cessado ou se tiverem alterado, tornando a protecção desnecessária.¹⁰⁴ A avaliação de tais circunstâncias cabe ao SEF, o direito de decisão ao Ministro da Administração Interna.

¹⁰⁰ Idem, artigo 3.º

¹⁰¹ Idem, artigo 7.º

¹⁰² in “A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal”, pp.38-39

¹⁰³ Idem, p.42

¹⁰⁴ Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho, artigo 41.º

A lei prevê ainda a assistência a requerentes e beneficiários de asilo ou protecção subsidiária que manifestem vontade de regressar ao país de origem, nomeadamente através de programas desta natureza, não podendo estes, no prazo de 3 anos, ser admitidos em território nacional, excepto se restituírem os “montantes recebidos, acrescidos de juros à taxa legal” ou por razões humanitárias.¹⁰⁵

Afastamento de Território Nacional

Relativamente ao afastamento coercivo, este pode assumir a forma de uma expulsão administrativa (destinada a cidadãos que entrem e/ou permaneçam no país de forma irregular) ou de expulsão judicial (destinada a estrangeiros em situação regular ou aplicada como pena acessória pela prática de um crime doloso com condenação a pena superior a seis meses – para não residentes) ou um ano – para residentes). Não podem ser expulsos estrangeiros nascidos e residentes em território português; que tenham a seu cargo filhos menores de nacionalidade portuguesa a residir em Portugal ou residentes em Portugal aos quais asseguram sustento e educação; que residam no país desde idade inferior a 10 anos. Estrangeiros residentes de longa duração (que tenham pedido o estatuto após permanência regular de 5 anos em território nacional) só podem ser expulsos caso se considere que representam uma ameaça para a ordem ou segurança pública.¹⁰⁶

O cidadão estrangeiro detectado em situação de irregularidade é detido por autoridade policial e apresentado, num período máximo de 48 horas, às autoridades judiciais para validação da detenção e aplicação de medidas de coacção se justificáveis. Em casos fundamentados, como alternativa à detenção, o estrangeiro pode ser notificado para abandonar voluntariamente o território nacional no prazo de 20 dias, sob pena de instauração de processo administrativo de expulsão.¹⁰⁷ Em caso de detenção, o estrangeiro pode ainda entregar-se à custódia do SEF para condução à fronteira e afastamento do país, no mais curto espaço de tempo possível, ficando interdito de entrar em território nacional durante um ano.¹⁰⁸ Validada a detenção pelo juiz, este pode determinar a colocação do expulsando em Centro de Instalação Temporária (por um período máximo de 60 dias), obrigação de permanência na habitação com vigilância electrónica ou apresentação periódica ao SEF ou às autoridades policiais.¹⁰⁹ Nos casos de recusa de entrada em território português, sempre que não seja possível efectuar

¹⁰⁵ Lei n.º 23/2007, artigo 139.º

¹⁰⁶ in “A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal”, p.45

¹⁰⁷ Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, artigo 138.º

¹⁰⁸ idem, artigo 147.º

¹⁰⁹ idem, artigo 160.º

o reembarque do estrangeiro nas 48 horas subsequentes, é dado conhecimento à autoridade judicial competente de modo a que seja determinada a manutenção do cidadão em CIT ou espaço – equiparado.¹¹⁰

Em ambas as situações, cabe ao SEF promover o processo de afastamento durante o qual o expulsando é “obrigatoriamente” ouvido, cabendo a decisão ao Director Nacional do SEF. Esta deverá ser notificada ao expulsando em língua que entenda, com menção dos fundamentos de facto e de direito e da possibilidade de recurso judicial com efeito devolutivo.¹¹¹ Durante a sua permanência na zona internacional do porto ou aeroporto, ou em CIT ou espaço equiparado, “o estrangeiro pode comunicar com a representação diplomática ou consular do seu país ou com qualquer pessoa da sua escolha, beneficiando de assistência de intérprete, cuidados de saúde e apoio necessário à satisfação das suas necessidades básicas, bem como, a expensas do próprio, ao acesso à assistência jurídica por advogado.¹¹²

“Qualquer cidadão estrangeiro alvo de um processo de expulsão de território nacional não poderá ser afastado para qualquer país onde possa ser perseguido por motivos que fundamentem a concessão de asilo ou possa sofrer tortura ou tratamento degradante”, sendo reencaminhado para outro país que o aceite.¹¹³

Panorama nacional actual

O crescimento sustentado dos estrangeiros residentes em Portugal verificado na última década foi quebrado em 2005, sendo que, desde então, se nota um ligeiro **abrandamento do ritmo de entradas**, especialmente no que diz respeito aos cidadãos do Leste europeu. Tal fenómeno poderá ser explicado pelo recente alagamento da União Europeia que incluiu alguns desses países ou Estados vizinhos, e pelo tendencial crescimento dos mercados de trabalho em alguns dos mesmos. De referir é, por exemplo, a dinamização do sector de obras públicas em países como a Polónia ou a Ucrânia, em resultado da preparação para a organização conjunta do Campeonato Europeu de Futebol de 2012, sendo que a Polónia é já o destino preferencial de muitos ucranianos que saem de Portugal.¹¹⁴

Em 2010 (ano de referência do mais recente “Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo” do SEF) registou-se novo decréscimo (1,97%) relativamente ao número de estrangeiros residentes em Portugal. Tal facto estará relacionado com uma conjugação de

¹¹⁰ idem, artigo 38.º

¹¹¹ idem, artigos 141.º, 148.º e 38.º

¹¹² idem, artigo 40.º

¹¹³ idem, artigo 143.º

¹¹⁴ Idem, ibidem

factores: o aumento da atribuição de nacionalidade portuguesa desde a última alteração à lei da nacionalidade¹¹⁵; a crise económica e financeira enfrentada pelo país, marcada pela redução do investimento e do emprego; assim como a alteração dos processos migratórios em alguns países de origem, nomeadamente o Brasil e Angola.¹¹⁶

A população imigrante concentra-se predominantemente na zona litoral do país, onde se concentra também boa parte da actividade económica nacional, com destaque para os distritos de Lisboa, Faro e Setúbal, sendo que nestes o decréscimo de população estrangeira desde 2009 atinge valores superiores ao total nacional.¹¹⁷

Quanto às nacionalidades mais representativas: em primeiro lugar está o Brasil (que continua a sua tendência de crescimento já patente desde o início do século), seguido da Ucrânia e Cabo Verde (que mantêm a tendência decrescente dos últimos anos), a Roménia (que se consolida como o país membro da EU com maior número de residentes em Portugal, mantendo a tendência crescente dos últimos anos), Angola e Guiné-Bissau (que não fogem ao decréscimo consistente do número de efectivos das comunidades originárias dos PALOP), Reino Unido (essencialmente população inactiva), China, Moldávia (ultrapassada no último ano pelos dois países anteriormente referidos) e São Tomé e Príncipe. A emissão de primeiros títulos de residência sofreu também uma quebra face ao ano anterior, sendo estes maioritariamente referentes a (por ordem) situações de reagrupamento familiar, exercício de actividade profissional e estudo, e atribuídos a cidadãos originários dos países mais representativos no stock de residentes (exceptuando a Espanha, substituída no stock por S. Tomé e Príncipe).¹¹⁸

Com o reagrupamento familiar e a redução do efectivo masculino no ano de referência, a estrutura por género aproxima-se da paridade. De uma perspectiva etária, a proporção de população estrangeira residente considerada em idade activa ascende aos 85,47%.¹¹⁹

Relativamente ao controlo de fronteiras (em cujo domínio a actuação do SEF foi considerada, pela Avaliação Schengen a Portugal, como uma boa prática) verifica-se um

¹¹⁵ Lei Orgânica n.º 2/2007, de 17 de Abril –referente ao actual regime legal de atribuição e aquisição de nacionalidade portuguesa, o qual alargou o acesso à nacionalidade a quem tenha “fortes laços com Portugal”. Incluem-se nesta categoria: os nascidos em território português, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos pais tiver nascido e aqui residir aquando do nascimento do filho; os nascidos em território português, filhos de estrangeiros que não se encontrem ao serviço do respectivo Estado, se declararem que querem ser portugueses, desde que, no momento do nascimento residam em Portugal legalmente há pelo menos 5 anos, ou se o menor aqui tiver concluído o primeiro ciclo do ensino básico. As decisões são da competência do Ministério da Justiça, cabendo ao SEF a emissão de parecer.

¹¹⁶ in Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. “Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo”. Lisboa, 2011, p. 18

¹¹⁷ idem, pp.17-19

¹¹⁸ idem, pp.20-23

¹¹⁹ idem, p.21

decréscimo dos voos e passageiros aéreos monitorizados e um acréscimo sustentado das embarcações controladas. As recusas de entrada confirmam também uma tendência decrescente que se verifica a este nível desde 2004, um facto que se deverá à “alteração das dinâmicas económicas, o combate à fraude documental e a generalização de documentos com elementos biométricos, a actuação junto dos países de origem, nomeadamente através dos oficiais de ligação da imigração.”¹²⁰ A quase totalidade das recusas de entrada terá ocorrido em postos de fronteira aérea, com mais de metade dos casos a incidir sobre cidadãos brasileiros (isentos de vistos de turismo ou negócios), seguidos dos angolanos, guineenses (na sua maioria por uso de documentação fraudulenta), senegaleses e venezuelanos (em trânsito para França e Espanha, respectivamente). Os principais fundamentos de recusa foram: a ausência de motivos que justificassem a entrada; a ausência de visto adequado ou visto caducado; a existência de indicações para não admissão no Espaço Schengen.¹²¹

O número de actividades de controlo de permanência aumentou, com destaque para as acções de detecção de situação de trabalho ilegal e análise de pedidos de concessão de títulos de residência com indícios de utilização de meios de prova fraudulentos (relações laborais, casamentos, permanência em Portugal). Em resultado das acções de fiscalização, o número de notificações para abandono voluntário aumentou também, “em consonância com a tendência verificada desde 2007”, relativas, essencialmente, a nacionais das cinco nacionalidades mais representativas.

Também o número de processos de expulsão administrativa tem vindo a aumentar desde 2008 (com redução em apenas uma das principais nacionalidades, neste caso, a Ucrânia), não encontrando expressão (antes pelo contrário) no número de afastamentos executados. Os valores referentes às readmissões (“afastamento e devolução ao Estado de onde provém directamente um cidadão estrangeiro em situação irregular, no âmbito de acordos celebrados para esse efeito”) também confirmam a tendência para o decréscimo da utilização deste “mecanismo de cooperação policial no domínio das migrações”, quer no caso de Portugal como actor passivo (receptor – em que se destacam as readmissões de brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, ucranianos e paquistaneses), quer activo (com maior incidência de brasileiros, marroquinos, nigerianos, chineses e guineenses). Aumentou também o número de retornos voluntários, principalmente para os países cujas nacionalidades têm maior representatividade em Portugal.¹²²

¹²⁰ idem, pp.25-30

¹²¹ idem, pp.30-31

¹²² idem, pp.33-37

As detecções de fraude documental, relativas à utilização de documentos de viagem, de identificação e de residência, confirmam a descida sustentada desde 2007 “reflectindo uma tendência generalizada à escala global.” De destacar a utilização de documento alheio (único que apresenta uma tendência crescente, dada a evolução dos sistemas de controlo cada vez mais apertados) e de documentos contrafeitos, detectados essencialmente nos postos de fronteira (nomeadamente em Vilar Formoso), sendo que os documentos mais utilizados para fraude são de origem europeia (em relativo crescimento) e africana (em decréscimo acentuado). A Guiné-Bissau continua a ser a nacionalidade mais representativa em matéria de utilização de documentação fraudulenta apesar de uma descida significativa relativamente ao ano anterior. Quanto a “fraude associada” (substituição de fotografia, visto falsificado e alteração de dados), das restantes nacionalidades, evidencia-se claramente a Nigéria (com um crescimento de 86,67%). Relativamente à proveniência e destino dos portadores, destaca-se o crescimento do número de proveniências do continente europeu e o Canadá como destino privilegiado.¹²³

O número de pedidos de asilo cresceu em 15,11% relativamente a 2009, sendo a maioria dos requerentes do sexo masculino e provenientes de África, com destaque para Guiné Conacri, Angola, Guiné-Bissau e República Democrática do Congo. Dos 160 pedidos efectivados foram concedidos 6 estatutos de refugiado (o dobro do ano anterior) e 51 autorizações de residência por razões humanitárias, maioritariamente a nacionais de países africanos, americanos e asiáticos. Portugal recebeu ainda cidadãos por reinstalação (refugiados sob protecção do ACNUR), recolocação (“transferência intra-comunitária de beneficiários de protecção internacional”) e no âmbito de outras convenções comunitárias.¹²⁴

Importa por fim, antes de partirmos para a análise das realidades vividas por alguns imigrantes no nosso país, perceber também a origem e funcionamento da instalação que é ponto comum nas histórias de todos os entrevistados por aí terem convergido os seus percursos.

Unidade Habitacional de Santo António

Identificada internacionalmente como uma “boa prática”, a UHSA, no Porto, “constitui um modelo pioneiro de Centro de Instalação Temporária, implementado de acordo com as directrizes internacionais no que concerne à detenção de cidadãos com vista à

¹²³ idem, pp.47-50

¹²⁴ idem, pp.53-54

execução de uma medida de afastamento, de uma forma digna e humanizada, assente em critérios de transparência.” A sua criação resultou da “inexistência de estruturas destinadas a acolher cidadãos estrangeiros sujeitos a uma medida de afastamento de território português, de acordo com a legislação nacional e as recomendações internacionais na área dos Direitos Humanos”¹²⁵ e o seu principal objectivo é “acolher cidadãos estrangeiros em situação irregular, alvo de uma medida de coação de colocação em centro de instalação temporária, no decurso da instrução do processo de afastamento.”¹²⁶

Resultado de um protocolo celebrado a 13 de Fevereiro de 2006 entre o MAI, a OIM e a JRS (Serviço Jesuíta aos Refugiados), a UHSA é avaliada e o seu funcionamento monitorizado pelas três partes envolvidas: o SEF é responsável pela gestão da unidade; a OIM responsável pela formação dos profissionais que ali prestam serviços, bem como pela tradução das informações fornecidas aos utentes; a JRS tem a seu cargo o acompanhamento social dos mesmos e a disseminação dos folhetos informativos. OIM e JRS participam na elaboração do regulamento do Centro “de acordo com as recomendações internacionais relativas à detenção de migrantes com vista à execução de uma medida de afastamento.”

A UHSA dispõe ainda de parcerias com outras organizações das quais se destacam os Médicos do Mundo, responsáveis, em parte, pela prestação de cuidados de saúde primários aos utentes do Centro.

A permanência na UHSA tem o limite máximo de 60 dias consecutivos, sendo estes, normalmente, cumpridos pelos migrantes indocumentados. As famílias acolhidas na UHSA beneficiam de um “tratamento adequado, de acordo com o princípio de unidade da família” e, sempre que inclua menores, “a situação é considerada prioritária”, procedendo-se ao seu retorno com a maior brevidade possível.¹²⁷

Segundo os dados disponibilizados pelo SEF, “em 2010 foram alojados na UHSA 248 cidadãos estrangeiros (252 em 2009), tendo a duração das suas permanências variado entre um dia e uma semana”, destacando-se a presença de cidadãos brasileiros, ucranianos, marroquinos e chineses, sendo a maioria homens entre os 16 e os 46 anos.¹²⁸

¹²⁵ in Organização Internacional das Migrações “*Unidade Habitacional de Santo António do Porto*” Lisboa. Disponível em: <http://www.imigrante.pt/site-quinta-santonio/upload/UHSAVersaoportugues.pdf> (acedido a 30/03/2011)

¹²⁶ in Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. “*Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*”. Lisboa, 2011, p.62

¹²⁷ in “*Unidade Habitacional de Santo António do Porto*”

¹²⁸ in “*Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*”, p.63

Um Percurso



“Na noite... Um ataque na noite, sabes. Tudo a dormir... Não ouvi nada, sabes. Caiu uma, uma ‘mera’ caiu em cima de mim... Partiu aqui na cabeça (mostra a cicatriz na testa) e aqui assim (toca no ombro)... Aqui ‘tá partido (mexe o ombro esquerdo). Fui à hospital... Mas lá não há hospital, sabes, uma escola, enfermeira, assim, assim normal, fica com gesso... Fugiu com... não é família, amigos...”

Em 1999 “Mou Mou” tinha 14 anos. A sua vida mudou quando um ataque israelita lhe destruiu a casa e a família. Numa noite perdeu mãe, irmão e irmã e ficou para sempre marcado com as cicatrizes de uma guerra que não era a sua, a mesma que anos antes lhe roubara o pai, militar do Hamas.

“ (...) Pai morrer... Quando tinha 12 anos, não sei... 12, 11... não lembro, mas eu tão pequenino, só sabe brincar, não sabe se pai morreu, não sabe... Sabes, o pai sempre ficava longe de família, sabes? Cerca de uma mês, depois volta 3 dias. Eu também não senti o pai, sabes. Só senti minha mãe, sabes. É isso. E também não pai ‘tá, ‘tá a trabalhar com... Aquilo é segredo, sabes...”

Viviam em Rafah, Faixa de Gaza, no território que, ainda hoje, os palestinianos reclamam como seu. Rafah foi a terra em que nasceu e viveu até que, depois do ataque,

decidiu ignorar os apelos da avó, que o queria levar para “o campo”, e fugiu com quem encontrou para o outro lado da fronteira: o Egipto.

“Aqui a gente só pensar para viver, não pensar para ter documentos, sabes? Lá a gente só tem que fazer o guerra para ganhar o terra, sabes? Para viver. Não pensar para outras coisas. Aqui como Europa, como noutro lado, para negociar, no. Lá só para defender terra. (...) Se a pessoa quer defender terra, quer defender família, não precisa mais documentos para... Sabes? É isso... Lá só tem pistola, assim, assim, sabes?”

“Eu sou filho do campo”, diz como forma de justificar o facto de não ter data de nascimento “certa”. Identificação oficial não teve até chegar à Europa. Todo o seu longo percurso foi feito sem documentos que, na altura, não pareciam essenciais.

No Egipto ficou “*não muito tempo*”: entre cinco e seis meses. Trabalhou como empregado de mesa em cafés, como diz ser normal acontecer com as crianças nos países árabes, servindo chá e *shisha* em busca de gorjetas. Daí seguiu com os colegas de fuga, a quem “*não chama amigos*”, para a Líbia onde trabalharia como carpinteiro. Juntos conheceram um traficante que, por 500 Euros os levaria a “*ver o outro mundo*”.

“Sabes que... pessoa que não tem medo de... que não tem medo de morrer, é assim... Sempre, não tem medo. Vai no outro lado, no outro lado, no outro lado... (...) À procura de vida, a procurar ver o mundo, longe, sabes? Porque quando encontramos... amigos, colegas, sei que também não tem papéis... Encontramos, ‘olha, aquele outro país tem isto, tem direito, tem isso, isso, isso...’, sabes, e dá uma... sabes...como se diz, dá uma... (...) Dá uma curiosidade mais, para ver este mundo. Depois quando está lá... e não há...é tudo mentira isso... Tudo (...)”

Depois de três dias no mar chegam à ilha de Creta, na Grécia. Aí é abordado pela polícia e encaminhado para um Centro de detenção “*para crianças*” em Atenas de onde viria a fugir uma semana depois.

“Era criança, sabes? Tinha aquela actividade (mexe muito os braços) para arrebentar todos (risos), para... Sabes? Pequenino, já, saltar e... (...) Mas eu [agora] não tenho ideia para fugir, sabes? Es que, se eu quero fugir, eu vou fugir, mas eu na... (...) Daqui eu sabe minha

vida é assim sempre... Quando apanharam uma vez, passado uns mes, um mes e tal, sai, e é isso minha vida: sai, entra, sai, entra..."

Seguiu então para Itália - *"el oto mondo"* – que se revelou uma desilusão: sem trabalho e sem dinheiro "Mou Mou" dedicar-se-ia ao tráfico de droga.

"Tem que trabalhar, lá não há trabalho. Tem que vender drogas. Tem que... p'ra comer, sabes? Lá, não trabalhas, não comes, sabes, e a vida é dura. (...) Todos os países de Europa são (...) Quando vocês não tem nada, não há dinheiro, não há nada... Quando 'tás na rua, dormir na rua, primeira, segunda, assim... Vai encontrar uma... Sabes, é fácil parar a traficante, sabes. Quando ver traficante: 'olha, há uma... aqui uma pessoa vai a trabalhar', sabes? Não tem dinheiro vá... 'Olha, queres trabalhar?' No há, 'ai vou trabalhar como aquele grande' (abre os braços), sabes? Sim, vai... Quer assim, vá... Traz isto, traz isto, traz isto, traz isto... (abre as mãos em sinal de impotência) É assim... Vender isto, tem de trocar esta para vender. Depois de noite trago dinheiro, toma... É isso..."

"Mou Mou" refere ter sido traficante durante três anos. Depois de "problemas" (não identificados) em Itália, e tendo "crescido" financeiramente, dirige-se à Áustria e à Suíça, em 2003/2004. Na Suíça seria detido mais uma vez e reconduzido à fronteira italiana por falta de documentos.

"Também me queriam mandar para todos os países de lá... do Líbano, todos mas não... Fica rindo quando lá han mandado para Libano. Ele dizer, 'olha, polícia mandou para Líbano para eu va na Líbia para entrar na Palestina', diz, o Líbano diz, 'olha, nós temos muito palestino querendo mandar, se quiser eu mando palestino mais' (risos). Porque lá há muitos palestinos faziam... pediu asilo lá. Eles dizem ao contrário, se quiser palestino vou mandar para lá."

De Itália tentam expulsá-lo para o Egito, Líbano, entre outros, em nenhum dos países é aceite. Em Roma dirige-se à Embaixada Palestiniana com um pedido de asilo que lhe é recusado...

"Embaixada... Entrar, sair: 'Olha, eu sou palestino, quero ter alguma documento'. 'Sim, sim. Você está onde?', 'Assim, assim'... Fica lá a falar com ele... 'Eu vou mandar uma carta lá',

não sei quê, não sei quê... Depois fala: ‘Você é de onde?’, ‘Eu sou palestino de Faixa de Gaza’. ‘Faixa de Gaza?’ – disse assim – ‘Foda-se’. E eu disse para ele: ‘Porquê, Senhor?’. *‘Porque se eu sou contrário de você. Nós do Fatah, del otro lado. E tu se deste lado, nunca vai pensar ter documentos’. Porque lá são comme ça... este é que é o problema. Dizem assim, ‘você para ser deste lado, nunca vai ter documentos’. Diz: ‘vocês... nós, tuo pays tá a morrer’, porque Palestina tá dividida. Parte do Fatah e parte do Gaza. Essas coisas, sabes. Nós, dentro Palestina, tá o contrário, tá... É esse é que é problema.”*

No mesmo ano (2004) parte de novo, desta vez rumo a França. Foi durante o Ramadão que, naquele que considera um “país bom”, “Mou Mou” conheceu um “muçulmano” que, tendo conhecimento da sua situação difícil em Itália, lhe ofereceu trabalho como pintor. Mais tarde, vendo o seu trabalho, o patrão deste “muçulmano” convidaria “Mou Mou” a trabalhar na sua empresa de instalação de aquecimento central. Assim, durante um mês de trabalho, conheceria boa parte das principais cidades francesas.

Faz novo pedido de asilo, mais uma vez lhe é recusado, segundo diz, pelos mesmos motivos que haviam justificado a recusa em Itália. Mais uma vez volta a receber ordem de expulsão pela sua situação irregular: tem três dias para abandonar o território francês, caso contrário poderá ficar detido durante um período de seis meses. Parte para Espanha.

“Porque, todos os países árabe não querem adoptar-me, sabes. Foste três vezes no Marrocos. Três vezes. Espanha... (...) Marrocos manda-me... Porque na Espanha, quando dizer, dizer: ‘vocês palestinos, eu não acredito’, sabes? Vai na Marrocos, também Marrocos manda-me embora.”

Em Espanha trabalha na instalação de painéis solares. É expulso para Marrocos por duas vezes. Passa algumas horas em Ceuta, da primeira vez, da segunda é mandado para Melilla. As autoridades espanholas não acreditam que seja palestiniano – *“tem cara de marroquino”* -, as autoridades marroquinas não o deixam entrar porque não têm forma de provar que é cidadão marroquino. Acaba por voltar sempre a Espanha e vai entrando, por várias vezes, em Portugal.

“Esse é problema que fa. Eu faz grande erro quando entra na Portugal, sabes? Entrar na Portugal 2... 2010, mes doze, onze, esso. Eu sempre, quando lá, fugir da frio. Eu não gosto de

frio, sabes. (...) Depois quando começar quente, volta outra vez. (...) Porque vocês não tem nenhuma documentos... Se tem... Eles sabem isto tudo, sabes. Aqui em Portugal já acho que não sabe nada, sabes? Vocês não tem nada, não tem documentos, vais... (...) gastar dinheiro, gastar tudo... É fácil, toma, na fronteira, vá...”

Em 2010 “Mou Mou” entra pela quarta vez em Portugal. Antes afirma ter vindo “fazer negócio”: fala da venda de mercadorias italianas (“roupas falsas, relógios”) - que ia buscar a Nápoles – e de “trabalho com as mulheres”.

“Eu trabalho todos... Se.. for... trabalho faz... é, tudo trabalho. (...) Pintar, todos coisa trabalhar, sabe. Vender droga, roubar, tudo isso fazer isto na minha vida... Tou a falar contigo sério, não tou a brincar nada. Porque aqui é mau... Se vocês não tem documentos, o que é que pensa vocês que vai trabalhar? Agora vocês, imagina vocês não tem documentos, quer trabalhar... Eu não posso, primeiro. Se vocês tem trabalhar, empregado de mesa, se patrón aceita, se não na discoteca, estas duas coisa porque brasileiro também não tem documentos não é, que faz o brasileiro? Prostituições... Vai e não sei quê, não sei quê para ganhar dinheiro. É isso.”

Desta vez diz ter vindo, aconselhado por “pessoas egípcias”, unicamente para “arranjar o B.I.” em Lisboa. O objectivo era “buscar papéis” e voltar a trabalhar em França “porque o salário é mais alto” e, segundo havia sido informado, em Portugal é mais fácil arranjar documentos (falsos). Em Lisboa é detido, com documentos falsos, a 30 de Janeiro de 2010. No dia 2 de Fevereiro dá entrada na UHSA.

ANÁLISE DA ENTREVISTA E CONTEXTO HISTÓRICO

“Eu não tem nacionalidade, sabes... Eu sou internacional como diz... ‘Você é internacional’, não é nacional. (...) E anda assim... joga assim duns lados lá (fazendo com o braço o gesto de ser mandado e um lado para o outro)... É assim a vida...”

“Mou Mou” é um rapaz calmo. Nota-se já ter vivido muito, não se percebe à primeira vista o quê mas é visível que o seu percurso não é curto. Mostra-se cooperante desde o primeiro contacto e aparenta uma serenidade pouco comum naquelas circunstâncias, certamente resultado da longa experiência que possui com tais situações. Hesita quando lhe

falo pela primeira vez numa entrevista mas os medos dissipam-se quando lhe apresento um papel dobrado: ao abri-lo os seus olhos iluminam-se, não o larga mais, mantém-no por perto durante toda a entrevista.

Passei-lhe para as mãos o mapa do país que diz ser o seu, um país que nem todos reconhecem como país e que até agora poucos lhe reconheceram como sendo de sua origem. Logo que vê o desenho da Palestina “Mou Mou” começa a falar...

Rafah

Nasceu em 1985, em Rafah, “uma das áreas mais pobres e devastadas pelo conflito Israelo-Palestiniano”.¹²⁹ Rafah situa-se na fronteira com o Egipto e constitui actualmente o único ponto de travessia fronteiriça de Gaza não controlado (pelo menos fisicamente) por forças israelitas.¹³⁰

¹²⁹ in “Razing Rafah: Mass Home Demolitions in the Gaza Strip”

¹³⁰ Em 2005 e “pela primeira vez desde 1967, os Palestinos ganham controlo sobre as entradas e saídas do seu território (...) através de uma passagem internacional” (Condoleezza Rice in MORRISON, David. “How the EU helps Israel to strangle Gaza” *The Electronic Intifada* (14 Feb 2008) Disponível em: <http://electronicintifada.net/v2/article9303.shtml> (acedido a: 10/11/2011)).

Enquanto parte do plano unilateral de retirada israelita, o Acordo sobre Movimento e Acesso assinado por Israel e a Autoridade Nacional Palestiniana deixou o controlo da passagem nas mãos desta última, sob a monitorização da European Union Border Assistance (EUBAM), e da guarda fronteiriça egípcia, do lado oposto da fronteira. Em ambos os casos (Egipto e EUBAM), todas as acções referentes à abertura ou encerramento da fronteira são levadas a cabo tendo em conta os requisitos de segurança israelitas e, em última instância, a sua permissão.

Em 2006, após o sequestro de um soldado israelita por forças palestinianas, a EUBAM fecha temporariamente a fronteira por “razões de segurança” alegadas por Israel. (in “How the EU helps Israel to strangle Gaza”) Em 2007, depois de o Hamas tomar o controlo sobre Gaza, o encerramento seria definitivo, dado que o acordo da U.E. acerca da monitorização da fronteira era com o governo “legítimo” da Fatah e este já não detinha o poder na Faixa. (in KEINON, Herb. “EU monitors to stay away from Rafah” *The Jerusalem Post* (28 Jun 2007) Disponível em: <http://fr.jpost.com/servlet/Satellite?cid=1182951031929&pagename=JPost/JPArticle/ShowFull> (acedido a: 10/11/2011)).

Entretanto, em 2008, o bloqueio é furado por habitantes em busca de mantimentos – o acordo não inclui a passagem de mercadorias, só de pessoas – (in BARZAK, Ibrahim. “Gazans flood Egypt after border breach” *BBC News* (28 Jun 2007) Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/7204029.stm> (acedido a: 10/11/2011)) e por equipas de ajuda humanitária para fornecer apoio médico aos palestinianos feridos pelos ataques aéreos israelitas. (in The United Nations. “Report of the United Nations Fact Finding Mission on the Gaza Conflict”. London: United Nations Human Rights Council. (15 Set 2009) Disponível em: <http://image.guardian.co.uk/sys-files/Guardian/documents/2009/09/15/UNFFMGCRpt.pdf>. (acedido a 15/06/2011))

Em 2010, depois de um ataque israelita a uma frota de ajuda humanitária internacional que tentava romper o bloqueio marítimo a Gaza, o presidente egípcio Hosni Mubarak declara a abertura sem prazo definido da fronteira de Rafah. (in ABED, Mohamed. “Frota de ajuda humanitária a Gaza quer o fim do bloqueio israelense” *AFP* (30 Mai 2011) Disponível em: <http://noticias.r7.com/internacional/noticias/frota-de-ajuda-humanitaria-a-gaza-quer-o-fim-do-bloqueio-israelense-20110530.html> (acedido a: 10/11/2011))

No entanto, a necessidade de “apaziguar a opinião pública (internacional) relativamente às acções israelitas” não se sobrepõe à de manter “relações próximas com o Estado Judaico” e consequente apoio Norte

Ainda que não tenha nascido num, “Mou Mou” faz parte da “geração dos campos de refugiados”. Na verdade, a maior parte da população de Rafah é constituída por refugiados¹³¹. O campo de Rafah, criado em 1949, é um dos oito campos de refugiados da Faixa de Gaza.¹³² Criados após a guerra Israelo-Árabe de 1948, e consequente “ocupação” israelita dos territórios consagrados à população árabe pelo plano de divisão definido¹³³ em 1947 pela ONU (Faixa de Gaza e Cisjordânia, incluindo Jerusalém Leste),¹³⁴ para alojar os deslocados palestinianos, ao longo do tempo os campos foram alastrando¹³⁵ e confundindo-se com as localidades em redor enquanto as obrigavam a enfrentar um novo desafio: o da sobrepopulação.¹³⁶

Uma espécie de infância

“O meu pai é tropa... Militar de equipa de Hamas... Partido, nós tínhamos partido do Hamas e Fatah. Vês aqui (abre o mapa): aqui são todos do Fatah, misturam com Fatah e

– Americano, e a promessa não vai muito além disso mesmo. (in SHENKER, Jack. *“Opening Rafah crossing as lifeline for Gaza poses dilemma for Egypt”* The Guardian (2 Jun 2010) Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2010/jun/02/rafah-crossing-gaza-egypt-dilemma> (acedido a: 10/11/2011)) A 28 de Maio de 2011, após a queda do regime de Mubarak, a 11 de Março, e do “acordo de reconciliação” entre as duas facções palestinianas – o “movimento Islamista Hamas” e o “partido laico Fatah” – a passagem de Rafah foi reaberta, contra todas as expectativas, pelo Egipto. (in SALEM, Suahib. *“Centenas de Palestínianos já atravessaram a fronteira para o Egipto”* Público (28 Mai 2011) Disponível em: http://www.publico.pt/Mundo/centenas-de-palestinianos-ja-atravesaram-a-fronteira-para-o-egipto_1496392 (acedido a: 10/11/2011)) Uma medida aclamada pela União Europeia e pelo Hamas (in *“Hamas, EU hail Egypt plan to open Rafah border”* AFP (26 Mai 2011) Disponível em: http://www.khaleejtimes.com/DisplayArticle09.asp?xfile=data/middleeast/2011/May/middleeast_May748.xml§ion=middleeast (acedido a: 10/11/2011)) e avaliada por Israel como “uma situação muito problemática”. (in MUSTAFA, Ibraheem Abu. *“Egipto abre fronteira em Rafah com a Faixa de Gaza”* Público (22 Feb 2009) Disponível em: http://www.publico.pt/Mundo/egipto-abre-fronteira-de-rafah-com-gaza_1366251 (acedido a: 10/11/2011)) Mais uma vez, a promessa é a de uma acção de carácter permanente, no entanto, poucos dias transcorridos as dificuldades de entendimento entre as partes (in AKRAM, Fares. *“Palestinos encontram fronteira do Egipto com Gaza menos aberta que o prometido”* Reuters (3 Jun 2011) Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/nyt/palestinos+encontram+fronteira+do+egito+com+gaza+menos+aberta+que+o+prometido/n1596998586921.html> (acedido a: 10/11/2011)) vão impondo novas restrições à liberdade de circulação do povo palestiniano. (in *“Egipto abre fronteira com a Faixa de Gaza”*)

¹³¹ in UNRWA. *“Rafah refugee camp”* Disponível em: <http://www.unrwa.org/etemplate.php?id=77> (acedido a 10/06/2011)

¹³² idem

¹³³ Resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas de Novembro de 1947

¹³⁴ in BONIFACE, Pascal e VÉDRINE, Hubert. *“Atlas das Crises e dos Conflitos”*. Lisboa: Plátano Editora, 2010, pp.94-95

¹³⁵ Em parte, tal fenómeno deve-se aos projectos de “reconstrução” levados a cabo pela administração israelita iniciados em 1971, em acções de verdadeira destruição que, segundo alguns, pretendia “expulsar o máximo de Árabes possível” do, agora, Estado Judaico. (in Human Rights Watch. *“Razing Rafah: Mass Home Demolitions in the Gaza Strip”*. (17 Out 2004) Disponível em: <http://www.hrw.org/en/reports/2004/10/17/razing-rafah-0> (acedido a 10/06/2011))

¹³⁶ in *“Razing Rafah: Mass Home Demolitions in the Gaza Strip”*

Hamas, partido. E Fatah ajudam os israelita. O Hamas não ajuda, sabes, é contrário... Aqui (aponta Faixa de Gaza) partido do Hamas... Pai, tá, tá partido do Hamas. Ajuda, faz essas coisa.”

“Mou Mou” nasceu depois da emancipação da Organização para a Libertação da Palestina (que agrupa os movimentos nacionalistas palestinianos, incluindo o Fatah) relativamente aos países árabes¹³⁷, e antes da primeira Intifada¹³⁸ promovida pelos jovens palestinianos que, no mesmo ano viriam a criar o Hamas.¹³⁹ “Contestando a supremacia da OLP na luta pela libertação nacional”¹⁴⁰ o Hamas tomaria a recusa de um “direito à existência do Estado de Israel”¹⁴¹ como sua principal bandeira.

Além da ausência do pai devido às suas funções “secretas” como militar do Hamas, as recordações que “Mou Mou” tem da sua infância parecem só se cruzar com a guerra pelo facto de o impedirem de fazer uma das coisas de que mais gostava: ir à escola. Apesar de só ter concluído o terceiro ano de escolaridade¹⁴², e talvez por influência da mãe, enfermeira e sua principal referência, é nas recordações da comunidade que o rodeava e das salas de aula que “Mou Mou” parece encontrar mais conforto.

“Brinca, sabes, na terra, com os amigos, crianças... (...) Escola, escola, nós temos escola pequenina, sabes? Escola, criança... muitos crianças, sabes? Muito crianças. Casas pertinho, sabes? (...) Toda a gente conhecia. É assim: “tu és filho de quem” e assim... (...) Eu estudei, sabes? Não é estudei, mas, por causa da minha mãe, tá enfermeira, tá... (faz o gesto de escrever) Sabe, escreve assim as coisas, escola também ensinar. Nós estudamos muito, sabes? É guerra mesmo. Estudar uma semana, duas semanas, volta tudo casa, esconder, não sei quê... Depois, dois meses vai começar a estudar... eh... não é estudar... Sabes, é esse é que é o problema, sabes. Nós palestinianos temos cabeça muito, sabes, muito duro, p’raprender rápido, sabes. Por isso israelita sempre ataca para povo não sabe nada, fica... burro, sabes? É isso.”

¹³⁷ Que ocorreu na sequência da ocupação efectiva da Faixa de Gaza propiciada pela guerra Israelo-Árabe (“dos 6 dias”) que, em 1967, resultaria numa vitória esmagadora da jovem nação judaica. BONIFACE, Pascal, dir. “Atlas das Relações Internacionais”. Lisboa: Plátano Editora, 2005, p.128)

¹³⁸ “A sublevação” (1987-1993) que teve início na Faixa de Gaza mas depressa alastraria à Cisjordânia e a Jerusalém - Leste. (in “Atlas das Relações Internacionais”, p.129)

¹³⁹ in “Atlas das Relações Internacionais”, pp.128

¹⁴⁰ in “Entenda o conflito entre Hamas e Fatah” Globo Notícias (15 Jun 2007) Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL52813-5602,00.html> (acedido a: 10/11/2011)

¹⁴¹ in PLITNICK, Mitchell. “Netanyahu rejects Obama proposal on pré-1967 borders” Inter Press Service (20 Mai 2011) Disponível em: <http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=55725> (acedido a: 10/11/2011)

¹⁴² Informação cedida pela JRS.

Desde 1948 a UNRWA (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East) mantém no “território ocupado” da Palestina a “única missão dedicada a ajudar refugiados de uma região/conflito específico”, garantindo apoio médico e social a nível de alimentação, abrigo e educação, aos inscritos.¹⁴³

Ao lembrar os tempos em que (quase) verdadeiramente foi criança, o olhar de “Mou Mou” ilumina-se e a voz ganha outro tom, mais sereno. Dá “Graças a Deus” por ter tido oportunidade de aprender mas não me responde quando lhe pergunto com que idade saiu da escola. Diz que gostava de desenhar e pintar e sorri ao recordá-lo. Também gostava de ler mas “quando tinha a cabeça calma”, agora “para ler não dá”.

O ressentimento para com os atacantes está patente no discurso mas os sonhos de criança permitem-lhe até brincar com a situação...

“Sabes, todas as crianças querem ser... ser médico, essas coisas... Piloto do avião, sabes. Não pensar as coisas, sabes, mal. Ou professor, sabes porque, professor lá... (...) “Eu quero ser Professor.” Professor porquê, para mandar nos meninos, sabes. Porque o Professor lá bate os meninos, sabes. (risos) Eles lá querem ser Professor porque bate os meninos, sabes. (...) Eu quero continuar a estudar (...) [Quero ser] Como Sócrate, como dizem. (...) Para dar a todos os vistos para todos os que... (risos) Na, só tou a brincar. É assim a vida...”

¹⁴³ Em Gaza, o desemprego atinge hoje os 36% (in GIZ. *Migration Legislation, Institutions and Policies in the EuroMed Region*. EUROMED Migration (2008-2011). European Commission: Bruxelas, 2011 Disponível em: http://www.euromed-migration.eu/sites/euromed-migration.eu/myzms/content/e1152/e16559/e16566/MigrationLegislation,InstitutionsandpoliciesintheEUROMEDregionEN_eng.pdf (acedido a 2/05/2011) sendo que, em grande parte devido ao bloqueio imposto desde 2007 pelas autoridades israelitas, este é considerado um dos principais flagelos da região, paralelamente à falta de água potável e electricidade, à elevada densidade populacional e à falta de manutenção das infra-estruturas. (in unrwa.org) Recentemente, Wadl El Masri, gerente da Palestine Industrial Development Limited (PIEDCO) afirmou que “a economia de Gaza entrou em colapso a 90%”, sendo que “80% da população depende de ajuda humanitária”. (in FRYKBERG, Mel. *“Open’ Borders do not open Economy”* Inter Press Service (24 Mai 2011) Disponível em: <http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=55756> (acedido a: 10/11/2011)) Enquanto o trabalho da UNRWA é, por alguns, acusado de “criar dependência” e uma situação “injusta” relativamente a outros refugiados (in ROMIROWSY, Asaf. *“Defund the UNRWA”* The Washington Times (19 Mai 2008) Disponível em: <http://www.washingtontimes.com/news/2008/may/19/defund-unrwa/> (acedido a: 10/11/2011)), a AIDA (Associação de Agências Internacionais de Desenvolvimento) critica as “restrições à liberdade de movimento impostas por Israel” que “dificultam o trabalho humanitário e custam aos doadores milhões de dólares” (in *“ONG perdem muito dinheiro devido às restrições de Israel”* Jornal de Angola (9 Jun 2011) Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/13/0/ong_perdem_muito_dinheiro_devido_as_restricoes_de_israel (acedido a: 10/11/2011) e os responsáveis pela frota de ajuda humanitária que em 2010 tentou quebrar o bloqueio marítimo israelita à região preparam-se para, no final de Junho deste ano, repetir a façanha. (in *“Frota de ajuda humanitária a Gaza quer fim do bloqueio israelense”*)

A conversa muda definitivamente de cor quando falamos da guerra e das consequências (mais graves) que teve na sua vida. A entrevista tem que ser interrompida quando o assunto toca a família. As emoções são verdadeiras e fortes. Mais do que marcas físicas o ataque israelita deixou cicatrizes emocionais profundas...

“Ataque na minha casa, sabes... Com... com bomba, sabes, aquilo é...horrível... sabes... casas são...são tudo... Parece uma cidade... Viste uma cidade amanhã, hoje, e amanhã... uma terra não há nada, sabes, é como (gesticula)... já não há nada... Todos... a gente só foge, a gente chora, a gente... (diz que não com a cabeça)”

Uma guerra inacabada

“Guerra para mim é uma, uma crime. Guerra é um... a guerra é antiga, sabes. A guerra, quando foram os muitos anos, ‘tá a guerra. Guerra pa roubar ouros, guerra pa fazer, roubares petrol, guerra pa fazer, sabes...”

“A guerra é antiga”... “Mou Mou” conhece toda a história do conflito Israelo-Árabe e tem com ela uma relação especial, de quem a viveu por dentro. Conta com a maior coerência a sequência dos factos: desde o domínio Romano, passando pelo período Islâmico, a convivência entre religiões durante o domínio Cristão, o Império Otomano, o mandato Britânico e a criação de um Estado Judaico com as respectivas consequências para o povo palestino.

“Antigamente... Antigamente todos vivemos conjunto, sabes. Quando, lá tem os países todos, sabes. Aquela terra, antigamente não fala árabe, sabes. Antigamente não fala árabe, sabes. Falar língua romana, não sei quê, não sei quê... Se vocês vem na Faixa de Gaza tu vêes a história de país antigamente, sabes, de romano e rei, todas coisas lá. E depois quando chegou muçulmano, quando cristão, viveu conjunto, sabes. Lá só, palavra de Diós, mai nada. Porque o muçulmano quando tirou tudo deixou, deixou l’otro muçulmano em paz, deixou os outros todos viver. Depois o que aconteceu: antigamente tava o partido Turquia. Turquia tava, antigamente tava muito grande. (...) Lá quando toda a gente quer apartar, quando entra o inglês, sabes. O Francês lá, cada, quer um partido, quer um país lá, sabes. Por exemplo, Egipto, lado. Palestina, lado. Líbano pa lá. Esse é que é o problema. Nos somos... já

partiu todos. Quando ficamos unidos...é isso. Então o inglês, já buscar todos os judeus de Polónia, ingleses, franceses, todos, jogá-los todos lá. É esse o grande problema, quando deixaram todos sozinhos, lá... Se não, não há guerra nem nada. Entraram... Quando entraram os judeus, problema aqui grande, os de Palestina, mandaram fora. Aqui, se tu vês aqui [apontando no mapa os territórios fronteiriços dos países mais próximos] Aqui 'tavam os palestinos, mandaram todos fora aqui e depois os israelitas querem crescer mais, quer roubar mais terra aqui, já roubaram mais terra aqui ou querem mais...

Entram aqui. Agora, vocês aqui no Egito, aqui não há pessoas, aqui quem comanda aqui são os israelitas, não é Egito. (...) Eles também já roubou aqui na [fronteira] Síria. Aqui também, se vocês aqui... também Palestina mas não Palestina. Aqui se tivesses aqui mesmo, judeus, aqui judeus, aqui também, todo o lado é israelita que vive. Aqui não vive em paz. Aqui não, [Cisjordânia] palestinos mezclados... Só nós temos aqui uma porta [na fronteira com Egito,] se eles fecham aqui porta nós não podemos fu... não podemos comer, não podemos nada. Aqui também israelita. Nós não temos pão, não tem nada, não há avião, não tem nada... Esse é que é o problema.”

Em 1993 os Acordos de Oslo marcaram o início de um processo de paz que até hoje perdura. Apercebendo-se de que “a utilização, por parte de Saddam Hussein, da ocupação israelita dos territórios (...) mobiliza amplamente todos os países árabes”, o presidente Norte-Americano na época, George Bush, pressiona Israel a negociar com os Palestínianos. Os EUA patrocinam um encontro entre Itzhak Rabin, primeiro-ministro israelita, que reconhece a OLP como “representante do povo palestíniano”, e Yasser Arafat que “reconhecia o ‘direito do Estado de Israel a viver em paz e segurança’ e compromete a OLP a reconhecer as resoluções da ONU sobre a questão”.

A Palestina é assim dotada de um “estatuto provisório de autonomia” que prevê que, até 1999, o poder seja progressivamente transferido para “uma Autoridade Palestíniana eleita”, acompanhando a retirada do exército israelita e uma resolução acerca do estatuto da Faixa de Gaza, da Cisjordânia, de Jerusalém, dos refugiados palestínianos e dos colonatos judaicos. No entanto, nos anos que se seguiram, “extremistas dos dois lados esforçaram-se, pela violência, por fazer fracassar o processo de paz”.¹⁴⁴

¹⁴⁴ in “Atlas das Relações Internacionais”, p. 129

O culminar da situação seria o assassinato de Itzhak Rabin, por um extremista judeu, em 1995,¹⁴⁵ ao qual se seguiria uma vaga de atentados perpetrados pelo Hamas que levariam ao poder, em Israel, uma coligação de “direita, extrema-direita e partidos religiosos integristas” liderada por Benjamin Netanyahu, cuja “intransigência” votaria ao fracasso o processo de paz e provocaria “em Jerusalém, Gaza e Cisjordânia os mais graves confrontos entre Palestínianos e forças da ordem israelitas após a Intifada”.¹⁴⁶

“Até agora, sabes, os israelitas só mandam avião F... 16, mandar bombas, depois fujam, sabes... Depois vão ver lá, vão buscar se tem mortos, se não tem mortos e isso... Porque os israelitas, aqui (aponta para a Cisjordânia) tudo israelita viviam junto com, com cristão, mas aqui (aponta Faixa de Gaza) não há nada, só Palestina. Aquele lado israelita. Pensavam que os israelita faziam o câmara acima de nós. Sabe, câmara, ver nós, sabes?”

Foi nesta fase que a guerra atingiu “Mou Mou” de uma forma irremediável, no entanto não guarda ressentimentos. A única situação que o revolta é o facto de “a gente aqui na Europa não sabe[r] nada”, cingindo-se (“os jornalistas”) às informações que “os judío[s], os israelita[s]” fornecem.¹⁴⁷

Uma questão de política

“Aqui, a gente toda vê a televisão, olha, é isso e tal, é a verdade, mas quando vocês entra lá, tu vais saber todos mesmo, tu vais perceber, é o contrário. ‘Tas a perceber?’”

Para “Mou Mou”, o conflito Israelo-Palestiniano é uma questão de política internacional. Acredita que são os interesses externos que mantêm o conflito aceso. A sua teoria parece basear-se, em parte, nas origens religiosas da divisão de Jerusalém.

“Isto é uma guerra, é uma guerra internacional. Guerra... Quando esta guerra vai terminar, o mundo vai tremer todo. Quando pára a guerra o mundo vai tremer todo. ‘Tás a perceber? Lá, nós temos na Coran, quando disse, lá, uma terra sagrada quando vai terminar quando

¹⁴⁵ in “Atlas dos Conflitos e Crises Internacionais”, p.97

¹⁴⁶ in “Atlas das Relações Internacionais”, p. 129

¹⁴⁷ A “câmara” referida por “Mou Mou” tem um fundamento: de facto, a passagem de Rafah é “monitorizada remotamente por um circuito fechado de TV” ligado à passagem de Kerem Shalom onde as autoridades israelitas controlam as entradas e saídas pela referida passagem. (in “How the EU helps strangle Gaza”)

Cristo vai crescer outra vez. É que é difícil no é, crer? Quando Jesus vai crescer outra vez o mundo vai tudo acabar, sabes. Porquê, porquê, porquê lá Inglaterra, América ajudam Israel, porquê? O Islão não é Cristão. Lá tem um...coisa como se diz? Inglaterra não é país católico, é país... [Anglicano] É esse, anglicana acreditam Jesus vai nascer lá por isso ajudam israelita para crer isso. Católico não, católico é diferente. (...) Este problema...comunidade internacional.”

A repartição inicial (1948) da cidade de Jerusalém teve em conta a importância desta para as diferentes religiões que, à conta da mesma, e do valor atribuído ao território palestino no geral, entrariam em conflito. Os variáveis conceitos de “Terra Prometida” e “Cidade Escolhida” são, de facto, duas das justificações comumente utilizadas para a não resolução daquela que, na verdade, não é mais que uma ramificação do conflito Israelo-Árabe.¹⁴⁸

Até hoje a questão da divisão de Jerusalém é um dos principais entraves a uma resolução pacífica do conflito. Netanyahu afirma a indivisibilidade da cidade como “um dos pilares da unidade da nação israelita.”¹⁴⁹ A cidade “completa e una” foi definida como “capital de Israel” em 1980 por uma lei passada pelo governo israelita mas não reconhecida pela comunidade internacional.¹⁵⁰ Entretanto os palestinos reclamam a parte Leste da cidade como capital do seu futuro Estado cujo reconhecimento será levado a votos na ONU, pela OLP, em Setembro de 2011.¹⁵¹

Depois de um acordo entre a Autoridade Palestiniana e o Hamas para formar um governo de coligação¹⁵², a OLP procurou, por iniciativa própria, o reconhecimento da

¹⁴⁸ Segundo a Tora, a Terra de Canaã foi prometida por Deus aos “filhos de Israel”. Segundo o Corão, Deus prometeu a mesma terra não só aos descendentes de Isaac (Israel), filho mais novo de Abraão, mas também aos descendentes dos seus outros filhos, nos quais se inclui Ismael, de quem descendem os Árabes. Consequentemente, muitos dos locais sagrados que se encontram quer na cidade de Jerusalém quer no restante território que hoje compõe Israel são comuns às duas religiões e, de ambos os lados, existem grupos – como o Likud, do lado israelita, ou o Hamas, do lado palestino – que reclamam o direito à posse de tais locais. Também na Bíblia o “direito ancestral” dos Judeus a esta terra é enunciado em várias passagens. Há também quem acredite que o regresso dos Judeus a Israel é um pré-requisito para a segunda vinda de Cristo. (in STOROBIN, David. “Significance of Jerusalem in Islam, Judaism and Christianity” *Turkish Weekly* (15 Mar 2005) Disponível em: <http://www.turkishweekly.net/news/6358/significance-of-jerusalem-in-islam-judaism-and-christianity.html> (acedido a: 14/06/2011))

¹⁴⁹ in D’AMOURS, Jillian Kestler. “Worse by the day in Jerusalem” Inter Press Service (2 Jun 2011) Disponível em: <http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=55904> (acedido a: 10/11/2011)

¹⁵⁰ “A reunificação de Jerusalém ocorreu em 1967, quando as forças israelitas capturaram Jerusalém – Leste do controlo da Jordânia, durante a Guerra dos Seis dias.” (in “Worse by the day in Jerusalem”)

¹⁵¹ in DEEN, Thalif. “U.S. veto could derail Palestine as new U.N. member state” Inter Press Service (1 Jun 2011) Disponível em: <http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=55887> (acedido a: 10/11/2011)

¹⁵² in “Netanyahu rejects Obama proposal on Pre-1967 borders”

comunidade internacional, numa atitude que alguns consideram um desafio à “supremacia da Casa Branca”.¹⁵³ Oferecendo uma proposta de ocupação de 22% do território (percentagem ainda menor que a que lhes fora conferida pelo plano de divisão de 1947 – 45%¹⁵⁴), a Autoridade Palestiniana oferece a Israel aquela que parece ser a “última hipótese para uma solução de dois estados”, uma solução que, ainda assim, não agrada a Israel.¹⁵⁵

Os planos israelitas incluem um estado Palestino sem Jerusalém - Leste, sem vale do Jordão, sem admissão do retorno dos refugiados palestinos, contando com a continuidade dos colonatos e com a manutenção do controlo do espaço aéreo e fronteiras terrestres por parte das autoridades israelitas.¹⁵⁶

Face às acusações de ameaças e efectivas violações dos Direitos Humanos perpetradas pela ocupação israelita quer em Jerusalém – Leste¹⁵⁷ quer no vale do Jordão¹⁵⁸, e à crescente onda de manifestações não violentas (mas reprimidas de forma não consentânea) a favor do retorno dos refugiados palestinos¹⁵⁹, Netanyahu reitera o carácter fundamental da unidade da capital para a sobrevivência do Estado¹⁶⁰, o carácter imprescindível da incorporação de “áreas de importância crítica a nível estratégico e nacional”¹⁶¹ nas fronteiras finais de Israel, e o “direito de defender as suas fronteiras” e de usar a “necessária intransigência” para o conseguir.¹⁶²

Perante a declaração do presidente Norte-Americano Barack Obama de que os EUA apoiarão uma negociação “baseada nas fronteiras de 1967”¹⁶³ e de vontade de realizá-la com um “governo Palestino unificado”, Netanyahu é peremptório em considerar as fronteiras de 1967 como “indefensáveis”; impensável um acordo com um governo apoiado numa “organização que recorreu ao terrorismo e que recusou o direito de Israel à existência”¹⁶⁴; e

¹⁵³ in “U.S. veto could derail Palestine as new U.N. member state”

¹⁵⁴ in “Atlas dos Conflitos e Crises Internacionais”, pp.95

¹⁵⁵ in “U.S. veto could derail Palestine as new U.N. member state”

¹⁵⁶ idem

¹⁵⁷ in “Worse by the day in Jerusalem”

¹⁵⁸ Cujo acesso da parte da população palestina é limitado a cerca de um quarto da região incluindo suas reservas naturais. (in D’AMOURS, Jillian Kestler. “Settling into Humiliation” Inter Press Service (5 Jun 2011) Disponível em: <http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=55930> (acedido a: 10/11/2011))

¹⁵⁹ in BARLETT, Eva. “Palestinian Spring brings nothing new” Inter Press Service (10 Jun 2011) Disponível em: <http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=55931> (acedido a: 10/11/2011)

¹⁶⁰ in “Worse by the day in Jerusalem”

¹⁶¹ “Muitos analistas acreditam que se refere em grande parte ao Vale do Jordão.” (in “Settling into Humiliation”)

¹⁶² in “Palestinian Spring brings nothing new”

¹⁶³ in “U.S. veto could derail Palestine as new U.N. member state”

¹⁶⁴ Palavras de Barack Obama (in “Netanyahu rejects Obama proposal on Pre-1967 borders”)

impossível o regresso dos refugiados, considerando-o uma ameaça à “soberania” de um Estado Judaico”.¹⁶⁵

Na verdade, a posição de Obama não acrescentou nada de novo nem veio sequer opor-se à de Netanyahu. Aliás, caso o fizesse entraria em contradição com a posição que anteriormente tomou ao vetar a resolução das Nações Unidas que pretendia condenar a continuidade de construção dos colonatos israelitas em “território ocupado”¹⁶⁶ (definição usada pelo próprio governo de Israel). Uma negociação “baseada” nas fronteiras de 1967 com a manutenção dos colonatos e restantes exigências de Israel (às quais a presidência Norte-Americana não se opõe, pelo menos não verbalmente) redonda precisamente na presente situação e, portanto, não beneficia em nada os Palestínianos nem prejudica em nada os princípios de Israel.

No dealbar de uma época de revoluções, o carácter defensivo das declarações de Netanyahu é encarado por alguns como uma tática para “neutralizar” uma possível visão alargada dos EUA relativamente ao “conceito de auto-determinação nacional e individual dos povos da região”, de forma a não abarcar a Palestina.¹⁶⁷

“Os internacional quando foram no pays árabe só querem uma coisa... Petróleo. Agora porquê todos os pays que entram no Afeganistão... Porque não ficam lá muito tempo para... economie do pays, sabes... empresas, todos, pessoas viver lá... Afeganistão, quando ‘tava guerra? Mais de 10 anos não é? Lá no há nada! Iraque, também tava... economia muitos... agora... todos, a gente do Iraque ‘tá a sofrer muito, todos... Metade do Iraque tá fora do Iraque. Pois é...”

O destino da Palestina está, portanto, e mais uma vez (se é que alguma vez deixou de estar) nas mãos da “comunidade internacional”. A mesma que, segundo “Mou Mou” é responsável pela chamada “Primavera Árabe” e pelas consequências, do seu ponto de vista, nada positivas da mesma para as populações afectadas. Para si a solução para os problemas do mundo Árabe passaria pela união dos seus povos.

“(.) Os países árabes têm três região: judíos, cristão, ortodoxo, muçulmano, chiita... É diferente, sabes. Só nós temos uma palavra que é... é falar árabe, mais nada. Essas coisas...

¹⁶⁵ in “*Palestinian Spring brings nothing new*”

¹⁶⁶ in “*U.S. veto could derail Palestine as new U.N. member state*”

¹⁶⁷ in KLOCHENDLER, Pierre. “Obama Peace Intervention sparks new disputes” Inter Press News (23 Mai 2011)
Disponível em: <http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=55739> (acedido a 10/06/2011)

Se nós unidos não estamos cá na Europa. Não estás Palestina, está na guerra. Se nós somos países árabes unidos... nós temos petrol, tem gás, sabes. Tem muitas pessoas para trabalhar. Aqui não tens nada... Só os presidentes roba... Pessoa também roba..."

“Mou Mou” fala da classe política, em geral, com descrença. Comenta o facto de os partidos só servirem os interesses pessoais (económicos) dos seus líderes sem respeitarem uma verdadeira ideologia e fala ainda dos regimes dos países árabes como exemplares de uma mesma estirpe.

“Isto é... a revolta que me dizem... A revolta. Sabes, nós temos presidente só quer ficar lá (agarra a cadeira com as mãos) (...) É fazer nada, só sentar. Ganhar dinheiro, sentar. Não queres renovar, cada, cada 5 anos l’outro, no. Só quer 30 anos... Se você vai na... todos, querem ficar... Nós, países árabes, antigamente era rei, agora no pode ser rei... Rei... Porquê rei? President? Agora nós temos president, é igual rei! Depois tira president, fica rei. É isso mesmo. Essa é que é a verdade.”

Ainda assim, quando lhe peço que me indique uma pessoa que admire, “Mou Mou” indica-me o nome de Yasser Arafat, fundador da facção moderada da cena política Palestiniana, Fatah. Apesar de se tratar da facção contrária àquela que domina a terra em que nasceu e da qual fazia parte o seu pai, “Mou Mou” vê em Arafat um “homem bom”, que só queria “a paz [para o] meu país”. Na verdade, sempre que o assunto roça o mundo das possibilidades há uma palavra que se repete: “paz”.

“ [O que desejo]...para a Palestina...todos mondo quer lá viver conjuntos, como antigamente, sabes. (...) Em paz... Tu muçulmano, tu judío, cristãos, ortodoxos, todos lá viveram... Nada, vá. Se for vizinhos judíos, não há problema, “olá, tudo bem?”. Lá tem casa, eu tenho minha casa... Cabe tudo.”

No mundo das possibilidades: o retorno

Como acontece com a generalidade dos palestinianos¹⁶⁸, o “apelo da terra” não se desvanece. Mais do que um país, conceito abstracto, os palestinianos lutam por uma “terra” que já lhes pertenceu. “Mou Mou” sente-se ligado à Palestina quase que por um sentimento de reciprocidade, de dívida, de gratidão e de necessidade de recompensar o país que o viu nascer. O objectivo final é esse mesmo, “ajudar”, mas enquanto tal não é possível a palavra de ordem vai sendo outra: “viver”.

“ [Voltar...] Penso, mas no penso, sabes? Penso, para ajudar o país. Toda a gente tem que ajudar país. (...) Imigrante, todos [sentem] falta, sabes. Imigrante tá aqui só, só para buscar dinheiro, só para, para viver lá, sabes. Eu parto para viver no para... para ganhar dinheiro, sabes. Se uma parte para ganhar dinheiro tem que buscar documentos, para voltar, ajuda o país, ajuda a família... mas eu não tenho família, eu vou ajudar quem? Só para viver, mai nada. (...) Quero 30, 35... Voltar para lá. (...) Sim, final, para viver lá (...) Viver lá até morrer (...) Sim, penso para ir pa Palestina mas Israel não vai entender... Agora quando eu vou na Palestina, os pays européenes tem que mandar uma lettra para pays israelita para dar uma licença para entrar na Palestina. Se não dá eu não vou entrar. Se tu tiver mesmo na fronteira de Egipto, de Jordânia, et de Líbano, qualquer, porque lá, pays qui commande é israelita. (...) Porque israelita tem armas, tem todas coisa. Tem economia, tem tudo. (...) Se perguntares a pessoa que sabe, diz “para entrar tem que dar licença”, se não tem licença não pode entrar aqui, aqui também é fronteira.”

Como já referido, a questão do retorno é, simultaneamente, uma das chaves para a paz e um dos combustíveis para a guerra entre palestinianos e israelitas e, em última instância, para as dificuldades colocadas ao processo de paz no Médio Oriente.

A primeira vaga de deslocados, aquando da guerra Israelo-Árabe que se seguiu à divisão de 1947, é referido pela UNRWA, números redondos, como sendo de 957.000, sendo que “aproximadamente um terço destas pessoas fugiu para a Cisjordânia, outro terço para a Faixa de Gaza e os restantes para a Jordânia, Síria, Líbano e o resto do mundo”. Vinte anos depois, aquando do segundo conflito e consequente alargamento do território israelita

¹⁶⁸ in SULIMAN, Mohammed Rabah. “In Palestine curse anything but the land” *The Electronic Intifada* (1 Abr 2011) Disponível em: <http://electronicintifada.net/v2/article11892.shtml> (acedido a: 10/06/2011)

ocupando Cisjordânia e Faixa de Gaza, mais 300.000 terão abandonado as referidas zonas rumo, na sua maioria, à Jordânia.¹⁶⁹

Ambas as partes do conflito recorrem, incessantemente e desde o princípio do mesmo, ao Direito internacional para justificar as suas posições, opostas, relativamente à questão.

A Resolução 194 da Assembleia Geral das Nações Unidas de Dezembro de 1948 é uma das bases para a reivindicação Palestiniana. No Artigo 11 declara-se que: “aos refugiados que desejem regressar às suas casas e viver em paz com os seus vizinhos deve ser permitido o regresso com a maior brevidade possível, e aos mesmos deve ser oferecida uma compensação pelas perdas e danos relativos às suas propriedades” e que tais acções devem, sob os princípios do Direito internacional, “ser levadas a cabo pelos Governos e autoridades responsáveis”.¹⁷⁰

Também a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que no seu Artigo 13º, alínea 2 consagra que “toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país”¹⁷¹, é referida pelos apoiantes da causa palestiniana para defender as suas reivindicações.

O mesmo se aplica à resolução 3236 da Assembleia Geral das Nações Unidas que afirma “o direito inalienável dos Palestinos regressarem às suas casas e propriedades, das quais foram retirados, e apela ao seu regresso.”¹⁷²

Os governos israelitas foram sucessivamente rejeitando a repatriação dos palestinianos e negando a sua responsabilidade relativamente à situação em que se encontram. Primeiramente recusam o conceito de refugiado (reivindicado pelo lado Palestino) que abarca os descendentes daqueles que adquiriram o estatuto durante as guerras Israelo-Árabes. Seguidamente, reitera que tal estatuto foi erroneamente atribuído visto que se tratou de uma “escolha”, afirmando que os Palestinos teriam sido, voluntariamente, levados à retirada pelos “invasores” Árabes e não “expulsos” por Israel. Além disso, Israel culpa ainda os países Árabes receptores pela não integração dos refugiados nas suas sociedades, algo que todos, à excepção da Jordânia, efectivamente, sempre se recusaram a fazer.¹⁷³

¹⁶⁹ in MCGEOWN, Kate e ASSER, Martin. “*Right of Return: Palestinian Dream?*” BBC News (18 Fev 2003)

Disponível em:

http://news.bbc.co.uk/2/hi/in_depth/middle_east/2001/israel_and_the_palestinians/issues/1099279.stm (acedido a: 10/06/2011)

¹⁷⁰ in “*EUROMED Immigration II (2008-2011)*”, p.264

¹⁷¹ in Organização das Nações Unidas. “*Declaração Universal dos Direitos Humanos*” Paris, 1948 Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> (acedido a 10/06/2011)

¹⁷² in RADLEY, K. René. “*The Palestinian refugees: the right to return in International Law*”. The American Journal of International Law, vol. 72, no.3 (Jul 1978), pp.586-614

¹⁷³ in “*Right of Return: Palestinian Dream?*”

A verdade é que, até hoje, à excepção da Jordânia, nenhum dos estados Árabes concedeu a cidadania aos refugiados Palestinos, incluindo àqueles que nasceram nos seus territórios, sendo que a maioria continua a depender de ajuda humanitária internacional.¹⁷⁴ Ainda assim, relatórios existem que comprovam que pelo menos em 73% dos casos, as forças militares israelitas foram responsáveis pela partida forçada da população palestina.¹⁷⁵

A autoridade israelita alega ainda o carácter não compulsório das resoluções da Assembleia Geral da ONU bem como da Declaração dos Direitos Humanos por ela adoptada,¹⁷⁶ e considera o retorno palestino uma ameaça ao “direito de auto-determinação do povo judeu” visto que, com uma maioria de população não-judaica (que se verificaria caso o retorno se efectivasse) o suporte da existência da nação Israelita, pura e simplesmente, deixaria de existir.¹⁷⁷ Israel refere ainda que a resolução 194 da ONU não se aplica ao caso visto que o povo palestino não retornaria “ao seu país” nem desejaria “viver em paz”.¹⁷⁸ Lembram ainda que os judeus afastados dos países Árabes aquando da mesma guerra nunca foram compensados pelas suas perdas.¹⁷⁹

Por seu lado, os apoiantes da causa palestina recordam as compensações exigidas e conseguidas pelos judeus pelas perdas durante a 2ª Guerra Mundial¹⁸⁰ e a injustiça de uma Lei de retorno israelita que garante a cidadania a quaisquer judeus em qualquer parte do mundo e a nega àqueles que foram forçados a abandonar a sua terra.¹⁸¹

“Rancor porquê? Vou matar pessoa porquê? Eu quando matar pessoa é crime para mim, sabes, não é crime para governo, tu matares. É crime para mim, sabes. Porquê vocês

¹⁷⁴ in The United Nations. “Final Report of the United Nations Economic Survey Mission for the Middle East”. (28 de Dezembro de 1949) Disponível em: <http://domino.un.org/pdfs/AAC256Part1.pdf> (acedido a 10/06/2011)

¹⁷⁵ Trata-se do relatório “The emigration of Palestinian Arabs in the period 1/12/1947 – 1/06/1948” (in VIDAL, Dominique. “The expulsion of the Palestinians re-examined” *Le Monde Diplomatique* (Dez 1997) Disponível em: <http://mondediplo.com/1997/12/palestine> (acedido a 10/06/2011)

¹⁷⁶ in OZ, Amos. “Doves should re-examine their perch” *The Guardian* (5 Jan de 2001) Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/comment/story/0,3604,417958,00.html> (acedido a 10/06/2011)

¹⁷⁷ in “Right of Return: Palestinian Dream?”

¹⁷⁸ in LAPIDOTH, Ruth. “Do Palestinian Refugees Have a Right to Return to Israel?” Israel Ministry of Foreign Affairs (15 Jan 2001) Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace+Process/Guide+to+the+Peace+Process/Do+Palestinian+Refugees+Have+a+Right+to+Return+to.htm> (acedido a 10/06/2011)

¹⁷⁹ in FISCHBACH, Michael R. “Palestinian Refugee Compensation and Israeli Counterclaims for Jewish Property in Arab Countries”. In *Journal of Palestine Studies* Vol. 38, No. 1 (Outono 2008), pp. 6-24; University of California Press, 2008 Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/jps.2008.38.1.6> (acedido a 10/06/2011)

¹⁸⁰ in “Affirmation of the Palestinian Right of Return” *Global Policy Forum* (15 Mar 2007) Disponível em: <http://globalpolicy.igc.org/security/issues/israel-palestine/return/2001/0808dclr.htm>. (acedido a 10/06/2011). Em 2000, durante um encontro de individualidades palestinas do mundo inteiro

¹⁸¹ in Al – Awda (the Palestine right to return coalition). “Points of Unity” Disponível em: <http://www.al-awda.org/pou.html> (acedido a: 10/06/2011)

mataram pessoa? Pessoa não faz nada. Se tu não queres nada a ele, deixa ele em paz, vá... (...) Sim, tens amigo [em Israel]. Como tem na Itália, França. França tem muitos judíos israelita, mas eu não tenho nada, conversa eles, sabes. Lá, lá pessoa bom...Tudo monde, tá pessoa bom, pessoa má, sabes. Se for agora, tem judíos comigo, não... “olá, tudo bem?”, mais nada porque eles não faz mal, não faz nada de mal, sabe.”

“Mou Mou” não alimenta desejos de vingança relativamente a Israel, “há pessoas boas e pessoas más”, mas, em última instância, é a situação no seu país e a falta de resolução a que as vontades superiores a vão votando que o deixam numa situação de irregularidade. Não tem documentação, nunca a teve, não tem como provar que é Palestiniiano, nem como voltar para a Palestina. Além do problema óbvio, a guerra, também os problemas burocráticos criados pela intransigência do domínio israelita o mantêm arredado daquele que é o seu país. O problema maior: sem documentação não tem direito legal a permanecer em nenhum outro lugar.

“Agora, quando vem aqui... 5ª feira, manda-me dia 30 vai embora mas tem expulsão 5 anos pa Portugal, 3 anos pa Europa. Aonde vai? Diz inspector, aonde pensa que eu vai? Vocês não tem passaporte, não tens filho... Se eu tenho passport, eu tenho nacionalidade, antes, eu tenho residência antes... Vocês dizem as coisas não é... não é justa. Manda-me 5 anos no Portugal e 3 anos na Europa... Eu vou aonde? Na Etiópia? Ele disse: ‘Eh pá, isto é ordem’. Então vocês receber ordem e quê? Eu vou morrer? Eh... então... Ele disse, vocês se apanham outra vez, eu vou no tribunal, vais passar até, até 100 dias, até 2 anos... Estas coisas já... Eu também tenho experiência disso, podes falar amanhãa... Itália tem 10 anos, Espanha também tem 5 anos, outro lado também... (...) Vocês tem... É isso que, vocês não têm passaporte... dar dois papel e dizer: ‘vocês vai sair dia 30 e com expulsão de 5 anos aqui no Portugal e 3 anos na Europa. Se vocês entrar outra vez tem que 2 anos aqui’. E mai nada.”

A Europa

Quando fala do velho continente o que mais se nota na expressão de “Mou Mou” é desilusão. Partiu da Líbia certo de que vinha para um mundo melhor, “o outro mundo” muito diferente das dificuldades que deixara para trás na sua terra natal.

Não tardou a perceber que a realidade era outra. Provavelmente habituado à ajuda imediata quando o básico escasseava, “Mou Mou” encontrou um mundo onde “*quem não trabalha não come*”. A “crise” terá piorado ainda mais a situação.

“Aqui é diferente, aqui ninguém quer ajuda, tem que trabalhar. Se não trabalhares (...) ... não há ninguém... Aqui, tens que pagar o renda, tem que vestir, tem que comer... (...) Aqui sofrer por causa da crise, sabes, a crise... Também não só a Europa tá a sofrer agora... América, todos os lado tá a sofrer por causa de dinheiro, sabe... Toda a gente tá a buscar dinheiro. Só querem viver. Aqui não... só querem viver, eu primeiro, depois vou pensar noutro. É isso.”

Depois de uma curta passagem pela Grécia, o primeiro país europeu que “Mou Mou” conheceu foi a Itália. Quando entrou na Europa refere que a situação económica “*estava bo[a]*”, ainda assim, sem qualquer autorização de entrada ou documento comprovativo da sua identidade ou proveniência, o único caminho que se lhe abriu foi o do submundo do tráfico de droga.

Talvez seja essa a fonte dos problemas que “Mou Mou” diz ter com a Itália e que o levam a referi-la como um país “de risco” para si.¹⁸² Partiu para outros países, foi reencaminhado à fronteira italiana e daí tentaram enviá-lo para várias nações Árabes, sem sucesso: “Mou Mou” não é reconhecido por nenhuma como seu cidadão, portanto não pode entrar. Na verdade, e como o próprio refere, ele não é cidadão de lado nenhum, é um “cidadão do mundo” ou “*internacional*”, como diz, destinado a ser “*mandado de lado para lado*” sem nunca poder regularizar a sua situação.

“Não tenho direito, sabes... Ter eu não tenho. (...) Quando tem direito... Eu que, que dá direito, sabes. Para dar direito tem que respeita, para l’otro respeita. Parte não tem direito por causa de não ter papel... Tás a perceber, não? (...) Se vou dizer sou mentiroso... Dizer...Olha, eu quero ir lá neste lado... Finalmente não posso porque... as coisas... Não sei... (...)”

À conta da sua situação de, praticamente, “não existência” oficial, “Mou Mou” diz já ter enfrentado maus bocados na Europa. Em 2003 conta ter sido internado e passado um mês

¹⁸² Informação cedida pela JRS.

em coma por consumo de droga¹⁸³ e uma outra vez para uma operação ao nariz. Os dois episódios terão ocorrido em Milão e em ambos os casos “Mou Mou” afirma ter sido “bem tratado” mas necessitar de “*chamar uma ambulance*” para poder entrar no hospital.

“Quero pedir [asilo], problema não tem data de nascimento. Isto é muito difícil uma parte. (...) é dificuldade, sabes, é este problema diplomatique. É de político. Nós temos dois politico grande: é Fatah e Gaza. Fatah e Hamas. Hamas é do Gaza, Fatah é do outro lado, de Daffah¹⁸⁴ (...) Já tentei na França, também mesma coisa... ... porque lá nós temos primeiro-ministro, lá na Faixa de Gaza, e presidente no outro lado, na Ramallah. Essa é a diferença, sabes. (...) Aqui tem papel para ir na embaixada mas aqui não há embaixada, não há nada. [E em Espanha] Não foste... é a mesma coisa...”

Tentou pedir asilo em Itália mas, como referido anteriormente, as dificuldades de entendimento entre as duas facções palestinianas parecem impedir também as relações diplomáticas exteriores. Refere que terá pensado inclusive em casar em Itália mas que a falta de “passaporte” lhe terá impedido o plano de seguir avante.

Diz ter tentado o pedido asilo também em França mas conta que a situação se terá repetido. Refere ainda ter sido portador de uma “*carte de séjour*”¹⁸⁵ ainda que a tenha obtido de forma irregular. O mesmo se passou com o bilhete de identidade que conseguiu em Portugal e que terá deixado em Espanha numa das detenções.

De Espanha já foi reencaminhado para a fronteira marroquina por duas vezes, afirmando que, das duas vezes, a guarda fronteiriça de Marrocos lhe terá negado a entrada e imposto maus tratos. Ali nunca tentou pedir asilo, por crer que a resposta será a mesma que nas restantes Embaixadas Palestinianas em que já entrou, em Portugal também não, porque acredita que a Embaixada Palestiniiana não existe aqui.¹⁸⁶

“Portugal, primeiro não é o meu país, primeiro... Portugal, sabes, tem pessoas boa, sabes. Tem pessoas mal, mas pessoas normalmente para mim é bom, sabes. País calma, não tem

¹⁸³ Em resposta ao inquérito de avaliação psicossocial da JRS, “Mou Mou” afirma que “para traficar era preciso consumir”.

¹⁸⁴ Designação Árabe da Cisjordânia.

¹⁸⁵ Autorização de residência.

¹⁸⁶ Na verdade, a representação palestiniana em Portugal só em Dezembro de 2010 foi oficialmente reconhecida como “Missão Diplomática”. (in “Entrevista ao primeiro Embaixador palestiniano em Portugal” Antena 1 (26 Jan 2011) Disponível em: <http://ww1.rtp.pt/antena1/index.php?t=Entrevista-ao-primeiro-Embaixador-palestiniano-em-Portugal.rtp&article=2968&visual=11&tm=16&headline=13> (acedido a 10/06/2011))

nada, sabes? Pessoas pobres... Cada, cada país tá pobre, pessoas tá mais... (junta as mãos sobre o peito). Se fora Portugal, agora inglês já tá... (esfrega o dedo indicador na ponta do nariz indicando sentimento de superioridade) Tás a perceber, não é? (...) Portugal quando... antes, 2000, 2001, quando entrar, tá escudo, tá muito bem, sabes. Más barato gasóleo, todos, todos, até o café tá muito barato. O quilo de carne tá muito barato. Todos barato, toda a gente viver... Antigamente tava na Portugal mucho imigrante... Imigrante tá pa fazer papéis, depois volta. Vai na Itália, Suíça trabalhar, depois...”

Em Portugal já é a segunda vez que é detido. Da primeira recebera uma ordem de expulsão de 20 dias porque, segundo diz, ainda não existia centro de detenção.¹⁸⁷

“Aqui é uma prisão mesmo... Podes dizer ‘não, isto não é uma prisão’, mas é, finalmente é uma prisão. Que a pessoa quer... Não podes andar noutro lado, é prisão. Ficar no quarto ou vai ver televisão, não sei quê... Prisão não é prisão, sabes... Mas finalmente é prisão. E a pessoa que me... Não, não podes comprar, não pode fazer isso sozinho, sempre tem que pedir... esto... sempre... ‘Olha, dá-me cigarros se faz favor’... Vá a comer... sempre pedir, uma pessoa não... Depois tem que dormir. Eu gosto de dormir quando minha cabeça diz. Agora ter que dormir... É prisão.”

“Mou Mou” não se queixa das condições da “prisão”, aliás, parece encarar com grande serenidade todo processo. Está certo de que a sua vida vai ser “a mesma coisa”, de que, mais tarde ou mais cedo voltará à mesma situação, seja em Portugal seja onde for. A incerteza prende-se com o seu destino aquando da saída.

A possibilidade de voltar a Marrocos deixa-o, claramente, inquieto e cria-se uma certa tensão quando o assunto é abordado. Não fica convencido quando lhe digo que não sei, efectivamente, quando e para onde vai quando abandonar a UHSA.

“Não confies ninguém. Não confies ninguém... Porque já... Porque vocês também não queres uma pessoa enganar-te. Fica um amigo, depois dois meses enganar-te... Fica... maldisposto, sabes. Quem... (silêncio) (...) [Já me enganaram] muitas vezes... A minha vida toda enganar, sabes... Aqui, tava aqui, que trabalhava com ele a vender droga enganar... Ri-se com ele mas engana.. Todos lado, todos lado... Finalmente amigo que vive com ele a tirar as tuas coisa...”

¹⁸⁷ No inquérito da JRS afirma ter trabalhado na apanha de fruta, no Algarve, facto que não referiu na presente entrevista.

Também não posso viver sozinho... No tem pessoa... (...) Se for na minha namorada... Namorada também não. (acena em sinal de reprovação) (...) É a vida, é assim, sabes... Aqui namorada só quer dinheiro, se vocês tem dinheiro tas namorar, não tem dinheiro... (acena negativamente com a cabeça). Aqui só amor dinheiro. Amor com dinheiro.”

“Mou Mou” diz que maior lição que aprendeu na vida foi a “*não confiar em ninguém*” mas a sua voz denota uma certa inquietude quando diz que “*se morrer ninguém vai saber*”. Consequências de um percurso de vida decerto incomum...

No entanto, a vida parece ter-lhe ensinado a esconder tais dores por detrás de uma imagem exterior “dura” mas que não o impede de tratar a todos com o maior respeito e delicadeza. Chega a referir que “*lá fora tem muitos caras*” mas a “verdadeira” afirma ser a de “*uma pessoa calma*” que não é “*racista*”, diz ter amigos em todos os países por onde passou e “*fala com toda a gente*”, inclusive de outras religiões, “*se quer aprender*”.

A Religião

O discernimento que possui aplica-se também à visão, particular, que tem da fé: a sua e a dos outros.

“Deus não, não quer guerra. Nosso profeta, sabes... Eu, eu acredito judeus, acredito no cristão, acredito todas religião. Porque Deus dá uma religião. Para saber tem Deus, sabes. Tem que rezar para Deus e ensuite o Deus também vai ajudar, vai dar tudo, toda a gente. Se tá toda a gente a rezar para Deus, toda a gente no vai passar fome, no vai passar guerra, no vai passar nada. (...) Se tu vês antigamente do muçulmano... (...) Nós temos mesquita, cada hora ‘tá dizendo vai rezar, vai fazer rezar e isso. A gente lá, antigamente, deixa a mercadoria, ninguém lá rouba, ninguém, ninguém. Deixa todos mercado e vai rezar porque Deus é igual para todas as coisas. (...)”

É da fé que lhe vem a confiança, uma fé sua, não de mais ninguém. Quando lhe pergunto se tem fé, responde-me sem hesitações e com um sorriso: “*Sim*”. No entanto, explica que desde que saiu de França (onde “*rezava*”) que deixou de se considerar muçulmano.

“Quando eu digo muçulmano... Muçulmano não podes roubar, não podes, sabes... Não podes fumar, tem que tratar as pessoas bem, sabes? (...) Não posso dizer ”eu sou muçulmano” e

amanhã ‘tar a roubar as coisas, tar a vender droga, sabes... (...) É isso, se é muçulmano tem que fazer outras coisas, direitinho. Esse é que é pessoa muçulmana. Aqui na Europa já vês de tudo: com barba, todos, “sou muçulmano” na mesquita e depois na noite a beber cerveja... E isso... (acena negativamente com a cabeça) (...) Ou quer ou não quer, sabes? Se eu quero... Aqui Europa...sabes... Muçulmano não há, é mentira! (...) Pessoa muçulmana não vai buscar dinheiro, vai só buscar as coisas de Deus, sabes. Trabalho, trabalho. Hora de rezar, tem que rezar, sabes. Dá ao família, dá carinho, dá todas as coisas, sabes. Isso é que é muçulmano.”

A família é a base e o objectivo final da vida de “Mou Mou”. É a memória que o faz sentir-se em dívida para com a Palestina e o sonho que o faz querer ter uma vida melhor. Apesar de todas as dificuldades é a fé de que um dia conseguirá honrar os seus antecedentes e cuidar dos seus descendentes que lhe dá alento para continuar a procurar um presente num mundo que não lhe reconhece o passado nem lhe facilita o caminho rumo a um futuro.

“Aqui na Europa não feliz. (...) Se tenho muito dinheiro, não feliz, sabes, não és feliz... (...) Felicidade para mim é... É família. Teres filhos. Ficar normal, este é que é feliz. (...) Sim, ter filhos, ter família, sabes... É isso.”

“Mou Mou” abandonou a UHSA no dia 30 de Março de 2011. Terminados os 60 dias de detenção máxima, e dado que a sua situação não foi resolvida – a falta de documentação e consequente confirmação de uma nacionalidade não o permitem -, “Mou Mou” foi posto em liberdade levando consigo uma ordem de expulsão. Mais uma vez, tem 20 dias para sair de território português.

No seu caso, para permanecer irregular, vá para onde for...

“ (silêncio) Sabes eu, só pensar para descansar e mai nada... Só pensar para... sabes... Eu não tenho vida, não tem nada, sabes. Tares a viver na Europa... (silêncio) (...) Penso... Eu não tenho vida... Não tenho vida, sabes... Pessoa que não tens nada... Pode fazer todas... penso... Uma pessoa quer ser as coisas, sabes, mais importantes, sabes... Ajudam, ajudam pessoas, fazem isso e isso, mas eu não posso ajudar pessoas, sabes... (...) [Se pudesse ser o rei do mundo] Ah, dava liberdade para toda a gente...”

ANÁLISE DO CONTEXTO JURÍDICO/MIGRATÓRIO

PALESTINA

A “leitura” e análise desta entrevista implicam a compreensão mais detalhada da questão Palestiniana. A sua complexidade é conhecida e manifesta. Com efeito, “o estatuto legal da Palestina é, ao mesmo tempo, complexo e único”.¹⁸⁸ O facto de ter passado por diversas estruturas legais e de se encontrar, ao longo dessas fases, dividida, cria uma grande “variedade de sistemas legais entre Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém”.¹⁸⁹

Em 1967 a ocupação israelita impôs uma Lei Marcial nos territórios da Cisjordânia e Faixa de Gaza e, em 1980, após a sua anexação, colocou Jerusalém sob a Lei Doméstica de Israel.

A Lei Marcial de 1967 anulou a anterior legislação dos territórios ocupados por “contradizerem as ordens militares da administração israelita, sendo que, em 1981, todos os poderes quer legais quer administrativos foram transferidos para a “Administração Civil” estabelecida, ficando Israel responsável pela regulação de todos os aspectos da vida palestiniana. No entanto, e de acordo com a lei então estabelecida, os “colonos” israelitas estavam unicamente sujeitos ao Direito Interno e incluídos no conceito de cidadania desde então em vigor de acordo com o princípio que os “colonatos não faziam parte dos territórios palestinianos ocupados”.¹⁹⁰

Depois dos Acordos de Oslo, e consequente aprovação da Autoridade Palestiniana, são “lançadas as bases para um acordo entre as partes rumo a uma regulação dos seus poderes”. Desde 1994 a legislação dos territórios da Cisjordânia e Faixa de Gaza tem sido progressivamente equiparada¹⁹¹ através de acordos, como o de Gaza - Jericó ou da segunda fase de Oslo, que pretendem a “transferência de poderes da Administração da Ocupação Israelita para a Autoridade Palestiniana”.¹⁹²

A primeira decisão tomada pelo presidente da Autoridade Palestiniana a nível de legislação foi, precisamente em 1994, a retoma das leis de 1967 na Cisjordânia e Faixa de Gaza. O Concelho da Autoridade Palestiniana passou, a partir de então, a “promulgar a

¹⁸⁸ in “*Euromed Migration II (2008-2011)*”, p.251

¹⁸⁹ idem, ibidem

¹⁹⁰ idem, p.254

¹⁹¹ idem, p.251-252

¹⁹² idem, p.254

legislação que regula a vida pública da sociedade Palestiniana”, decretando a anulação de boa parte das regulações militares mantidas até então.¹⁹³

Apesar das evoluções, Israel continua a controlar as fronteiras e passagens que se referem quer aos seus territórios quer àqueles que continua a ocupar na Faixa de Gaza, na Cisjordânia e Jerusalém.

Os refugiados Palestinos, que desde 1948 já chegam a “cerca de 6 milhões”, continuam a não poder regressar às suas casas e propriedades, principalmente se “anexadas a Israel ou consideradas zonas militares fechadas”, nem a ter direito de receber compensações pela confiscação das mesmas. Também para os residentes nos territórios ocupados da Faixa de Gaza e Cisjordânia a mobilidade é reduzida.

Além de tudo o mais, os Palestinos foram apagados dos registos oficiais de população, controlados por Israel, sendo que apenas desde 1993 as autoridades israelitas começaram a fornecer bilhetes de identidade e autorizações de residência permanente aos poucos retornados a quem permitem a entrada nos “territórios ocupados”, na maioria das situações, no caso de aí terem família.¹⁹⁴ Em 2000, alterações na Lei Nacional Israelita, justificadas por uma nova Intifada, puseram um fim às entradas e definiram que os casamentos e a co-habitação marital entre pessoas provenientes de lados opostos da “linha verde”¹⁹⁵ dentro do espaço “israelita”, não são permitidos. Entretanto a Autoridade Palestiniana não tem permissão para conceder passaportes ou nacionalidade Palestinos nem para permitir migrações legais para os territórios dentro de áreas sob controlo israelita.¹⁹⁶

Israel continua a encarar “o movimento de Palestinos dentro dos Territórios Ocupados e entradas e saídas das localidades Palestinianas dentro da linha verde” como uma ilegalidade, de acordo com a lei Marcial supostamente já abandonada e, de acordo com a mesma, continua a deter autoridade no que se refere à concessão de bilhetes de identidade e documentação de viagem necessária para deslocações dentro e entre os territórios ocupados e o exterior, incluindo os vários *checkpoints* dentro da Cisjordânia e entre esta e Jerusalém Leste, ou a passagem de Rafah, onde só passa quem tiver o bilhete de identidade fornecido pelas autoridades palestinianas sob autorização israelita.¹⁹⁷ Da mesma forma, quem quiser

¹⁹³ in “*Euromed Migration II (2008-2011)*”, p.255

¹⁹⁴ Idem, pp.255-256

¹⁹⁵ Linha que separa o território nacional israelita dos ditos “territórios ocupados”. (in BARD, Mitchell. “*Israel’s Security Fence*” Jewish Virtual Library (8 Jul 2010) Disponível em: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Peace/fence.html> (acedido a 10/06/2011)

¹⁹⁶ in “*Euromed Migration II (2008-2011)*”, pp.256

¹⁹⁷ idem, p. 257

entrar nas zonas ocupadas com fronteira internacional tem obrigatoriamente que passar por uma das passagens controladas por Israel e obter a devida autorização.¹⁹⁸

Tal procedimento é também aplicável às entradas destinadas ao mercado laboral sendo que as mesmas são, em última instância, decididas pela administração civil Israelita e de acordo com as relações externas do Estado Judaico. Aliás, a Autoridade Palestiniana não possui qualquer acordo acerca de transferência de trabalhadores com outros Estados, esta faz-se essencialmente entre os territórios ocupados e Israel.¹⁹⁹ A somar à situação, as restrições continuamente colocadas por Israel à entrada de Palestinos têm contribuído grandemente para aquela que é considerada uma das maiores percentagens de desemprego do mundo. Os números na Palestina atingem os 22%, e, em Israel, os trabalhadores palestinianos enfrentam condições “discriminatórias” quer em termos de salários quer de contractos.²⁰⁰

O único acordo da AP relativamente à expulsão de migrantes ilegais refere-se a Israelitas que possam ser apanhados na zona palestiniana da Cisjordânia e devem, segundo as ordens de Israel, ser devolvidos pelas autoridades palestinianas ao país de origem. A AP “não possui qualquer autoridade para deter migrantes indocumentados”.²⁰¹

“Não há instruções claras ou canais específicos para requerer permissão para migrar legalmente quer para os territórios da AP quer para Israel”, além das dificuldades naturais criadas por tal vazio legal, os palestinianos enfrentam ainda a hostilidade da parte de Israel que continua a agir de acordo com os princípios da “prevenção de imigração ilegal” do código militar anteriormente aplicado.²⁰²

Todos os palestinianos que possuem a identificação pessoal fornecida por Israel estão impedidos de usar aeroportos e de “entrar na área definida em 1948” e em Jerusalém sem uma permissão da administração israelita.²⁰³ Os Palestinos assistem ainda à retenção dos seus equipamentos para investimento nos aeroportos israelitas; ao crescimento dos colonatos e respectivos *checkpoints* que vão, progressivamente, “isolando as localidades palestinianas”; e à restrição das quantias de dinheiro cuja entrada é permitida em território palestiniano, entre

¹⁹⁸ *idem*, p. 258

¹⁹⁹ Cidadãos de países sem relações com Israel têm de fazer o pedido de entrada às autoridades palestinianas que os farão chegar à administração israelita que, caso a resposta seja afirmativa, emitirá uma “permissão de visita” de 30 dias renovável; caso contrário o contacto é feito directamente com Israel e o documento que permite a entrada é um visto, também de 30 dias, renovável. (in “*Euromed Migration II (2008-2011)*”, pp.259-260)

²⁰⁰ *idem*, p.261

²⁰¹ *idem*, p. 263

²⁰² Uma posição contestada pela AP que considera os Palestinos como a população nativa do território e, portanto, não migrante ou, sendo, vítima de migração forçada. (in “*Euromed Migration II (2008-2011)*”, p.256)

²⁰³ in “*Euromed Migration II (2008-2011)*”, pp.266

tantas outras medidas²⁰⁴ que culminam no cancelamento das permissões de trabalho sempre que as fronteiras são fechadas (o que ocorre frequentemente).²⁰⁵

ISRAEL

Muitos dos pontos sublinhados pelo entrevistado, relacionados com a dificuldade de retorno prendem-se com as dificuldades colocadas por Israel aos Palestínianos que pretendem retornar à faixa de Gaza. Importa, pois, conhecer, as orientações gerais da política de imigração israelita.

A base da lei da imigração israelita está, grosso modo, condensada na afirmação da sua Proclamação de Independência: “O Estado de Israel será aberto à imigração Judaica e para o retorno dos Exilados” que chama à “construção do Estado”.

De acordo com a Lei do Retorno Israelita, “todo o judeu tem o direito de imigrar para Israel”, bem como os seus filhos e netos (mesmo que não judeus), sendo a cidadania israelita extensível a todos²⁰⁶ e podendo estes ainda gozar de uma série de benesses que visam “facilitar a sua reintegração”.²⁰⁷

Em 1954 a Lei de “Prevenção de Infiltrações” foi estabelecida essencialmente para impedir a entrada de Palestínianos que tentassem regressar bem como de cidadãos de “estados inimigos”, justificada por razões de segurança mas considerada por alguns uma “medida anti-imigração” que recentemente foi levada, de novo, a votação parlamentar (e rejeitada) devido às recentes vagas de requerentes de asilo.²⁰⁸

Em Israel não há restrições à emigração, no entanto, os Palestínianos com autorização de residência em território israelita podem perder o seu estatuto ao tentarem regressar depois de estabelecerem residência em algum dos territórios ocupados, incluindo a zona leste de Jerusalém.²⁰⁹

Apesar de críticas à “arbitrariedade”, às “práticas de implementação” e a carácter não escrito dos seus princípios orientadores, a lei relativa às migrações em Israel continua a não colocar, por exemplo, quaisquer restrições ao poder de decisão do governo acerca dos limites

²⁰⁴ Idem, p.267

²⁰⁵ Idem, p.266

²⁰⁶ A intenção, no rescaldo do Holocausto, era “espelhar as Leis de Nuremberga” (in *“Euromed Migration II (2008-2011)”*, p.140

²⁰⁷ in *“Euromed Migration II (2008-2011)”*, p.141

²⁰⁸ Idem, p.143

²⁰⁹ in *“Euromed Migration II (2008-2011)”*, pp.143

para entrada de trabalhadores ou emissão de permissões de residência e a praticar “violações flagrantes aos direitos dos migrantes”.²¹⁰

A legislação é muito restrita quanto à nacionalização de imigrantes e ainda mais quanto à reunificação familiar, com especial ênfase sobre os cidadãos Árabes. Por exemplo, filhos de um imigrante nascidos em território israelita adquirem, de imediato, a condição de irregularidade, o mesmo se passando com o cônjuge que deixe de o ser. Relativamente a direitos relacionados com segurança social, estes não se aplicam de forma igual a todos os imigrantes e os imigrantes têm que pagar uma taxa de recrutamento e, até 2006, manter-se fiéis à instituição patronal que os acolhe, caso contrário arriscam-se à irregularidade e deportação, ainda que algumas ONG’s afirmem que, no essencial, a situação se mantém.²¹¹

Israel não possui, também, qualquer legislação relativa a políticas de asilo. Apesar de ter sido um dos primeiros a assinar a Convenção de 1951 relativa ao estatuto dos refugiados, a verdade é que, a crescente pressão criada pelo cada vez maior número de pedidos de asilo levou a uma medida bastante coerente com a restante política de imigração israelita: além de anunciar a criação de um centro de acolhimento para requerentes de asilo e refugiados, Israel proibiu o acesso ao mercado de trabalho por parte dos primeiros.²¹²

Relativamente ao mercado de trabalho, desde as restrições impostas ao acesso de Palestínianos (cuja quota é estabelecida separadamente), Israel recorre a indivíduos de outros países, concedendo-lhes a ele “acesso temporário”, dos quais se destacam a Tailândia, China, Filipinas e Sul da Ásia (depois de as restrições ao acesso ao sector da construção civil ter reduzido o número de imigrantes da Europa de Leste).²¹³

Israel não assinou até hoje nenhum acordo bilateral oficial relativamente ao seu mercado de trabalho, no entanto, tem procurado aproximar-se dos países Europeus e Americanos em acordos beneficiando os seus cidadãos nacionais que trabalham no estrangeiro. Aliás, a maioria dos países europeus e americanos tem acordos relativos a isenção de vistos de entrada em Israel, o mesmo não acontece com os outros cujos cidadãos terão que obter um visto antes de entrarem no território.²¹⁴

A falta de relações diplomáticas com alguns países, nomeadamente da África Ocidental dificulta também a resolução de processos como por exemplo nos casos de deportação de imigrantes em situação irregular cujo processo (além da detenção por período

²¹⁰ idem, p. 146

²¹¹ idem, pp. 147-149

²¹² Idem, pp. 150-153

²¹³ idem, p. 154

²¹⁴ idem, p. 157

máximo de 5 a 7 anos) não está previsto na lei israelita tornando crescentemente “populares” os retornos voluntários financiados por ONG’s ou apoiados por programas da UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees).²¹⁵ Na verdade, não existe um limite definido na lei israelita quanto à detenção de imigrantes em situação irregular, o que existe é, na Lei de Entrada, uma recomendação para que não ultrapasse os 60 dias, que em alguns casos (de resolução particularmente difíceis: falta de relações diplomáticas/origem em “países inimigos” ou indefinição de nacionalidade) são largamente ultrapassados.²¹⁶

A relação com a Diáspora é largamente promovida pela lei de Imigração israelita, sendo que o Estado Judaico recebe grande apoio a nível financeiro dos milhões de Judeus espalhados pelo mundo, nomeadamente nos Estados Unidos e Europa.²¹⁷

²¹⁵ *idem*, p. 158-159

²¹⁶ *idem*, p. 160

²¹⁷ *idem*, p. 162

Uma Oportunidade



(...) *Quando mi sai lá, mi no sabe, mais quando grande, homem fala-me: “Mi colega tu pai e... Tu pai, tu mãe, morreu matado a Guiné. Tu menino e eu estava lá, eu te conoci, tu menino, eu... Quando tu estudar tu pode ser um alguém, tu quero, para Deus te ajuda tu vai para Mauritânia. Porque ele é mauritaniano, mi fica a Mauritânia por estudar. Para... quando tu perde tu família, tu pode viver, (...) tu vive.”*

“Jonas” nasceu em 1990, segundo a sua identificação, em Bissau, Guiné. Aí viveu durante os primeiros “8/9 anos” da sua vida com os pais e um irmão mais velho mas desses tempos diz não se lembrar de nada. O único aspecto que afirma recordar é o nome dos pais mas porque consta da sua identificação e não porque efectivamente se lembre deles. Conta ter sido levado por um amigo do seu pai para a Mauritânia após a morte dos seus pais durante “a guerra”.

“Um... um homem que... mauritaniano que está junto da Mauritânia, que leva-me para Mauritânia, a um lugar para estudar porque é... Eu não vive junto. Tu sabe, árabe, tu não podia entrar casa, casa de árabe como aqui. Quando colegas, tu pode convidar-me a tu casa. Mais tu etrangero, tu não minha família, tu não pode ficar a mi casa porque tem filhas ou tem mulher, esas cosa, mais tu pode ficar a estudar onde escola, así. No é como escola interno mais dentro de Igreja así. Tu pode dormir dentro da Igreja, o meu quarto así.”

Na Mauritânia terá vivido em Nouakchott, numa escola corânica²¹⁸ enquanto que o seu protector, que durante algum tempo acreditou ser seu pai, o visitava periodicamente, acompanhando os seus estudos e ajudando “como il pode, no cien pour cent, porque ele é comerciante” e porque tinha, numa cidade do interior do país, Kifah, a sua família, a quem “Jonas” diz nunca ter conhecido.

“Pessoas é muito bom. Mauritânia pessoas muito bom. Em Mauritânia pessoa muito gosta a estrangeiro estudante. Quando tu estudante, muito gosta. Eles ajuda mi vida, ajuda para dinheiro, eles gosta muito, muito aluno. Quando tu fazer business para lá no, porque todo mauritaniano business, comerciante, mais quando tu estudante, tu vida estudante, estuda, no problema. Muito gosta estrangeiro estudante. (...) Lembra tempo me está na escola como vida de esse acabou. Vida... complicado, não complicado. Porquê? Tu não trabalha, tu no tiene nada, tu no tem família mais Deus é grande, manda alguém para te dar 5 euro, 2 euros, pas du tout. Tu nunca furta, tu nunca faz mal, tu nunca fazer crime, porque tu tem guidance, Deus agudou, pessoas agudou também. (...) Mi rir... es vida, vida no mal, mais vida... difícil... muito estava difícil mais quando mi lembra não... ah... como tudo... passao... vida passa ma, e now tu não te sente nada que vida estava mal. Mim sente now que bonnefaissante na Mauritânia. Como mi estudia para lá, língua árabe. Como mi é estrangeiro mais eu fala árabe bem. Eu estudar árabe, são os árabe que me põe p’ro fala.”

Além do apoio material do “homem branco” que o levou para a Mauritânia, “Jonas” refere também uma população solidária para com os estudantes estrangeiros. Afirma nunca ter tido necessidade de “estatuto” específico vivendo “como mauritaniano” mas contando com a ajuda de quem o sabia proveniente de outro país. Diz ainda que nunca teve necessidade de pedir ajuda por ser “diferente na Mauritânia”. “Pedir” ajuda é também algo que afirma não gostar de fazer.

“Parce que, a Mauritânia muito diferente nacionalidades. Senegal, Marroco, Nigéria, Gâmbia, Guiné, Guiné Conacry... Europeu, europeu está para lá, a Mauritânia. E rappers, rappers americanos para como Islão, está p’ra lá. Na Mauritânia entra franceses, espanhóis, Espanha, muito está para lá. Entra muito. (...) Vê o tu... gente vem para la, sabe, passa, gente vê eu, fala: ‘Ah, como está, está bem?’, parce que, quando veio, sabe que tu no

²¹⁸ Tal indicação foi fornecida pela JRS uma vez que Jonas não deu tal especificação.

mauritaniano, sabe que tu aqui estudante, aluno... Fala “Ah, como está, tudo bem?”... ‘Tu faz o quê?’, estuda, ‘Ah, tu de donde?’, ‘Eu guineense’, fala ‘Ah, muito bem, tens coisa, ah’... Quando ele vá (...) ... pa ti uma cosa, pa ti o dinheiro. (...) Quando menino fala, alguém dá-te tu no toma. Es uma cultura, example, quando tu menino no vem pedir. Pedir “patin, patin”. Fala ‘Ah, no problema, toma’ e tu menino tu no... tu no... podia arrecadar dinheiro, muito dinheiro problema. Quando tu estuda fala: “Ah, tu ladrão, tu furta dinheiro”. No, tem medinho, no toma dinheiro.”

Não sendo nacional daquele país “Jonas” afirma não poder beneficiar da bolsa de estudo paga pelo Governo da Mauritânia a quem quer prosseguir estudos. Assim, com uma bolsa conseguida pelo seu protector, aos “15/16” anos rumo ao Egipto.

“Quatro ano lá. No, três ano puis entra a Faculdade. Quando vem a Egipto não começa directamente para escola. Para secundário. Essa escola tem, quando tu vem tem formation, dois meses, três meses, quatro meses, seis meses. Porque tu vem, tu não tem diploma. Tu vem, tu sabe árabe, tu sabe... Ok tu sabe, tu formation 2 meses, 3 meses, 6 meses. Quando tu é bem tu entra prova, prova (assobia), tu dá-te uma classe, uma, tu, normal. Fala tu nouvelle... nouvel... nouveau.”

No Egipto “Jonas” frequentaria uma escola islâmica onde completaria o secundário e iniciaria a frequência no primeiro ano universitário em Al-Azhar Sharif num curso que o próprio não consegue definir mas que dá continuidade ao seu estudo da língua Árabe. Durante as férias trabalha em “boutique[s]” para não “perder tempo”. Com autorização de residência de estudante renovável de dois em dois meses, “Jonas” diz “nunca” ter tido “problema”.

“Manga di coisa mi ouve, mais ouve também que quando tu estuda uma coisa... África, no sabe Europa mais, África, quando tu estuda um a curso no fala... Mi estuda... Como mi estuda Direito, quando mi acabar mi ser advogado ou juiz. Não, em África não, tu pode estudar advogado... Direito, amanhã tu pode ser o Presidente, amanhã tu ser uma secretária ou amanhã tu ser es... Assim vida África, mi no sabe en Europa como mais África, quando tu estuda esse curso, manga di persona estuda mi curso mais fazer outro trabalho. Trabalho que estudar. (...) [Estuda] P’ra saber mais sobre Árabe, p’ra eu ser alguém who tem diploma por ser o (...) Jonas tem uma diploma universidade, é um alguém que estudar, no, como falar... Como fala isso em Português? Humi, árabe, ensino, alguém nunca entra escola. Como... tem

gente... pessoas no sabe como escrever porque no entra escola, árabe fala isso humi, al humi. Um alguém no sabe nada de vida porque no saber, no sabe escola, escola muito importante.”

Sem um objectivo que não seja “*ser um alguém importante*” no futuro, independentemente da área de trabalho posterior, “Jonas” cumpriu os três primeiros meses de formação. Depois dos exames de final de semestre, iniciam-se as férias e, cinco dias depois, a revolução egípcia.

“Quando mi vem para comprar carta uma egípcio fala-me: ‘Eh, tu étrangero, vá embora porque nós egípcios vai guerrear aqui. Matar o outro até fim porque no quer o nos direitos.’ Tu vê, fala: ‘tu étrangero, se no embora, topo do mundo é aqui’... eh... problema, problema... Eh... quando mi embora encontra aqui pessoas, apanha mi, eh: ‘Como tu chama? Tu vem donde?’, quê-quê, tac-tac, colegas rouba-me telefone, rouba dinheiro, eu fica... ah... problema, problema, esse terra perigo. Va continuar... Depois, corre para embaixada Portugal, pedir ajuda porque eu estudante aqui, no bandido, conta tudo, Guiné, guineense, tudo coisa, no problema. Embaixada Portugal trata bem, fala ‘no problema, guineense, no problema.’ Dos vez avião vem a Egipto, uma vez portugueses: toma portugueses cidadão, vem. Es normal porque guerra, cidadão primero. Segundo toma estrangeiros, traz para cá.”

Depois de ter sido assaltado e face ao crescente clima de tensão e violência que atingiu não só alguns dos seus colegas como também cidadãos estrangeiros, temendo pela sua vida, “Jonas” dirige-se à Embaixada de Portugal no Egipto onde pede protecção. A 3 de Fevereiro embarca num avião da Força Aérea Portuguesa que, sob estatuto “especial”, o transporta até Lisboa.

“Eu conheci como... uma... como irmão... filhos... família deles... Filhos, como filhos tem uma relação assim, quando tem guerra Egipto por voltar aqui, mi fala ‘ok, mi vem no Portugal now. Dia mi vem.’ Ok, mi vai ligar donde, ok, mi liga para aqui, no problema, liga para lá que eu estudante, no tem nada, fala ‘no problema, tu fica aqui, no tem problema.’”

Chegado a território português, “Jonas” foi acolhido por uma família guineense com quem estabelecera contacto através da internet (“*uma filha, tem contacto com ela como*

chatting, es cosa...”). Com visto de dois meses, “Jonas” mantém-se em casa da família de acolhimento aguardando o final das convulsões no Egipto.

“Volta para SEF para renovar visto antes de visto vá acabar mais no sabe porquê no renova, porquê eu não sabe... mal sorte ou quê... Fala ‘volta para Egipto, Mubarak acabou’... No entendi bem, eu não sabe... no entendi quel palavra, eu não fala bem Português. (...) Eu não sabe inspectora... Um alguém trabalhar para lá. Eu no sabe... a quem... (...) Eu no consegui renovar visto, depois... (...) Eu fala... como Francês mais eu no sabe bem Francês. Eu não entendi bem... No sabe eu tem direito de pedir... como fala... para... (...) Tradutor. (...) Depois não sabe que mim faz. (...) eu não sabe nada depois de lá eu como, porque... vida fica complicado... (...) Fica confuso... eu não sabe nada porque eu tem... porque como entra para esse país normal, vien normal depois... Va ligar pa renovar visto, no pode ser. Porquê? Fica confundido, eu não sabe nada depois.”

Quando se dirige às instalações do SEF em Lisboa para renovar a sua autorização de permanência “especial”, “Jonas” encontra dificuldades na comunicação com o profissional que o atende. Sai do SEF sem renovação e sem orientação. Diz que divagou pela cidade, não tendo retomado contacto com a família que o acolheu.

“Eu apanhado por fronteira porque eu quero sair país, eu quero sair Portugal porque eu tenho sentimento de... esse terra, como vai ficar para ali? No, no tem documentos, renovación no tem. Eu não podia renovação de documento, como vai ficar aqui? No trabalho, no nada... Eu ficava família, eu comer, dormir, no tem problema todo coisa, mais família trabalhar. Quando ele trabalhar eu faz todo coisa mi senti para casa como comer, eu senti que no bem por mi. Porque eu não quer fazer. Sin falar família, sin nada, eu toma decisión por ‘bora, qualquer país ou qualquer parte. (...) Qualquer [país] bem mais no Portugal mais destination estava para França. (...) Apanharam porque eu no tenho documento, eu tenho documento de uma pessoa. Documento que mi colheu, um passaporte português mi colheu por... como falar... apresenta esse polícia. Apanharam por fronteira porque eu tenho documento no mi documento.”

Com medo de ser reencaminhado para o Egipto e tendo ficado em situação irregular em Portugal, “Jonas” rumo “sozinho” a França onde tenciona pedir asilo. Na fronteira de Vilar Formoso é detido com documentos falsos: um passaporte que afirma ter “colhido” na rua.

“Depois terminar, juiz, voltar, ‘tu, toma esse passaporte’, falar, ‘tu utiliza’... tudo, declaração normal... Fala ‘eu colhi passaport’”... Perguntar-me, fala tudo, fala ‘assim, assim, assim’... para Serviço de Estrangeiro, no pode ser, eu não sabe porquê, quê, quê... Depois mi fazer as coisa e não sabe que es crime, porque... Eu va para Serviço Estrangero para renovar documento para ficar legal, no pode ser, eu não pode ficar aqui ilegal, ok mi vai qualquer terra pedir asilo. (...) Ok, now, es coisa tu fazer é crime em Portugal: usa documento no tuas. Agora tem dos cosa: tu usa documento no tuas tem direito de tu fica prisão ou multa. (...) Fala now, no prison, por mi situação, caso. Ok, vá pagar multa dinheiro. Vá pagar dinheiro, multa, son 500 euro, cada dia 5 euro durante de 100 dia.”

Na fronteira é mantido por dois dias sendo depois conduzido ao tribunal de Almeida onde a decisão judicial define uma multa por utilização de documento alheio e o conduz à UHSA pelo facto de se encontrar em situação irregular.

A 5 de Abril de 2011 dá entrada na Unidade.

ANÁLISE DA ENTREVISTA E CONTEXTO HISTÓRICO

“Porque eu pedir asilo? Porque eu... Guiné não tem nada. Contacto não tem. Porquê eu na Mauritânia? Por mi vida. No Egipto, porquê? Mi vida. Jonas não falta, não fazer crime, estuda, por ser melhor pessoa... Para mim muito, muito complicado ter vida... Jonas no bem... Primero vez mi vida... Grande acidente para mim... (...) Arriva para Egipto é melhor porque eu tentava cumprir mi vida para lá. Si eu não pode vir cumprir vida para Portugal, volta para Egipto continuar com mi vida para lá, melhor. Mais aqui... Quando mi arriva para Guiné, porque mi pequenino sai para Guiné, porque mi sai para Mauritânia para Guiné... para Egipto, para tentar fazer alguma coisa, cumprir mi vida, futuro. Mais now eu vê futuro é problema...”

Revolução de cravos e armas

Depois de 13 anos de uma guerra que para a sua metrópole era colonial, em 1973 a Guiné-Bissau declara unilateralmente a sua independência para, no ano seguinte, aquando da

Revolução dos Cravos que “trouxe a democracia a Portugal e a independência às suas colónias”, ser oficialmente reconhecida pela nação colonizadora como independente.²¹⁹

O PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), que despoletara o confronto armado pela independência, assumiu o poder aquando da independência e desde então, apesar das disputas internas “acerca de como o país deve ser governado”, tem mantido a posição.²²⁰ Luís de Almeida Cabral, irmão do fundador do partido, Amílcar Cabral, assumiu a primeira presidência da Guiné-Bissau, desde logo admitida na ONU. Durante cinco anos, e mesmo depois da independência ser também garantida a Cabo Verde (em 1975), o PAIGC seria mantido como partido comum no arquipélago.²²¹ Em 1980 “o projecto e a política de unidade dos dois países e povos” seria abandonado após um a adopção de uma nova Constituição que “reforçava os poderes do Presidente da República e a política de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde”.²²²

Em reacção a tal decisão, o Primeiro-Ministro João Bernardo (Nino) Vieira, comandante das Forças Armadas durante a “guerra de libertação”, levou a cabo um golpe de Estado “relativamente pacífico”²²³ que colocou no poder um “Conselho de Revolução” chefiado por ele próprio.²²⁴ Em 1984 o Conselho é dissolvido, a ANP (Assembleia Nacional Popular) reconstituída e “Nino” Vieira eleito “por unanimidade” (ANP e Conselho de Estado) o novo Presidente.²²⁵

Acusado de eliminar opositores políticos (nomeadamente envolvidos nas várias tentativas de golpe de Estado que entretanto tiveram lugar), “Nino” Vieira vê fortemente contestada a sua vitória nas primeiras eleições democráticas do país.²²⁶

No entanto, ao descontentamento político juntam-se os maus resultados a nível económico e social que, já efectivos desde a independência, se intensificaram em 1997 “com o início das greves do pessoal da educação, da saúde e dos funcionários públicos que protestavam, designadamente, contra o desaparecimento dos fundos da ajuda internacional ao desenvolvimento nacional nas mãos do governo”.²²⁷

²¹⁹ in U.S. Department of State. “*Republic of Guinea-Bissau Profile*” Bureau of African Affairs (8 Mar 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5454.htm> (acedido a 15/04/2011)

²²⁰ in “Behind the Guinea-Bissau conflict” BBC News (22 Out 1998) Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/198722.stm> (acedido a 15/04/2011)

²²¹ in Delegação da Comissão Europeia na Guiné-Bissau. “*História da Guiné-Bissau*” Disponível em: <http://www.guine-bissau.net/ue/pt/historia.htm> (acedido a 20/06/2011)

²²² idem

²²³ in “*Republic of Guinea-Bissau Profile*”

²²⁴ in “*História da Guiné-Bissau*”

²²⁵ idem

²²⁶ Realizadas em 1994. (in “*Republic of Guinea-Bissau Profile*”)

²²⁷ in “*História da Guiné-Bissau*”

Assim, em Junho de 1998, uma revolta militar, chefiada pelo chefe das Forças Armadas, Ansumane Mane, daria início a uma guerra civil sangrenta que oporia aos militares da “auto denominada Junta Militar”, apoiados pela maioria da população guineense, as “tropas governamentais leais ao Presidente da República aliadas às forças militares de dois países vizinhos – a Guiné Conacri e o Senegal”.²²⁸

A guerra fratricida, que terminaria com um cessar – fogo assinado em Maio de 1999 e a vitória da Junta Militar que deu início a um governo provisório, seria responsável pelo êxodo de cerca de 300.000 pessoas²²⁹, 55.000 das quais só na região da capital, Bissau.²³⁰

“Interlocutora: Tu lembras-te de alguma coisa da guerra da Guiné?”

“Jonas”: (hesita, o seu olhar fica ainda mais sombrio e dirige-o para o chão) Não.

I: Nada?

J: (silêncio) Não... no, no...

I: A tua memória apagou tudo da Guiné... ([“Jonas”] continua em silêncio, pega no copo de plástico que tem de novo na mão e bate com ele na mesa). (...)”

Oportunidades

“Jonas” aponta o período entre 1998/99 como sendo aquele em que terá abandonado a Guiné-Bissau, seu país de nascimento, fugindo à guerra com um amigo de seu pai que o levaria para a Mauritânia e desde então seria seu “protector”. A este homem associaria durante muito tempo a ideia de pai e é a ele que indica como única pessoa em quem pode confiar.

“Esse colega mi pai me tem confiado a ele porque ajuda-me muito. Me no sabe ele estava errado ou não errado mais... ajuda-me muito. Onde me estar, parte-me dinheiro, estuda, “Jonas” fica bem’... quê, quê, quê... Me sente que eu tem confiança a ele.”

É estudante, tem cerca de 21 anos e toda a energia de um jovem cheio de projectos. Fala pelos cotovelos num Português que, apesar de continuamente afirmar não ser a sua língua, domina bastante bem. O único assunto que evita continuamente é o seu passado na

²²⁸ in Associação Médica Internacional. “Histórico da AMI na Guiné-Bissau” Disponível em: <http://www.ami.org.pt/default.asp?id=p1p7p28p108p244&1=1> (acedido a 20/06/2011)

²²⁹ in “História da Guiné-Bissau”

²³⁰ in “Histórico da AMI na Guiné – Bissau”

Guiné. Afirma não se lembrar de nada mas a sua linguagem corporal parece indicar precisamente o contrário. A Guiné tornou-se para ele sinónimo de sofrimento, tanto pela guerra que o fez abandoná-la como pela ameaça que entretanto acabou por se tornar para o seu futuro.

“ (...) Quando manda-me para Guiné? Futuro danao... O que é que tu pensa? Eu pensa que futuro danao porque para lá... Vai começar a zero! Como mi tem dinheiro para voltar para Egipto? Quem vai me ajudar? 1500 euros, example, para bilhete. E... mi fica para Guiné, vive de quê? Quel família que vai viver? Quantos amigos vai fazer ali?”

O medo de ser restituído a um país em guerra domina todo o seu discurso. É a ansiedade que o faz falar muito e ouvir pouco do que lhe é dito, sempre num tom defensivo e justificativo de quem precisa urgentemente que alguém oiça e responda à sua preocupação. A “fuga” para a Mauritânia correspondeu, na perspectiva de “Jonas” a uma “oportunidade” de ter “uma vida”, um “futuro”. Da mesma forma são encaradas a sua bolsa para estudar no Egipto ou a “salvação” proporcionada pela Força Aérea Portuguesa quando o retirou daquele país aquando da revolução. Oportunidades que, essencialmente, tem medo de perder.

“Mi sonho... quando eu era pequenino mi pensa... Eu amo estudar, porque tem... Uma gentes fala... eu ouve deles fala: “Menino, quando tu estudar, bem.” É estudo, não estudo tudo coisa. Dinheiro no nada. Dinheiro nada, mais quando tu é [importante], tu tem dinheiro, tem família, tu pode fazer manga di coisa. (...) Ser alguém, ser alguém como que acaba teu estudo, tu tem information, tu trabalha, tu tener tu família. (...) Mi... mi, mi, mi lembra... Eu, mi cabeça, quando mi grande, eu vive com alguém, fala-me as cosas: ele no mi pai, ele colega de mi pai. Porque eu cresci aqui? Porque mi pai e mãe mataram, morreram. Mi aqui por estudar, por cumpre mi vida, por tener bom futuro. No diz a mi: rua, bandido, criminoso, ou qualquer nada...”

Na Mauritânia “Jonas” foi inserido numa escola Corânica. Tal tipo de ensino, muito comum na África Ocidental, “constitui um sistema paralelo de educação” que hoje em dia assume já várias formas mas tem, inevitavelmente, por base os princípios do Islamismo cujo

conhecimento é adquirido através de um estudo aprofundado do Corão.²³¹ Depois do nível primário (dos 3 aos 10 anos) segue-se o secundário (ou *madrís*) em que “os alunos que tiverem essencialmente memorizado e transcrito grande parte (no mínimo) do Corão, continuam os seus estudos nas chamadas ‘Ciências Islâmicas’”.²³²

“(...) eu, mi vida, aprende só Árabe. Eu cresci metade árabes. Eu não cresci metade gente que fala Português, ou gente que fala Inglês ou quê, eu cresce metade gente árabes, eu não cresci metade africanos, cresci metade árabes.”

A República Islâmica da Mauritânia é um ponto de grande concentração da actividade migratória da África Ocidental tendo-se afirmado, essencialmente, como um porto de trânsito para a Europa. O facto de o acesso ao país ser facilitado por um “enquadramento legal não compulsório, a hospitalidade generalizada da população relativamente aos estrangeiros, a estabilidade e a paz relativamente aos países vizinhos” e “a proximidade geográfica da Europa”, reforçada pela construção da ligação terrestre entre Nouakchott e Nouadhibou, em Marrocos, parece ser decisivo na escolha da Mauritânia como ponto de passagem rumo à Europa, quer por mar (a caminho das Ilhas Canárias) quer por terra.²³³

“(...) Eu nunca pensa para Europa. (...) Na... Eu ouve nome de Europa, Europa... Europa democracia, Europa, Europa así... Eu nunca pensava vien Europa. (...) Eu nunca pensa, eu nunca pensa ficar a Portugal, porque eu nunca pensa entra Europa. Ouve Mauritânia barcos, que colegas va Europa, Europa mais médio morto, água... Mi fala não... Si... caminho Europa para água mi no quer. Eu não sabe se que está Europa, eu não quero sabe, se Deus o quer manda-me para lá, no problema, mais fica, fica p'ró Egipto, Egipto mi entra para aí.”

Entretanto, também as oportunidades de trabalho num país em que a mão-de-obra é essencialmente não qualificada atraem migrantes de países vizinhos e conduzem à emigração de cada vez mais jovens, muitas vezes também não qualificados, para países com afinidades

²³¹ in Banco Mundial “Educação e Aprendizagem Corânica na África Ocidental” Notas sobre SI Nº 11 (Ago 1999) Disponível em: <http://www.worldbank.org/afr/ik/pr/ikn11.pdf> (acedido a 20/06/2011)

²³² idem

²³³ in Organisation Internationale pour les Migrations. *Mauritanie: profil national 2009*. OIM: Suíça, 2009. Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/Mauritanie_Profile_2009.pdf (acedido a 2/05/2011), pp. 21 – 23

religiosas e culturais e mercados de trabalho mais promissores, nomeadamente nos países mais próximos e nos países Árabes.²³⁴

Também os jovens estudantes nacionais estabelecidos no estrangeiro para prosseguir estudos chegavam, em 2008, segundo dados da UNESCO, aos 28%, concentrados principalmente no Norte de África, Senegal e França.²³⁵

“Jonas” terá sido mais um a acompanhar esta tendência, ainda que certamente não faça parte dos dados oficiais. Com uma bolsa conseguida pelo amigo do seu pai, terá partido rumo ao Egipto, visto não ser nacional da Mauritânia e, portanto, não ter tido direito à bolsa de estudo “*do governo*”. No Cairo terá frequentado a *madris*, durante três anos, feito o exame final e conseguido outra bolsa que lhe abriu as portas da Universidade Islâmica de Al-Azhar, a mais antiga do Egipto.²³⁶ O objectivo é concluir um curso, “Jonas” não consegue especificar qual é mas terá que ver com a língua Árabe. A intenção é “*aprender mais*” para “*ser um alguém*”.²³⁷ Na verdade, esta terá sido, provavelmente, a primeira conquista pessoal de “Jonas” rumo ao “*futuro*” tão desejado. Aliás, a sua orientação é precisamente essa e é aí que concentra as suas esperanças, sendo que quando o amanhã se lhe torna incerto, a orientação falha. Não gosta de falar no passado nem de pensar no presente, o futuro é o guia.

“ (...) Eu pensa futuro mais no... Eu quero as coisas... Tu percebe? (...) Eu quero ter alegria no futuro mais ter ainda no tem. (...) Não tem ainda, no tem... (...) Me cansa manga de situations. No sabe mi vida... todo dia dificuldade... (...) Eu tem confiar em Alá... (...) Pode ser, pode no ser... Vou pedir a Alá para que pode ser no futuro porque uma dia 11, amanhã 10... mas até agora no vê... Eu pensava quando me en Egipto, continuar estudo e quê, uma dia pode ser mais... contrário... No pensava de voltar esse terra árabe, tudo terra árabe... Uma dia... no quanto mês, um mês, dois mês... Tudo terra árabe, tudo no problema... Tu pensava esse, tu tem imagem uma dia todo terra árabe tem revolution. (...) No futuro, coisa vai melhor... Eu não vê... Eu vê que todo dia complication. Todo coisa ma dificuldade. Aqui

²³⁴ Idem, ibidem

²³⁵ in “*Migration en Mauritanie: Profil National 2009*”, p. 22

²³⁶ Após o exame final da *madris*, é prática comum entre os estudantes dotados de bolsas – previamente sujeitos a selecção – prosseguir estudos “com *imams* e *marabouts* famosos da região ou em Universidades Islâmicas no Norte de África e noutros países muçulmanos.(...) os estudantes corânicos são incutidos com a noção de que, depois de uma certa idade, (eles) terão de olhar por si próprios e deverão encontrar bolsas apropriadas se quiserem continuar os estudos.” (in “*Educação e Aprendizagem Corânica na África Ocidental*”)

²³⁷ Os estudos corânicos têm-se tornado cada vez mais uma “via para a progressão social e económica devido à relação estreita entre os círculos Islâmicos e os círculos comerciais e tradicionais (...)” (in “*Educação e Aprendizagem Corânica na África Ocidental*”)

todo dia ma dificuldade. No porta, sentimento aberto, não... Tudo coisa fica, tudo cosa... Eu sente por me, todo dia cosa ma dificuldade, todo dia dificuldade. (...)”

Revolta na terra da abundância

No Egito, onde a vida lhe corria bem, o futuro que parecia certo desmoronou-se com a “Primavera Árabe”. Pela segunda vez na sua ainda curta existência uma guerra gora-lhe os sonhos...

“Todo o mundo como es... Como en Tunísia, revolução em Tunísia, Algéria, mais Algéria não creou Tunísia, depois Tunísia directamente para Egipto. Complicação Egipto pediu eliminação de Governo e... Tem uma política, no sabe bem, política egípcios, entre árabes egípcios, entre egípcio, porque no sabe, egípcio, gente fora egípcio, egípcio... Humm... problema, Política, problema, Sociologia, problema, eh... crise, o quê... No concerne estrangeiros mais quando tu vive a uma terra e irmão e irmão matam outro, guerrea é muito perigo. Revolta, mata gente, foguear, mata gente, suta gente... Uma vez uma egípcia fala, quando mi vem p’ra comprar uma carta... porque revolta tu sabe no jornal no linha, no pode ligar, no nada, no quê... Mi quero liga colega, no pode. Colega quero liga mi, no pode. Depois mi vem, quando... amanhã, amanhã volta de 10 hora, 9... media... Tem couverfoy, saison quando fala, militar fala ‘quatro hora no sai fora’...”

Após a morte do carismático líder, “não só do Egito mas de todo o mundo Árabe”, Comandante Abd el-Nasser, em 1970, Anwar el – Sadate, outro dos “oficiais livres” originais que “libertaram” o país do rei Farouk (e aliada influência Britânica, em 1952), foi eleito para o comando dos destinos do Egito como Presidente.²³⁸

Depois da derrota, em 1973, na guerra com Israel, Sadate transformaria “a política de confronto com Israel numa de convivência pacífica através de negociações” que culminaria na assinatura dos Acordos de Camp David (1978) em que o Egito recuperaria o Sinai e granjearia, ao mesmo tempo, o apoio dos EUA e a “inimizade” da maioria dos Estados Árabes.²³⁹

²³⁸ in BONIFACE, Pascal dir. *Atlas das Relações Internacionais*. Plátano Editora: Lisboa, 2005, p.132

²³⁹ in U.S. Department of State. “Arab Republic of Egypt” Bureau of African Affairs (10 Nov 2010) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5309.htm> (acedido a 15/04/2011)

As tensões fizeram notar-se também a nível interno e levariam, em 1981, ao assassinato de Sadate por extremistas islâmicos. O seu sucessor, Hosni el – Mubarak, comandante da Força Aérea durante a guerra de 1973 e vice-presidente desde 1975,²⁴⁰ “adoptou uma política discreta que permitiu ao Egipto reencontrar progressivamente o seu lugar no concerto árabe, salvaguardando no entanto o tratado com Israel” bem como a proximidade ao “campo americano” (confirmada, em 1981, no apoio, durante a Guerra do Golfo, na intervenção contra o Iraque).²⁴¹

Desde então Mubarak tem sido “repetidamente confirmado por referendo popular por mandatos de 6 anos”, sendo que o mais recente teve lugar em 2005.²⁴² Face às acusações “fundamentadas” dos partidos da oposição relativamente à manipulação eleitoral por parte do governo, e às “restrições significativas ao processo político e à liberdade de expressão das ONG’s, incluindo sindicatos profissionais e organizações promotoras do respeito pelos direitos humanos”, as eleições de 2005 foram as primeiras eleições multipartidárias na história do Egipto, por alterações à Constituição aprovadas por meio de referendo público.²⁴³

Mais uma vez as agências internacionais de monitorização eleitoral não foram permitidas no território e, antes das eleições, o único candidato da oposição, Ayman Nour, foi preso.²⁴⁴ Mubarak foi reeleito (com 88% dos votos, resultados oficiais) e em 2007 procederia a novas alterações constitucionais “reforçando os poderes presidenciais e banindo qualquer partido político baseado na religião, raça ou etnia”, aprovadas em referendo com 75,9% dos votos apesar da baixa afluência às urnas e de protestos por parte de grupos da oposição.²⁴⁵ Desde que Mubarak está no poder que acusações de corrupção e manipulação dos resultados eleitorais são constantes.²⁴⁶

A isso se podem somar as dificuldades de uma população em que cerca de 40% das pessoas vive com menos de 2 dólares por dia²⁴⁷, sendo que o desemprego, que atinge principalmente a faixa mais jovem e qualificada, se tornou motivo de crescente

²⁴⁰ idem

²⁴¹ in “*Atlas das Relações Internacionais*”, p.132

²⁴² in “*Arab Republic of Egypt*”

²⁴³ Idem

²⁴⁴ in SHARP, Jeremy. “*Egypt: Background and U.S. Relations*” Congressional Research Service, 2009 Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RL33003.pdf> (acedido a 20/06/2011)

²⁴⁵ Idem, ibidem

²⁴⁶ in U.S. Department of State, Embassy of Egypt “*Subject: Struggling to Address Police Brutality*” The Guardian (28 Jan 2011) Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/us-embassy-cables-documents/187359> (acedido a 20/06/2011)

²⁴⁷ in WORTH, Robert F. “*Egypt’s Next Crisis*” The New York Times (27 Mai 2011) Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/05/29/magazine/egypts-next-crisis.html> (acedido a 21/06/2011)

preocupação,²⁴⁸ bem como os receios de um povo oprimido pelas violações dos Direitos Humanos constantemente reportadas por ONG's internacionais.²⁴⁹

Desde o assassinato do Presidente Sadate, em 1981, que a “Lei de Emergência”, pela primeira vez posta em prática aquando da Guerra dos 6 Dias com Israel, em 1967, permaneceu em vigor permitindo um “reforço do poder policial, a suspensão dos direitos constitucionais, a legalização da censura e as detenções sem limites ou razões por parte do governo”,²⁵⁰ justificada por uma alegada “ameaça de terrorismo” nomeadamente por parte de grupos da oposição como a Irmandade Muçulmana²⁵¹, oficialmente banida mas granjeando ainda um apoio significativo. Em 2010, o governo comprometeu-se a usar a lei unicamente em casos de terrorismo ou tráfico de droga “mas o terrorismo foi definido de uma forma tão ampla quanto o necessário para a tornar vazia de qualquer significado”.²⁵²

Nos últimos anos, uma série de “tragédias” foi adensando ainda mais o clima já de si tenso: um ataque terrorista no Sinai, greves trabalhistas e a crescente tensão entre a maioria muçulmana e a minoria cristã seriam assuntos tratados como “questões de segurança”.²⁵³ Em 2008 uma greve realizada por trabalhadores da área têxtil seria abafada da mesma forma servindo de inspiração a um grupo de jovens que, através das redes sociais, criaram o Movimento Juvenil do 6 de Abril, “em solidariedade com os grevistas”.²⁵⁴

Neste contexto, e face à ameaça de sucessão de Mubarak pelo seu filho Gamal, desde há algum tempo considerado por alguns o efectivo Presidente do Egipto,²⁵⁵ o sucesso da

²⁴⁸ KOROTAYEV, Andrey V. e ZINKINA, Julia V. “*Egyptian Revolution: A Demographic Structural Analysis*”. Entelequia Revista Interdisciplinar 13, 2011, pp. 139-169 Disponível em: http://cliodynamics.ru/download/Korotayev_Zinkina_Egyptian_Revolution_Entelequia_New.pdf (acedido a 20/06/2011)

²⁴⁹ U.S. Department of State. “*Human Rights Report: Egypt*” Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor (11 Mar 2010) Disponível em: <http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2009/nea/136067.htm#> (acedido a 15/04/2011)

²⁵⁰ in Egyptian Organisation for Human Rights. “*Egypt and The Impact of 27 years of Emergency on Human Rights*” (28 Mai 2008) Disponível em: <http://en.eohr.org/2008/05/28/%E2%80%99Egypt-and-the-impact-of-27-years-of-emergency-on-human-rights%E2%80%9D/#more-22> (acedido a 15/04/2011)

²⁵¹ Idem A Irmandade Muçulmana nasceu aquando do desaparecimento do Império Otomano e do “velho assento do poder temporal Muçulmano em Constantinopla” que alimentou a defesa do ideal de um estado Islâmico. (in “*Egypt's next crisis*”)

²⁵² in “*Egypt News — Revolution and Aftermath*” The New York Times (11 Abr 2011) Disponível em: <http://topics.nytimes.com/top/news/international/countriesandterritories/egypt/index.html> (acedido a 15/04/2011)

²⁵³ idem

²⁵⁴ in KIRKPATRICK, David D. e SLACKMAN, Michael. “*Egyptian Youths Drive the Revolts Against Mubarak*” The New York Times (26 Jan 2011) Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/01/27/world/middleeast/27opposition.html> (acedido a 15/04/2011)

²⁵⁵ Nomeadamente dada a fragilização da condição de saúde do pai. (in EL-DIN, Gamal Essam. “*How Gamal brought down the whole Mubarak house*” Ahram Online (15 Abr 2011) Disponível em: <http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/9988/Egypt/Politics-/How-Gamal-brought-down-the-whole-Mubarak-house.aspx> (acedido a 20/06/2011))

“Revolução do Jasmim” que, a 14 de Janeiro de 2011, acabou com 23 anos de presidência de Abidine Ben Ali na Tunísia viria a ser o impulso que faltava para mais uma fase daquela que ficaria conhecida como a “Primavera Árabe”.²⁵⁶

“ Ouvi de árabes estava na Tunísia, eh... Algeria, depois de presidente de Tunísia embora, começar para Egipto. (...) Quando mi estava no Egipto eu sabe que egípcios fazer revolta, eh... combinado para Facebook para revolta. Eh.. primero vez que.. como falar... telefone, internet estava... Cortado depois de quatro dia, cinco dia... (...) Quando revolta estava medinho porque eu vê que problema muito grave entre árabes... dois irmãos matam outro, ataca outro... Estava medinho... estava dentro de casa, não pode sair embora porque estava, como fala... quatro hora note... [recolher obrigatório] (...) Tem estrangeiros foi morto, colega não. Eu tem colega soldado, roubar dinheiros. (...) A minha frente no vi [mortes] ma a minha frente vi muitos maus tra, como... sangue, sangue sai... Tanque de guerra, polícia, tac, tac, tac... Eu no vi ninguém morre... Eu vi para jornal, para todo cosa, em frente de mi não. (...) Uma dia estava fora, uma sexta-feira, estava por caminho visitar uma colega, eu não sabe que é sexta-feira tem greve porque lá onde mi está eu não tem canal internacional, tem egípcio televison, no tem problema. Ok, quando mi embora por caminha mi colega vi que problema muito grave fora, greve, manga di pessoas... Eu quero voltar para casa, no pode ser, quer continuar, no pode ser... estava muito atraso... 5 hora, 4 hora e tal... estava na fora, no pode voltar, no pode continuar, onde mi quero vai, mais depois aguda-me chica, volta, volta caminhos, volta, devien, devien e entra home... eh... mi colega.”

A 25 de Janeiro de 2011, dia Nacional da Polícia²⁵⁷, num protesto contando com as forças da oposição e apoiado por figuras públicas e pela generalidade da população, os egípcios manifestaram-se, maioritariamente de forma não-violenta, contra o Governo de Mubarak, a “Lei de Emergência” e consequente violência e abuso de poder por parte das autoridades e por um rendimento mínimo “justo”.²⁵⁸

²⁵⁶ “Jasmine revolution' rocks Egypt” [EurActiv/Reuters](http://www.euractiv.com/en/east-mediterranean/jasmine-revolution-rocks-egypt-news-501620) (26 Jan 2011) Disponível em:

<http://www.euractiv.com/en/east-mediterranean/jasmine-revolution-rocks-egypt-news-501620> (acedido a 20/06/2011)

²⁵⁷ in “Revolutionary Blogger Asma Threatened – Activist Got Calls from NDP Party Members Ordering Her Not To Leave Home or Get Killed” [Gulf News](http://gulfnews.com/news/region/egypt/revolutionary-blogger-asma-threatened-1.757171) (5 Feb 2011) Disponível em:

<http://gulfnews.com/news/region/egypt/revolutionary-blogger-asma-threatened-1.757171> (acedido a 20/06/2011)

²⁵⁸ in “Revolutionary Blogger Asma Threatened – Activist Got Calls from NDP Party Members Ordering Her Not To Leave Home or Get Killed” [Gulf News](http://gulfnews.com/news/region/egypt/revolutionary-blogger-asma-threatened-1.757171) (5 Feb 2011) Disponível em:

A manifestação ganhou outras proporções pela adesão juvenil à causa granjeada essencialmente através da internet, por meio de blogs e grupos criados nas redes sociais.²⁵⁹ No Cairo e em cidades por todo o país, as manifestações reuniram milhares de pessoas no dia 28 de Janeiro.²⁶⁰ As palavras de ordem: “pão, liberdade e justiça social”.²⁶¹

Entretanto o acesso à internet foi cortado por todo o país, um recolher obrigatório foi decretado e a presença militar ganhou peso. Nenhuma das medidas removeu os manifestantes, tal como não o conseguiram as concessões oferecidas por Mubarak ou a violência que se foi instalando sempre que os apoiantes do Presidente lhes faziam frente.²⁶²

“Começamo de... revolta que... 5, uma semana... porque coisa um bocado, bocado, pouco pouco, pensou que no grave ma enfim muito grave. Puis mundo manda avião, nacionalidade, étrangeros, como turcos, Malaisia, Philippines, Tanzânia, Uganda... Manga de africanos, manga di país manda aviões para Egipto toma el gentes, gente de esse país. Mais como no estava lá, no embaixada, no cònsul, no representation de estudantes... de Guiné est lá, por es, corre para embaixada Portugal... Fala ‘no problema’... Como mi pensa tem, como tu guineense pede ajuda a português, no pode falar não! Porque como eu te fala: pai e filho. Porque Portugal... Eu pode ir a embaixada de Angola pedir ajudança, embaixada fala não, por ser porque eu irmãos. Mais pode vai para... Brésil, pede, fala não porque irmãos. Eu pode vai Moçambique, São Tomé, Cabo Verde... Mais quando Portugal não pode falar não porque como pai, como Portugal coloniza Guiné não pode falar como não, não pode ser. Eu vá para português, tu guineense, tu aqui... Eu pensa isso, por isso mi vai para lá, no tenho nada dificuldade, fala... no... no fala “quê-quê”, no fala nada... No problema. Vien para aí, normal. Escoltaram que força armada português. Entra para aeroporto Portugal com tropa, entrava bem, no problema, no nada. Pedí a uma gente como conheceu guineense para ajudar ficar. Mesmo embaixada Guiné estava lá, no tem problema. Vem esse gente, fica lá dois mês. Estava normal, tem visto de 15 dia. Eu fala: ‘Ok, vida salvado, fica aqui por ser 6 mês...’”

<http://gulfnews.com/news/region/egypt/revolutionary-blogger-asma-threatened-1.757171> (acedido a 20/06/2011)

²⁵⁹ in "Asmaaa Mahfouz, a Woman Behind Egypt's Pro-Democracy Revolution". The Canadian Charger (5 Feb 2011) Disponível em: <http://www.thecanadiancharger.com/page.php?id=5&a=774> (acedido a 20/06/2011)

²⁶⁰ in "Musliim Brotherhood To Participate in 25 January Protest" Almasry Alyoum (23 Jan 2011) Disponível em: <http://www.almasryalyoum.com/en/node/303296> (acedido a 20/06/2011)

²⁶¹ in "Egypt's next crisis"

²⁶² in "Revolutionary Blogger Asma Threatened – Activist Got Calls from NDP Party Members Ordering Her Not To Leave Home or Get Killed"

A 2 de Fevereiro “Jonas” abandonou o Egipto. Nesse mesmo dia a violência exacerbou-se na Praça Tahrir, centro das atenções mediáticas em torno da revolução. Apoiantes de Mubarak e autores dos protestos defrontam-se após nova recusa de rescisão do presidente naquela que ficaria conhecida como a “Batalha dos Camelos”.²⁶³

“Jonas” conta não ter tido conhecimento de qualquer problema no país até que começaram as manifestações e os confrontos. *“Como eu estrangeiro estava no Egipto eu não quero entrar por tipo de política ou coisas problema anterior, no: escola para casa.”* Nos quatro anos que ali viveu diz *“nunca tem problema com polícia, nunca tem problema com Governo”*, não ter sequer prestado atenção às conversas dos amigos sobre as questões que viriam a dar origem à revolução. O primeiro sinal de que a situação seria perigosa para si terá sido quando *“gente rouba tu dinheiro, telemóvel...”* e a gota de água o dia em que se perdeu no Cairo numa sexta-feira (provavelmente a “Sexta-feira da Raiva”, dia 28 de Janeiro, em que as manifestações ganharam a dimensão que as tornaria mundialmente conhecidas). Nessa altura terá perdido o contacto com os seus amigos e também com o “homem” que o ajudava na Mauritânia.

De volta à casa do pai

“Embarcamos Portugal porque o... CPLP. (...) [Depois do assalto] Como tu vive? No segurança... Tem colega, mataram, roubaram... Como não pode ficar, país sem segurança, sem embaixada... Tu não podes voltar morada porque teu colega... (...) Portugal mais perto. Portugal bom, Portugal democracia, país que coloniza, Portugal. Não há problema vir para Portugal porque Portugal coloniza mi terra, por isso vir para Portugal. Quando eu ir para embaixada para salvar minha vida porque eu saber que Guiné filho, Portugal pai...”

“Jonas” diz não se ter dirigido à embaixada da Mauritânia por não saber onde era e porque, mesmo que soubesse, *“não tem documento que mostra uma relação com Mauritânia”*. Tendo origem Guineense, acreditou que as relações privilegiadas com Portugal lhe garantiriam entrada no país, e não se enganou.

“Que é que me sente para terra Portugal? Bom cosa, não má. Porque eu sabe que al situation que eu estava na tempo de tribulation, guerra no Egipto, no uma terra, no uma

²⁶³ in EL-DIN, Gamal Essam. *“NDP’s battle of the camel”* Al-Ahram Weekly (17 - 23 Mar 2011) Disponível em: <http://weekly.ahram.org.eg/2011/1039/eg21.htm> (acedido a 20/06/2011)

pessoa... no terra que mim tem passaporte pode ter a mim para lá, para esse lugar, para Portugal tem... quando notícia para tirar filho para Portugal, Portugal tira-me mesmo que filhos portugueses. Isso é uma coisa para mi nunca... Isso, quando entra aqui, fazer essas coisa para mi... (...) Todo Portugal faz mal para mi, exemplo, tudo Portugal, portugueses, fazem mal para mi, eu não pode esquecer que terra Portugal faz para mi, embaixada Portugal, Europe, fazer para mim parce que tudo tem defeito no mundo... (...) Como example mundo: no tudo coisa na mundo bom. No tudo coisa mundo mal. (...) Ok, example, Portugal ajuda-me as coisas, nunca mi vida pode de esquecer. E mi sai para fora outro português mostra-me problema ou faz-me problema, o quê, quê... Como example, mi entra aqui, qui metes-me aqui? Portugal. (...) Qui fala mi no renova visto? Português, no étrangeros. Português falar no renova visto. Mais porque português fala me no pode renovar visto? Me pode falar eu não gosto Portugal, ou eu não gosto de português, ou Portugal no bom, ou Portugal assim-assim... Eu não pode criticar. Eu não sabe porquê ela ou él fala no renova visto. Essa é uma coisa por él por ser pessoalmente mais, quando vai ler por la lei diz no tem direito porque ele no renova visto mais mi situation é uma situation especial. Él pessoa por ser no quero me, por example. (...) Pode ser lei fala esse mais tu é pessoa (...) Eu fala esse, quando africano sintá, quando me aqui a Portugal, quando me a outro terra, me fala: 'Ah, Portugal faz-me as coisa', e quando me entra fala me vida, me fala 'ah, Portugal faz-me bom coisa' porque salva mi vida de entrar aqui. (...) Mais quando Portugal no salva mi vida para Egipto aqui? Pode ser mi morre para lá."

Dois meses depois "Jonas" tentou a renovação do seu visto no SEF mas não conseguiu. Diz não ter conseguido entender "a inspectora" e ter entrado em pânico quando lhe falou num possível regresso ao Egipto. A verdade é que, apesar de se expressar bem em Português é bastante fácil que "Jonas" não compreenda aquilo que lhe é dito e fique com uma ideia errada do sentido que se pretende transmitir. A ansiedade é bastante mais responsável pela sua falta de entendimento que a falta de conhecimento da Língua Portuguesa.

"Eu não entendi inspectora, eu não falar bem Português, eu tentar falar Francês, eu não saber... Ele dizer ou te manda para Egipto ou renova dois mês... Eu nervoso porque eu não quer ir para Egipto. Eu não quer voltar. É como tu casada, tu diz-me para vir na tu casa e vem tu marido e disse 'Tu, fora!', é como assim a inspectora. Eu não sei o que fazer, eu nunca fazer mal, eu tem passaporte, eu tem papel de visto, eu tem tudo as coisa..."

Qualquer que tenha sido a razão da falta de entendimento, o certo é que “Jonas” afirma ter saído do SEF sem renovação e, no seu vaguear “*confuso*”, ter perdido também os restantes documentos. “Jonas” é um jovem imaturo numa situação especialmente dramática. Depois de ter perdido tudo, a vida deu-lhe a oportunidade de se tornar naquilo que todos querem ser: “*alguém*”. Perante uma nova guerra vê-se obrigado a abandonar tudo o que sempre quis e fugir para salvar a sua vida. O país que considera ter responsabilidades para com aquele em que nasceu acolheu-o de braços abertos. Por falta de compreensão ou ansiedade “*injustificada*”, encara uma referência ao Egipto como um convite para voltar à ameaça que já o fez fugir por duas vezes na sua vida. Tem, essencialmente, medo.

“Eu pode morir, porque revolta, guerra... até agora continua... Mesmo ontem aqui, Al-Jazerrah, vê resultado, população de julgar Mubarak... e foi... Mubarak... e tem problema familiar, como tu mata mi irmão, eu vai mata tu irmão... Guerra árabe no acabou.”

A 1 de Abril a Praça Tahrir é palco do maior protesto desde que Mubarak renunciara ao poder, a 11 de Fevereiro. Mubarak resignou mas os egípcios ainda não estão satisfeitos, reclamam do Conselho Supremo das Forças Armadas, a quem entretanto foi confiada a liderança, uma resposta às suas exigências: o afastamento e julgamento das figuras do antigo regime que permanecia em funções e de todos os que mataram manifestantes e a preparação da nova Constituição, aprovada em referendo a 20 de Março²⁶⁴, bem como as eleições parlamentares agendadas para Setembro.²⁶⁵

A 27 de Maio uma nova “Sexta-feira da Ira” teve lugar e a instabilidade mantém-se enquanto preocupações relativas à conquista do poder por parte da Irmandade Islâmica vão deixando inquietos os protestantes mais secularistas,²⁶⁶ e a situação económica do país se vai deteriorando de dia para dia.²⁶⁷

“Eu tiene confusión. Como o tu sabe como outro quer matar... Como pode ser? Porque me vê que estou como morto. Punition. No prisón, punition. (...) Sabe punição? Como tu fazer uma coisa mal mais... punition. Mais quando “Jonas” fazia uma coisa mal... esse no punition,

²⁶⁴ in “*Revolution and Aftermath*”

²⁶⁵ in SLACKMAN, Michael. “*Islamist Group is Rising Force in a new Egypt*” *The New York Times* (25 Mar 2011)
Disponível em:

<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9E06E6DB1131F936A15750C0A9679D8B63&ref=egypt>
(acedido a 15/04/2011)

²⁶⁶ idem

²⁶⁷ In “*Egypt’s next crisis*”

esse punishment mal. Tribunal tem direito de punishment mais tribunal fazer-me punishment, fala tu paga 500 euros durante de 100 dia, ok, como fala tu ficar aqui, tu em Portugal tem que pagar... Tu vem, Governo, tu tem visto de 15 dia, porque no renovas visto, quel lei, quel lei, quel direito fala no renova visto a um alguém, que de guerra, a uma pessoa que tu colonizar? Porquê... (...) Eu pode pensar mal cosas porque eu não sabe quel est raison. 'Jonas' vem, quer renovar visto. 'Jonas' entra Portugal legal. 'Jonas' entra aqui tal... Força mai pior na tudo terra é tropa. Como fala que no renova visto? Ele sabe que eu tenho direito de renovação de dois meses. E sabe... Que pasa? (...) Falta de informação agora 'Jonas' aqui. É isso que... 'Jonas' aqui..."

Aterrorizado com a ideia de ser enviado para o Egipto e tendo o seu visto caducado, “Jonas” pensa em partir para França para pedir asilo, prática bastante divulgada na Mauritânia visto ter sido o país colonizador.²⁶⁸

“Europa no tem ninguém. Mi pensa que quando vá para França pede asilo como estudante, conta mi situation, eu pensa que eu vá ter ajuda porque eu não pensa aqui Portugal tem asilo. No pensa porque no chegou a falar mi asilo. (...) Eu não sabe. Quando mi sabe... Quando mi vai para renovar documento, no pode ser, eu vai pedir asilo directamente, eu não sabe como pedir asilo. (...) Sabe... no Egipto sabe França, Itália, Espanha, tudo cá pode pedir asilo. Eu olhar para jornal gentes pede asilo, gentes pede asilo... Porque pede asilo porque tem problema, tem problema. Eu não sabe que aqui eu pode pedir asilo, si no quando mi sabe que aqui pode pedir asilo, tem direito pedir asilo, porque eu vá para França pedir asilo? Eu pede aqui Portugal que eu pode ser, como mi guineense, eu pedir aqui..."

Sem documentação e a caminho de outro país, “Jonas” apresenta um passaporte de outra pessoa quando abordado na fronteira de Vilar Formoso. É levado a tribunal e condenado a pagamento de multa por posse de documentação irregular.

“Eu não sabe que crime porque eu nunca fazer que cosa crime quando tu mata alguém, quando tu furtar, quando tu mostra alguém sangue... esse tipo crime, quando tu falsifica documento como tu quando tira como tu... eu pensa es coisas mais no pensa que quando tu usa documento de alguém é crime... (...) Porque sai mi cabeça porque eu ir embora porque

²⁶⁸ In “Migration en Mauritanie – Profil National 2008”, pp. 55

eu não tem documento... quando mi vá para SEF renovar no pode ser, eu não sabe bota documento, eu não sabe ficar donde... Eu não sabe nada de mi vida now.”

Além da multa a pagar, “Jonas” é enviado para a UHSA, pela sua situação irregular. Entretanto o seu pedido de asilo é realizado e o processo segue os trâmites usuais.

“Eu pensa vou ter sentimento... Eu entra aqui, eu não humano... eu tem sentimento... Aqui não há democracia, aqui dentro no, é prison. Para mi, Jonas, é prisão. Eu sente que mi vida no... Quebra! Quando (desenha com as mãos uma jarra) tem flor, sabe... Quebra. Eu tem certeza que mi lugar não é aqui. Eu tou, vejo, fala outra pessoa aqui, muito diferente de mi caso. Sou estudante... Outro entrar aqui para carro, para tudo... Eu entrar para asilo. Vai no (gesticula como quem escreve num computador) e vê que Jonas é da Guiné, é estudante. Eu querer estudar, viver mi vida, mi mulher, mi filho, mas está aqui. Aqui, por mim, prisón. Normalmente eu não dá endereço, mas eu dá tudo. Entro, Jonas embora... Jonas não fez crime, em Egipto tem bolsa... Eu entra aqui com visto especial. Que significa especial? Mas eles: ‘Especial? Vais aqui.’ Eu não sabe que fazer, eu contacta, diz: ‘Pede asilo’, eu pede asilo mas nada até agora... Diz agora: mundo, zero... Quatro ano no Egipto a estudar para ser alguém e agora aqui dois mês... Que faz agora? Quem vai ser? Eu não tem nada na Guiné. Mi pai mandar para Mauritânia para estudar. Eu no Egipto para estudar mas Egipto guerra... Eu vir para cá para ajuda...”

“Jonas” afirma não saber que “usar documento de alguém é crime”. Aliás, uma das suas principais preocupações sempre que fala é a afirmação da sua inocência. O facto de ser estudante, de nunca ter roubado ou ferido alguém, de não mentir, de não saber falar bem qualquer outra Língua que não seja o Árabe, o facto de não ter qualquer relação com a Guiné e o medo da guerra no Egipto são pontos recorrentes no seu discurso. O medo de ser enviado para um país que na verdade não conhece, apesar de ser o seu, ou para um que está em guerra, apesar de ser aquele para o qual quer voltar, está patente durante toda a entrevista.

Entretanto a ansiedade pela demora de respostas relativas ao pedido de asilo, vai, ao longo do tempo, fazendo com que “Jonas” fique cada vez mais abatido.

As informações que recebe durante as reuniões com o CPR deixam-no exasperado: o seu pedido é “*muito fraco*” porque a situação no seu país de origem, a Guiné-Bissau, “não representa, no momento uma ameaça à sua vida”.

“ (...) Eu não quer... Eu quero mais volta como? Adonde? A terra de Guiné fica para lá, vou. Vá p’ra lá porquê? (...) Eu não quero chegar em uma terra eu não tem colegas lá, no cresci lá, cultura no mesmo cultura, língua no mesmo linguagem, como mi vai ficar? Muita dificuldade. Mais Egito, eu vou lá viver, no tem dificuldade, vive... Mais Guiné mi terra mais no mesmo cultura. Mais Egito mesmo cultura, porque estuda árabe, criado comunidade de árabe, árabes... (...) Eu no pensa... agora, eu no sabe... eu no está no sítio porque... quanto ano...eu no chega para Guiné... Eu no pode falar que eu no guineense, eu guineense. Eu no pode falar eu não gosta de Guiné, eu gosta de Guiné. Eu pode gostar de um alguém mais tu no pode viver com ele. (...) Cultura mais árabe, manga mais árabe... mais quando me cresce esse homem fala “tu guineense, tu pai guineense...” porque... quando alguém vem do mundo não tem... não tem... es ma perigo mais... quando um alguém aqui: tu no tem terra, tu no tem família, tu no sabe donde vien di mundo... Perigo! Mais tu se sabe donde vien, de origem... 100 ano, 60 ano, 90 ano, me pode falar mi filho... mais mi... mi no conhece Guiné, no tem cultura de Guiné mais eu guineense, como falar... Guineense. (...) Me sente árabe porque vive todo mi vida na terra árabes. (...) Quando tu fala-me escolhe uma terra me vá falar Guiné, porque Guiné me de origem, ninguém vai botar de origem... Como me pode falar me vive quanto ano com branco mais como me vai falar me branco? Me no preto. No pode ser, quando me vá falar esto vai rir. Fala como? Tu tem preto mais tu vive 21 que branco e tu de origem, tu de origem. Tu origem é sempre tu origem, mais donde tu ma gosta? Ah, ah, isso outra coisa!”

Além disso, “Jonas” sente-se injustiçado pelo facto de estar numa “prisão” sendo que entrou em território português de forma legal. Compara a sua situação com a dos outros utentes e não encontra razão para estar detido uma vez que, além de ter entrado sob escolta da Força Aérea, tem um pedido de asilo em análise.

“Me tem manga de sonho mais quando me entra aqui todo sonho embora... (...) Todo dia me aqui: “Jonas”, “Jonas”...” (...) Como “Jonas” mata biliões de gente... (...) Eu vi tudo colegas, 8 ou 9, aqui, mais diferente, diferente! Mi caso é muito, muito diferente. Tudo é uma gente pa ter vida, ou buscar vida, gente que entra para aqui para... voluntário... Eles paga para bilhete para entrar aqui, caro avião, eu não sabe airplane... Eu estudante, eu estudante, aluno. Eu não paga dinheiro por entrar aqui, eu não vir aqui por mi... Eu quis ir para aí, ok. Eu guidado para aí. (...) Nunca. Eh... tudo mi vida mi vive livre. (...) Liberdade, vida, no liberdade, no vida. Mi filosofia. Aqui tudo coisa é programa. (...) Ok, programa,

organização, outra coisa organização, outra coisa no organização. (...) Mi quiere escrever, no pode... Mi quiere... no pode... Mi dizer... mi democracia, mi pensa cosa que quer fazer, no pode fazer... Democracia aqui, não... Problema aqui. (...) Es ditactoria... Es ditactoria. Porque embora, embora, tu sais embora, tu no corre, porquê mi corre? (...) Vai fazer o crime... Mais aqui? (...) Eu entra para aqui legal, escoltado força militar. Mais me sente now mi direito (bate as palmas das mãos como que espalmando algo) baixado. (...) Esse no mi lugar, no mi vida. Eu no mata alguém, eu no furta ninguém, eu no condena ninguém... Eu no entra Portugal via Espanha, via barco, via outro forma... Eu entra para aí escoltado Força Armado Português, Governo Português sabe que 'Jonas' vai entrar aqui, tem autorização de entrar aqui. Mais porquê 'Jonas' agora aqui? 'Jonas' não tem documento, ok, mais 'Jonas' dá tudo, endereço, tac, tac, tac (gesticula como se estivesse a escrever num computador) ... Esta manhã tava ali a inspectora, o documento está lá, fotocópia, todo coisa... Sei que 'Jonas' no criminoso. (...) E porquê 'Jonas' aqui, regla para ficar 60 dia, depois 60 dia 'Jonas' embora... Pero sabe donde me vá? No sabe. Tu vê? Outro mês... fala regla... Regla no regla... Porque me no vê esse regla. (...) Governo traz "Jonas" aqui mais porquê "Jonas" é como todo mundo aqui? Centro aqui sabe como "Jonas" entra Portugal. (...) Depois que "Jonas" é guineense... Pai no tem sentimento a filho? Esse problema... Por isso me fala, quando tu pergunta que é que me sente, me no sente bem esse momento. Eu comer porque eu quero viver. Si no me no come, me fala no come, no vive, no nada. (...) E me no sabe, não porque me no tem confiança a ninguém, porquê? Me no sabe quem vai me ajudar ou fazer bem a me."

Outra das questões que o preocupa é o facto de estar a “*danar tempo*”. “Jonas” sente que tem um futuro a “*cumprir*” e que os meses passados sem estudar ou trabalhar são tempo perdido. Queixa-se da falta de acesso à internet e sugere que o Centro devia ter professores. Planeia, caso fique em Portugal e enquanto não puder voltar para o Egipto, estudar Português e trabalhar para se poder sustentar.

“Eu quero estudar, trabalhar. Eu quero fazer uma coisa, no pede, que quero fazer uma coisa. Mais depois me aqui now... Eu não pode... Aqui no pode pensar. Agora me no pensa nada porque quando me pensa tem tension, cabeça duro, cabeça. No quero pensa.”

Os planos de Deus

Apesar de toda a sua revolta e angústia, “Jonas” acredita que “uma dia vá melhorar”, basta ter “fé em Deus” e fazer a sua vontade: ser um “homo correcto”.

“Me no sabe outro muçulmano mais eu tenho fé em Deus que tudo coisa que faz, uma coisa, Deus sabe. (...) Uma coisa Deus deixa faz para mim mais Deus fala tudo coisa vien para el Deus. (...) Como tudo coisa corre, para mi como muçulmano eu sente que tudo corre para es vida na Deus... Por ser bom coisa, por ser mau coisa. Me pode contente, me pode triste mais me sabe, finalmente eu não pode nada porque um destino. (...) Uma situação má me no pode mudar es situação. Deus pode mudar, não mim. (...) Em árabe fala Aleikhab. (...) Um pecado. E tem esse cosa, tu pode fazer uma coisa a Deus, Deus paga cosa. (...) Como example: porque me entra aquí a Centro? Porquê? Porque me quero sair embora Portugal, por vá fora e tem documento no mi documento. Eu está como ilegal. (...) Porque eu quero sair embora, encontra aqui polícia para caminho para lá, quando tu no fica Portugal casa, corre tu nova para outro lugar, guerra, guerra, ou lugar ou droga, ou lugar... problemas... (...) Et, bom, tu faz action, tu fazer esse coisa, esse coisa, esse é resultado. Mais uma coisa que Deus sabe es lado cierto ma da tu pecador uma liberdade... tu pode... busca... Dá-te dois caminho (desenha com as mãos, na mesa, um caminho bifurcado): esse é uma caminho bom, esse uma caminho mal. Quando faz esse caminho bom, resultado é legal, bondade, esse, esse, esse... Quando faz esse mal, resultado ilegal, es maldade. (...) Tem dois caminho, me pode vai aqui, me pode vai aqui mais me pode dizer me vai aqui mais depois mudas action.”

Ainda que não se considere culpado, “Jonas” tem noção dos erros que cometeu e que o conduziram à presente situação e afirma ter aprendido três importantes lições.

“Primera coisa que sabe vida agora... calma, calma, calma. Muito importante. (...) Tem calma... quando tu tem uma problema, uma cosa mal, no escusa porque tu vá perder sentido. Calmo, calmo, controla sentido... (imperceptível). Um. Dos, pergunta, muito importante. (...) Quando tu no sabe pergunta. Um coisa muito, muito importante. Tu no sabe nada, tu no sabe uma cosa, fala ‘eu não sabe esse, como vai fazer esse?’. Esse verdade de conhecimento mais quando tu no sabe tu no pergunta... eu vi que... (...) Muito, muito importante.”

A terceira diz respeito ao facto de ter usado um documento que não era seu. “Jonas” diz-se arrependido de tê-lo feito e diz que a partir de então: *“Tu olha uma coisa não pega!”*

“Que vai fazer? Esse que é o problema... (...) Eu não sabe que amanhã, ou semana próxima, ou tempo próximo pode ser, eu não tem sentimento porque eu não sabe mi vida now como. (...) Primera cosa que eu quero: continuar mi estudo porque quanto ano mi estudou (...) Quanto ano? 10 ano tudo... zero... Mi estuda Mauritânia, estuda Egipto, depois quando mi now... (...) no estuda... vá ficar zero. (...) Tu agora tu cansa, tu cansa, tu cansa, tu cansa, tu cansa tu vida, tu vá continuar cansar tu morre. Tu tem fé a Deus, tu tem pensamento tu uma dia vá melhorar, uma dia, no sabe qual dia. É como, o me tem gente fala sofrimento, sofrimento, continua sofrer, sofrer, sofrer, sofrer mais no sabe qual dia vai mudar... A Deus... mi continua a sofrer, pede Deus bom cosa. (...)”

Nos últimos dias de estadia na UHSA “Jonas” entrou em verdadeiro desespero. Tinha medo de voltar para a Guiné onde não tinha nada nem ninguém, não queria voltar já para o Egipto onde os riscos ainda não acabaram, e a Mauritânia não era sequer hipótese e mesmo que fosse, sem bolsa de estudo e sem contacto com quem o poderia ajudar, a situação não seria a melhor.

“Ok, familia acabou mais ainda eu tenho oportunidade casa, tem filhos, dá el História. Ah, estava na Egipto estudar, quê, quê, quê... Mi pai e mi mãe tudo morre, eu uma irmão, no sabe dele, no nada, now mi forma família, todos... mi filhos, a que, a que, a que... Now eu tem esse possibilidade, eu no sabe para ser o no ser mais o tempo chegará para el.”

No dia 31 de Maio de 2011 “Jonas” saiu da UHSA sob protecção do CPR. Actualmente encontra-se em Lisboa nas instalações do mesmo. O seu pedido de asilo foi aceite, é agora refugiado em Portugal. O tribunal acedeu a que fizesse serviço comunitário como forma de suavizar a caução.

Os seus dias têm sido vividos de forma bastante mais tranquila.

ANÁLISE DO CONTEXTO JURÍDICO/MIGRATÓRIO

Nesta entrevista existem, do ponto de vista de contextos internacionais, dois pontos-chave: a Mauritânia, ponto de partida da migração (consciente, ou intencional) de “Jonas”, e o Egito, país de acolhimento, ponto de partida e destino ambicionado pelo entrevistado. Tentar-se-á de seguida fornecer chaves de leitura para uma melhor compreensão das declarações do entrevistado e das suas vivências

MAURITÂNIA

A Mauritânia está no centro de “actividades migratórias relativamente intensas”. É destino de uma “migração tradicional” proveniente dos países limítrofes, tendo por base “laços culturais, religiosos e linguísticos” e, nos anos 90, de refugiados dos conflitos aí ocorridos; e ponto de passagem de pessoas a caminho da Europa através das ilhas Canárias.²⁶⁹

Aqui o sector agrícola é um dos principais fornecedores de emprego, ainda que o sector dos serviços esteja a crescer com o comércio a retalho a levar muitos nacionais a trabalhar nos países vizinhos.²⁷⁰ A percentagem de analfabetismo é elevada e o número de empregados com formação superior baixo. Certos sectores têm falta de mão-de-obra qualificada e a maioria dos que se formam não têm emprego.²⁷¹

Os fluxos de emigração da Mauritânia (em direcção aos países limítrofes, outros países africanos árabes, ou Europa) têm por motivação as secas das últimas décadas, elevados níveis de pobreza e de desemprego.²⁷² A diáspora centra-se na África subsariana, Golfo arábico, Europa ocidental e América do Norte²⁷³ com novas tendências a partir rumo à Líbia, Espanha, Angola e Emirados Árabes Unidos.²⁷⁴

A existência de oportunidades de trabalho num país em que a mão-de-obra local é pouco qualificada, somando-se às afinidades culturais, étnicas e religiosas,²⁷⁵ funciona como um elemento de atracção para a população dos países mais próximos. A descoberta de petróleo em 2006, apesar de em níveis bem mais baixos do que os esperados, criou condições para que essa atracção se tornasse ainda mais forte.²⁷⁶

²⁶⁹ In “*Migration en Mauritanie: Profil National 2009*”, p. 30

²⁷⁰ Idem, p. 37

²⁷¹ Idem, p. 39

²⁷² Idem, p. 32

²⁷³ Idem, p. 59

²⁷⁴ Idem, p. 63

²⁷⁵ Idem, p. 64

²⁷⁶ Idem, p. 34

As facilidades criadas por uma gestão dos fluxos migratórios não administrada de forma sistemática pelas políticas públicas colocam a Mauritânia numa situação ainda mais vulnerável relativamente à penetração do seu território.²⁷⁷

O controlo da imigração irregular é “complexo” dado que, por exemplo, a regulamentação relativa ao concedimento de autorizações de permanência e trabalho não é “aplicada sistematicamente” e a maioria dos trabalhadores sem as mesmas não são considerados irregulares, tornando difícil a definição do número total de migrantes em tais circunstâncias.²⁷⁸ Mais fáceis de distinguir são, quando detidos, os imigrantes irregulares em trânsito para a Europa que constituem a maioria dos migrantes em situação irregular no país.²⁷⁹

Depois do reforço das medidas de controlo das fronteiras da Europa mediterrânica e de entrada e permanência nos países do Magreb,²⁸⁰ dificultando, nomeadamente, o acesso através dos enclaves de Ceuta e Melilla ou do estreito de Gibraltar, as travessias por via marítima tendo por ponto de partida a costa da Mauritânia tornaram-se cada vez mais frequentes, principalmente desde 2005, aumentando também exponencialmente o número de migrantes detidos e reconduzidos às fronteiras do país.²⁸¹ Foi o fenómeno dos “boat people” e das tragédias a eles associadas que obrigou as autoridades da Mauritânia a tomar consciência da gravidade da situação e a lançar mãos à definição de um plano de gestão das migrações numa cooperação estreita com a Europa.²⁸²

Um centro de detenção foi criado para acolher os migrantes detidos antes da travessia marítima bem como os expulsos de Espanha, enquanto aguardam repatriamento; foi elaborada uma estratégia de gestão da mão-de-obra estrangeira; e o governo tem em preparação um projecto de lei relativo a várias questões migratórias que pretende incluir estruturas de acolhimento “especiais” para os requerentes de asilo.²⁸³

²⁷⁷ Idem, p. 69

²⁷⁸ In “Migration en Mauritanie: Profil National 2009”, p. 46

²⁷⁹ Idem, p. 47

²⁸⁰ Idem, pp. 31-32

²⁸¹ Idem, pp. 47-51

²⁸² Idem, p.69

²⁸³ Idem, pp. 70-71

EGIPTO

A Constituição egípcia ainda em vigor, datada de 1971, declara que todos “os cidadãos têm o direito à imigração seja ela permanente ou temporária”.²⁸⁴ Relativamente a este ponto, o decreto-lei 1399/2004 propôs a formação de um Alto-Comissariado para a Imigração em cujas funções se inclui a criação de “centros especializados para treino e preparação daqueles que desejem emigrar” e que “forneçam informação, apoio e actividades para permitir um contacto efectivo com o Egipto” de forma a facilitar a reintegração aquando do seu retorno.

A Lei Unificada do Trabalho proíbe a contratação de trabalhadores egípcios através de outsourcing com o intuito de “evitar o tráfico humano e a imigração ilegal”. A mesma Lei define que cidadãos de outros países têm o direito de trabalhar no Egipto depois de se candidatarem e receberem as respectivas autorizações.²⁸⁵

“A percentagem de trabalhadores estrangeiros numa instituição não deve exceder os 10%” e, no caso de trabalhadores estrangeiros qualificados, estes devem ser acompanhados por um assistente egípcio para que “as experiências possam ser partilhadas e transferidas para a força de trabalho egípcia”.²⁸⁶

Envolvido em vários acordos bilaterais relativos a migração laboral, o Egipto age no princípio da reciprocidade, o mesmo acontecendo no que se refere à isenção de visto para a entrada legal no país de cidadãos da Líbia, Sudão, Jordânia e Síria. Com a crescente pressão migratória, um reforço foi feito por parte das forças marítimas e terrestres do Egipto para controlar as entradas e saídas do território.²⁸⁷

Imigrantes irregulares são detidos até à data da sua deportação sendo “tratados de forma tão humana quanto os cidadãos inocentes”.²⁸⁸

Todas as medidas enumeradas são claramente consentâneas com a política paternalista há 30 anos em vigor no Egipto. Com a queda de Mubarak e dos valores por ele exaltados será uma questão de tempo até que novidades se façam notar na política migratória do país.

²⁸⁴ in GIZ. *Migration Legislation, Institutions and Policies in the EuroMed Region*. EUROMED Migration (2008-2011). European Commission: Bruxelas, 2011 Disponível em: http://www.euromed-migration.eu/sites/euromed-migration.eu/myzms/content/e1152/e16559/e16566/MigrationLegislation,InstitutionsandpoliciesintheEUROMEDregionEN_eng.pdf (acedido a 2/05/2011), pp. 123

²⁸⁵ Idem, p. 124

²⁸⁶ Idem, p. 132

²⁸⁷ Idem, pp. 132-133

²⁸⁸ Idem, p. 134

Um Sonho



"I don't really know but I was told that my parents were born in Nigeria. (...) 13, 14 years... that was when I have no being with my parents... (...) I have Nigerian family, my parents are from Nigeria, I was born in Sierra Leone. (...) The only place I know I can tell you little of was Sierra Leone."

“Eko” acredita que nasceu em 1981 na cidade de Benin, na Nigéria. Esta foi pelo menos a informação que lhe deram anos mais tarde quando pela primeira vez teve um passaporte. “Eko” acredita que os seus pais terão nascido e vivido aí mas acha que ele próprio nasceu na Serra Leoa, primeiro país de que tem recordações.

“I remember when I... I used to play football, it was... Actually we were playing football when the rebels came to take us... (...) We were playing football when the rebels broke our... came and they carried the children... (...) No, then I wasn’t fourteen, I was twelve then... but... almost thirteen. So they carried the children and... took us to a very... place... inside a bush... There were a lot of children there... (‘Eko’ tenta continuar mas à medida que os olhos se marejam as palavras falham-lhe) (...) No... I don’t want to talk about it (sorri tentando dispersar as ideias)... (...) That was the last time I ever saw my parents...”

Em “1996/97” os conflitos internos do país obrigaram-no a abandoná-lo deixando para trás tudo o que conhecia até então. Algum tempo antes terá sido raptado por um grupo de rebeldes que, juntamente com muitas outras crianças, o tentaram treinar para ser um soldado.

“When this people caught me, the rebels, took me to... I was among the people who escaped... I was one who ran to... (...) I left there to Liberia. I stayed there until 1999... (...) Two years, almost two years, because I was almost fifteen when I left. (...) So I stayed in Liberia for about two... two and a half years... When there was problem in Liberia I was left again...”

“Eko” foi um dos que conseguiu escapar fugindo para a Libéria onde, durante dois anos, viveu num campo de refugiados. Em 1999 a guerra civil no país leva-o a fugir novamente com alguns dos seus companheiros do campo.

“I was in a refugee camp... In a refugee camp, I stood there... That was... (...) Yes, 1999, when I was 18 years (...) Yeah, when there was problem, like when there is problem in... when I see the way there is problem in Libya now, a lot of people went to Egypt, went to Tunisia, then...”

Seguem num camião rumo à Argélia onde permaneceria por um período de 6 a 8 meses. As dificuldades no país fá-lo-iam atravessar a fronteira e chegar a Marrocos.

“I can’t remember the time but the time... because take you here, take you here, take you here, take you here... Got to Algeria. I stayed there about 6 months in Algeria also (...) I believe it should be about 4, 5, 6 months... I cannot give you specific time... (...) It was a lot... (...) ...because we’re now leaving from state to state, state to state... (...) From Algeria to... in fact... you see there are so many experiences I’d like to share now... but I’ve lived life most days no food, no water. (...) Maybe the only time eat is bread and you have to beg for... You go to the streets you beg and give you, you eat. (...) Then 3 to 4 months I left because when you have about fifty dinar... (...) You leave.”

Durante 7 meses “Eko” percorreria várias cidades marroquinas onde sobrevivia mendigando. Alguns dos companheiros do campo de refugiados na Libéria continuavam a acompanhá-lo.

“We were many also... we were... (...) from Liberia to Algeria, people from the refugee camp. (...) All of us also went to Morocco. We went from Algeria to Morocco... (...) Not always together, at a point, when you get some point, some remain, some leave... (...) I met people, just Africans... (...) In Morocco is beg... (...) You beg. Begging. You mean that to give you... Now I can't even speak the language... (...) No, all you do you ask for onza, the bread is onza. Something like that, onza, onza... So they give onza and... (...) I've been to Rabat, Casablanca, half of the cities in the... These are cities I can't remember... “

Em Tanger tem conhecimento das travessias marítimas para a Europa e é-lhe oferecida a oportunidade de seguir o mesmo trajecto. Aceita.

“In Tanger, while I was in Morocco I noticed people come from Morocco to Spain but they need a passport. In Tanger, 500 dollars. (...) the Ghanaian people are leaving with the Morocco but a guy died in the... he died in the water (...) So (...) The Ghanaian, [told me] that he would help me, that he has this Moroccan friend and that they will be leaving tonight to... and if I like I'll come with them, I tell him 'no problem, I don't have the money', he told me no problem that he want me to come. He was having a wife and a child. (...) I don't know how they do it, he just told me he wants to help you. So, “come, come and follow these people”, so we left. But we're about... me, some Malian, Ghanaian, Morocco (...) It's seven to ten Moroccans but... ten to twelve were black from different countries. So, it was when I got to Spain...”

Chegado a Espanha “Eko” viu-se sozinho e teve problemas com a Língua que não conhecia, ainda assim, de Almería conseguiu chegar a Málaga, destino traçado pela maioria daqueles que o acompanharam na viagem.

“When I came to Europe it was better a bit but the first few years were very difficult for me because... you know when you get into a place where you don't know the language, it's a challenge. Not knowing the language was really a challenge for me. (...) All the people you come to... All the people entering Spain they tell you they are going to Malaga. They are going to Malaga. But I was out in the morning... (...) The guy that brought the wife, the wife told that maybe the money she have could have carried both of us to Malaga but it's not we... (...) I remember the first day they left me I met a woman, a Spanish woman. I can still

remember that. (...) So I was just walking on the street that evening the woman came. I was just standing... My intention standing at the phone booth was to see if someone would come to make call so that I'd say 'please give me money'... because that was my first time in Europe. So she told me, you see: 'What are you doing here?' I told her that... she spoke in Spanish, I communicate in English, so it was little difficult. She said: 'Stay here, don't leave!' The only thing I say to her is 'Malaga, Malaga!' She say: 'Ok, don't worry, wait, wait. Wait.' She left, later she came back because she was holding a rubber bag. She came back. She said: 'Malaga, if you want to go to Malaga...' She now took me for a walk. She now took me to the bus stop. Got into the bus stop she bought the ticket, she now showed me the time... I cannot remember the time again... This is my bus stop to Malaga. She gave me money, then they used pesetas, not Euros. Then she said to wait. She went to buy food and bring for me. She went home, bring clothes, bring these things to me. That was the last time I saw her.'

Em Málaga conhece um grupo de Nigerianos que lhe oferece trabalho e estadia na sua casa. “Eko” trabalharia como empregado doméstico em troca de comida e dormida até que outra proposta lhe foi feita...

“The woman took me, helped me from Almeria to Malaga, there I went to the bus station and in Malaga I see a lot of black. The first black I met was a Nigerian. His name is, what his people call him is CIAD. (...) So we were together, he took me to his place, he was living in a room with other people, it was a bathroom and bedroom. The others they were the Ibos. He's from Ibo. (...) So, now because they were dealing on drugs so they have money. See, taking care of me wasn't a problem so what I would do, I would just keep the house maybe work in the morning, I clean the house... (...) They took care of me, they let me be. (...). I stayed with them for about, about a year plus... So, one day they told me that “look”, they have this haxixe they want to take to Canarias but the passer will only take it for a day he's not around but if I can take it along... I answered that no I have not done... they say 'no, no problem, you go.' This time they told me that they would go, they told me he and me will go together, I say: 'Ok, if you are going I'm going, no problem.' We went. We went through Tenerife because it was Tenerife we were going through. That one, no problem. So he told me: 'You see, no problem, you just go, it's ok, no problem.' When I came they gave me, it was the first money they ever gave me. (...) They are the first... I stayed with them... about 2 years, that's when they sent me for the second time to carry drug.”

Foi assim que “Eko” adquiriu o nome pelo qual é conhecido. Antes de o enviarem os colegas Nigerianos forneceram-lhe um passaporte e uma carta de condução e escolheram-lhe um novo nome mais adequado à nacionalidade nigeriana que lhe foi então, também, atribuída.

“My English name is ‘Henry’, so but I started bearing Eko because this Nigeria people give it for me. (...) ‘Henry King’. (...) That is the name I’ve grow up... (...) When I went to get the Nigerian passport they told me that this name is not a Nigerian name so it would be difficult to make a Nigerian passport from it (...) This [Eko] was in the passport... So this guy always calls this name. (...) In Spain they know me as this.”

Da primeira vez as coisas correram bem a “Eko”, da segunda foi apanhado pela polícia e preso, juntamente com alguns dos seus “colegas” traficantes, em La Palma.

“Two weeks, they sent me again, now I was alone. From Malaga – Madrid. Madrid, La Palma... They caught me in La Palma. (...) I was alone but when we’re coming down I met [three] other people... (...) Two Guinea – Bissau, one from South Africa (...) were in there in the prison. (...) This four [other] people they were also Nigerian and the four were Ibo (...), then in the prison (...) that Ibo came to join us. (...) Me and the four were having problem with haxixe but three of them were having problem with cocaine.”

“Eko” esteve preso durante um ano e três meses. Durante esse tempo foi visitado por um sacerdote alemão, a quem chama “Mr. Willy”, que o acompanhou ao longo de toda a sua estadia, fornecendo apoio espiritual. Após a pena de prisão “Eko” seria enviado para um Centro de detenção, em Las Palmas, pela sua situação de irregularidade. Não se tendo provado a sua nacionalidade seria de novo libertado, 38 dias mais tarde.

“A year and three months and they took me to the Center (...) bigger than this one that you have, this one not... we are more than one hundred and fifty in that place. (...) More than 150 is very big but when they came to the Nigeria embassy you call... you call you go, so he called me and I came. ‘Where are you from?’ I say Nigeria. He say: ‘You’re not a Nigerian.’ I say ‘I’m not Nigerian but they told me that my mother is from Nigeria.’ He say: ‘You are not a Nigerian.’ (...) ‘Take this man out of here, he’s not a Nigerian. Take this man out of here.’ Then they take me out of there (...) with no documents.”

“Eko” procura então refúgio junto de “Mr. Willy” e com ele, e em sua casa, permaneceria durante 6 meses, altura em que o seu amigo viajou com a família para a África do Sul.

“ So me, I was caught in La Palma, I spent the prison sentence in La Palma. He comes to the center, the William people, so he comes to the center. So he comes on Friday, Saturday, Sunday... Shared his work because he’s a pastor. (...) So because we are so close and he took so much interest in my own personal case and took lawyer and everything, why he was trying to take me back and accommodate me... (...) So when I was released the German man, that William, Mr. William, sent me money and bought me ticket flew back to La Palma to meet him. I stayed there with him about six months. I stayed there living with the family for six months. (...) In La Palma. (...)Then he told me they were travelling to South Africa... so I told him I cannot stay longer that I want to go and see my friends in Malaga so he bought me ticket and came back home, came back to Malaga. That was how I stayed better. I could not have stayed with him, I was too tired of that, I went to... Victoria.”

Aquando da viagem do Pastor alemão, em 2003, “Eko” volta a Málaga onde reencontra os seus amigos nigerianos. Com eles ficaria cerca de um ano mais durante o qual conheceria um Pastor nigeriano com quem travaria nova amizade. Seria a ele que recorreria um ano depois quando decidiu partir para Vitória.

“(...) when I came back to Malaga I stayed there with my friends for a couple of months, now they are not dealing on drugs, they are dealing on fraud, Internet fraud. I said no, I don’t want to go to prison again so that was how I left. There’s this Pastor, when I came to Malaga in the Church I go to... (...) This one is a Nigerian. (...) I told him, I said ‘I don’t have a job, I don’t know if I can come to your place.’ ‘It’s ok, no problem, no problem. This is where I live, take my mobile phone and call me when you get to bus station, let me know, I’ll come and pick you.’ So I came, I think one week after, some days... (...) I went to Victoria. He was really nice, he got me... (...) I really want to work so when I told me he said ‘in Victoria there’s a lot of job, you can come and help you to get a job.’ Now I can speak little Spanish because I learned while I was in prison, he say ‘no problem’ so I go. When I go to Victoria the next two days I got a job.”

Em Vitória, depois de cerca de três semanas passadas na casa do Pastor nigeriano, “Eko” terá trabalhado durante cerca de um ano como carpinteiro, mais um ano nas “cargas e

descargas” da Michelin e, até 2008, como soldador. Já tinha entretanto alugado um quarto. Em 2008, conta, a crise terá obrigado ao encerramento da empresa na qual trabalhava, atirando-o para o desemprego e, mais uma vez, para a mendicidade.

“The first place I worked I worked in a (...) where they do this (com as mãos faz o gesto de aparar madeira). I worked there for (...) about a year. Then the contract finished. I worked in Michelin. (...) Carga and descarga to load the container with tires. I worked there for about a year, then I stopped. I worked in a... metal company where they do sada...sadato... (...) Soldator, soldator. I did that for... Until 2008... 2008... before the crisis came, that’s when my company... (...) closed. So no work. So... nothing, day to night. I just said... If I had do begging... (...) in Salamanca. Salamanca, sometimes Salamanca, sometimes Madrid, sometimes Victoria. So I just go out do it. (...) ”

Surge então a ideia de viajar para o Canadá...

“[Begging] That was the last... In fact that is what I’m doing... If they lead me back to Spain that’s what I will do but I don’t want to live that life again that’s why I want to leave for a better place where the Government of the land can assist me... ‘So ok, you go to school.’ (...) The only reason I want to go to Canada is because... if I get to Canada it would be easier for me to get my documents... Maybe when I tell them this story of my life experience, about my life experience then they will also assist me find out if... Because I want to go back to school, I left school when I was 14 years so everything I learnt I learnt because I read a lot. (...) I’ve heard a lot about so many people that go, I’ve read it from the internet that when you go there... That was my desire: ID card. Now, when you go there as I see they give you a place to stay then they tell you that you can go to school and everything then less than a year, a year plus, you get your documents, you go to school... They, there they encourage people to go to school. ‘Is good you go to school.’ unlike here nobody tells you to go to school you just do... work and work and work... Even the workers now they don’t have it. So that was the only reason why I go to Canada to see if I can... ”

No dia 23 de Abril de 2011 “Eko” é detido no aeroporto do Porto, Portugal, durante uma escala da viagem que o levaria ao Canadá. No mesmo dia dá entrada na UHSA.

ANÁLISE DA ENTREVISTA E CONTEXTO HISTÓRICO

“I am a man on a journey... to impact or to light my world. (...) When you see this you see me. (...) So I haven't got into my destination yet.”

“Eko” é um caso invulgar. A sua serenidade, patente na forma como fala, é quase inquietante. Expressa-se com uma segurança espantosa e uma eloquência de louvar. Desde há muito que “Eko” pretende que a sua história seja ouvida. Conta-me que já o entrevistaram numa reportagem sobre a travessia clandestina do Mediterrâneo da CNN²⁸⁹ e garante que um dia ouvirei falar dele na televisão ou através do livro autobiográfico que tenciona escrever para “*inspirar outros*”.

Fala como se estivesse já a escrever o seu livro. Começa por, de forma cronológica, me contar todos os passos do seu percurso sem grande espaço para pormenores. Não esperava que lhe fizesse perguntas mas não hesita um segundo nas respostas. Todos os assuntos fazem parte de um enredo que conhece muito bem apesar de as datas não serem o seu forte. Há assuntos dos quais prefere não falar mas a vontade de explicar a sua visão do mundo consegue suplantar os seus fantasmas mais negros, incluindo o trauma que lhe definiria o caminho rumo a outros mundos.

“I'm only sharing this with you because I believe you want to use it for your study or whatever because I know that one day in life I will also share it for the youth to learn from it also so I didn't know I would do that before maybe I don't know when the time I will say it or it should be my biographic... So, it's not something I want to keep, it's not a secret, that's why I'm sharing it with you. (...) Just... there are so many things that I cannot... I cannot share with you but the truth is this: I believe a day will come I will... I will... You will see me in the TV or you'll read about me or hear about me and you'll say 'I spoke with this person and everything he's saying now is what he told me then.' That's the only thing I... I tell you, so I don't... Most of the time I knew when I was young is... I can't remember because during a time in my life I tried to forget the past, I concentrate on the future.”

²⁸⁹ “Exodus from Africa” de Sorious Samura. Produção: CNN (EUA), 2001

Riscos e Aventuras

Aos “12/13” anos a vida de “Henry King” mudou dramaticamente. De origem nigeriana mas tendo passado toda a sua infância na Serra Leoa, foi da pior forma que “Henry” ficou a conhecer o lado mais obscuro da humanidade. A instabilidade na África Ocidental fá-lo-ia enfrentá-lo na primeira pessoa.

“You see... I like... Most of the time (...) what you do is this... when... You see, the only thing I tell now is this... I was young when all these things happened so I didn't know... I was young when all these things happened.”

Nascida como “terra da liberdade” a Libéria foi fundada como tal, em 1820, enquanto “terra para as pessoas outrora escravizadas”.²⁹⁰ A Sociedade Americana de Colonização, responsável pela fundação e apoiada por boa parte da população norte-americana que acreditava que “devido ao inultrapassável preconceito resultante da sua cor [os negros] não poderiam jamais integrar-se com os brancos livres do país”,²⁹¹ promoveu nos anos seguintes a colonização do território por “afro-americanos livres e escravos libertos” dos E.U.A.²⁹²

Em 1840 a República da Libéria tornar-se-ia na primeira república africana ao declarar a sua independência. Simultaneamente, na nova República, aos nativos seria retirado o direito à cidadania e a “elite americano-liberiana monopolizava o poder político e restringia o direito ao voto da população indígena”.²⁹³ Quarenta anos depois, um golpe de estado encabeçado pelo Sargento indígena Samuel Kanyon Doe acabaria com 133 anos de domínio afro-americano, executando o seu líder e colocando no poder o Conselho de Redenção Popular. Contudo, a preferência por elementos da etnia do novo líder para cargos governamentais levaria a uma crescente tensão com outras etnias que culminaria num contra-golpe, mal sucedido, por parte do antigo Comandante das Forças Armadas Thomas Quiwonkpa, ao qual

²⁹⁰ in BRENTON, Felix. “*American Colonization Society (1816-1964)*” Disponível em:

<http://www.blackpast.org/?q=aah/american-colonization-society-1816-1964> (acedido a 26/06/2011)

²⁹¹ in KUNNATH, Chandrasekharan. “*Liberia: a Country of People 'Repatriated' from 'Freedom'*” Disponível em:

<http://www.articlesbase.com/politics-articles/liberia-a-country-of-people-repatriated-from-freedom-3686154.html#ixzz1QmviQsPd> (acedido a 26/06/2011)

²⁹² in U.S. Department of State. “*Republic of Liberia Profile*” Bureau of African Affairs (8 Mar 2011) Disponível em:

<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/6618.htm> (acedido a 15/04/2011)

²⁹³ idem

se seguiram represálias por parte do governo contra elementos de outras etnias acusados de apoio ao dissidente, bem como um aumento da intensidade da repressão geral.²⁹⁴

A atmosfera ditatorial conduziria, em 1989, àquele que seria o despoletar da primeira guerra civil liberiana. Charles Taylor, um americano-liberiano, juntamente com um grupo de rebeldes e contando com o apoio de países vizinhos como o Burkina-Faso ou a Costa do Marfim, invade a Libéria granjeando o apoio da população local à sua Frente Patriótica Nacional e ocupando rapidamente boa parte do país.²⁹⁵

Em 1990 a ECOWAS (Economic Community of West African States), com uma maioria de tropas da Nigéria, Guiné - Conacri e Gana, intervém conseguindo impedir a conquista da capital por parte da FPN. Após o assassinato de Doe por um grupo de dissidentes da FPN que entretanto criaram o Movimento Unido para a Libertação da Libéria e para a Democracia, um Governo Interino de Unidade Nacional no Gana, o qual Taylor se recusa a reconhecer seria criado sob os auspícios do ECOWAS.²⁹⁶

Em 1991, Charles Taylor impulsionaria a formação da Frente Revolucionária Unida, na Serra Leoa, sob o comando do antigo cabo das Forças Armadas locais, Foday Sankoh. O objectivo: que a FRU atacasse as bases das tropas de manutenção de paz opositoras do seu movimento rebelde sedeadas em Freetown.²⁹⁷

Descoberta por portugueses, em 1462,²⁹⁸ mas colonizada por ingleses, a Serra Leoa conseguiu a sua independência da coroa britânica em 1961. Freetown, a capital, fora estabelecida como “província dos livres”, destinada a ex-escravos negros dos E.U.A., Nova Escócia e Grã-Bretanha.²⁹⁹ Em 1962 as primeiras eleições colocariam na presidência do governo associado à Commonwealth o Partido Popular da Serra Leoa, responsável pela independência, e o seu líder, Sir Milton Margai.³⁰⁰ Nos tempos que se seguiram o país

²⁹⁴ in U.S. Department of State. “*Republic of Liberia Profile*” Bureau of African Affairs (8 Mar 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/6618.htm> (acedido a 15/04/2011)

²⁹⁵ idem

²⁹⁶ idem

²⁹⁷ in U.S. Department of State. “*Republic of Sierra Leone Profile*” Bureau of African Affairs (8 Mar 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5475.htm> (acedido a 15/04/2011)

²⁹⁸ MCKENNA, Amy. *The History of Western Africa*. The Rosen Publishing Group, 2011, p. 202 Disponível em: <http://books.google.com/books?id=uuRvYdibcGYC&pg=PA206&dq=history+of+sierra+leone+civil+war&hl=pt-PT#v=onepage&q=history%20of%20sierra%20leone%20civil%20war&f=false>

²⁹⁹ in “*Republic of Sierra Leone Profile*”

³⁰⁰ idem

prosperou com os rendimentos provenientes dos ricos recursos minerais do país sendo utilizados para o seu desenvolvimento.³⁰¹

Todavia, em 1964, a morte do Primeiro-ministro e sua sucessão por parte do seu meio-irmão, Albert Margai, marcariam o princípio de uma época de crescente autoritarismo incluindo tentativas de eliminação do multipartidarismo.³⁰²

Três anos depois o Congresso de Todos os Povos, partido da oposição, venceria as eleições colocando Siaka Stevens na liderança. Após golpes militares sucessivos, justificados por questões étnicas, Stevens assumiria o comando em 1968 e, durante 17 anos de governação, levaria a cabo as alterações necessárias para colocar em prática as ameaças de Margai: o CTP afirmou-se como partido único e, em 1985, o Major General Joseph Saidu Momoh, indicado por Stevens, chegaria ao poder após um referendo uni partidário.³⁰³

Apesar de retomar o multipartidarismo, o partido de Momoh continuou na senda do abuso de poder com má utilização dos recursos naturais dos seus antecessores.³⁰⁴ Seria neste contexto que a FRU entraria em acção na Serra Leoa para “derrubar o regime de Momoh, estabelecer uma democracia multipartidária e acabar com a exploração económica”.³⁰⁵ Sob o comando de Sankoh, um “pequeno grupo de homens” começou por atacar aldeias junto à fronteira liberiana conseguindo, em alguns meses, o controlo da zona de extracção de diamantes de Kono.³⁰⁶

Em 1992, um golpe militar enviaria Momoh para o exílio estabelecendo um Conselho Nacional Provisório de Governo que “provou ser tão ineficiente como o governo anterior no que diz respeito à resistência às forças da RUF.”³⁰⁷

Em 1995 os rebeldes estavam já “às portas de Freetown” e só com a contratação do grupo paramilitar sul-africano “Executive Outcomes” foi possível fazer recuar os rebeldes.

³⁰¹ in MCKENNA, Amy. *The History of Western Africa*. The Rosen Publishing Group, 2011, p. 202 Disponível em: <http://books.google.com/books?id=uuRvYdibcGYC&pg=PA206&dq=history+of+sierra+leone+civil+war&hl=pt-PT#v=onepage&q=history%20of%20sierra%20leone%20civil%20war&f=false>

³⁰² in PHAM, John-Peter. *“Child soldiers, adult interests: the global dimensions of the Sierra Leonean tragedy”*. Nova Publishers, 2005,. pp. 33–35. Disponível em:

<http://books.google.com/books?id=ZnPFKpwolKIC&pg=PA32&dq=sierra+leone+independence+1961&hl=pt-PT#v=onepage&q=sierra%20leone%20independence%201961&f=false> (acedido a 26/06/2011)

³⁰³ in U.S. Department of State. *“Republic of Sierra Leone Profile”* Bureau of African Affairs (8 Mar 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5475.htm> (acedido a 15/04/2011)

³⁰⁴ idem

³⁰⁵ in GBERIE, Lansana. *“A Dirty War in West Africa: the RUF and the Destruction of Sierra Leone”*. Indiana UP, 2005, p.12 Disponível em:

<http://books.google.com/books?id=uQ2wHav3ol8C&printsec=frontcover&dq=A+Dirty+War+in+West+Africa:+the+RUF+and+the+Destruction+of+Sierra+Leone&hl=pt-PT#v=onepage&q=sierra+leone+destruction+of+sierra+leone&f=false>

³⁰⁶ in “*Republic of Sierra Leone Profile*” (acedido a 15/04/2011)

³⁰⁷ idem

Entretanto a pressão tanto interna como internacional levaria o CNPG a ceder o poder a um novo governo civil liderado, por eleição parlamentar, por Ahmad Tejan Kabbah, um “diplomata que trabalhara na ONU durante mais de 20 anos”.³⁰⁸

As eleições e o Acordo de Paz de Abidjan assinado em finais de 1996, em que os rebeldes reconheciam a sua derrota, criariam um aparente ambiente de paz no país.³⁰⁹ No entanto, com o afastamento do grupo paramilitar e a detenção do seu líder, no início de 1997, a FRU voltaria à acção e desta vez com ainda maior violência.³¹⁰

Os confrontos entre as duas partes continuaram numa guerra civil sangrenta que, até 2002, devastaria a Serra Leoa e a sua população.³¹¹

“1996/97 that was when I left Sierra Leone, because of the problems in Sierra Leone. So, since then I have not met my parents... I’ve not even called them...”

Rica em minério, a Serra Leoa viu a sua riqueza tornar-se na razão da sua destruição. Foram os diamantes e as desigualdades provocadas pelo uso dos rendimentos deles provenientes, nomeadamente por parte dos governantes, para benefício próprio de alguns, que proporcionariam a criação da FRU.³¹²

Seria o controlo dos mesmos diamantes que daria aos rebeldes meios para comprar armamento³¹³ e a falta deles e de condições de vida que levaria muitos populares a juntar-se à rebelião.³¹⁴

Outro elemento propulsor da guerra seria, de várias formas, o conflito liberiano, não só pelas questões políticas já abordadas mas também pelo facto de os milhares de refugiados liberianos resultantes do mesmo e acolhidos em território vizinho serem alvos fáceis para o recrutamento rebelde, o mesmo acontecendo aos deslocados internos, na sua maioria crianças,³¹⁵ a quem era prometida a satisfação das suas imensas carências.³¹⁶

³⁰⁸ in “Republic of Sierra Leone Profile”

³⁰⁹ in “A Dirty War in West Africa: the RUF and the Destruction of Sierra Leone”, p. 95

³¹⁰ in “Paying the price: The Sierra Leone peace process”. Conciliation Resources (Set 2000) Disponível em :<http://www.c-r.org/our-work/accord/sierra-leone/chronology.php> (acedido a 26/06/2011)

³¹¹ in “A Dirty War in West Africa: the RUF and the Destruction of Sierra Leone”, p. 12

³¹² in FEDERICO, Victoria. “The Curse of Natural Resources and Human Development”. L-SAW: Lehigh Student Award Winners, 2007 Disponível em: <http://jsaw.lib.lehigh.edu/viewarticle.php?id=924&layout=html> (acedido a 26/06/2011)

³¹³ in ABDULLAH, Ibrahim. “Between Democracy and Terror: The Sierra Leone Civil War”. Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa, 2004, p. 100 Disponível em: http://books.google.com/books?id=05wYkaUGQm8C&printsec=frontcover&dq=Between+Democracy+and+Terror:+The+Sierra+Leone+Civil+War.&hl=pt-PT&ei=U9QMTumNJoGw8QOF9qnIDg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCoQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false (acedido a 15/04/2011)

³¹⁴ in “A Dirty War in West Africa: the RUF and the Destruction of Sierra Leone”, p. 85

³¹⁵ in “A Dirty War in West Africa: the RUF and the Destruction of Sierra Leone”, p. 56

Quando os meios de persuasão não eram suficientes, as crianças eram o grupo predilecto para o recrutamento forçado.

Preferidos pela sua “obediência cega”³¹⁷ e sujeitos a manipulação psicológica³¹⁸ que incluía muitas vezes o uso de drogas³¹⁹, meninos e meninas com idades compreendidas entre os 10 e 15 anos, e por vezes mais jovens³²⁰, eram raptados, levados para o meio da densa floresta e treinados para serem máquinas de guerra, tornando-se, entre os civis, nos “rebeldes” com pior reputação.³²¹

“I don’t know things about drug I only know that the only time I smoke was the time I was in the... That is why I told you that I won’t say it, was when I was 12, when I was with the rebels because they give you something to put in your mouth, I don’t know what those things are... But I only know that it was not ok when the rebels gave me those things but now when I’m getting older and I know that was drug and they gave it to you...”

“Henry” conseguiu fugir a este destino. Ainda hoje lhe custa lembrar os momentos traumáticos que ele e outros da sua idade passaram com os rebeldes. É um período negro da sua história que prefere ocultar mas não consegue. Toda a sua vida parece ter sido definida por aquele único acontecimento, e de facto foi. Não me conta aquilo que aconteceu quando foi levado para a floresta. Tenta mas não consegue. Disfarça com um sorriso e continua a história por outro caminho, o caminho que conseguiu seguir e muitos outros não...

Tal como outras “crianças soldado” a quem a guerra não engoliu definitivamente, “Henry” evita o passado obscurecido pela floresta da Serra Leoa e prefere pensar no seu futuro, um futuro que desenha com todo o cuidado e que se rege por uma premissa essencial: “ajudar outros”.³²²

A Comissão para a Verdade e Reconciliação publicou, em 2004, um estudo que concluía que ambos os lados do conflito recrutaram crianças entre 10 e 14 anos de forma

³¹⁶ in “A Dirty War in West Africa: the RUF and the Destruction of Sierra Leone”, p. 59

³¹⁷ in BBC “The child soldiers of Sierra Leone” Global Crime Report Disponível em: http://www.bbc.co.uk/worldservice/programmes/global_crime_report/investigation/soldiers1.shtml (acedido a 26/06/2011)

³¹⁸ in WESSELS, Mike. “Child Soldiers” Bulletin of the Atomic Scientists, Chicago (Nov/Dez 1997) Disponível em: http://pangaea.org/street_children/africa/armies.htm (acedido a 26/06/2011)

³¹⁹ in “The child soldiers of Sierra Leone”

³²⁰ in “Child Soldiers”

³²¹ in “The child soldiers of Sierra Leone”

³²² in ROMAN, Mar. “Former Child Soldiers Seek Redemption” Associated Press (19 Abr 2007) Disponível em: www.essex.ac.uk/armedcon/story_id/000462. (acedido a 26/06/2011)

“deliberada”, sendo que 50% foram levadas com menos de 15 anos e 28% com menos de 12 sendo que grande parte delas não voltou a ver os pais depois da guerra.³²³

Um Tribunal Especial foi criado pelo governo da Serra Leoa e a ONU, em 2002, para julgar “os principais responsáveis por crimes contra a humanidade, crimes de guerra e outras violações graves do Direito internacional” durante o conflito. Na última categoria foi incluído o recrutamento de crianças, uma das acusações pelas quais Charles Taylor aguarda julgamento em Haia, numa acção louvada por ONG’s defensoras dos Direitos Humanos como “um precedente histórico” valioso.³²⁴

“In the refugee camp you did buildings like tents (...) So you go, you make food, they give you food, you eat, we play everything, so when there was problem in Liberia the... the... I don’t know... the father rebel, or whatever came to... [destroy] (...) Not just the refugee... They were killing people; they would cut out everything... The people should leave when there was problem in Liberia.”

“Henry” foi um dos “afortunados” que conseguiu fugir ao treino para matar. Refugiar-se-ia na Libéria, como muitos dos seus compatriotas.

Por esta altura, a Libéria vivia um período sem confrontos, após a vitória eleitoral de Charles Taylor e do seu Partido Patriótico Nacional, em meados de 1997. Seguir-se-iam anos de governação em que os números de “desemprego e iliteracia ultrapassavam os 75% e pouco investimento era feito nas infra-estruturas do país”, por outro lado, Taylor continuava a apoiar a FRU na Serra Leoa.³²⁵

Em 1999, o governo disfuncional de Taylor conduziu a uma segunda guerra civil iniciada por uma rebelião armada por parte dos seus adversários. Mais uma vez seriam os liberianos a procurar refúgio na Serra Leoa. Os números de refugiados de um país no outro atingiram, ao longo dos dois conflitos, números muito elevados.³²⁶

Mais uma vez, e dois anos passados da sua fuga da Serra Leoa, “Henry” voltava a fugir para salvar a sua vida.

³²³ in “*Truth and Reconciliation Commission*” in Child Soldiers Global Report 2008 Disponível em: <http://www.childsoldiersglobalreport.org/content/sierra-leone> (acedido a 26/06/2011)

³²⁴ idem

³²⁵ In “*Republic of Liberia Profile*”

³²⁶ United Nations Organization. “*Report on the Nutrition Situation of Refugee and Displaced Populations*” Refugee Nutrition Information System (RNIS), No. 29 (20 Dez 1999) Disponível em: <http://www.unsystem.org/scn/archives/rnis29/begin.htm#Contents> (acedido a 26/06/2011)

“Not that I don’t remember but (...) ... The only thing I know is this, when the truck came into all of us just enter, enter, enter... (...) I cannot say if they were helping us because when we go to a place that they finally lead us to come down... all of these things make me want to... When you are in Algeria for a two month, 2 months... Ask people: Where is this? Where is this? In Algeria they speak French and Arab so it was difficult...”

O tempo é, para “Henry”, difuso. Não sabe dar datas precisas mas tal também não seria de esperar de um fugitivo. Parte para a Argélia sem saber para onde vai. Ele e alguns companheiros do campo de refugiados na Libéria entram num camião e descem a uma distância segura do conflito. Num período algures entre 4 e 8 meses, vagueiam e pedem dinheiro na rua enquanto vão conhecendo outros deslocados que, como eles, procuram uma nova vida.

“In Algeria we... what we do is this... I cannot remember, I don’t know the name of the states, the only place I can remember, because that is where we stayed when we arrived in Algeria... It’s close the border of... of Morocco. It was like a walk, when you get to that place you see lots of people, in that place they have... (...) They put blanket on the floor, they sleep on it. So... (...) In the frontier, I think is in the frontier, but what I know, from there to Morocco is about... let me say... ten days walking. So you get to that place and then when you get to that city (...) you beg for money to get to... to go because what happens you always go to the frontier when life is difficult here you believe maybe in that place life would be better so you always go the frontier... (...) when we get to that place there is so many people... (...) so many Senegal, Mali, Liberia, Sierra Leone, Nigeria,... (...) I met all this people there... (...) If you can walk for 10 or maybe, 6/7, 8 to 10 days, you get to the city, then you enter in bus that will take you to... there’s this... The former capital of Morocco...”

“Henry” também não recorda boa parte dos nomes das cidades por onde passou. Contudo, estando a fronteira terrestre entre Argélia e Marrocos fechada há mais de 15 anos, é bastante provável que a travessia tenha sido feita entre as cidades de Oujda, do lado argelino, e Tiamcen, em Marrocos, a única passagem que, periodicamente, é aberta.³²⁷

Foi em 1994 que as relações, já de si tensas, entre os dois países se deterioraram aquando de um ataque perpetrado por um grupo de guerrilha argelino a um hotel em

³²⁷ in “Getting there” Looklex Algeria Disponível em: http://looklex.com/algeria/z_gettingthere.htm (acedido a 26/06/2011)

Marraquexe.³²⁸ As relações diplomáticas enfrentam um impasse já antigo devido ao apoio da Argélia à auto-determinação do Sahara Ocidental que colide com o “princípio de integridade territorial” que Marrocos se recusa a abandonar apesar das concessões que o rei Mohammed VI já se propôs oferecer ao território dissidente, nomeadamente o estatuto de autonomia.³²⁹

A travessia entre os dois países é, portanto, preferencialmente realizada por meio aéreo ou mesmo aquático, o que vem prejudicando grandemente a economia das cidades fronteiriças.³³⁰ Entretanto em 2009 a fronteira foi excepcionalmente aberta para permitir a passagem de uma caravana de ajuda humanitária com destino à Palestina³³¹ e a reabertura permanente da fronteira parece estar próxima, pelo menos da parte argelina que viu as viagens de lazer dos seus cidadãos dificultadas pela instabilidade na Tunísia – destino de férias preferencial na Argélia – e as restrições recentemente criadas pelos países da zona Schengen ao fornecimento de vistos.³³²

Tendo em conta que pelo menos uma maioria dos imigrantes que acompanhavam “Henry”, tal como ele, viajavam sem documentação, deduzir-se-ia que teriam feito a travessia através de uma qualquer zona de fronteira não controlada, no entanto, o seu relato indica uma concentração de pessoas numa cidade de onde se via e uma espera para poder atravessar. Numa altura em que a condição legal dos migrantes irregulares em território marroquino não era ainda clara³³³, a passagem seria, provavelmente, pouco controlada pelo que tudo indica que a travessia tenha sido feita na cidade de Oujda, numa das suas aberturas temporárias.

“I’ve been with so many people... These people I met are in the park, we talk and talk and talk, we live as we don’t have no place to stay because there is no work. In my... I left home since when I was 12 years, getting to 13 years, so everybody I meet, among... when people are begging like this, I’m the smallest... ‘Ok, you are so quiet, you are so this, this... Come with us, come with us.’ I remember I stayed maybe after some months or 2 months, 3 months... You

³²⁸ in “Open that border” The Economist (27 Mai 2010) Disponível em: <http://www.economist.com/node/16219845> (acedido a 26/06/2011)

³²⁹ in NOVOTNÝ, Daniel et al. “Algeria Morocco: Border Closure Hinders Security and Economy” Morocco Board (18 Abr 2011) Disponível em: <http://www.moroccoboard.com/news/5192-algeria-morocco-border-closure-hinders-security-and-economy> (acedido a 26/06/2011)

³³⁰ in “Open that border”

³³¹ in RACELMA, Kaci. “Morocco-Algeria border: the tug of war continues” Afrik News (23 Feb 2009) Disponível em: <http://www.afrik-news.com/article15340.html> (acedido a 26/06/2011)

³³² “Morocco Algeria border to open shortly” Morocco Board (3 Jan 2011) Disponível em: <http://www.moroccoboard.com/news/34-news-release/5123-morocco-algeria-border-to-open-shortly> (acedido a 26/06/2011)

³³³ Uma situação que seria revista em 2003 com a nova legislação. in GIZ. “Migration Legislation, Institutions and Policies in the EuroMed Region. EUROMED Migration (2008-2011)”. European Commission: Bruxelas, 2011 Disponível em: http://www.euromed-migration.eu/sites/euromed-migration.eu/myzms/content/e1152/e16559/e16566/MigrationLegislation,InstitutionsandpoliciesintheEUROMEDregionEN_eng.pdf (acedido a 2/05/2011)

know maybe you become, it becomes difficult for them to keep you, they tell you 'go, go, go...' I go, I move to another place, you get somebody there puts you, brings you home, 'stay with us', do this and that... So that is how I've been living until now..."

Tanto a Argélia como Marrocos se incluem actualmente no rol de países de trânsito preferidos especialmente por cidadãos de países subsaarianos a caminho da Europa. Em ambos os casos, o número daqueles para quem a situação de trânsito se prolonga, por vezes durante anos, é cada vez maior.³³⁴ Durante os meses que passou em cada um dos países “Henry” sobreviveu pedindo nas ruas. Conta que, com 18/19 anos, o seu aspecto franzino e o seu bom comportamento lhe granjearam a simpatia e protecção de algumas famílias.

Talvez os mesmos motivos tenham levado um pai de família do Gana a oferecer-lhe a oportunidade de seguir para a Europa, como muitos outros, arriscando a vida no mar Mediterrâneo. Foi com Marroquinos e Ganeses que deixou África, às “5 da manhã”, num dia perdido do ano 2000. Quando lhe pergunto se não teria medo dá-me uma resposta no mínimo impressionante...

“It was already a risk living... because I dreamed much at the age of.. 12 getting to 13... You... The rebels came to carry you and begin to train you (levanta as mãos como que segurando uma arma) to shoot because they want you to fight the Government... How do you feel when... every moment you are beaten... because you don't want to do it... no food, no water? How do you feel when, at the age of 12/13... that was the last time you ever met your two parents... that was the last time you ever called anyone Dad or Mum? How do you feel that from 12/13 you don't have a place you call home? Everybody you meet is your mother, is your father, is your brother, is your sister... (...) your cousin... So, I grew up with this so now I've gotten used to it. So when I was faced with this sea where I believed will be better for me I don't see it as a risk, I see it as an adventure for a better life. Like the same way I'm trying to get to Canada through the plane. It's also a risk if I want to see it but I don't want to see it that way, I just see it as an adventure that will get me a better life.”

³³⁴ In “Migration Legislation, Institutions and Policies in the EuroMed Region. EUROMED Migration (2008-2011)”, pp. 98, 114, 206

Anjos e Demónios

Foi durante a viagem de barco que “Henry” foi entrevistado pela CNN para o documentário “Exodus From Africa”. O facto de ser o mais jovem entre os viajantes chamou, de novo, a atenção.

“They interviewed me back then but the video... no interview... Just interviewed me because I was the youngest of the people so they took me. They also videoed the rest people but the rest of the people they left out and they took me inside. “

A apenas quatro quilómetros de território europeu, Tanger é um dos principais pontos de partida daqueles que sonham com uma vida melhor do outro lado do estreito de Gibraltar. Pressões por parte da União Europeia, e nomeadamente do governo espanhol sobre Marrocos para uma luta mais eficaz contra as migrações clandestinas a partir do seu território, levariam Rabat a responder com reformas legais, em 2003. Tais reformas são por alguns consideradas parte de uma “cooperação com Espanha” “contra os migrantes”.³³⁵ Apesar de um, pelo menos aparente, maior controlo, nada dissuade quer os migrantes marroquinos quer os provenientes de outras partes do continente africano de enfrentar quer o risco de deportação quer os perigos de um mar em que muitos nas mesmas circunstâncias já ficaram. Para muitos, a vida na margem que conhecem constitui uma ameaça bem maior que a travessia.³³⁶

No entanto, para “Henry”, chegar a Espanha foi em si uma dificuldade. Pela primeira vez, desde que deixara a Serra Leoa, ficou sozinho. Desembarcara em Almería e perdera rasto dos seus colegas de viagem que lhe haviam garantido uma viagem conjunta para Málaga. Num país desconhecido e sem conhecer a língua, toda a ajuda se revestia de contornos de milagre.

“When I got to Spain it wasn’t really easy because of the (imperceptível) here at that time, I could not speak the language, I couldn’t... I don’t know much about the situation in Spain and then... (...) I was standing beside the phone booth, normally what you want to get... [money]

³³⁵ in BRISCOE, Ivan. “Dreaming of Spain: migration and Morocco” Open Democracy (26 Mai 2004) Disponível em: http://www.opendemocracy.net/conflict-madridprevention/article_1919.jsp (acedido a 26/06/2011)

³³⁶ idem

(...) The woman came, I think she stopped. (...) I didn't understand her but we could communicate. Until today I see that woman as an angel."

“Henry” encara todos os pormenores da sua vida como passos no seu percurso desenhado pela mão de Deus. Todas as pessoas que encontrou ao longo do caminho e que foram de alguma forma uma ajuda são por ele definidas como “anjos”. Um desses casos é o da mulher que o ajudou a chegar de Almería a Málaga. Sem o conhecer e sem conseguir comunicar por outro meio que não fossem gestos, este “anjo” deu a “Henry” comida, roupa e um bilhete de autocarro para o seu destino. Em Málaga encontraria nova ajuda mas esta, anos depois, não é vista da mesma forma.

“The first Nigerian I met I met him in Malaga when I left Almeria. That was the first Nigerian that appeared... I met a man in Morocco and everything but now, this men, they called him Ibo. (...) you just know this people when you see them because they deal on drugs... (...) Yeah, they deal on drugs, they deal on fraud, so this... (...) In fact they don't work they want to make money they don't think about going (...) and work. (...) If you have 100 or 10 it's only to the work, don't wants to work. This or they deal on fraud... drug... and... drug. But when you don't know them, when you've not been with them then you take the nice... the Nigerians. (...) I've stayed with them, I've known them, discovered that not all of them are bad Nigerians. (...) it's just this part of this people. (...) In every country there are those that are bad and there are those that are good. (...) If you ask me, I have been with them because I have seen them..."

Num primeiro momento o homem nigeriano ofereceu-lhe tudo o que precisava: casa e comida. Em troca de serviços domésticos “Henry” conseguia assim as melhores condições que tivera em muitos anos.

“He took me home. He took me to his place; he treated me as a brother, because he's a man, not a boy. He's older than me 20 years. (...) He took me to his house, in the house it was three bedrooms, he was having a room. So what I do: I wake up in the morning sweep the parlor, wash the plate, when they finish eating I wash the plate, there's no food I go to the supermarket buy the food... I'm just living like that."

Seria este o seu primeiro contacto com alguém proveniente do seu país de origem e seria através dele que teria as primeiras notícias da sua família desde que fugira da Serra Leoa.

“I was told that my parents had more two children. (...) I don’t know [who told me]... Is a friend I met in... Mala... (...) He said that my father is dead now, that my mother is gone back to Nigeria but I don’t know if he’s telling... if is... If it’s my parents or if is not my parents... (...) because my father was very popular because of he was a teacher, a lot of people know him because he was a teacher. So, they say (...) My father died it was... I think it was 2000... 1999. 98 or 99, I can’t remember. (...) he thinks he knows my parents but I don’t know how true it is (...)”

As datas continuam a não ser o ponto forte de “Henry” e a verdade é que não pode sequer confiar totalmente nas informações que lhe dão visto que, sendo verdade que seu pai, professor primário, era uma personalidade reconhecida, também poderia dar-se o caso de não ser a ele que os seus informadores conheciam. Contudo, a perspectiva de ter a mãe viva e de ter irmãos traz um novo objectivo à sua vida.

“(...) I cannot get in touch with my mother but because I don’t have papers to travel so I couldn’t go back to my country because I know that my become (imperceptível) if I even get to find her. That is what I think... but I hope someday I will get to meet with her to know if I have brothers or sisters... I wish I have brothers or sisters. (...) I know that what I want to do is, first of all I want to put my life in order and then I’ll go and look for them... It might take 10 years, 15 years, 20 years... That’s why I told you all this story, on the sea I told it on national TV. But I just have to walk my way there... before I can do it. I want to know where are my parents, where they are, see if I have brothers or sisters because the only brother... people I know I don’t even call them brothers, I call them cousins.”

“Henry” não sabe sequer qual a sua origem étnica, era muito novo quando deixou para trás as suas raízes para “saber tanto” sobre si mesmo, mas, pela sua experiência com nigerianos, concluiu que existe uma etnia específica da qual não se quer aproximar: os Ibo. As suas razões resumem-se a uma situação.

“Then when that man told me, about a year plus, he told me: ‘Look, they have a... something they want you to take to Tenerife but the person that wants to take it it’s not around. Can you please help us to take it there?’ (...) If I can take it there then they will give me money, no problem... I say ‘no, I have no done such thing before, I won’t do it’. He said ‘no, it’s no problem.’ This CIAD, the one that brought me, he said ‘no problem, I’ll go with you, both of us will go together, I’ll carry mine, no problem.’ So: ‘Ok, no problem. If you are coming with me, no problem.’ I don’t smoke, I don’t drink, I met them, they were helping me, now they’re asking me a favor so...”

E assim “Henry” passou a “Eko”. Antes de ser enviado na sua primeira missão de transporte de droga, os seus colegas arranjam-lhe um passaporte e uma carta de condução. Cada um dos documentos tinha um nome diferente mas ambos se referiam a um cidadão nigeriano nascido na cidade de Benin.

“Transport haxixe. Do you know haxixe? Attempt to transport it from Malaga to Tenerife but I went through La Palma. So I was caught in La Palma there were four of us all of them Nigerian, so all of this why I did this because I had so many Nigeria friends, they help me to do passports, Nigerian passports, so that I can use it to be transporting haxixe for them... So that is how I got, that is how I started bearing this name: Eko.”

Da segunda vez em que efectuava um transporte “Eko” foi detido. Cumpriria 15 meses de prisão em La Palma, nas ilhas Baleares, uma experiência que lhe mudaria o rumo.

“Much of the things I know now I can tell you that I know them when I left... in fact, when I came to Spain because when I came to Spain, when I was in prison, that was when I started reading. When I was in prison... what caused... At that point of time I looked at myself and I said: ‘Do I really want to continue my life in this direction?’ I want to make my best out of... It might be difficult but I just have to accept the reality about life. (...) Sometimes it’s like I’m more mature now. (...) A mature man. I remember when I was sharing with Mr. William... I was crying, until that day I couldn’t but now... I just look it and see it as something that is gone with the past.”

Mais uma vez seria um “anjo” a guiá-lo. Foi durante as conversas que teve com Mr. William, um Pastor alemão que visitava e dava apoio espiritual aos detidos, que “Eko”

conseguiu lidar com os fantasmas do passado e definir os seus sonhos para o futuro. Quando lhe peço para que me indique alguém que admira, Mr. William é um dos nomeados.

“I would tell you of Mr. William because he’s someone that does... He hasn’t known me, he hasn’t seen me before, in fact before me he has helped two people before. Two people, and those ones I think they were from Guinea. He helped two people from Guinea... (...) while I was in prison, always come to the prison (...) he lives in La Palma. (...) He was helping me when I was in this kind of place in Las Palmas, took lawyer and everything... (...) Because (...) the minute I finished the drug sentence they also detained me because of the irregularity. I was told... he told me that I have a solicitor for paper.”

Depois de cumprida a pena de prisão por tráfico de droga, num período de profunda reflexão sobre a sua existência, “Eko” foi reencaminhado para um centro de detenção em Las Palmas, no arquipélago das Canárias.

“I would have gotten my papers in Spain but I’ve messed everything up when I was involved in drug trafficking, so it was a problem for me to get the passport... (...) So I told them that I’ve been in prison, they brought me a picture saying “this is you”, I said “this is still me”... I don’t know... Maybe the problem is not believe up on the start. (...) Picture, take with them, one or two and they bring passports. So that was how they did it. Whatever since... when you ask me, since I was not bearing this name... ask me “where are you from?” to them I’m from Nigeria. I’m from Nigeria. So that was... I think I spent a year and six... a year and three months in the... in the prison, then we are released, I was released, not only me, we were four of us and they took us to this kind of place in Las Palmas. Las Palmas. We are stated 8 days also then they brought the consulate from Nigerian embassy and they told me that I’m not a Nigerian but they don’t know how I got my passports. I’m not a Nigerian but if you ask me I’ll say Nigerian. So because of this they left me and the Spanish authorities told me to leave. That was how I left alone. (...) Maybe the people that did the passport for me, maybe they did this (...) one wants to take mine, use mine as you... because I get all my information... I don’t want to talk about that (...) because I’ve... For five or six years until now I’m a survivor... I’m a survivor...”

Sem documentação (não falsificada) que comprove a sua ligação à Nigéria, “Eko” é libertado do centro de detenção passados 38 dias e procura a única pessoa que demonstrou querer, realmente, ajudá-lo.

“Then I called... (...) The only person I know then was this Mr. William, German man. But this man that took me from the bus station to the house, he was... I also know this one man but I didn’t call him because I didn’t want him to go to me so I called the German man and he told me “ok, where are you?” so he said “I’ll call somebody to...to... call me back, I’ll call somebody that will come and pick you and take you home” so ok. So he called somebody I cannot remember his name... The guy... Later I called Mr. William, he told me that I should go to so, so, so, so place, he give an address because I should go to so, so, so, so, so place and wait there for somebody would come so I went there. So this... this man came... (...) and he bought me ticket to La Palma.”

“Eko” terá passado seis meses na casa do amigo alemão e sua família, em La Palma, local onde o conheceu. A gratidão para com este homem está patente em cada uma das suas palavras. Quando decidiram partir para a África do Sul ter-lhe-ão proposto que ficasse a tomar conta dos seus bens, proposta que o jovem recusou.

“I left there 2003, I left his place 2003. (...)The reason was because he was travelling, him with his family, he was travelling to South Africa because he was daughter school in South Africa so they would stay for very long time. So, ok, no problem, so before they come maybe I might not... I don’t know how to... Though they told me they would leave everything for me... (...) I was about 21 or 22 years old. (...) I cannot stay because they live on top of the mountain in La Palma. (...) I’m used to... Nigerians, Guinea, Ghana... in fact I’m used to Africa. So I’m not used to... like now you give me supper I don’t want to drink supper. So I was not really ok so when I told him I did not want to... so I just go back to Malaga. (...) Told him I would like to go and visit my friends in Malaga, he said ok no problem, bought me a ticket and everything (...)”

A última vez que “Eko” terá contactado com Mr. William terá sido em 2006, altura em que o Pastor retornara a Espanha. No ano seguinte voltaria a tentar mas sem sucesso. Entretanto voltara a encontrar os seus colegas nigerianos em Málaga mas a continuidade da

sua ligação a negócios “obscuros”, neste caso “*fraude informática*”, dissuadi-lo-ia de continuar com eles por muito tempo.

Pela terceira vez, um “anjo” o ajudaria. Agora era a vez de um Pastor nigeriano, que conheceu durante a sua estadia em Málaga, o receber em sua casa, em Vitória, no País Basco. Trata-se de mais uma das pessoas que refere como exemplares.

“(...) The Pastor also, he’s very nice, he just makes sure that you’re ok. It’s ok I think... (...) he helped me to get a job with someone’s document, not my document... (...) he stayed in Victoria, he’s married and he has children and everything so he has to take care of his children. Because when I was working I was earning money: 900, 1200 Euros, so I was ok. (...) the day I got there I got a job, I only lived with him for about three weeks. When I am inside I look for a room, apartment, I rented a room so I started my life. (...) Someone has a place maybe three bedrooms, you share. (...) In Spain when I worked it was really ok. It was ok. But now there’s no work.”

“Eko” conta ter então trabalhado, segundo refere, recorrendo a documentação de outro imigrante. A explicação parece um pouco rebuscada e não existem dados sobre tal género de esquema, no entanto, “Eko” parece convicto daquilo que afirma.

“Well, you see... The truth is this, is difficult for you people because you... you were born here, you have your family and you have documents and everything so... it’s easier for you, you were born there, and you’ve got your papers, you can work... but for us immigrants it’s a bit difficult but sometimes you have someone that doesn’t want to work, they will say ‘take my paper, go and work’. You use his paper to work. (...) ... the Moroccans, the Guineans, the... every one of us do it as (...) immigrant.”

Após o seu despedimento, em Setembro de 2008, “Eko” terá voltado à mendicidade entre Vitória, Salamanca e Madrid. Entretanto as influências que teve ao longo dos últimos anos em Espanha criaram-lhe novas expectativas relativamente ao seu futuro tornando mais concreta a sua vontade de “ajudar outros”.

“I went to school long ago but... when I met this Pastor in Victoria... because he always studies and read and so that’s when I begun to... because I don’t speak good English. My English is not like this before, I don’t speak good English because I always... This Father is

my Mentor. You know when you say someone is your Mentor? So he's my Mentor, always buy book, give me to read, study, write, teach me English and so that is how I've been... So that's how... That's why I said my family now. So even if I live too little in a part of the world, I'll still call them to tell them because they've really helped me. If I get to Canada, because I want to go back to school (...) I want to become either a lawyer and if I'm a lawyer I want to be... how do they call it... Human Rights lawyer. So either that or I want to be a Preacher. (...) Now... depending... depending... I'm thirty years old, I don't think I have that much years to be both but to become a Preacher I only need two years of Theology. So... to become a lawyer maybe fi...seven years, I have to go back to school for seven years."

Vidas e Sonhos

Durante o tempo que passou encarcerado e depois em Vitória, com a ajuda do seu "mentor", "Eko" aproveitou para ler. Leu muito e nos livros encontrou em outros exemplos a inspiração de que necessitava para definir o seu próprio rumo.

"I want to make the best. I discovered when I begin to read... Oh... I've read about Obama, I've discovered that as a teenager he was into drugs but he said one day that he wept when he was reading, I think, his father book. Because I've read 'The dream of my father' or 'My father dream', the title of this book. He said no, this is not what he wants to do with his life. He wants to become somebody that the society want to recognize with, reckon with. That is what changed his life. The same happened to me while I was in prison. I discovered that... when I met the prisoners I said 'this is not what I want for me, if I continue like this I might die not seeing my parents...' but if I can have the opportunity to go to school then I will have the opportunity to see my parents and become somebody in life and share my experience with other that may come and they might learn one or two things from it. (...) Sometimes I think but I don't allow the thought to put me down. I only think about someone like Michael Faraday, Thomas Edison, someone like Barack Obama, think of someone like Joseph in the Bible that the brother saw at the age of sixteen... When I see Joseph I see myself towards a foreign land... at the age of 16, even before he became 14 years he's got his breakthrough: he went to prison, he was a slave, he was beaten, he was lied upon... So many things happened to him but in the end... So when I see this people I try to put my place there. Put myself there believing that at the end something good will come out of my life."

Decidido a formar-se em Advocacia e especializar-se em Direitos Humanos, “Eko” sonha também em, um dia, poder ser Pastor, tal como os “anjos” que o guiaram até ao seu plano. Encontra exemplo em homens que conseguiram grandes conquistas e revê-se em José, o intérprete de sonhos da Bíblia, que, atraído pela vida, soube contornar as dificuldades e, guiado pela fé, chegar a rei do Egito.

“Eko” encontra na vida de José vários paralelos com a sua e, tal como ele, acredita que um dia será recompensado. Conta que, antes da prisão, tudo o que aprendera fora com o pai, a partir daí considera-se um “autodidacta”. Refere a sua persistência na aprendizagem do Inglês, que considera ainda não dominar, e a forma como aprendeu o Castelhana de ouvido, e, com a maior das gentilezas, indica-me livros que considera merecedores de atenção, na sua maioria sobre como ultrapassar dificuldades e ser bem sucedido.³³⁷ Mais uma vez, o tempo que passou na prisão, tal como no caso de José, seria essencial no desenvolvimento das suas capacidades.

“(...) Most of what I know today I learnt it inside. Self-development. (...) So I’m trying to make it good every time, every time... just talk and talk and talk and talk just to make it so... So this is how I want to get the training. I think I... I want to get formal education. What I’ve gotten is informal. (...) I was just surviving... I’ve... because how do you dream when you do not have a place to live? Sometimes when you are sleeping in the night the rain comes... (...) A time came I came to myself so this is not how I want to live my life. I think that first one came while I was in prison because now sudden I watched people and I saw that this people and... (...) but when I met this Pastor... think that... Mr. Willy, when I saw him, the way he does help people, I think that was where I built the passion to really be an advocate, a lawyer, an activist lawyer, maybe that was where I got it from, just to help people that maybe are in prison with problems that maybe don’t have someone to help them or that don’t have money to take a good lawyer so I can support them... see how I can make them have the... you know, to make the right justice to be set. “

O Canadá apresentar-se-lhe-ia como o local onde todos os seus sonhos se podem realizar. “Eko” acredita, por aquilo que ouve de outros migrantes e pelo que lê na Internet, que aquela é a sua “terra prometida”, um local onde as condições de vida são “melhores”, conseguir asilo é “mais fácil” e os estudos são valorizados.

³³⁷ Um dos livros indicados é KIYOSAKI, Robert e LECHTER, Sharon. “*Rich Dad Poor Dad*” Warner Books Ed: EUA, 2001

“I see it that way because a lot of people that... they talk about it they say is good as, even the policewoman at the airport she said that Canada is good, ‘is good... Portugal no tem, Portugal no... no work now, the Government in Portugal...’ she doesn’t even know if they will pay her because she works for the Government and the Government they have a lot of debt so she said they cut their salary to pay the debt. She said: ‘Do you want to stay in Portugal?’ I said: ‘Why? You that have papers that were born in Portugal, you don’t like this...’ No, I won’t stay and we... You know, I’ve listened to CNN, I’ve listened to... I think Yahoo News, you see the United States... the 10 best places to live in the world, where you can easily integrate into the system. Integrate, when you can easily become like them, he said number one: Canada. 10, you just go to the internet, 10 places, 10 best places... (...) not just because it’s the best is because of the policy at the moment because when you get home read about the asylum. (...)

Read about the asylum system in Canada. You’ll see that is easier.”

Mais fácil ou não, a verdade é que são cada vez mais os migrantes que acreditam no mesmo que “Eko”. Mais adiante tentaremos descobrir se realmente há razões para tal.

Entretanto “Eko” partiu rumo ao Canadá. Não me quer dizer de que forma conseguiu o dinheiro para a viagem nem se tem alguém à sua espera. Fala duma namorada nigeriana/ganesa que conheceu enquanto ela estudava em Espanha mas que agora estuda em Massachusetts, no entanto refere não haver qualquer ligação entre o facto de querer partir para a América e a presença da namorada nos EUA.

Utilizando documentos falsos foi, mais uma vez, detido no aeroporto, desta vez em Portugal. A forma como encara a sua detenção na UHSA e a possibilidade de não conseguir chegar, pelo menos por agora, ao Canadá é consentânea com a forma como encara a vida.

“[When I was caught] I only feel that is normal... is one of this things... because I know that it wasn’t my document before I... (...) I know that is fifty-fifty. Is either they get me or I go and no... I don’t feel anything because... I only feel sad that they caught me.(...) If they didn’t caught me... like now I’m here... when I came to this place I saw that this place is good, is good. I will not lie to you, maybe you... (...) Is good because you eat morning, afternoon, evening, you are... you sleep alone in your room, you have TV, you don’t pay light bill, you don’t pay water, you don’t do this... (...) I don’t think about the situation here. I said today this place is good for me, is good for me because even in Spain where I live is not as good as

this. I have to beg at the moment to get anything to eat. (...) To me is good. If I had this, a place like this in Spain maybe I would have decided to stay better now I go... (...) I've gone through so many experiences in life so I just accept it the way it is. When I came here it was no bad for me... If they keep me one year, two years... The only thing is this: three years, four years when I will not become... Three years... Maybe it will delay my dream... It will slow my dream but one thing I believe is this: the dream, no man can kill it, even no geographic collocation can kill the dream. When I read about the story of Joseph, when he told his brother about his dream, the Bible says that he hated him because of his dream."

Tal como José, são os sonhos de "Eko" que o vão mantendo vivo mas também são eles que lhe vão dificultando a vida. Diz sentir-se bem na UHSA, onde tem melhores condições de vida do que as que tinha em Espanha, mas mantém o sonho de ser alguém para poder ajudar e ajudar-se a reencontrar a família. A fé suporta-os.

Aliás, além da vontade de estudar, a fé seria outro dos atributos que lhe adviria da passagem pela prisão. Tudo para "Eko" tem um sentido espiritual, uma visão que afirma ter adquirido com Mr. William e desenvolvido com o Pastor nigeriano.

"I find Him from Mr. William, in the prison. That is how I find Him... but I've accepted in 2004 or 2005 when I was in Malaga... went to Malaga. Went to Victoria with that Pastor, I stayed with him... (...) he makes me to know more about Jesus. So that was when I accepted. (...) so I go to church and that was how I became deep in Christianity, I'm trying to see... If I have the opportunity I'd like to be... I want to do something in the Church... I want to be a Preacher. I think that... There we don't have problem with 'I'm from here or from here', I don't think about my parents there... The only person I think of is God... (...) you believe in Our Lord Jesus Christ? You don't have problem because all these things we see today when we die we leave them but if we do not have Christ we have nothing. (...) It is not about this because when you look all around the world today there is a lot of violence but in Heaven there will not be violence. When you make Heaven you will not be thinking about leaving Africa to Europe or Europe to America. Anywhere you are you'll just be happy. (...) this just comes from the inside. You are not seeing anything that's making you happy but you are happy. Is something of the soul. You cannot define it."

Não hesita quando lhe pergunto se é feliz e responde-me, com um grande sorriso, que sim. Diz-se “*grávido de um sonho*” e que, tal como uma mulher grávida, precisa que alguém o ajude a trazer o seu sonho à vida, mais um anjo que o ilumine.

Refere ter aprendido com os seus amigos nigerianos a não “*jump up*”, como diz, a não tentar “*crescer*” mais depressa do que pode e a aprender a crescer “*gradualmente*” com as experiências que a vida lhe dá. A maior lição que diz ter aprendido é a de que Deus tem um propósito e que mesmo os maus momentos servem ensinar alguma coisa, por isso o seu maior arrependimento dilui-se na lição que com ele aprendeu.

“I regretted I was going to prison. I regretted it... That’s... I wouldn’t do anything that would take me to prison except... because before I travelled I was told that when they get you they leave you don’t go to prison. I’ve seen people like that... because I don’t want to go to prison. I don’t like it whether for a day or two days, three days... (...) Then I also regretted that the first people I’ve met when I came to Europe were the wrong people because the people you move with, the books you read, the environment you are... these three things will either make you in life or destroy you. The first company I kept in Europe they were not good. (...) Even do I regretted it but I do take the good part of it because I learned so much...”

Tudo na sua vida é visto como um passo rumo à perfeição que almeja e aos objectivos que traçou para si mesmo. A esperança permite-lhe continuar a crer...

“So when I see it, when I see the story [of Joseph] I see myself and if it’s true it will happen in my life. He left at the age of sixteen, he became king at the age of twenty something. So if he could succeed I all that I can succeed but I don’t want to do it wrongly. That is the truth but it might also not be that perfect but I must get in and achieve all the things I want to become in life. You people are fortunate, especially people that have parents, that grew up with their parents. They are fortunate. I pray that one day I’ll have my children and will not stay away from them. You can’t know what it means to grow up without having your own parents. I know what it means without knowing who you call when you have problem... except God. I know what it is when you feel rejected and neglected... (...) So when you have parents, no matter the least they’ve done for you, appreciate them for it because if you had ever been in the position of someone who has no parents then you would know that it’s not easy. But all the same I also thank my God because I have life and because I have life I want to make it count... Because one of my greatest dream is this... I want to inspire many. That is my

greatest dream either as a Preacher or... as I said, I want to become a Human Rights' lawyer. These two... I could... I can to become the two because I want to preach the Gospel then at the same time defend those that are defendless. People, in one way or the other, they have contributed to my whole life. Someday I will contribute to people's lives. That's it. In other ways I want to be a plus. It might not be easy but it will come to pass. I now believe that God exists and I believe that He's the Creator of the universe, I believe that He's around, very present in times of need. I've seen Him, sent angel, one way or the other to help me. So, it's not something someone would tell me, I've seen Him so I know that because He cares about me and He looks for me or He... He watches over me. I'll do it one way or the other, it could be in Canada, it could not be... It could be any part of the world but I believe that His plan for my life will come to pass that's why I just have to be... Happy. I don't have much, I don't have money, I don't have... anything... but money cannot give joy because I've seen many people with so much money yet they're in pain. The only joy... The only person that can give joy is Christ and when you have Him, you have everything. The world might think you don't have anything but the truth is this: you have. I woke up this morning with a thought in me, it said: 'You have a great treasure and this treasure is inside you.' (...)"

A confiança e perseverança de “Eko” são impressionantes. Apesar de todos os contratempos a vida continua a afigurar-se-lhe como um caminho que vale a pena percorrer. Acredita que poderá lutar pela justiça no mundo e repô-la na sua própria vida. Acredita que verá de novo o que lhe resta da família e que um dia construirá a sua. Acredita que será um exemplo, tal como os exemplos que o continuam a fazer acreditar. Acredita...

“That is the little that keeps me moving... So, as far I have life I have hope. That is it... No matter... Sometimes it's not... That is it... (...) So, I've tried to accept life the way it is and just be happy in respect of what is happening... because I have went trough... a lot of stuff in life just... I'm just on my own... I'm just on my own... (...) Trust in God and one day will come. The only thing I want is to become somebody in life. That is it. So we talk about objectives... I don't want to make millions, it does not bring you joy, it will not bring fulfillment. The only thing that can give me fulfillment is to see me being a plus to someone's life, is to see me being a plus in my environment, is to see me affecting people's life one way or the other. That's the life I just have now to live. So when you ask me about my objectives these are my objectives. (...) I will go to Nigeria and see my parents whether they are deceased or not, where are they from. That I believe God will make to pass and I believe it will happen. I go to

Sierra Leone, start from Sierra Leone to trace them. I cannot just go to Nigeria because I don't know any place, if I won't go to Sierra Leone I don't know anyplace but somehow I know I will be able to... to... to... to do it. I don't know how it will happen because if I want to take it by the process it will be difficult but someone told me that what you can see you can bring to pass."

No dia 11 de Maio de 2011 "Eko" foi "libertado" da UHSA convencido de que seria devolvido a território espanhol. A verdade é que o avião em que seguiu, de uma companhia aérea espanhola, não o conduziu ao país vizinho mas antes o reencaminhou ao seu país de origem: a Nigéria.

ANÁLISE DO CONTEXTO JURÍDICO/MIGRATÓRIO

Marrocos e Espanha são dois países cuja relação é fulcral no controlo dos fluxos migratórios entre África e Europa. São estes, também, dois dos pontos de passagem, e permanência, do entrevistado, definidores da última fase do seu percurso e dos percursos de tantos que buscam na Europa o *El Dorado*. Importa, portanto, perceber de que forma as políticas migratórias destes dois Estados condicionam as decisões daqueles que por eles passam ou deles fazem o seu destino.

MARROCOS

Desde a sua independência, em 1956, que Marrocos "reconhece e garante" os direitos dos migrantes quer a nível "público quer privado".³³⁸ Desde o século XII que tratados e acordos foram sendo assinados, nomeadamente com países europeus, para "garantir aos seus cidadãos o exercício dos seus direitos fundamentais em solo marroquino e permitir a protecção das suas pessoas e propriedades."³³⁹

De há cerca de 10 anos a esta parte, Marrocos transformou-se num "país de trânsito, residência temporária e, cada vez mais, de residência mais ou menos permanente". O crescente peso da imigração irregular no território, nomeadamente proveniente dos países da África Ocidental, obrigou a uma revisão da legislação em 2003.³⁴⁰ Entretanto Marrocos ter-se-á transformado num país de residência permanente para "milhares de migrantes

³³⁸ "Migration Legislation, Institutions and Policies in the EuroMed Region. EUROMED Migration (2008-2011)". p. 206

³³⁹ Idem, p. 205

³⁴⁰ Idem, p. 206

clandestinos em condições precárias” de sobrevivência, em boa parte como consequência das alterações impostas pela necessidade da nação marroquina cumprir os seus compromissos com os países parceiros, nomeadamente Espanha, no combate à migração ilegal no Mediterrâneo.³⁴¹

Condicionada pelas convenções internacionais, a Lei de migração marroquina reconhece “a todos os estrangeiros liberdade de acesso, residência, permanência e abandono de território marroquino”.³⁴² A mesma baseia-se essencialmente em três pontos: a “protecção dos direitos dos migrantes que legalmente entram em Marrocos”; o “controlo dos migrantes que entram e/ou permanecem ilegalmente”; o “reforço dos laços com os cidadãos marroquinos no estrangeiro”.³⁴³

A referida lei estipula os processos necessários à circulação no território estabelecendo a necessária distinção entre aqueles que necessitam de visto e os que estão dispensados da sua utilização incluindo referência especial a “grupos organizados de turistas” e “estrangeiros viajando a título individual”, aos quais basta apresentar o devido passaporte; “corpos diplomáticos”; e “refugiados e apátridas” aos quais é requerida a “apresentação da documentação de viagem referida na Convenção de Genebra” válida em Marrocos.³⁴⁴

A quem não cumprir as condições administrativas requeridas é recusada a entrada em território marroquino numa decisão que cabe às autoridades responsáveis pelo controlo fronteiriço. Caso a entrada irregular seja por meio aéreo ou marítimo é à transportadora que cabe a responsabilidade de restituir o migrante à sua origem. A detenção é aplicada durante o tempo necessário para garantir a partida do migrante irregular, sendo que a mesma se aplica também a todo e qualquer cidadão, marroquino ou não, que “saia do território de forma clandestina”.³⁴⁵

Excepto em casos em que a deportação é resultado de uma “ameaça à segurança do Estado”, todo o “indivíduo pode voltar a Marrocos desde que cumpra os requisitos exigidos”.³⁴⁶

No entanto, as reformas legais aplicadas tratam essencialmente de questões burocráticas e procedimentos relativos a situações de irregularidade, deixando de parte o “poder exorbitante da administração em termos de controlo de estrangeiros” e a “insuficiência

³⁴¹ Idem, pp. 218 - 221

³⁴² Idem, p. 206

³⁴³ Idem, p. 205

³⁴⁴ Idem, p. 208

³⁴⁵ Idem, p.206 e 209

³⁴⁶ Idem, p. 214

da informação fornecida” aos mesmos”.³⁴⁷ Tendo garantido o direito a recurso das decisões e recurso a um intérprete sempre que necessário, a verdade é que o recurso legal nem sempre assume o devido carácter suspensivo e os estrangeiros nem sempre são informados dos seus direitos legais acabando por não usufruir deles.³⁴⁸ A deportação, por exemplo, não é aplicável, entre outros, a apátridas, mulheres grávidas e menores, o que, comprovadamente, nem sempre é cumprido.³⁴⁹

Após várias “chamadas de atenção” por parte da União Europeia e principalmente da Espanha, Marrocos “propôs uma série de medidas para regular o fluxo migratório subsaariano, nomeadamente: o tratamento da questão num contexto de “co-responsabilidade regional” quanto ao desenvolvimento conjunto dos países africanos; activação dos acordos COTONOU que “obrigam os países subsaarianos a readmitir os seus cidadãos em situação irregular na Europa”; dar prioridade à “segurança da fronteira com a Argélia”.

O governo marroquino, em parceria com instituições como a OIM ou a Cáritas, apoia o retorno ao país de origem dos migrantes que demonstrem vontade de o fazer. Relativamente à readmissão de cidadãos nacionais, Marrocos possui acordos bilaterais com Espanha, França, Bélgica e Itália que garantem o regresso dos marroquinos encontrados em situação irregular aqueles países. No entanto, desde 2000 que a União Europeia tenta convencer Marrocos a acordar a readmissão de cidadãos de países terceiros que tenham passado por território marroquino a caminho da Europa. Um acordo previamente estabelecido com Espanha, em 1992, mas nunca respeitado pelas autoridades marroquinas que reiteram a sua disponibilidade de receber cidadãos marroquinos mas não de outras nacionalidades. Um acordo entre Marrocos e EU relativo a cidadãos nacionais deveria ter sido estabelecido no princípio de 2011³⁵⁰ mas até agora não teve sucesso.³⁵¹

Uma colaboração transfronteiriça entre autoridades de patrulha marroquinas e espanholas de combate à imigração ilegal permanece em vigor desde 2003.³⁵² No entanto, sinais de corrupção emergem com relatos de forças policiais marroquinas que “apadrinham” barcos clandestinos recebendo dinheiro por uma “passagem segura”, numa tendência que

³⁴⁷ Idem, ibidem

³⁴⁸ Idem, pp. 214-215

³⁴⁹ Médecins Sans Frontières. “Morocco: Expelled Migrants Left in Precarious State” MSF (30 Set 2010) Disponível em: https://www.doctorswithoutborders-usa.org/press/release_print.cfm?id=4770 (acedido a 28/06/2011)

³⁵⁰ “Migration Legislation, Institutions and Policies in the EuroMed Region. EUROMED Migration (2008-2011)”, pp. 225-227

³⁵¹ MALHÈRE, Manon. “Member states support ENP’s new approach” Europolitics (20 Jun 2011) Disponível em: <http://www.europolitics.info/europolitics/member-states-support-enp-s-new-approach-art307480-46.html> (acedido a 15/07/2011)

³⁵² Idem, p. 228

parece ganhar cada vez mais força e contornos cada vez mais obscuros, face a uma “política europeia que prefere a criminalização e indiferença à intervenção directa”.³⁵³

Entretanto o interesse de Marrocos parece ser muito mais em manter satisfeitos os parceiros europeus do que propriamente em lidar com as reais causas da migração. Num contexto de “oligarquia, alta taxa de desemprego urbano e expectativas frustradas, a partida regular de milhares de cidadãos jovens e ambiciosos diminui o descontentamento e reduz a pressão política”, enquanto os bancos estatais rejubilam com as remessas enviadas pelos imigrantes irregulares na Europa, funcionando a migração como uma “válvula de escape” que impede qualquer esperança de uma mudança no país³⁵⁴ considerado por alguns como o (aparentemente) “mais estável do Magreb”.³⁵⁵

ESPANHA

A imigração em Espanha aumentou de forma abrupta nas últimas décadas. De 500 mil, em 1995, Espanha passou para um total de quase 4 milhões e meio de estrangeiros residentes, em 2007, representando quase 10% da população nacional.

De forma a lidar com este fenómeno, nos últimos dez anos, a lei da imigração procurou, ao longo dos sucessivos governos, regular os fluxos migratórios de acordo com as necessidades do mercado laboral nacional, levando ao estabelecimento de quotas para trabalho imigrante. Outra das prioridades tem sido o controlo das fronteiras, com o objectivo de combater a imigração irregular e o tráfico humano. Porém, a “instabilidade legislativa, a insegurança e as informações contraditórias acerca das regras em vigor”, conjuntamente com políticas migratórias, elas próprias, contraditórias, terão sido elementos fulcrais para a permanência de um número estimado de 1 milhão e 300 mil imigrantes irregulares no país, factor aparentemente responsável por constantes fricções entre a população local e os recém-chegados.³⁵⁶

Na verdade, Espanha é tida internacionalmente, e apontada por boa parte dos imigrantes que por lá passaram, como um país xenófobo e racista. Uma posição certamente

³⁵³ in *“Dreaming of Spain: migration and Morocco”*

³⁵⁴ idem

³⁵⁵ In *“Algeria Morocco: Border Closure Hinders Security and Economy”*

³⁵⁶ in International Organization for Migration. *“Laws for Legal Immigration in the 27 EU Member States”*. International Migration Law Nº 16. OIM: Suíça, 2009 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/IML_15_EN.pdf (acedido a 2/05/2011), p.488

fortalecida pelos laivos discriminatórios que perpassam pelas notícias da imprensa e mesmo por certos anúncios recentemente comuns nas ruas espanholas.³⁵⁷

A maioria dos estrangeiros indocumentados em território espanhol são originários de países do “terceiro mundo”, boa parte deles provenientes da África Ocidental, chegando à Europa, em grande número, através de países do Magreb.³⁵⁸

Os contínuos processos de regularização que vêm caracterizando a política migratória espanhola, durante muito tempo não surtiram o efeito desejado, visto que a maioria das pessoas em situação irregular no país preferia “manter-se na clandestinidade e na incerteza do que sujeitar-se a um controlo de constitucionalidade”. Outra das razões que contribuiu para esta situação foi o facto de boa parte dos empregadores não se mostrar disponível a reconhecer oficialmente o trabalho de estrangeiros sem autorização e não declarados, apesar da lei de 1985 que penalizava os empregadores de mão-de-obra clandestina.³⁵⁹ A situação actual parece não ter sofrido grandes alterações, pelo menos no referente a resultados.

Durante muito tempo foram os Portugueses que representaram o grupo mais numeroso de estrangeiros trabalhando clandestinamente no país vizinho, principalmente nas regiões fronteiriças, como a Galiza, nas minas de Léon, nas zonas turísticas ou agrícolas das Astúrias, ou nas grandes aglomerações urbanas espanholas. Com baixos níveis de instrução, inseriam-se nas categorias socioprofissionais mais modestas, dedicando-se a actividades ligadas ao turismo, serviços domésticos, construção e agricultura. Muitos deles partiram após o 25 de Abril de 1974 e a descolonização, e haviam fracassado na sua tentativa de entrar em França.³⁶⁰ A situação actual ter-se-á revestido de novos contornos, no entanto, as tendências relativas às actividades profissionais exercidas mantêm-se.

Os estrangeiros em situação irregular em Espanha, principalmente os originários de países em desenvolvimento, são na sua maioria empregados domésticos, vendedores ambulantes ou mão-de-obra agrícola, constituindo uma reserva de mão-de-obra para os sectores de emprego temporário (trabalhos agrícolas e certos sectores de produção industrial) e para os trabalhos desvalorizados pelos espanhóis (serviços domésticos, trabalho mineiro...).³⁶¹

³⁵⁷ in MALAVIA, Miguel Ángel. “*Cuando los medios generan xenofobia...*” (7 Nov 2008)

³⁵⁸ in HAAS, Hein de. “*La migración irregular del África Occidental hacia el Magreb y la Unión Europea: panorama general de las tendencias recientes*”. Serie de Estudios de la OIM sobre la Migración. OIM: Suíça, 2008 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/MRS-32_SP.pdf (acedido a 2/05/2011), p.29

³⁵⁹ in RAMOS, Maria da Conceição Pereira. “*L’immigration clandestine: élément structurel du phénomène migratoire et donnée permanente du système d’emploi des pays européens* » Faculdade de Economia da Universidade do Porto in Communication à la conférence de l’Association Européenne des Economistes du Travail. Madrid, 1991, pp.10-11

³⁶⁰ idem, pp. 11-12

³⁶¹ idem, p.13

A Lei espanhola distingue entre duas situações para os imigrantes no território: a estadia – não superior a 90 dias, excepto no caso dos estudantes –, e a residência, que pode ser temporária ou permanente. No primeiro caso, apenas o visto de entrada é exigido, quando aplicável; no segundo é necessária a respectiva autorização. Regimes especiais são previstos para estudantes, menores e “apátridas, indocumentados e refugiados”.³⁶² Conseguir uma autorização de residência temporária em Espanha pode tornar-se num problema uma vez que, na maioria dos casos, exige um visto de residência válido que deve ser adquirido fora de território espanhol, o que, muitas vezes, inibe os imigrantes de acederem à referida autorização.³⁶³ Por outro lado, a existência de um visto para “pessoas em busca de trabalho” é uma medida recentemente adoptada pela Lei espanhola que facilita o processo de regularização.³⁶⁴

Relativamente à legislação europeia, a Lei de estrangeiros espanhola mantém certas restrições a direitos como a privacidade, o associativismo, a manifestação e a greve, contrários aos princípios definidos pela Carta dos Direitos Fundamentais da UE.

Outro aspecto marcante da legislação relativa à migração em Espanha é o facto de diferenças regionais em termos de jurisdição resultarem em diferentes tipos de tratamento dos migrantes, em termos de serviços de saúde, educação e segurança social. As principais discrepâncias são notórias nas regiões de maior afluência de imigrantes em situação irregular: Ceuta, Melilla, Ilhas Canárias e Andaluzia. Nas grandes cidades, onde se concentra a maioria da população estrangeira, as condições de vida tendem a ser melhores, mas a integração social tende também a ser mais problemática, com maior frequência de episódios de racismo e xenofobia.³⁶⁵

As quotas para trabalho imigrante têm vindo a ser progressivamente reduzidas, enquanto o desfasamento entre a procura de mão-de-obra oficial e real é cada vez maior, obrigando a um recurso proporcional a mão-de-obra irregular. Esquecendo este facto, ou consciente dele, Espanha tem vindo a apostar em acordos bilaterais com países da América Latina, que visam a cooperação em várias áreas relacionadas com a integração dos migrantes em Espanha e o desenvolvimento de medidas para combater a irregularidade no país de origem, e também com os países da África Subsariana. Estes últimos datam de 2010 e resultam da percepção de que Marrocos é meramente um país de trânsito e, assim sendo, acordos com este país não abrangeriam os inúmeros cidadãos que, não sendo marroquinos, ali

³⁶² in “*Laws for Legal Immigration in the 27 EU Member States*”, p.488

³⁶³ *idem*, p.495

³⁶⁴ *idem*, p.496

³⁶⁵ *idem*, pp.496-497

vivem e dali partem rumo à Europa. Tais pactos prevêem, essencialmente, a repatriação de cidadãos da Gâmbia, Guiné Conacri, Guiné-Bissau e Mauritânia, que entrem ou permaneçam em Espanha em condições de irregularidade.³⁶⁶

País com a mais alta taxa de desemprego da União Europeia (20%), a Espanha viu recentemente aprovada pela UE uma ordem para “barrar temporariamente a entrada a romenos que queiram trabalhar em território espanhol”. Cidadãos de um país que, desde 2007, integra o espaço comunitário europeu, estes representam a população estrangeira mais numerosa em Espanha, sendo que, dos 800 mil residentes, 200 mil estão desempregados.³⁶⁷

³⁶⁶ idem, pp.497-498

³⁶⁷ CARDOSO, Adriana. “*Europa colhe frutos de modelo arrogante*” Rede Brasil Atual (11 Ago 2011) Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/internacional/2011/08/reino-unido-ve-repeticao-de-crise-mas-continua-sem-saber-suas-causas> (acedido a 7/09/2011)

Dois Caminhos, Um Destino



“I remember when we were in Juba we... because my dad was a transporter, he was doing well in his business and we used to have a lot of people around us, we used to have a lot of fun. Some days, for my father is a Christian, we would go to Church, then I remember when life was a little bit good before trouble came (...)”

“Joseph” nasceu em 1984 na cidade de Yei, no Sul do Sudão. Ainda pequeno ter-se-á mudado com a família para a cidade de Juba, ligeiramente a Norte de Yei. Vivia com os pais e a irmã numa situação privilegiada: o pai, dono de uma empresa de transportes, proporcionava à família uma vida de grande conforto. A situação alterar-se-ia em pouco tempo.

“So when trouble came there was always a kind of conflict around sitting everybody beginning to scatter we... (...) we’re beginning to lost some loved one and a lot of people we used to see we no longer see them any longer. So that was the beginning of the... bad side of the story when suddenly one day I came and I find out my father also was attacked and was killed so I be as a young man I was destabilized (...) but I took it upon myself to able to move on in life because lot of time I did not know where my rest family has gone, that is my mom and my sister (...) all I saw was the death of my father and everybody scattered around so that is how I have to start picking my ways to seek for life.”

O facto de ser bem sucedido tornara o pai de “Joseph” num alvo de interesse dos rebeldes sudaneses. Com cerca de 15 anos veria um ataque rebelde acabar com a vida do seu pai e roubar-lhe-ia a estabilidade que caracterizava a sua própria existência. Depois de encontrar o pai assassinado em casa e sem saber do paradeiro da mãe e da irmã, “Joseph” teme pela sua vida e, seguindo os conselhos das pessoas que o encontram na rua, foge. Entra num camião e parte sem saber com que destino.

“Then when I searched round I could not know what to do then I started pursuing to relocate my days because (...) I knew that my father was always telling us at that particular time that we’re having conflict with the rebel because he insisted to collaborate with them financially and physically so they were always around him so based in that... (...) We do not know the motive of the enemies but I hear it was only for our dad or it was also coming for us so that when I decided to move with the advice of some people. (...) I saw that there was a lorry that was about to go and I climbed and jumped inside. I just go...”

Assim “Joseph” chegaria ao Egipto onde, segundo conta, permaneceria apenas durante cerca de duas semanas. Do Cairo, onde desembarcou, viajaria até Alexandria. Seguindo o conselho de alguém que, diz, estaria ali para “ajudar”, entra num barco que só sabia que o levaria para um lugar “seguro”.

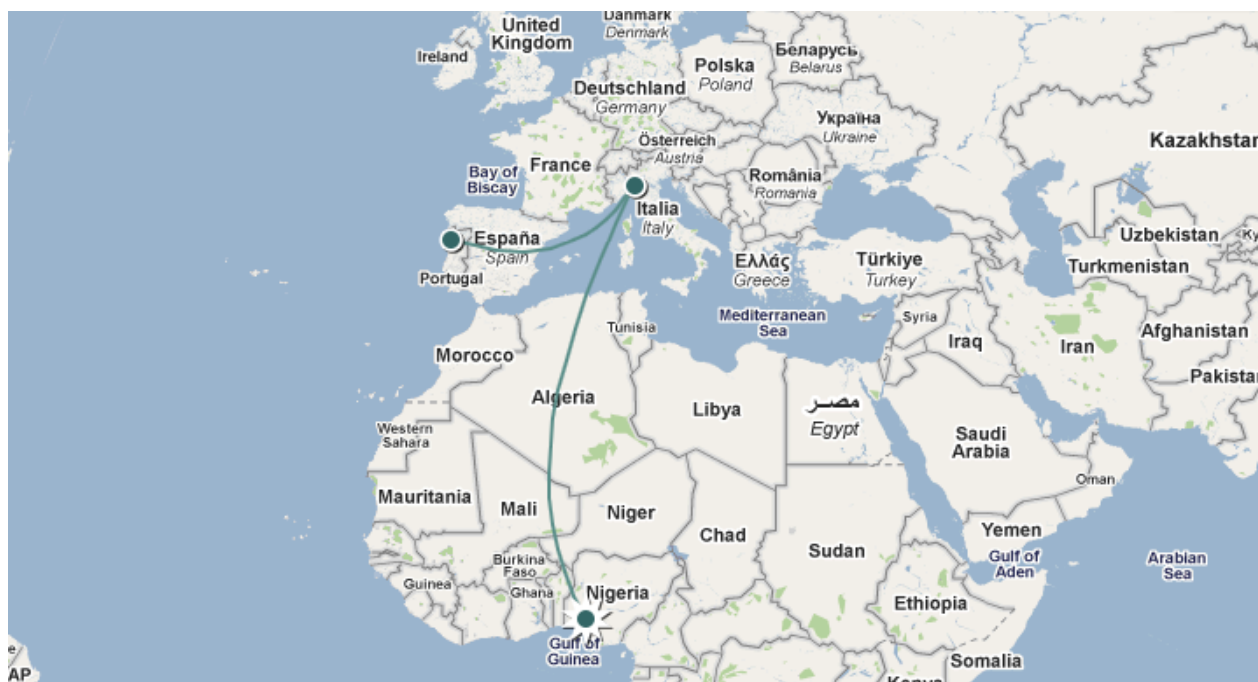
“So that is how I moved so it was tough, it was rough. For some days we were living without food, I have to enter in all this kind of lorry that carries food and transport to all around. (...) I didn’t [know] where as well but they landed me in Egypt. So I was looking for life again now... (...) Then from there, there was an advance person that told us about the Egyptian border, about to port. So there was somebody to help people, so that was how we were able to locate ourselves to that place and from there we’re able to have life and we’re able to organize and to they took us in a kind of boat so that was how my beginning to traveled.”

Desta forma “Joseph” aportou em Itália, onde entraria como requerente de asilo. Fala no princípio do ano de 2001 como data de chegada e menciona um período de cerca de três anos até à concessão do estatuto de refugiado. Entretanto terá trabalhado, em Turim, na cozinha de um restaurante, como ajudante, numa espécie de part-time inserido no programa destinado à integração de requerentes de asilo, segundo refere. Já com a documentação em

ordem, em 2004 começou a trabalhar como operário numa fábrica de peças para automóveis a contractos de meio ano. Em 2006 consegue um contracto de três anos que, no entanto, terminaria em 2008 com a crise internacional que criaria problemas à fábrica lançando-o no desemprego.

“It was easy the fact that the... What I told them in the process. The process, they saw it, they investigated and they find it out so... (...) When I landed, it that was very, very difficult. So it was a year time I beginning to get myself, beginning to get into the new system so that was how I beginning to take o the new life so that was it so... at that point of time about three years later I was ok, I was now beginning to already be given carta di refugee, I’ve been given the status then it give me some documents then the right of protection and that beginning to live and work and sum my money but sometimes just finished... nobody to talk to, no family, no... it’s a lot... I raised myself as a man then I keep on going so that was how the life was going so... going up... living as a normal human being, working, bought a house, learning ahead... So then in the process God beginning to do something in my life that I did not initially understood or know about so when God, when this thing were happening all together then I was beginning to forget the past automatically. Then I joined the Christian group so I was a good... I was beginning to get that majority to the Lord and getting the knowledge about him, (...) then all those things, the reason why they are happening, now that I’m beginning to understand it in the light of the Gospel. So then my life now become very good with the Lord helping me and with the job then from there to the Church I also come to know the daughter of my... the mother of my daughter, then we knew and we met so we’re planning a better life, a better future together... So that was how suddenly the crisis came and struck the land so a lot of people now don’t have a job, they didn’t have job any longer, including me, it affected me at that particular time so... so life was turning upside down again once more so it was a bit difficult... (...)”

Entretanto “Joseph” começara a frequentar um grupo Cristão onde conheceria “Kate”, uma imigrante cujo percurso, tal como o dele, tivera início em África e que, tal como ele, lutava por uma vida melhor em Itália.



“You see why I didn’t want to answer? You see why I didn’t want to do this interview? There are so many things I don’t like to talk about... many, many, many, many things... (...) Because this ain’t gonna do me any good so what’s the need of saying them?”

“Kate” nasceu em 1978, em Ondo, na Nigéria, e pouco mais tem a acrescentar ao seu passado em África. Afirmar ter saído pela primeira vez do seu país “há 11 anos” e estar em situação regular em Itália há 10. Como chegou lá não quer dizer mas vai dando indicações de que todo o percurso até ter chegado à Europa e mesmo os primeiros tempos no velho continente terão sido demasiado dolorosos para sequer mencioná-los. Refere ter estudado até ao 12º ano e não ter tido possibilidades de continuar os estudos na área da Saúde, como teria gostado. Diz que quando veio para a Europa sonhava encontrar um trabalho.

“I can’t remember... I’ve forgotten it so many years now... I was born there but I’ve been in so many places in Nigeria... (...) The first... The first time I left... it was... Long time, it was long time. (...) I dreamed about having a job.”

Em Itália, numa cidade “a quarenta minutos de Milão”, “Kate” conta ter trabalhado numa fábrica de encaixotamento de objectos de vidro e ter feito uma formação que lhe permitiu dar apoio domiciliário a idosos, contudo, cansada de um trabalho intensivo de que

não gostava, “Kate” rescindiu o contracto e começou a trabalhar nas limpezas num supermercado.

“First I was working in a factory where you put glass (...) on a carton, they call it concessionamento. (...) I worked there and after some time I did a course to work on people’s home. I did the course for nine... nine, ten months, I paid one thousand twenty Euros for the course... the course, the curse I did. (...) After that they drive me, I did test... (...) and after that I went to old people’s home, aged people’s homes... and there was I working. Worked there for some time... I was tired... Christmas you’re there, Easter you’re there... That was not the fact of course; I didn’t like the job anyway. I didn’t like the job any longer... I resigned; I applied in the supermarket for cleaning... I preferred that later. That is what I’m doing now.”

Entretanto, em 2008, conheceu “Joseph”, na Igreja. Entretanto “Joseph” mudou-se para a cidade de “Kate” e os dois passaram a viver juntos numa “casa” alugada. Em 2009 nasce a primeira filha, num momento que “Kate” considera como um dos melhores da sua vida. No entanto, com “Joseph” desempregado e um novo filho a caminho, as dificuldades começam a fazer-se notar.

“If I lived well? When I missed my job I did not... I was not having my full potentials, my life that I wanted to live as a man. A lot was deprived because there was no job. (...) The most difficult thing in Italy was left the job (...) because there was nobody to cry to. There was nobody to help. So... Anybody there that would be able to help they... the least they can give to you: give you pasta, apomodoro. (...) If you ask for it you go and do the demand for ‘desocupatto’, ‘desocupatto’ and they will start paying you every month then from six months to eight months it will stop. So you need to look for job automatically. So meaning if you don’t have a job you don’t have life, you’ll be looking for Caritas for giving you food and not life (...)” - “Joseph”

Além das questões económicas, “Kate” refere ainda o sentimento de “superioridade” dos italianos relativamente aos estrangeiros como um dos factores que a faz não querer “criar os filhos na Itália”.

“Yes, discrimination is... (...) in Italy, I don’t know about this place but in Italy I can tell you yes, yes, yes, yes... in your workplace, in the offices, in the Council Center... Most of the time you meet people and they treat you too bad, you begin to remind it as discrimination. That is a fact. (...) There are many things why I want to leave. Many things... You know when you stay in one place for too long you want to relocate to see other places if it’s going to be better than where you have. That’s one of those things...”

Seria face a estas circunstâncias, e tendo em conta os planos de futuro de ambos, que “Joseph” e “Kate” veriam no Canadá a promessa de uma vida melhor. Recorreriam então a passaportes falsos, com nacionalidade britânica, para conseguirem “mais facilmente” chegar ao seu destino.

“At the moment we’re thanking God that she was, she was still working at that particular time so we’re finding a way out to be able to make the situation to be ok but when baby came in and things was beginning to be doubled and life was hard so... that was how we find out there was a reason to be able to locate to a place where we can find a better life this time so somebody told us there’s a better life in Canada where we can study, we can upgrade yourself and you can also work and live a better life . Then we checked it on the net and we find that they require great so at that point it was a kind of difficult thing because... (...) I didn’t have a job so she wanted to go for [a visa] so our problem was there was no service at that point of time they would have treated us without having any service in our account, any money to leave. So (...) that was how somebody, while we were discussing it with our friends, someone of ahead us said he can help. (...) He said that he can give us something that we can travel without visa is what people use so... (...) Then we said: ‘Ok, are you sure this is good?’ He say yeah, so it was ok, let’s... Let’s try, carry on what will take us to our destination.” – “Joseph”

A 23 de Abril de 2011, “Joseph”, “Kate”, grávida de quatro meses, e a filha, de pouco mais de um ano, foram detidos, com documentação falsa, no aeroporto do Porto, na escala de uma viagem que os levaria da Itália ao Canadá.

ANÁLISE DA ENTREVISTA E CONTEXTO HISTÓRICO

“Joseph” e “Kate” não podiam ser mais diferentes. Enquanto ele é um homem calmo, discreto, de voz grave e monocórdica, “Kate” é uma força da natureza: fala muito, durante a

maior parte do tempo num tom bastante alto, e ri, muitas vezes à gargalhada, aparentemente sem se importar com a opinião alheia acerca daquilo que faz ou diz. Um casal de “opostos” que parece ter sido atraído por objectivos comuns.

Surpreendentemente ou não, quando se trata de falar de si mesmos os papéis invertem-se: “Joseph”, ainda que mantendo a sua postura retraída, é aquele que mais fala parecendo ter uma grande necessidade de partilhar os pormenores mais dolorosos da sua história, como que numa tentativa de exorcizar os seus fantasmas. Já “Kate”, com a filha de um ano e 5 meses sempre por perto e uma criança de 4 meses na barriga, é aquela que menos se expõe, evitando questões relacionadas com o seu passado e usando as gargalhadas e o contacto com a criança como escape quando se quer esquivar a uma resposta. Entre aquilo de que diz não se lembrar e aquilo de que admite não querer falar, são poucas as informações que dá acerca da sua vida antes de se ter tornado imigrante.

A situação de fragilidade natural em que se encontra impede a entrevista de insistir em pontos mais sensíveis, o facto de se encontrar num local com mais pessoas (condição imposta pela entrevistada) não facilita em nada a sua abertura, ainda assim, é possível encontrar no discurso de “Kate” uma série de referências que permitem, de alguma forma, reconstituir o passado que lhe custa tanto recordar.

“I miss... when you’re in your home is different from when you’re not in your home. (...) Sometimes I imagine I’m in Nigeria and having a good job, maybe when I was young having some parents that wouldn’t beat, having some money... The rich people are very ok in Nigeria but they don’t think about leaving Nigeria the people that have money, they live well, very well. You see these things you desire and you think: ‘Why am I not like this?’ you know... When you’re in your country it is different from when you are not... Your country very, very different from what I have seen... but I was better when I was used to the system in Europe. So... finished.”

Sombras do Passado

“Kate” nasceu em Ondo, na zona Sudoeste da Nigéria. Não especifica, no entanto, se se refere ao Estado de Ondo ou à cidade, sua capital. Como em muitas outras situações, as respostas de “Kate” levantam muito mais dúvidas do que aquelas que esclarecem. Recusa-se a falar da família ou da sua infância, diz não se lembrar da primeira vez que saiu de Ondo, evita questões relacionadas com a infância e muda de assunto quando lhe pergunto se foi sozinha

que abandonou a Nigéria. Apesar de tudo, por vezes em situações em que a resposta não remete directamente para os primeiros anos da sua vida, é aí que “Kate” encontra forma de explicar aspectos relacionados com a sua vida presente e assim, mesmo sem se dar conta, acaba por revelar pormenores que, efectivamente, poderão justificar muito daquilo que é silenciado.

“When I was a little girl... Oh my God... Too quiet then my... Then, because of my character then my grandmother used to say I’m salt. Salt, salt for food. So she used to call me salt. When you put water on salt the salt will melt. You know, you understand? (...) When little I wouldn’t stop crying, growing up I was stronger and stronger and stronger and now I’m terror... Terror. I’m good, if I can say I’m good I’ll say that now... (...) no one comes to me if they’re not supposed to come because I will do something. I don’t fight but I will talk because... go far from me... That’s me. Even if I’m in trouble I’ll tell them everything I talk everything I want to them because I’m not violent, I’m not aggressive, I don’t fight now. I can tell somebody “I want to beat you” but is not yes... (...) I don’t know what made me... What made change would be life, yes. If you really ask me I don’t know but I believe is life, I was seeing things... I was... I think I need to be growing, you know? Nobody thought me this one but I remember that my grandmother used to say ‘You are salt. You put water in the salt the salt will melt, Kate. You are salt, you are salt.’ you know, but little I was changing and I changed and I changed...”

A avó (paterna) parece ser a maior referência de “Kate”, sendo o elemento da sua família a quem se refere com maior carinho e admiração. É, aliás, o único elemento da sua família de quem realmente fala. Quando lhe pergunto sobre irmãos ou irmãs diz que não quer falar do assunto. Do pai só diz que “morreu”, a mãe só menciona quando, com uma serenidade pouco comum ao seu discurso, fala do seu nascimento e de como foi “miraculosa” a sua sobrevivência.

“Ah... God is good. God is so good... (...) my, my older auntie she used to say is God that saved me right from my birth. (...) Because I was... When my mother gave birth to me she passed away after three months and now my older auntie and my grandmother have to bring me up. You know I was still very little and breast feeding and everything and no one else could do this. You know in those days there was no milk everywhere like this now, but

somehow, somehow, it was a miracle they say. Miraculously I grew up and no death, no sickness...”

Mais populoso país de África, a Nigéria ocupa o 70º lugar entre os 71 países analisados no “Relatório sobre o Estado das Mães do Mundo”, de 2008.³⁶⁸ Nascida como país independente em 1960, a verdade é que a Nigéria não conseguiu, até agora, superar as divisões internas criadas por uma população propícia a fracturas causadas pela mesma diversidade que a torna um país culturalmente rico. Até hoje, as diferenças entre as cerca de 250 etnias que compõem o Estado nigeriano têm alimentado uma instabilidade política e social permanente. Entre “golpes de Estado e represálias inter-étnicas”, uma guerra civil sangrenta (1967-70), um regime militar e as “perpétuas confrontações religiosas”, a, por alguns considerada, “maior potência” da África Ocidental, tem sido incapaz de fazer frente aos problemas económicos do país.³⁶⁹

Maior parceiro comercial dos EUA na África Subsariana, a Nigéria tem encontrado na riqueza petrolífera, simultaneamente, uma fonte de lucro (em 2002, 83% das receitas do governo nigeriano provinham das exportações de petróleo e gás) e de problemas, nomeadamente no que se refere ao (não) desenvolvimento dos sectores não ligados à exploração petrolífera e das regiões em que a extracção é realizada. A corrupção é outro dos factores que parece manter a pobreza como condição entre a generalidade da população,³⁷⁰ sendo que mais de 70% dos nigerianos vive abaixo do limiar nacional de pobreza”.³⁷¹ A pobreza é, aliás, o grande elemento motivador das migrações nigerianas, quer a nível interno quer internacional.

Fonte histórica de mão-de-obra escrava, primeiro para as colónias europeias nas Américas e mais tarde para a própria potência colonizadora britânica, necessitada de força humana para o seu crescimento industrial, durante o período colonial a Nigéria tornou-se também receptora de migrantes regionais, essencialmente pastores atraídos pelos pastos abundantes e facilidades concedidas por uma “administração britânica menos opressiva que a dos franceses”. Seria também durante este período que os “laços socioculturais, especialmente

³⁶⁸ in U.S. Department of State. “*Federal Republic of Nigeria Profile*” Bureau of African Affairs (20 Jun 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2836.htm> (acedido a 15/04/2011)

³⁶⁹ in BONIFACE, Pascal dir. “*Atlas das Relações Internacionais*”. Plátano Editora: Lisboa, 2005, p. 145

³⁷⁰ in site do gov americano

³⁷¹ in MBERU, Blessing U. “*Nigeria: Multiple forms of mobility in Africa’s demographic giant*” African Population and Health Research Center Roland Pongou, Brown University (Jun 2010) Disponível em: <http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?ID=788> (acedido a 30/05/2011)

a afinidade étnico - religiosa” levariam milhares de nigerianos do Norte a migrar para o Sudão, país com o qual a Nigéria mantém uma relação “forte”.³⁷²

Dominado por três grandes grupos étnico – religiosos (os Hausa e Fulani – essencialmente muçulmanos – a Norte, os Yorubas – chefiados por uma maioria cristã – a Sudoeste, e os Ibo – de maioria católica – a Sudeste)³⁷³ o território nigeriano tem sido, ao longo da sua história, um permanente palco de migrações internas. Fluxos rumo a outros países não ocorreram de forma significativa até à declaração de independência, sendo que os primeiros tinham como destino o Reino Unido, “devido aos laços coloniais”, procurado essencialmente por jovens em busca da formação necessária para ajudar ao “desenvolvimento” do seu país. Uma tendência que alargaria horizontes rumo aos EUA, e se tornaria mais intensa com as “tensões políticas” e a “estagnação económica” dos anos 70 e 80, esta última com consequências intensificadas pelas medidas de austeridade impostas pelo FMI em meados da década de 80. À medida que “o desespero crescia”, a “juventude com níveis de educação mais baixos” ia engrossando a “corrente emigratória” que, no início do novo milénio, se dirigiria, em grande número, para países europeus, entre os quais a Itália.³⁷⁴

K: My dreams were... (...) To study and to have a good job. (...) I wanted to be in the medical line but there was no opportunity. (...) (suspira) I like English and Science so much... (...) I loved Science... (...) [I studied for] 12 years. (...) No money to continue. No money...

I: What did you do then?

K: (força uma gargalhada) I can't answer that... No, I don't know... Nothing, nothing... I can't say that I...

(...) I: So when was the first time you left Nigeria? Do you remember the first time you left Nigeria?

K: Eleven years ago.

I: Eleven years. Where did you go?

K: I can't say that... I don't want to go there... (...) (suspira) I don't want to go there, Ana... (gargalhada) I thought you said that if I want to leave I can leave.”

Aquilo que “Kate” silencia parece revelar bem mais do que as informações que partilha. Um dos poucos aspectos que, quase sem querer, refere acerca da sua infância é o

³⁷² *idem*

³⁷³ in “*Atlas das Relações Internacionais*”, p. 145

³⁷⁴ in “*Nigeria: Multiple forms of mobility in Africa's demographic giant*”

facto de “às vezes imaginar ter tido uns pais que não batessem”. Relativamente a esse aspecto não diz absolutamente mais nada mas o facto de não falar do pai e de todas as suas referências serem mulheres talvez indique algo mais das razões que levaram “Kate” a deixar o seu país.

“Hum... The most important thing [my grandmother taught me]... So many things... She taught me love, respect, care, human, she was nice, I’ll never forget her, you know... She was mother to my father. She was really nice...”

Quando lhe pergunto acerca da opinião da família sobre a sua partida a resposta que obtenho é uma interrogação, o que provavelmente significa que “Kate” partiu sem dar conta dos seus planos a ninguém, pelo menos não dentro do seu meio familiar. Foi a primeira a abandonar o país e diz não ter ninguém na Nigéria à excepção de família afastada. Sobre aquilo que aprendeu com os restantes familiares não quer falar, sobre a infância também não.

Recusa-se também a revelar a sua origem étnica, contudo, dada a sua localização geográfica, é bastante provável que seja Yoruba, a etnia que mais importância atribui à educação formal uma vez que, aquando da colonização britânica, a zona Sudoeste foi a que mais absorveu as influências ocidentais, visto que o Norte preferiu manter as “estruturas administrativas baseadas na religião” (no islamismo, neste caso). Uma influência que ainda hoje se evidencia nas estruturas políticas, económicas e sociais da região.³⁷⁵ O facto de “Kate” revelar ter tanto apreço pela educação pode ser resultado deste contexto cultural.

*“What is different from Nigeria... (...) It’s like they don’t give opportunities to people in so many things in where I’m coming from Italy... (...) In the whole Italy you don’t see an ordinary bus driver who is black or a foreigner, all Italians do the job but when you go to factories... factories... fabrica... you see a lot of *estranjeros*. You try to study, you are not encouraged, you know? (...) [In Nigeria] I was encouraged because if I did my best definitely I know I would get something good doing not where I’m coming from... (...) I don’t know... I’m not a racist but for what I’ve been seeing you’re not encouraged... they discouraged you...”*

“Kate” quer ser enfermeira, sempre foi um dos seus objectivos, mas, sem dinheiro para continuar os estudos na Nigéria, viu o seu sonho adiado. Partindo do princípio que saiu do seu

³⁷⁵ in “Federal Republic of Nigeria Profile”

país em 2000, há um período de cerca de 4 anos que fica por contar. “Kate” esquivava-se a questões que vão nesse sentido e refere unicamente que passou por “*várias cidades nigerianas*” e regularizou a sua situação em Itália em 2001, sem especificar em que condições. O que aconteceu entretanto é um mistério acerca do qual só se pode supor com base nos motivos que tipicamente levam uma rapariga nigeriana de 22 anos até ao sul da Europa e a fazem querer esquecer o seu percurso.³⁷⁶

“It’s a long story, I can’t say it. It’s a long story, it’s a brutal story. I don’t want to remember anything.”

“A emergência de uma Nigéria democrática em Maio de 1999 acabou com 16 anos consecutivos de governação militar”, todavia, e apesar da maior abertura conquistada, a “estagnação económica e a deterioração da maioria das suas instituições democráticas” não permitiram evitar os cada vez mais recorrentes conflitos étnico – religiosos e contestações justificadas pelo mau uso da riqueza petrolífera. Com infra-estruturas obsoletas e uma patente falta de interesse pelos reais problemas sociais da comunidade, os governantes da “nova” Nigéria foram, ao longo do tempo, apresentando muitas promessas mas poucos resultados.³⁷⁷

Entretanto, ainda durante o governo militar, Abuja fora estabelecida como capital nigeriana, atraindo, principalmente desde que o governo democrático tomou posse, muitos migrantes internos para a zona Sudoeste do país. Contando com “os dois maiores portos marítimos do país, 65% da sua indústria, grande parte das instituições de ensino e investigação nigerianas e grandes explorações agrícolas”, a região abriga também o estado a partir do qual mais mulheres são traficadas para a Europa: 94% das nigerianas que são levadas para serem sexualmente exploradas na Europa partem do Estado de Edo, entre o Delta do Níger e o Estado de Ondo. Itália é o destino principal, ainda que muitas sigam para outros países espalhados um pouco por toda a Europa.³⁷⁸

A Nigéria é “um dos maiores centros de tráfico humano” sendo “fonte, ponto de passagem e destino para mulheres e crianças traficadas para trabalhos forçados e exploração

³⁷⁶ Os dados que se seguem não se referem a “Kate”, trata-se apenas de um percurso possível que pretende ilustrar uma tendência que, infelizmente, é muito usual na Nigéria. Não havendo mais dados que possam suportar uma explicação coerente do percurso da entrevistada, parece-me útil a referência a um percurso migratório comum naquela região que, por coincidência ou não, converge com a sua história quer no ponto de partida quer no de chegada, bem como noutros pormenores que podem ser relevantes, nomeadamente o inabalável desejo de uma “vida melhor” por parte de “Kate”. Ainda assim, e por muitos pontos de contacto que existam, este não é o percurso da minha entrevistada, trata-se apenas de delinear de uma realidade comum a muitas nigerianas na mesma situação.

³⁷⁷ in “*Federal Republic of Nigeria Profile*”

³⁷⁸ in “*Nigeria: Multiple forms of mobility in Africa’s demographic giant*”

sexual”. Cerca de 10 mil pessoas serão anualmente traficadas através da Nigéria, sendo que as mulheres são preferencialmente utilizadas para “serviços domésticos, comércio ambulante e/ou prostituição” e os homens para “trabalhos agrícolas, construção, extracção mineira, pequenos delitos e tráfico de droga”. As crianças fazem também parte destes números.³⁷⁹

O conceito de tráfico é definido pelo “Protocolo de Palermo”³⁸⁰ como “o recrutamento, transporte, transferência, hospedagem ou recepção de pessoas por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, rapto, fraude, logro, abuso de poder ou de uma situação de vulnerabilidade ou de oferta e recebimento de recompensas ou proveitos para conseguir o consentimento da pessoa que tenha controlo sobre outra pessoa com o objectivo de a explorar (...) incluindo a exploração ou prostituição de outros ou outras formas de exploração sexual, serviços de trabalho forçado, esclavagismo ou práticas similares, servidão ou remoção de órgãos.”

Importa notar que nem todas as pessoas, nomeadamente mulheres, traficadas entram na indústria do sexo, sendo que “algumas daquelas que o fazem conscientemente só mais tarde se apercebem de que estão a ser exploradas”. Seja como for, “o tráfico humano, seja qual for o propósito, é, por definição, sinónimo de exploração”.³⁸¹ Importa também referir as dificuldades, naturais, em identificar as vítimas de tráfico que, na sua maioria sujeitas a traumas profundos, preferem, por vergonha, medo de retaliações ou para protecção da própria integridade emocional, manter no silêncio e na penumbra os episódios negros que guardam na memória.³⁸²

Tendo assinado o “Protocolo das Nações Unidas para a Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças”, quer a legislação doméstica quer a prática legal da Nigéria relativamente ao assunto permanecem pouco firmes. É a combinação de “aspirações generalizadas de emigração” e as “limitadas possibilidades” de o fazer para a Europa ou EUA que vem fomentando esta tendência comum a outros países da África Ocidental. No entanto, a somar à pobreza e ao desemprego, a Nigéria apresenta níveis de “violência durante períodos de paz, corrupção e crime organizado” superiores à maioria dos países africanos. “O facto de estes males terem subsistido após o retorno da

³⁷⁹ idem

³⁸⁰ Oficialmente denominado “Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas e em particular de Mulheres e Crianças” in Organização Internacional para as Migrações. “*Breaking the Cycle of Vulnerability: Responding to the health needs of trafficked women in East and Southern Africa*” IOM: Pretoria, 2006 Disponível em: http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/books/Breaking_the_Cycle2.pdf (acedido a 30/05/2011)

³⁸¹ idem

³⁸² idem

democracia em 1999 foi uma grande desilusão para muitos nigerianos, milhares dos quais procuraram asilo na Europa”. No entanto, poucos foram aqueles que conseguiram refúgio no velho continente.³⁸³

Assim, e principalmente na zona Sudoeste do país, em que a “situação particularmente desvantajosa das mulheres”, a “importância atribuída ao luxo e estatuto material” e a “tradição escravagista local” são fortes vectores culturais que facilitam o trabalho dos traficantes. O primeiro contacto da vítima com o traficante é normalmente estabelecido através de um membro da família, amigo ou conhecido, que estabelece a ligação com uma “Sra.”, pessoa mais importante da rede no país, normalmente uma mulher que “patrocina” a viagem. Um pacto, muitas vezes legitimado por um ritual religioso/mágico, que obriga o transportado ao pagamento de uma dívida de valor geralmente muito superior ao custo real da viagem. Convencidas por promessas de uma vida melhor e “ofertas de trabalho fantásticas”, as vítimas aceitam o acordo, atravessam o Sahara por via terrestre ou então, por via aérea, a Europa do Leste ou outros países da África Ocidental, de forma a evitar o risco de reconhecimento da documentação falsa. No país de destino são recebidos pela “Sra.” Local, também nigeriana, com quem trabalharão até que a dívida fique saldada, o que normalmente acontece num período de um a três anos.³⁸⁴

O destino europeu mais comum para as vítimas de tráfico nigerianas é a Itália, onde “cerca de 10 mil nigerianas são prostitutas”. A tendência parece basear-se na tradição iniciada nos anos 80 quando muitos nigerianos com baixos níveis de formação rumaram à Itália para responder a um pedido de mão-de-obra para a agricultura e serviços. A Itália é, aliás, o único país europeu em que a maioria dos residentes nigerianos em situação regular são mulheres. Com as crescentes barreiras impostas pelos países europeus, no início dos anos 90, à circulação e permanência no continente, os custos e riscos para a entrada na Europa cresceram e o tráfico afirmou-se como a solução mais prometedora. A prostituição é uma possível consequência.³⁸⁵

Na Itália, as nigerianas traficadas são normalmente prostitutas de rua, as menos bem pagas, que trabalham habitualmente nos subúrbios das grandes cidades, sendo na sua maioria “recrutadas” entre os 20 e os 25 anos. As mais jovens seguem, geralmente, rumo à Holanda.

³⁸³ in CARLING, Jørgen. *Migration, Human Smuggling and Trafficking from Nigeria to Europe*. IOM Migration Research Series. OIM: Suíça, 2006 Disponível em: <http://publications.iom.int/bookstore/free/MRS23.pdf> (acedido a 2/05/2011)

³⁸⁴ idem

³⁸⁵ idem

Outro destino comum é a Espanha e, ainda que em menor número, a Alemanha, a Bélgica, a Áustria e o Reino Unido.³⁸⁶

I: And you stayed there for how long?

K: Long time now, long time. It's... very long time... (...)

I: Was it difficult for you to... How did you decided to go to Italy?

K: I don't want to go there. (...) I can't go there.

I: You went to Italy with all the papers, all the right papers... or not?

K: I don't want to go there, Ana. (...)

I: When you arrived in Italy you didn't speak Italian. How did you learn?

K: (o tom de voz baixa substancialmente) Language school. I went to Language School.

I: Was it easy to adapt to Italy?

K: (silêncio) It was not easy, it was difficult. Difficult... difficult and easy together."

Sejam quais forem as dificuldades pelas quais passou, a verdade é que “Kate” guarda dos motivos que a levaram a sair da Nigéria até aos primeiros anos na Itália uma recordação que lhe provoca dor e sofrimento, e, na sua situação actual, é natural que queira evitá-lo. Conta-me que, como agora, sonhava ser enfermeira e que o seu objectivo inicial era rumar ao Reino Unido. Coincidência ou não, EUA e Reino Unido têm há muito políticas favoráveis à entrada de profissionais estrangeiros, sendo que a maioria dos nigerianos com graus académicos no estrangeiro se encontram num dos dois países, na sua maioria são médicos e enfermeiras “atraídos por melhores salários, melhores condições de trabalho e segurança no emprego, formação ou crescimento profissional”.³⁸⁷ Por que motivo mudou de ideias e optou por Itália não diz.

Também não diz como regularizou a sua situação. Tendo entrado em situação irregular é possível que tenha feito um pedido de asilo, mas a dúvida permanece.

Outra das informações que omite é o nome da cidade onde morava em Itália, referindo apenas que se encontrava “a 40 minutos de Milão”. Através de “Joseph” viria a saber que Piacenza é a cidade onde os dois se estabeleceram, ligeiramente a sul de Milão e de Turim, onde ele morava antes de a conhecer.

³⁸⁶ idem

³⁸⁷ in “Nigeria: Multiple forms of mobility in Africa’s demographic giant”

A fé terá unido os dois, e a fé terá sido também a grande fonte de força ao longo de todo o percurso de “Kate”, sendo a única temática que a faz recordar a infância com um sorriso sincero nos lábios. Fala novamente num tom sereno.

“I’ve been a believer since when I was eight. I used to go to Church (pela primeira vez ‘Kate’ fala como se recordando um passado feliz), every week, I loved activities of the Church. I was going as a kid, you know, I was just going for going... I don’t really know what it means but later I was understanding that God was real and then step by step I became a real believer of Christ and today I still believe so much that God is sweet... I don’t know, I have so many testimonies about Jesus, so many things to say about God... It’s been God... it’s been God that has kept me alive till now. You understand? (...) Is a good thing, it’s a good thing to know God. I realized this is very good thing. My prayer for her (fala da filha que está outra vez junto de nós) is that she will know God too because when you know God you have peace, take life simple and when you come and get with Him I think He gives you directions... (...) So that is it, you know. I love God so much... I don’t see the way it was brought here... This is not what you want to hear but if you ask me so many things about God I will tell you so many...”

Como refere, é Deus que lhe dá paz. É impressionante a mudança de atitude de “Kate” quando o assunto passa pelos caminhos da fé. As dificuldades que viveu e o receio que tem de expor a sua história parecem de repente apagados pela vontade que tem de contar tudo quanto de bom a “*presença de Deus*” lhe faz “*ver [n]a vida*”, a forma diferente como agora a encara. “Kate” é sem dúvida uma mulher sofrida, as suas gargalhadas sonoras disfarçam muito daquilo que não quer contar, e foi na Igreja que encontrou a paz para deixar para trás o seu passado e encarar o futuro com renovada esperança.

Foi também na Igreja, internacional, provavelmente em Milão, que conheceu “Joseph” e a esse momento se refere como um dos mais felizes da sua vida.³⁸⁸ Fala de relações mal sucedidas e “*decepções*”, do carácter “*pacífico e sossegado*” de “Joseph” e do quanto a sua vida melhorou quando o encontrou.

³⁸⁸ “Kate” refere uma Igreja “multinacional”. Existe uma Igreja internacional em Milão, outra em Turim mas, dada a relação de proximidade geográfica terá sido provavelmente em Milão, mais central, que os dois se terão encontrado. (in “*The International Church of Milan*” Disponível em: <http://www.icm-milan.org/> (acedido a 7/06/2011) e “*International Church of Torino*” Disponível em: <http://www.moncalieriperte.it/torinochurch/index.php> (acedido a 7/06/2011)

Outro dos momentos que refere é o nascimento da sua filha. A alegria espelha-se no olhar de “Kate” quando conta o episódio, ri alto, verdadeiramente deixa de se preocupar com quem a esteja a ouvir, a recordação é realmente feliz.

“And I give birth... It was one of the best moments in my life when they gave her to me. I would do anything for her, I love her so much...this baby... (...) At times fear want to come as a challenge to you but when you’re going to the word of God that fear will go. That is how I’m now trusting God and I never fear anything. (...) Sometimes if I look at her I’m happy and I will hear maybe that voice that will say ‘How is she going to be when she grows up’ I will say she’s in God’s hand, you know. (...) Is a good thing to know God... (risos) That’s why I say God is good. (...) Fear no... When I was a kid, yeah, I used to have fear sometimes and maybe... but today is no longer like that. I don’t, I don’t fear anything since I become a real believer I don’t fear anything, I must tell you with truth. When I didn’t know what it means to know God, to read the Bible, to communicate with Him sometimes the thought of fear would come, isn’t ... I don’t live I would say... but when you give trust to the fear one will live... one will not live well. So I don’t fear I don’t have any great fear at all, Ana.”

São as mulheres, Pastoras da Igreja, que refere como exemplo para si, “*grandes mulheres (...) que levam o Evangelho tão longe para que as pessoas oiçam e sigam o caminho certo.*”³⁸⁹ Refere que em parte foram os seus ensinamentos, televisionados em Itália, que a ajudaram a não ter medo, por exemplo, no que se refere ao futuro dos filhos. “Kate” confia que deixando-os “*nas mãos de Deus*”, tudo correrá bem.

Amigos, afirma nunca ter tido muitos. Actualmente diz que só tem uma. As desilusões passadas parecem não lhe permitir confiar demasiado. Dos amigos de infância diz não saber mais nada nem ter qualquer contacto com o país de nascimento.

“In Africa? No, I was not having many friends... (...) I had three... one to three friends. Other are people I know. I was not having much friends, not at all. I don’t have many friends. I don’t like it being friends. I was interested in it before but is something that is no good for me. Friends... (...) betray, I always find bad friends. (...) I think it’s no good. So when you come

³⁸⁹ Uma das mulheres referidas é Joyce Mayer, popular pregadora Evangélica norte-americana, com programas televisivos transmitidos em vários países e livros traduzidos em várias línguas. (in “Joyce Mayer” Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Joyce-Mayer/110820822272065> (acedido a 7/06/2011))

close to me I look at you very well if you want I can see if it's possible, if it's not possible I'll be going far from you and you go."

Tal como os laços que ligam Nigéria e Sudão e fazem deste o país com mais imigrantes nigerianos³⁹⁰, também as afinidades "socioculturais", nomeadamente de natureza religiosa, foram, em grande parte, responsáveis pela aproximação entre "Joseph" e "Kate". Ambos imigrantes, ambos naturais de países africanos, ambos com um passado de sofrimento, ambos com a mesma fé inabalável e a mesma vontade de cumprir os seus sonhos. Para "Kate" parece não ter sido muito difícil confiar, desta vez.

Ecos de Guerra

Vindo do Sul do Sudão, "Joseph" é, efectivamente, uma pessoa que inspira confiança, ou pelo menos transmite uma grande calma. Ao contrário de "Kate", a sua voz é pouco mais do que um sussurro mas a sua vontade de partilhar a sua história é grande. Conta que nasceu em Yei e viveu em Juba. Ambas se tratam de cidades do sul do Sudão que, antes da primeira guerra civil sudanesa, se demarcavam pelo seu carácter cosmopolita. Yei é uma cidade fronteiriça, era o destino de férias preferido dos funcionários públicos e elementos do governo sediados em Juba, capital do Estado de Equatoria Central.³⁹¹ Pela sua proximidade às fronteiras do Congo e do Uganda, ambas as cidades se desenvolveram grandemente antes do início dos confrontos armados. Juba, porto fluvial e terminal dos transportes do Nilo a Sul, era um centro maior da actividade transportadora com ligações terrestres privilegiadas com Quénia, Uganda e República Democrática do Congo. Com a guerra e a destruição por ela provocada a vida da cidade transformou-se e a prosperidade desapareceu.³⁹²

"My childhood was initially good until a certain point when the trouble come. (...) I think that happened in the year... That was 1998/99. That was the year. (...) It was something I came home to meet because due to what my father told us, that there was a conflict, a general conflict at that time, so there was a certain group that is called the rebel group belonging to John Garang, and this group was fighting against the government of Umar Bashir and the people of Sudan. Now this group wanted support from the South,

³⁹⁰ in "Nigeria: Multiple forms of mobility in Africa's demographic giant"

³⁹¹ in "About Juba" Air Uganda Disponível em: <http://www.air-uganda.com/holidays/juba> (acedido a 6/07/2011)

³⁹² idem

southerners, so due to the fact that my father was ok, was financially ok at that time...He has cars, the people enter the cars, they pay, they take them to their destination. (...) People and goods. Yes, both of them so he take them and he take them to different places, so he was having about five buses and... It was about five buses and two lorries for transportations. (...) So now it was his major business. (...) So when suddenly these things happened here and everyone I loved... I lost my mother, I lost my sister... I didn't see... I didn't see them..."

Nascido como território de caçadores e pescadores, o território hoje correspondente ao Sudão mantém, desde há séculos atrás, fortes laços culturais e religiosos com o vizinho Egito.³⁹³ Depois de dividido em três reinos, ainda no século VI, o território sofreria influências distintas: Nobatia (actual Egito), a Norte, e Alodia (a Sul), seriam alvo de uma acção missionária Cristã, com origem no Império Bizantino, que deixaria as suas principais marcas na zona Sul; entretanto, o contacto com mercadores e colonos Árabes, bem como os casamentos mistos levariam o Islamismo a ganhar força nos reinos Norte e Centro (hoje correspondente ao Norte do Sudão), sendo a conversão incentivada pela isenção de impostos nas regiões sob domínio muçulmano.³⁹⁴ Seria desta forma que o futuro Sudão, “país charneira entre a África negra e a África branca, e entre a África e o mundo árabe”, se dividiria também entre Norte, “povoado por tribos largamente arabizadas e islamizadas”, e Sul, “que possui um quarto da população, composta por tribos africanas, animistas e cristãs.”³⁹⁵

Em 1820, Muhammad Ali, “soldado albino ao serviço da Turquia e que, nomeado vice-rei do Egito tomaria sob seu controlo o Império Otomano e estabeleceria o Egito como estado moderno (1769-1849)”,³⁹⁶ conquistou e unificou o reino Central, desenvolvendo as suas infra-estruturas especialmente no que diz respeito a meios de irrigação e produção de algodão, enquanto o Sul permaneceria uma área de “tribos fragmentadas sujeitas a ataques frequentes de traficantes de escravos”.³⁹⁷ Em 1881, Muhammad Ibn Abdalla, um líder religioso, proclamar-se-ia “Mahdi”, ou “o esperado”, e iniciaria uma cruzada para unificar as tribos da zona ocidental e central, aproveitando a corrupção por parte da governação

³⁹³ in DOMKE, D. Michelle. "ICE Case Studies; Case Number: 3; Case Identifier: Sudan; Case Name: Civil War in the Sudan: Resources or Religion?" Inventory of Conflict and Environment (Nov 1997) Disponível em: <http://www.american.edu/ted/ice/sudan.htm> (acedido a 30/05/2011)

³⁹⁴ in MOORE- HARELL, Alice. "Slave trade in the Sudan in the nineteenth century and its suppression in the years 1877-80" Middle Eastern Studies Vol. 34, No. 2, (1 Abr 1998) , pp. 113-128. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/i390621>(acedido a 30/05/2011)

³⁹⁵ in "Atlas das Relações Internacionais", p.132

³⁹⁶ in "WordNet" Princeton University: USA. Disponível em: <http://wordnet.princeton.edu/> (acedido a 7/07/2011)

³⁹⁷ in U.S. Department of State. "Republic of the Sudan Profile" Bureau of African Affairs (8 Abr 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5424.htm> (acedido a 15/04/2011)

Otomana/Egípcia para impelir uma revolta nacionalista que levaria à queda do poder sediado em Cartum, em 1885. Chamados a intervir pelos interesses egípcios, os britânicos acabariam por ocupar o Egipto, em 1882, e invadir o Estado criado pelo Mahdi, em 1898, que tratariam como território colonial da coroa britânica.³⁹⁸

A tendência britânica, mesmo durante a 2ª Guerra Mundial, em que a Força de Defesa Sudanesa lutou activamente contra os interesses italianos na região, sempre foi a de lidar com o Sudão enquanto dois territórios distintos: o Norte e o Sul. Assim, após várias tentativas frustradas (pelos britânicos) de união entre os dois reinos, e depois da declaração de independência egípcia, em 1952, quando, em 1956, os governos Britânico e Egípcio aceitaram a independência sudanesa, os conflitos internos eram já uma realidade.³⁹⁹ Um ano antes da independência, teve início uma guerra civil entre Norte e Sul. Temendo o domínio da região Norte, com laços privilegiados com o Egipto e uma divisão enfatizada pelo domínio britânico, caso a independência prevista se confirmasse, os habitantes do Sul, nomeadamente os militares, amotinaram-se e formaram um movimento de guerrilha.⁴⁰⁰ O facto do governo (árabe) com assento em Cartum ter renegado a promessa feita aos sulistas de criar um sistema federal seria mais um elemento propulsor da guerra civil que levaria 17 anos a terminar.⁴⁰¹

Em Maio de 1969, um grupo de militares comunistas e socialistas liderados pelo Marechal Gaafar Nimeiry, chegaria ao poder proclamando o socialismo em lugar do Islamismo que dominara os sucessivos governos desde a independência. Vítima de uma tentativa de golpe militar por parte dos elementos comunistas do governo, Nimeiry levaria a cabo uma purga contra os mesmos alienando o apoio soviético. Isolado, Nimeiry acabaria por procurar apoio no Sul do país, assinando com os rebeldes, em 1972, o Acordo de Addis Abeba concedendo a autonomia à região. Contudo, sem o apoio quer dos islamistas quer dos secularistas, Nimeiry chegaria à conclusão que era para si mais vantajosa uma reconciliação com o Norte que, a partir de 1979, com a descoberta de petróleo na região Sul pressionava o governo central à anulação das condições no tratado de paz de 72.

Em 1983, Nimeiry “aboliu a região Sul, declarou o Árabe a língua oficial da região (em lugar do Inglês) e transferiu o controlo das forças armadas sulistas para o governo

³⁹⁸ idem

³⁹⁹ in KEPEL, Gilles. *“Jihad: The trail of political Islam”* I.B. Tauris: UK, 2002, pp. 180-181 Disponível em: <http://books.google.com/books?id=OLvTNk75hUoC&printsec=frontcover&dq=jihad+kepel&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false> (acedido a 7/07/2011)

⁴⁰⁰ in WALKER, Peter. *“Profile: Omar al-Bashir”* *The Guardian* (14 Jul 2008). Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2008/jul/14/sudan.warcrimes3> (acedido a 6/07/2011)

⁴⁰¹ in *“Republic of the Sudan Profile”*

central”.⁴⁰² O desrespeito dos Acordos levaria ao aparecimento, no mesmo ano, do Exército Popular de Libertação do Sudão, dirigido por John Garang, que reivindicava “já não a independência do Sul, mas a igualdade de todos os componentes do país num quadro laico e federal”.⁴⁰³ A segunda guerra - civil sudanesa começou, menos de 10 anos depois do acordo de paz que pusera fim à primeira.

Depois de ter anunciado a incorporação das punições islâmicas tradicionais da Shari’a no código penal, uma “medida controversa até entre muçulmanos”, Nimeiry foi deposto, em 1985, por uma insurreição popular em Cartum provocada “por uma economia em colapso, pela guerra no Sul e pela repressão política”.⁴⁰⁴ “Apoiado até ao fim pelos EUA e pelo Egito, mas enfraquecido pela corrupção e pela fome que afligia as províncias sahelianas”, o regime de Nimeiry seria substituído por uma sucessão de governos civis do Partido Umma de Sadiq el – Mahdi, tão incapazes de resolver as questões problemáticas com os rebeldes quanto o regime anterior,⁴⁰⁵ face à recusa rebelde de reconhecer o novo governo e à intransigência da parte dos apoiantes de uma supremacia árabe relativamente a uma possível isenção do Sul da lei islâmica.⁴⁰⁶

Em 1989, aliada aos militares, a Irmandade Muçulmana,⁴⁰⁷ liderada pelo Coronel Umar al-Bashir, tomaria o poder intensificando o conflito Norte-Sul ao combinar “repressão política interna com activismo internacional islamista”, ao apoiar grupos radicais islamistas na Argélia, a invasão iraquiana do Kuwait e estabelecendo Cartum como “base para movimentos radicais e organizações terroristas”, tais como a al Qaida, “em troca de apoio financeiro”.⁴⁰⁸

“Reinando pelo terror sobre uma população debilitada”, enquanto tentava uma vitória militar no Sul, o governo central árabe alienou cada vez mais as populações das regiões ocidental e oriental que, entre muçulmanos e não – muçulmanos, se foram tornando cada vez mais próximas da causa sulista apoiando os esforços do EPLS. Entretanto o governo tentava “dividir para conquistar”, realçando as diferenças tribais das facções sulistas mas acabando por levar à união dos vários grupos rebeldes sob a liderança de John Garang.⁴⁰⁹ O esforço rebelde passaria a contar com o apoio dos países vizinhos – Etiópia, Eritreia e Uganda – em

⁴⁰² idem

⁴⁰³ in “Atlas das Relações Internacionais”, p.132

⁴⁰⁴ in “Republic of the Sudan Profile”

⁴⁰⁵ in “Atlas das Relações Internacionais”, p.132

⁴⁰⁶ in “Republic of the Sudan Profile”

⁴⁰⁷ in “Atlas das Relações Internacionais” p.133

⁴⁰⁸ in “Republic of the Sudan Profile”

⁴⁰⁹ idem

resultado da “política internacional pan-islâmica” de Cartum que oferecia apoio aos grupos radicais islamistas dos mesmos.⁴¹⁰

Em 1993-94 seriam os mesmos países vizinhos, neste caso contando com o Quénia, que promoveriam uma iniciativa de pacificação para o Sudão, sob os auspícios da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento. Esta promoveria uma Declaração de Princípios que referia como essencial a resolução de questões relacionadas com a “relação entre Estado e religião, partilha de poder e de riqueza e o direito à auto-determinação do Sul”. O governo sudanês só viria a assinar o Acordo em 1997, após várias derrotas militares do EPLS, terminando o conflito armado com algumas das facções rebeldes envolvidas cujos líderes seriam mandatados para funções menores no governo central ou na luta contra o remanescente das forças opositoras.⁴¹¹ Entretanto al-Bashir auto-proclamou-se presidente do Sudão, ordenando a extinção de todos os partidos políticos da oposição⁴¹² e estabelecendo o país, em 1996, após um processo eleitoral “essencialmente destinado a fundamentar a sua legitimidade face à comunidade internacional”, em que foi o único candidato, como um Estado Islâmico totalitarista com o seu Partido do Congresso Nacional à cabeça.⁴¹³

“Muito isolado no plano internacional e considerado como terrorista pelos Estados Unidos”, o regime de Cartum afastou-se também do Egipto, ao ser implicado num atentado contra a vida do presidente Mubarak, em 1996. Contudo, tal como os restantes países vizinhos, também o governo egípcio preferiu não entrar em confronto directo com o governo sudanês, “limitando-se a apoiar as oposições políticas ou armadas a fim de o desestabilizar”.⁴¹⁴

Apesar dos vários acordos e promessas, a paz não seria efectivada até 2005, altura em que finalmente foi assinado por todas as partes em confronto o Acordo de Paz de Nairobi, garantindo autonomia ao Sul do Sudão durante um período de 6 anos, e estabelecendo para 2011 a realização de um referendo sobre a secessão.⁴¹⁵

No entanto, os confrontos no Sul continuaram bem como as vítimas causadas por uma guerra que desalojou cerca de 4 milhões de pessoas, matou cerca de 2 milhões, estagnou a economia da região e levou à escassez de comida que resultou em fome e desnutrição de boa

⁴¹⁰ in “Atlas das Relações Internacionais”, p.133

⁴¹¹ in “Republic of the Sudan Profile”

⁴¹² in “Hundreds Killed in Attacks in Eastern Chad — U.N. Agency Says Sudanese Militia Destroyed Villages” Associated Press (14 Jan 2011) Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/04/10/AR2007041001775.html> (acedido a 7/07/2011)

⁴¹³ in MONTESQUIOU, Alfred. “AUF Ineffective, Complain Refugees in Darfur” *The Washington Post* (16 Out 2006) Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/10/15/AR2006101500655.html> (acedido a 7/07/2011)

⁴¹⁴ in “Atlas das Relações Internacionais”, pp.132-133

⁴¹⁵ in “Republic of the Sudan Profile”

parte da população, enquanto a falta de investimento no Sul votou uma geração inteira a uma vida sem serviços de saúde, educação e trabalho.⁴¹⁶

“I don’t know what happened but the rumors that was said they escaped but I don’t know where they’ve gone so I lost my contact. So me, me too, I run because people told me to run to... not to wait because they might kill me... Then I run so... that was how the whole life in an instant turn around, you can see things fall apart at that particular moment.”

O pai de “Joseph” foi uma das pessoas que soube tirar proveito das vantagens geográficas da região Sul do Sudão. Sem nunca ter tido oportunidade de estudar mas aguerrido e perseverante, fez de uma herança uma oportunidade de crescimento. Cultivou um terreno que lhe fora deixado pelo pai, o avô de “Joseph”, com algodão e depressa viu o interesse de outros pela sua produção crescer. Comprou um carro e vendeu a terra para comprar um terreno ainda maior. Fez mais dinheiro, comprou um autocarro e começou daí a construir uma empresa de transportes de bens e pessoas, um negócio bem sucedido naquela parte do Sudão.

“He really... He understand business and he knows the need of the people so he was able to carry it all out that need and transform it to material of subsistence for the benefit of the family and... (...) he never had a possibility to... [study] Yes, he never had but he wanted us to. He loved it because there was no... the father didn’t have much... much money to give them education so what he wanted us to have that education.”

Não tendo tido oportunidade de frequentar a escola, o pai de “Joseph” queria que os filhos pudessem aproveitar todas as vantagens que uma vida de muito trabalho lhes proporcionara. Com a restante família – mãe e irmã, dois anos mais velha - a ajudar na área do “comércio”, a “Joseph” foi dada a oportunidade de beneficiar de um ensino personalizado desde tenra idade, provavelmente o único a que poderiam ter acesso em tempo de guerra. Era um professor privado quem dava aulas a “Joseph” e à irmã, tendo-lhe ensinado o Inglês, entretanto banido do território enquanto língua oficial.

⁴¹⁶ in “Hundreds Killed in Attacks in Eastern Chad — U.N. Agency Says Sudanese Militia Destroyed Villages”

“No, I didn’t speak Arabic because... they... they... Lecture was having that Arabic people are this and that so I hated the Arabic and the language Arabic speaker though many people were speaking it around but I didn’t want so I wanted the writing English then my local language. So that was how I was brought up, so...”

“Joseph” fala o dialecto local, Bedawie, e Inglês, a língua utilizada pela “elite educada” do Sul.⁴¹⁷ Árabe é língua que nunca quis aprender. A guerra civil e a repressão nortenha, associada ao Islamismo, que a ela levou constituem a clara explicação.

“I’ve had a private teacher since I have... since I know, since I began to have senses. I’ve known my private teacher all along I’ve been teaching. At more than... more than six year he teach us, he was very good and I believed that he’d be able to take us to good places. (...) Yeah my first... [dream] (...) thinking of money, then thinking of being a man like my father because he was bold, you know, he does not fear anything, then he loved education then I also wanted to go in that area so that was the first thing... my first thing I was really eager to do, to be an educator because he told me that ‘you are educated, you can be a great man, you can be a President of Sudan’ also... so... (...) my private lecturer then was very good but when the conflict my father was always bringing him home to teach us about all these things so I was having the confidence that I was going to be a great person at that time but when the conflict started we relocated (...)”

Quando “o conflito” começou “Joseph” ainda não tinha nascido. Viria ao mundo cerca de um ano depois, em 1984. Com cerca de 14 anos ter-se-á começado a aperceber de movimentações “estranhas” em sua casa. Os grupos rebeldes procuravam apoio financeiro nos empresários locais e, sendo um deles, o pai de “Joseph” não ficava de parte.

“So there was no trouble then. They’ve come, they’ve come with their car, they’ve jumped up, they’ve come and meet him, then they talk, talk and go back. (...) he was known, well-known (...) because he was having money so many people come to our house, they come to eat, come to take food a lot that so...”

⁴¹⁷ in POWELL, Robert. *“Info as Aid: Sudan and South Sudan”* (Fev 2011) Disponível em: <http://www.infoasaid.org/sites/infoasaid.org/files/Sudan%20media%20and%20telecoms%20landscape%20guide%2015.04.11.pdf> (acedido a 6/07/2011)

Aparentemente, numa fase inicial a colaboração seria voluntária, tendo-se tornado forçada a partir de determinada altura. Os primeiros contactos terão tido lugar por volta de 1996, altura em que as negociações de paz haviam sido iniciadas e os rebeldes ainda em combate sofriam pesadas derrotas. Os últimos, já mais próximos da data indicada por “Joseph” para a sua fuga, terão sido cerca de um, dois anos mais tarde.

“I didn’t even know I was hiding but my father arranged all this things but sometimes saw men, some men comes to our house, they discuss the Coram, they exchange so we ask what is the matter, then he told us these are the people. The rebel have gone bad, that they want all these things... It take almost about two years that we were asking him all these things.”

“Joseph” teria na altura 15/16 anos e continuava, de certa forma, alienado daquilo que se passava à sua volta. Protegido pelo bem-estar de uma família bem – sucedida, era uma criança que não imaginava sequer a reviravolta que se avizinhava.

“I study until... I finished lesson the day I went out, I went out to play with friends. To play football and these things. I came back, find people shouting, running up and everywhere... ‘What happened?’ Come to me people holding me, telling me ‘go, go, go...’, ‘So what is the matter?’ Come home to find my father dead. (...) that was what the rebels that... The people said they came to... (...) because they’ve given them... I believe they’ve given them the money that so, so, so time ‘if you don’t give us your feedback, your result, then we will come and do something to you’. So, something like that so they came and I believe that was how they killed him. (...) I saw, I saw... I saw him down... then somebody have to take me because I could not understand, I was... At that particular time I was... I was crazy with what happened. The world there was no more. Then somebody took me, take me away then that was how they took me out of the scene. They took me out of the scene then lead me somewhere, so that was the whole thing. Then the person advise me to get away, to leave this place, look for where to go, go to other African country, get out of this... far from this place. So that was how I was looking for peace. When I entered the market place...

Depois de um ultimato sem resposta, as forças rebeldes ainda em acção terão resolvido cumprir a ameaça e acabar com a vida de quem os não ajudava. Depois de encontrar o pai morto, “Joseph” fugiu deixando para trás e o mundo de conforto que sempre conhecera. Da

irmã, então com 18 anos, e da mãe, entretanto desaparecidas, não sabe do paradeiro ou se sequer sobreviveram ao ataque.

“You have to jump in and that lorry I didn’t know where it were going. The lorry landed me in Egypt. (...) From Sudan to Egypt were a little bit rough because at that point of time they were collaborating with the Sudan government so it was a bit risky (...) so it was difficult to expose oneself to the Egyptians at that particular time so we have to look for where to hide. (...) The cafter is ‘let’s go, let’s go’ then when we got to Egypt he say everybody come down...”

Sem saber para onde ia “Joseph” terá então seguido uma das rotas internacionais dos transportes sudaneses até ao Egipto. O porquê da sua opinião acerca da posição egípcia não é claro mas, talvez o facto do Egipto não se querer imiscuir oficialmente na questão, por temer uma secessão do Sudão Sul, “contrária ao interesse nacional egípcio”, esteja na sua base.⁴¹⁸ Chegado ao Cairo terá sido guiado até Alexandria, de onde pensava que partiria para o continente americano.

“When I relocated... to Egypt. Yes, when I was about to come to Europe I wanted to... Initially my plan was to go to America to study... (...) That is what I told him, that is what I told the... the ship, the... (...) ...if he’s taking me to America. (...) I travelled so the next thing we’re bearing a lot of things about life because finded out life now was all about either death or survive. So we no longer attached importance to anything but how to survive, how to live, so that was how I come to Italy, so when we go there we explained ourselve to them so they took us....”

Quando era pequeno, conta-me, “Joseph” queria ser advogado e, não sabendo outra língua franca que não o Inglês, pensava na América do Norte como destino ideal. Na Europa acabaria por questionar as suas possibilidades de prosseguir a carreira imaginada mas, chegado a um mundo que, apesar de não ser o desejado, era muito diferente do seu, “Joseph” descreve a sua chegada como um momento de alegria.

⁴¹⁸ in “Atlas das Relações Internacionais”, p.133

“I thought it was already Heaven. (risos) That’s the first thing I thought. I saw everything... there was light, there was people happy, there was... Ah... (...) I say this is life, this is what is... It was, it was... It was all good because there was a kind of... (...) So it was when the... When I eventually went to the police to report myself and to... So there was a lot of support so it was a whole kind of... Life was good, I was safe. They assured me, I was said that no one could come here and hurt me so I feel secured then I was given the free right to move about so I was secured but the only thing that was psychologically... I was really laid back by my parents and others... That was the only thing that was upsetting me at that point of time. But for life I was enjoying life, even then, so young as... (...) I was a little bit restricted because it was... the shock was... (treme as mãos juntas) still unwritten but they wanted to make me happy. They want to make me happy at that particular time but later I beginning to get myself, I beginning to feel at home. (...)”

A Terra das Oportunidades

“Seguro” e com apoio do centro de apoio aos refugiados italiano, “Joseph” superaria depressa a surpresa de estar num país onde “poucas pessoas entendiam o que dizia”. O mesmo não se poderia dizer do choque que sofrera antes de deixar o seu país mas, pouco a pouco, a situação ir-se-ia recompondo.

“ (...) They took us in so I found that life was a little bit beginning to be better then what I experienced so although (...) my conscious reasoning was always reflecting at that moment, was always reflecting by all my family, the joy, the peace, the... how money we used to have together... suddenly everything had just come to an end so it was really bad for me at the moment (...) So I followed that I was there so they took good care of us, just us, they given us food, they given us tickets to be eating then we eat and little money because before we systemize on our own at that point of time. So we begin to look for our own job, eat our own food, live our life.”

Em 2004, três anos depois de chegar à Itália, “Joseph” adquiriu o estatuto de refugiado e encontrou a sua forma de subsistência. Durante mais quatro anos trabalhou na IMS,⁴¹⁹ fábrica de peças automóveis. O primeiro emprego que tivera na vida, além da ajuda que

⁴¹⁹ Trata-se do grupo francês dedicado ao fabrico de peças de metal com vários fins, incluindo a construção automóvel, International Metal Service. (in Groupe IMS Disponível em: <http://www.ims-group.com/> (acedido a 11/07/2011))

prestava aos pais no “comércio”, no Sudão, fora o part-time na cozinha da “Casa di Comghesa”, já em Turim. Nessa altura trabalhava e tinha aulas de Italiano numa escola de línguas. O seu desejo de continuar a estudar foi adiado quando encontrou emprego fixo.

“So I went to language school then I was able to gather some about and when I begin to work I could not further the school going because in Italia... The Italian system is a kind of system you design that you cannot go to school and work. A cert those that are doing night school but I don't got that information. Nobody told me that I was able to manage it, the situation. So during my school class, that was when I was ready to work. So that was what in Italia I could not do much about furthering my education.”

Entretanto, com um empréstimo do banco, comprou casa e começou a frequentar o “grupo Cristão” onde diz estarem os seus amigos. Quando se preparava para assinar o seu primeiro contracto permanente, em 2008, a empresa em que trabalhava suspendeu a produção por um período de um ano que se prolongaria. “Joseph” teve direito a subsídio de desemprego durante 8 meses que entretanto terminaram.

“I told the bank my situation. This is what I don't have a job right now then they said ok that there is something they could do. That... they will first of all do a kind of suspension, that when they suspend then when I get a job that I'll continue to pay but they suspended all for one year ... (...) so we are thinking what else can happen. (...) because if I don't have a job it means I don't have a house either. I need to get a job to be able to pay. (...) This is something that is affecting not just one person, a lot of people so it's like is difficult for people to buy a house right now (...) let me say about 80%, 80% of people.”

A crise internacional terá sido responsável por uma quebra de procura que terá levado a um corte das despesas da empresa. Com um empréstimo para pagar até aos 30, sem fonte de rendimento que o permitisse, e sem perspectivas de venda do imóvel numa altura difícil para boa parte da população italiana, “Joseph” viu-se obrigado a renegociar a sua situação com banco. Entretanto conhece “Kate” e decide mudar-se para Piacenza para procurar emprego ali enquanto os dois partilhavam um apartamento alugado, e nasce a primeira filha.

A maior preocupação de “Joseph” nesta altura era o facto de não conseguir dar à sua família o tipo de vida que sonhavam ter juntos e, ainda que não o admita, está também patente

o sentimento de inutilidade face ao facto de ser “Kate” quem sustentava a família enquanto “Joseph” procurava trabalho sem o conseguir.

“That was not my problem to... afford it was not my problem, the problem was how to live a better life, how to pay for my house, buy whatever I want to buy, living life... (...) So we met and we... We planned, we’re planning life together... Yes we... So... (...) When I have my house is different. Yes, to me, to us.”

Entretanto para “Kate” a situação em Itália tornava-se também cada vez menos suportável. Com sonhos de uma carreira profissional e cansada de ser olhada “*de maneira diferente*”, “Kate” começou sentir a cada vez mais notória atitude discriminatória italiana⁴²⁰ tornar-se numa ameaça pessoal ao futuro da sua filha.

“I don’t like the way they... the integration or the system. I don’t like the way they want kids to be brought up there. (...) I don’t want to raise them there, it is not my dream. (...) You know that communication matters a lot in life. When you know a language you can use to communicate with people wherever you go. This is very important (...) I can tell you it’s a place where they don’t give importance to foreign languages, only Italian language and this thing annoys me so much... (...) That is why I wanted to really go to a really developed country or another nation where she can study and see herself as equal to others, you know, not like the place I’m coming from. It’s a bad system. I don’t know it in here but it’s a very bad system. (...) They look at you somehow, is what their parents taught them! I’ve seen so many kids doing this. I’ve so many kids... It’s a bad education now these days... bad way of living. I lived there for many years, when I was alone these things were not problem to me because now I can’t imagine her going through the things I saw. Do you understand?” – “Kate”

“Kate” está, essencialmente, revoltada. Preocupa-a o facto de a filha vir a aprender uma Língua que não é aquela que utilizará para comunicar com os seus nem aquela com que espera vir a vê-la comunicar num “*país realmente desenvolvido*”, onde não a olhem de nenhuma forma diferente da que olham os outros. A somar à impressão que já tinha desde que chegara a Itália, “Kate” vê a aprovação, em Setembro de 2010, pelo governo de Silvio

⁴²⁰ in POGIOLI, Sylvia. “Immigrants Forced to Margins of Italian Society” NPR (13 Jan 2009) Disponível em: <http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=99255579> (acedido a 7/06/2011))

Berlusconi, de uma lei definindo a separação nas salas de aula das crianças estrangeiras das nascidas em solo italiano, como um absurdo.⁴²¹

“The reason, they say the reason they did this is because foreigners they are very slow in learning... It’s not true, this is not true and so many teachers, many teachers were protesting that this is not right. It’s no good. In this world of today you do this and the other opposition party they were saying this is a shame for the Italian nation. It’s a big shame, big shame... but I don’t think there’s any part of this world where that should be done. How do you separate the Italian children from foreign children? (...) Is this... what stupidity is that?! Tell me, is that how to live? When I heard this I said ‘Oh my God’, people that... then, then I was not pregnant yet and I say ‘Oh my God, I will never have a kid in this place’ It was two years when somebody was saying it and somebody was telling me last time they’ve done it, they can’t actually really stay in one class.”

Quando, no princípio de 2011, se viu grávida do segundo filho, muito desejado, por sinal, “Kate” e “Joseph” chegaram à conclusão de que era altura de correr novos riscos e procurar novas soluções.

“America represent a good people, a place where you have future, a place where you can become big, where you can do something, where you can increase your level, the opportunity, where there’s opportunity because, as I told you before, the first thing I really admired was education so the reason why I could not... able to go to a lot of this course was the language barrier, have to learn Italian language all again and... it was difficult so this was because it was not the language I was used to so I was thinking since I have known a part of English I

⁴²¹ Na verdade a referida lei, desde 2008 em discussão parlamentar, foi proposta pela Ministra da Educação, Mariastella Gelmini, que desde então tem sido alvo de constantes protestos, acusada de “atacar duramente o sistema de educação italiano”(in “Perseguição: Itália quer limitar números de crianças imigrantes em salas de aula” Portal Causa operária(28 Mar 2009) Disponível em: http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=13232 (acedido a 7/06/2011)) Além desta medida, que acabaria por se materializar, em Setembro de 2010, no estabelecimento de uma quota de 30% para alunos estrangeiros por sala de aula (in “Itália estabelece cota de 30% de estrangeiros nas salas de aula” Portal Geledés Racismo e Preconceito (11 Jan 2010) Disponível em: <http://aprendiz.uol.com.br/content/clislebreh.mmp> (acedido a 7/06/2011)), a referida ministra foi também responsável por cortes de pessoal nas escolas públicas, bem como nos fundos destinados ao Ensino Superior (in “Apartheid in italian schools” Wordpress (21 Out 2008) Disponível em: <http://dorigo.wordpress.com/2008/10/21/apartheid-in-italian-schools/> (acedido a 7/06/2011)). Entre protestos populares e acusações de racismo por parte da oposição, as medidas anunciadas vão de encontro à política que vem sendo desenhada pelo governo de coligação que conta com a Liga do Norte, de extrema-direita, “abertamente contrária à imigração”, tendo inclusivamente criado pressão no sentido de levar à aprovação de uma lei que criminalize a entrada irregular no país. (in THOMAS, George. “Italy’s brewing anti-immigrant climate” CBN News (12 Jan 2010) Disponível em: <http://www.cbn.com/cbnnews/newsextra/2009/May/Italys-Brewing-Anti-Immigrant-Climate/> (acedido a 7/06/2011))

was able to go there and carry on so... but that dream was somehow... (...) Intercepted...” – “Joseph”

Ainda durante os primeiros anos que passou na Itália, “Kate” conta ter procurado formação. Ter-se-á dirigido à Grandi Scuole Cepu, uma escola particular, para conseguir um diploma atestando as suas competências e poder seguir o seu sonho de estudar Enfermagem. O ensino privado surgira como opção por não encontrar no público um horário compatível com o seu trabalho. As mensalidades, no entanto, fá-la-iam desistir da ideia.

“You try to study, you are not encouraged, you know? (...) Yes, you are not encouraged; you are not encouraged with the system. That’s one thing I’ve really seen is not too good. That’s it. Maybe later it will change... maybe but for what I’ve seen it’s not a good thing.” – “Kate”

Entretanto o plano de partir para o Canadá terá surgido de forma natural na vida do casal. A origem da ideia não é especificada nem por “Kate” nem por “Joseph”, no entanto, existe uma série de factores que parecem concorrer para a imagem idealizada que ambos têm daquele país. Visto como a terra das oportunidades pelos dois, seria o destino almejado por “Kate”, que sempre quisera viajar para um país anglófono, e para “Joseph” que saiu de África convencido que ia para a América.

“(...) I want to go there and see... I still want to go to... I still want to further my education. I cannot be a cleaning woman forever. I cannot work in the supermarket all my life. I cannot wash plates in the restaurant all my life. I want to do something at least something... better. So they will see when they grow up, the kids, you know? Is unfortunate that sometimes you have so many dreams but you need money to make it come true. Not having money is not very (...), you try to work very hard in different ways to see what will come up...”

Nascida em Ondo, Cristã e grande apreciadora da educação. “Kate” corresponde à descrição de um elemento da etnia Yoruba, uma das grandes comunidades nigerianas estabelecidas no Canadá e mais especificamente em Toronto.

“[Toronto] is a place I love so much, to study. (...) [I’ve heard] Good things. I know there are good parts and bad parts... I know it but I always wanted to go. When I was... (...) I wanted to go to United Kingdom before only I changed my mind.”

No pós-2ª Guerra Mundial, muitos imigrantes foram admitidos no Canadá. Na altura os europeus entravam como “imigrantes livres” enquanto os restantes eram circunscritos à categoria de “não-livres”. Uma das intenções era “prevenir pessoas de outra ascendência que não a europeia de vir a formar parte da ‘comunidade imaginada’ canadiana”⁴²²

Durante as duas primeiras décadas desde a independência a Nigéria afirmou-se como um “poder económico sub-regional”, muito graças às exportações de matérias – primas, nomeadamente o petróleo. Contudo, sob o controlo das corporações multinacionais, especialmente europeias e americanas, o país vê-se controlado por interesses exteriores. Nos anos 80, além da falta de resposta às necessidades da população, que começou a causar descontentamento generalizado, as baixas na produção petrolífera, os sucessivos “governos fracos e corruptos” e a adopção de um Programa de Ajustamento Estrutural que não fez mais do que piorar a situação sócio – económica já de si complicada, levariam muitos nigerianos, principalmente da classe média e trabalhadora a imigrar para os “países industrializados do Ocidente”⁴²³.

Numa primeira fase, logo a seguir à independência, em que o Canadá mantinha a sua política relativamente à “incompatibilidade” dos “negros” com a cultura que pretendiam para si, a maioria dos nigerianos que partia, em grande parte estudantes em busca de melhores oportunidades de formação para ajudarem na construção do seu recém -criado país e aí conquistarem melhores empregos, rumava essencialmente ao Reino Unido, devido à “afinidade colonial”, e regressavam, sendo recebidos com honras e prestígio. Desde meados dos anos 80 que as migrações se devem essencialmente a dificuldades económicas e à instabilidades política no país, ainda que muitos dos que migrem nesta fase façam parte da primeira vaga de migrantes. Os cortes públicos provocados pelo PAE abrangeram as áreas da Saúde, Educação e Alojamento, provocando inflação, escassez de comida e subidas de preços nos cuidados médicos e ensino. Como consequência, deu-se uma migração sem precedentes de Yorubas rumo ao Canadá, com especial incidência em Toronto.⁴²⁴

Apesar da própria comunidade nigeriana no país ser a primeira a apontar o dedo, quer aos cidadãos, quer ao Estado canadiano, acusando-os de racismo e segregação social, são as comunidades transnacionais que se apoiam entre si e vão criando condições para que outros

⁴²² in ADÉYANJÚ, Charles. “Hegemony and Transnational Practices of Nigerian Yorùbás in Toronto” in Ann Genova and Toyin Falola (eds.), *Yoruba Identity and Power Politics*, Rochester: University of Rochester Press, 2006 Disponível em: http://www.africamigration.com/archive_02/c_adeyanju.htm (acedido a 6/07/2011)

⁴²³ idem

⁴²⁴ idem

nigerianos se sintam “em casa”, ainda que tal atitude crie ainda mais barreiras entre a comunidade estrangeira e a nacional.⁴²⁵

Contrariando esta faceta menos conhecida de um povo que geralmente é tido como “dos mais afáveis e hospitaleiros”, algumas universidades canadianas, nomeadamente aquelas que têm relação directa com as suas congéneres britânicas, têm, ao contrário do que era hábito no Canadá até meados dos anos 90, promovido mostras noutros países, para recrutamento de jovens para as suas instituições de ensino privado. A Nigéria é um dos países visados por uma iniciativa que conta também com a participação de outras instituições que não as universitárias.⁴²⁶

Tais feiras, no entanto, apesar de abertas a toda a comunidade, são destinadas essencialmente a famílias com as devidas posses para garantir a viagem e permanência, com todos os custos implicados, dos alunos naquelas escolas, não se tratando de uma “oportunidade para aqueles que queiram tornar-se refugiados económicos ou políticos”.⁴²⁷

Enquanto jovem, “Kate” terá sido, muito provavelmente, uma daquelas que teve conhecimento de tais oportunidades na terra da abundância e não teve meios para as aproveitar. Talvez por isso, no seu subconsciente, o Canadá, e Toronto em especial, surjam como um local para onde “*sempre quis ir*”, logo a seguir ao Reino Unido. Já no caso de “Joseph” a motivação virá de um outros contextos.

“My dreams right now is to get fulfilled, to be fulfilled in my career and the vision, the vision God has given me. The vision is to be able to make disciples. So, for me to do that need that I have to be prepared because I believe that I’m not yet fully prepared so I want God to put me in that position where I can be fully prepared, where I can further my education, where I can learn some things I need to know and I will have the strength and the boldness to fulfillment. So that place I believe it is Canada.” – “Joseph”

“Joseph” sonha, neste momento, ser Pastor. Depois de ter tido uma educação cristã enquanto criança e de ter “contactado com Deus”, em 2002, altura em que terá começado a frequentar o grupo cristão da Igreja internacional, “Joseph” descobriu que a sua vocação não era o Direito, como antes pensava, mas sim a vida pastoral.

⁴²⁵ idem

⁴²⁶ in OWRAM, Doug. “The international student and the Canadian university: part 1” University Affairs (8 Mar 2010) Disponível em: <http://www.universityaffairs.ca/international-student-and-the-canadian-university.aspx> (acedido a 8/07/2011)

⁴²⁷ in FATUNDE, Tunde. “Nigeria: British universities scout for rich students” University World News (22 Jun 2008) Disponível em: www.universityworldnews.com/article.php?story=20080620090701726 (acedido a 8/07/2011)

“Why Canada... because that is where I see a lot of resources that I need because you have good pastoral schools in Canada, we have language advantage then we have a lot of support for this... (...) which I want to take so if I’m able to get us support then I’ll be able to expand in a lot of things and... but for me to do that I need to wait for God’s time, I no longer want to use my own time. So my own time is different from God’s timing but I want to be able to understand God’s timing so that I will walk well, I will walk in righteousness, so this is what I want to do.”

“Joseph” e “Kate” estão convencidos de que a entrada e permanência no Canadá é mais fácil do que noutros países, que obter estatuto de refugiado é também mais fácil e que não faltarão oportunidades para estudar e trabalhar num país sem discriminação. Tal tipo de afirmações é feito, essencialmente, por Igrejas de carácter internacional, como aquela que frequentavam, em apelos à formação pastoral na América do Norte, principalmente através das redes sociais. Tais apelos enunciam as facilidades concedidas aos estudantes nigerianos e, nalguns casos, incluem alertas acerca de problemas criados por skinheads a compatriotas seus noutros países normalmente atractivos para os mesmos.⁴²⁸ Verdade é que, já em 2008, o Ministério Canadiano da Cidadania e Imigração tornou efectiva uma lei que concede aos estudantes estrangeiros no Canadá uma autorização de trabalho válida por 3 anos.⁴²⁹

Convencidos por um dos aspectos ou pelo conjunto, a verdade é que o casal decidiu partir para o Canadá. O plano inicial era fazer o pedido oficial de visto mas, com o “baixo” salário de “Kate” e “Joseph” desempregado, concluíram que não conseguiriam obtê-los legalmente, pelo menos não no período de tempo que tencionavam permanecer na Itália. Conversando com amigos acerca da questão, alguém lhes terá dito que havia uma forma mais fácil de chegar ao Canadá: com documentação britânica.

“It was a passport but the passport was not ours, it was from somebody else then he took the passport and put our pictures then it become us but with the persons’ name.

(...) my passport need visa, my kind of is a passport that required a visa so means that I have to go to Canadian embassy and obtain a visa, so going to Canadian embassy you give me the

⁴²⁸ RCCG Holy Ghost Congress. “Canada” Disponível em:

<https://www.facebook.com/topic.php?uid=170642411171&topic=14764> (acedido a 7/06/2011); Christ Embassy Grays.

“Canada/United States Year 2011 New Student Visa Policy for Nigerian Youths (age 16-45)” Disponível em:

<https://www.facebook.com/topic.php?uid=170642411171&topic=14764> (acedido a 7/06/2011)

⁴²⁹ IKE, Chinazo. “Nigerian Students in Canada can be Granted work three years work permit” *Vanguard* (4 Dez 2008)

Disponível em: <http://allafrica.com/stories/20081204465.html> (acedido a 7/06/2011)

requirement, so the requirement means that I'm not qualified because I have no job so... because so certain things was missing so automatically... (...) I will not pass... So that was the case. So it would have been for us to get requirement but it will only take some time but we wanted to move at the point so... That was how it all happened... They give us the passport and we checked all the possibilities and at that time the ticket was very high but the available ticket that was good was in Portugal then we go buy and we wanted to take trough Portugal and they finded that the passport was not good so... (...)"

Assim foram detidos na escala em Portugal e ficariam a aguardar desenvolvimentos na UHSA, com a filha. Para “Kate” uma situação sem qualquer sentido uma vez que, diz: “não fui a única a fazê-lo”. Mais do que isso revolta-a o facto de estar presa sem ter “cometido nenhum crime”.

“Why, why are they sending people here everyday? Everyday people are here... It's wrong... (...) It is a prison, you know? You can't go out, you can't go, you can't walk, even in the copa you can't walk around, do you know? It's bad. This is bad... The first two nights I was crying 'What did I do?' If the Government is sensible they will not call this a crime because you are trying to go to somewhere else. If the person that has given me the false documents is not having problem giving me what is the Government's problem he said you have fake documents? (...) For instance I was going to Toronto like this (pega num papel que finge ser o seu passaporte) with British passport. The Porto immigration should allow me to go and face the Canadian authorities, they have no right to hold me here. They should allow me to pass, then when I get to Canada those are supposed to deal with me because I'm going to their country. (...) I don't think it's good. One that would come here with a problem it would be... psychological problem will get too worse before they go out with no conditions... The doctors said I should not think, I should always stay calm, I came tonight I was crying, I didn't know what to do, I was frustrated inside and outside... I was crying, I was shouting, crying... This baby was crying. (...) The criminals, they should look for criminals and the people that murder people... (...) Yeah, they kill us, they want to steal, the ones that commit all sort of crime they should go for them not travelers. I beg... no this no, this no Law... No, this is no Law, is punishment. It's not Law, it's not a law. It's not a Law!” – “Kate”

Ainda mais irritada deixa-a o facto de ter a filha exposta a tal situação.

“(silêncio) You see me, I’m not happy... you see a little child like this and everybody carry her... is no good. She is still very little, you know? And she can’t contact anything at this age... (...) She learned this character here. (...) Shouting, she does not shout before now she has learned how to shout here and I think she knows we are in a prison because she’ll get off of the bed and sometimes she will cry, she wants to get out... (...) Because she knows that she’s not free, she knows that something is going on but she’s a baby, she cannot speak and this makes me feel more bad again, you understand? (...) For this I have always anger inside of me, you know? (...) I’m tired (...) She is strong, you know, she’s healthy, if she was not healthy she would contact everything here... I tell you... (...) I want to live my life well... It’s enough to live well. I want to live well for me and I want to live well for she (a filha), this one (aponta a barriga)... and my family.”

É pela família que “Kate” continua a pensar no Canadá. Agora que sabe que terá que voltar à Itália, pensa ter o filho e depois arranjar forma de conseguir um visto. De momento está de licença de maternidade uma vez que o seu trabalho como empregada doméstica implica muito esforço físico e o médico tê-la-á aconselhado a ficar em casa. “Joseph” continuará à procura de trabalho e depois: visto de estudante.

“So it was... this time again the dream was still burning inside. We said ‘ok, let’s move again’ so it was how we’re intercepted here in Portugal so right now I don’t have option than to wait upon God for the right time because we were fortunate that we have documents so the next thing to be able to get all the requirement and be able to go legally and when we get there we can ask them for... the... right to school (...) There is a kind of a right in Canada when you’re schooling you can ask for a law to school to just for further education, (...) so we do just that kind of plans that we’ll be able to put further education. So right now if you want to obtain a student visa you need to have some money with you which now I don’t have at the moment. (...)” – “Joseph”

Apesar de todas as contrariedades, quando pergunto a qualquer dos dois se é feliz, nenhum hesita um segundo em dizer que sim, ainda que “Joseph” o faça sem aparentar grande convicção e que “Kate” se apresse a acrescentar: “aqui não!”. Neste momento, e com os filhos, são a família um do outro, sendo que só “Kate” fala numa amiga como possível apoio em Itália. “Joseph” menciona o grupo da Igreja mas quando lhe pergunto se em Itália “estão por sua conta”, com um olhar triste, diz-me que sim.

Sobre arrependimentos, “Kate” diz-me que a única coisa de que se arrepende foi de ter ficado “*tempo demais na Europa*” e não ter aproveitado para estudar, mas diz acreditar ainda ser possível aproveitar o tempo perdido. Sobre a Itália diz não se lembrar daquilo que mais gosta, refere estar “*cansada deles*”, de ter que “*trabalhar muito e receber pouco*” e de se sentir discriminada, ainda que afirme já ter aprendido a defender-se.

“I don’t say is the worst because I’m used to it. (risos) Now I can defend myself if someone talk to me. If you’re an Italian... (...) you talk to me, I talk to you, you respect me, I respect you. (...) I don’t keep quiet. (...) Thank God because when I was little the big defect I have I don’t miss... reacting. They offense me, instead I would cry. I found about... I was so bored and greed you know. And this makes me feel well when you talk to me I back at you and I’m very ok. (risos) Yes... (risos)” – “Kate”

Relativamente a regressar ao país de origem, “Kate” é coerente com aquela que é posição da maioria dos nigerianos imigrados⁴³⁰: pretende voltar quando tiver conseguido “*alcançar alguma coisa na América*” e trabalhar com um “*bom certificado*”. Com um brilho nos olhos “Kate” acrescenta ser este o seu “*sonho*”, bem como apresentar a terra onde nasceu aos seus filhos.

Já “Joseph” afirma não ter qualquer arrependimento visto não ter sido aquilo que lhe aconteceu da sua “*responsabilidade*”. Quer que os seus filhos saibam tudo o que se passou com ele e “*adoraria*” ser ele a “*contar-lhes a história toda*”. Voltar ao Sudão é, mais do que um sonho, uma força que o move, ainda que por agora considere não ter condições para voltar ao seu país, com o qual não tem contacto desde que fugiu.

“I did not have any regret because I did not cause anything. I didn’t have anything... (...) I didn’t want it, I didn’t desired it... (...) All I needed to do was to hold my responsibility so that is what I try to do, to make sure that I’m able to live and fulfillment. Maybe one day God will show favor to me and I will be able to see my family once again and I’ll be able to live a good and better life than this. I know God can do it.” – “Joseph”

De facto, mesmo com o Acordo de Paz que colocou termo à guerra civil, em 2005, os conflitos armados não terminaram, no Sudão. Já em 1972, altura em Nimeiri concedeu

⁴³⁰ in “*Hegemony and Transnational Practices of Nigerian Yorùbás in Toronto*”

autonomia á região Sul, duas tentativas de golpe de Estado foram iniciadas pelas regiões do Darfur e de Kordofan, que queriam para si os mesmos privilégios concedidos ao Sul.⁴³¹

Em 2003, no Darfur, região “rica em reservas petrolíferas inexploradas”, o acesso à terra num contexto de desertificação constituiria a base de um “conflito entre tribos nómadas africanas, por um lado, e muçulmanas, o outro”. “Abandonado pelo poder central” e sujeito a “secas sucessivas que provocaram deslocações de população”, o Darfur começou a ser palco de uma cada vez mais “amarga” competição entre cultivadores e criadores de gado pelo acesso à terra e aos recursos naturais.⁴³² Dois movimentos rebeldes, o Exército de Libertação do Sudão e o Movimento pela Justiça e Igualdade, iniciaram uma rebelião que o governo tentaria abafar, fornecendo armas e apoio a tribos rivais e milícias locais que ficariam conhecidas como Janjaweed, muitas vezes contando com a ajuda directa do Exército sudanês. O número de vítimas entre mortos e deslocados, ascenderia às centenas de milhar e no ano seguinte a comunidade internacional começaria a falar de genocídio. Cessares - fogo foram estabelecidos e violados.⁴³³ Entretanto, o conflito estendeu-se ao vizinho Chade, apoiante da rebelião sudanesa, em parte por “solidariedade étnica”, enquanto o Sudão fazia o mesmo relativamente à rebelião chadiana.⁴³⁴

Desde 2004 que uma força de imposição de paz, a MINUAD, composta pela ONU e a União Africana, procura efectivar as resoluções de paz entretanto estabelecidas, até agora sem sucesso duradouro. Em 2009, depois de um mandato de captura ao presidente Bashir, anunciado pelo Tribunal Penal Internacional, por crimes contra a humanidade e crimes de guerra, várias ONG's foram expulsas do país, pondo em causa o apoio humanitário na região. As conversações acerca do futuro da região continuam.⁴³⁵

Entretanto, a 15 de Janeiro de 2011, 98.83% da população do Sul do Sudão votou a favor da secessão no referendo já agendado desde 2005. O governo sudanês aceitou o resultado e a data para o anúncio do nascimento do novo país foi marcada para 9 de Julho do mesmo ano,⁴³⁶ sendo esperado que a ONU não tarde a aprová-lo como membro número 193.⁴³⁷

⁴³¹ in “*Republic of the Sudan Profile*”

⁴³² in BONIFACE, Pascal e VÉDRINE, Hubert. *Atlas das Crises e dos Conflitos*. Plátano Editora: Lisboa, 2010, p.71

⁴³³ in “*Republic of the Sudan Profile*”

⁴³⁴ in “*Atlas das crises e dos conflitos*”, p.73

⁴³⁵ in “*Republic of the Sudan Profile*”

⁴³⁶ idem

⁴³⁷ in “*South Sudan Could Join UN Shortly after independence*” VOA News (6 Jul 2011) Disponível em: www.voanews.com/.../South-Sudan-Could-Join-UN-Shortly-After-Independence-125066164.html (acedido a 7/07/2011)

Apesar da alegria e expectativas que provoca nos novos cidadãos sul-sudaneses,⁴³⁸ a verdade é que muitas arestas ainda estão por limar relativamente às questões que ao Sudão dizem respeito: Abyei, cidade fronteiriça rica em petróleo entre Norte e Sul do Sudão, cuja pertença ao novo país deveria ter sido também decidida em referendo, permanece ainda sem destino definido⁴³⁹ e os recentes confrontos na cidade já reclamaram centenas de vidas;⁴⁴⁰ a situação das regiões do Nilo Azul e de Kordofan do Sul permanecem também por resolver;⁴⁴¹ o facto de o governo sudanês ter pedido o abandono da ONU do território aquando da secessão é também uma questão que está a criar preocupações⁴⁴² e a não permitir que o Sul do Sudão possa ser ainda considerado um lugar seguro para viver.

“[Going back to Sudan] Not now, not now because in Sudan, I founded out, there are a lot of things I see that is not stable yet so I want the situation whereby if I’m going back I will be able to do a lot of things. If I’m able to build a hospital, able to build a school, if I’m able to do something tangible, that is when I’m ready to go there. Not because now like... I’m just struggling for life.”

A alguns meses de verem nascer o segundo filho, “Kate” e “Joseph” partem para Itália com uma certeza: a de que não baixarão os braços e, mais cedo ou mais tarde, chegarão ao Canadá e terão a vida que sempre sonharam. Já lutaram demais para agora desistir, e é precisamente isso que a vida lhes tem ensinado: a “lutar por ela”...

“They might come if they want but I would not tell people to come to Europe that is good. They can come if they want but I would not go to anyone to say ‘Europe si a very good place to live, come’. No... If they want to come I... If they choose to come, ok but I would not go to anyone to say come to Europe, Europe is... (...) I would not tell anybody. Even in Africa I would not say it to anyone because it’s really difficult, you know. It’s difficult, very, very difficult. (...) Maybe, maybe America, who knows...” – “Kate”

⁴³⁸ in MARTELL, Peter. “Sporting Dreams for World’s Newest Nation” AFP (7 Jul 2011) Disponível em: <http://www.modernghana.com/news/338306/1/sporting-dreams-for-worlds-newest-nation.html> (acedido a 7/07/2011)

⁴³⁹ in “Republic of the Sudan Profile”

⁴⁴⁰ in STEIN, Ginny. “Southern Sudan on shaky road to separation” ABC News (6 Jul 2011) Disponível em: <http://www.abc.net.au/worldtoday/content/2011/s3262423.htm> (acedido a 7/07/2011)

⁴⁴¹ in “Republic of the Sudan Profile”

⁴⁴² in “Southern Sudan on shaky road to separation”

No dia 11 de Maio, “Joseph”, “Kate” e a filha de ambos foram restituídos ao país de acolhimento, a Itália. Com eles levaram todos os seus sonhos, os quais esperam que os levem ainda muito longe, quem sabe um dia de regresso aos seus pontos de partida onde ambos esperam poder fazer alguma diferença.

“I want to say that in life in all things we need to be patient, we need always to be good to others, we need always to appreciate one another, to love one another because love is a fulfillment of everything so I believe that those that have been going through the same experience with me that they don’t have to worry, that they just have to keep calm and believe in God. That He’s the rewarder of those that are seeking. That one day they will see the meaning of everything that is going through... that they’re going through at the moment in their life (...) there’s a purpose for all things. For me to be alive, there you know there is a purpose and so I have to achieve that purpose to be fulfilled. So that is it.” – “Joseph”

ANÁLISE DO CONTEXTO JURÍDICO/MIGRATÓRIO

NIGÉRIA

A Nigéria é um importante país de destino para muitos migrantes da África Ocidental sendo que a maioria dos que aí aportam são provenientes dos países vizinhos do ECOWAS (Economic Community of West African States), principalmente Benim, Gana e Mali. Por outro lado, a Nigéria é também país de destino para muitos profissionais especializados que têm como ponto de partida a Europa: administradores, engenheiros, físicos e matemáticos fazem parte do rol de europeus que se instalam naquele país para trabalhar.⁴⁴³

Contudo, há mais pessoas a emigrar da do que a imigrar para a Nigéria, sendo que a maioria dos nigerianos a viver no estrangeiro se encontram no Sudão (24%), EUA (14%), Reino Unido (9%) e também nos Camarões (8%). A “propensão para emigrar é particularmente alta entre aqueles que têm uma formação mais avançada”, sendo que grande parte da população nigeriana no estrangeiro tem altas qualificações, nomeadamente em países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, onde trabalham predominantemente nos sectores da Saúde, Imobiliário e Comércio grossista. Muitos

⁴⁴³ International Organization for Migration. *Migration in Nigeria: a country profile 2009*. IOM: Suíça, 2009 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/Nigeria_Profile_2009.pdf (acedido a 2/05/2011), p.15

nigerianos emigram também, e cada vez mais, para estudar no estrangeiro, nomeadamente em universidades norte-americanas.⁴⁴⁴

EUA, Reino Unido, Itália, Canadá, Espanha e França são os países de onde provêm a maioria das remessas de dinheiro enviadas por nigerianos. O retorno é cada vez menos recorrente. Aparentemente contraditório é o facto de na Nigéria haver uma grande procura, por parte do mercado de trabalho, de profissionais altamente especializados e o número de nigerianos com formação superior estar em declínio, especialmente nas áreas onde a procura é maior. Aparentemente, a justificação será a falta de recursos humanos e materiais das universidades, exacerbada pela emigração de estudantes com boas condições para ajudar, pelo menos em parte, a suprir estas carências. A pressão demográfica será provavelmente um elemento perpetuador desta tendência.⁴⁴⁵

Entretanto, depois de um pico em 2002, o número de refugiados nigerianos decresceu em 2006 mantendo-se, no entanto, com valores bastante elevados. Os países da OCDE eram, em 2008, os maiores receptores de refugiados nigerianos, com o Canadá seguido do Reino Unido, Itália, Alemanha e EUA a liderar a tabela. Em sentido oposto, o número de requerentes de asilo tem crescido especialmente entre os países europeus, dos quais se destacam a Itália, a Suíça e a Irlanda, nas primeiras posições.⁴⁴⁶

A legislação relativa à migração na Nigéria continua a ser baseada na Lei de imigração 171, de 1990.⁴⁴⁷ Um rascunho de uma nova lei foi já desenhado mas, pelo menos desde 2008, continua à espera de ratificação da Assembleia Nacional. Entretanto, vários ministérios e agências relacionados com questões relacionadas com as migrações funcionam em total independência de esforços e sem qualquer coordenação, levando a “incoerências em termos de planeamento de estratégias.”⁴⁴⁸

Durante muito tempo o governo terá mantido uma atitude de “*laissez-faire*” relativamente às migrações, apesar de ser signatário de várias convenções internacionais sobre assuntos relacionados. O crescente volume dos valores da emigração, particularmente de jovens qualificados; o desespero que, cada vez mais, leva os emigrantes a optar por vias gradualmente mais perigosas e o crescimento das redes de tráfico humano, levariam o governo a solicitar, em 2005, o apoio da OIM para o desenvolvimento de uma lei nacional de migração. Em 2007 o documento foi enviado ao Conselho Executivo Federal para ser

⁴⁴⁴ idem, pp.15-16

⁴⁴⁵ idem, pp.16-18

⁴⁴⁶ idem, p. 52

⁴⁴⁷ CHAMBERS, Brooke. “Guidelines no Nigerian Immigration Laws and Practices” (13 Out 2009) Disponível em: <http://www.hg.org/article.asp?id=7344> (acedido a 15/07/2011)

⁴⁴⁸ in “Migration in Nigeria: a country profile 2009”, p.18

aprovado mas uma mudança no governo e uma “vaga por preencher no ministério que iniciara o processo” deixou-o, até hoje, em espera.⁴⁴⁹

ITÁLIA

A Itália constitui, juntamente com a Espanha, um dos destinos mais importantes para os “novos migrantes” que procuram a Europa.⁴⁵⁰ O primeiro sinal de que os imigrantes estavam a ser cada vez mais procurados para a realização de trabalhos pouco qualificados no país traduziu-se na “Lei Martelli”, de 1990. Com esta Lei, o então Primeiro Ministro Claudio Martelli pretendia colocar em prática uma “legislação tolerante”,⁴⁵¹ garantia de um estatuto aos imigrantes já presentes no país.⁴⁵²

Na altura, o número de estrangeiros regularizados em Itália não ultrapassava o meio milhão.⁴⁵³ A nova lei criava um estatuto mais flexível de trabalhador temporário ou sazonal que tinha por objectivo “fazer crescer a transparência no emprego de imigrantes e responder às exigências efectivas das actividades temporárias.” Nessa altura, mais de um terço dos residentes estrangeiros (regularizados pelos processos extraordinários dos dois biénios anteriores) provinham da África do Norte e Subsariana, seguidos dos asiáticos e de cidadãos de países europeus não comunitários. Estes haviam chegado em resposta a uma demanda de mão-de-obra para o sector dos serviços. O trabalho não declarado de imigrantes, na sua maioria, indocumentados, ganhou nesta altura um grande peso em actividades sazonais como a agricultura e a pequena indústria, principalmente no centro e sul da península. Construção, pesca, venda ambulante, restauração e serviços domésticos, descartados pelos trabalhadores nacionais, preenchem a lista das actividades mais desempenhadas por migrantes.⁴⁵⁴

Hoje em dia, o número de migrantes da África Ocidental em Itália é reduzido quando comparado ao número de albaneses ou romenos registados nas recentes regularizações extraordinárias. Ainda assim, e excluindo os que se encontram em situação irregular, estes

⁴⁴⁹ idem, p. 69-70

⁴⁵⁰ in HAAS, Hein de. “*La migración irregular del África Occidental hacia el Magreb y la Unión Europea: panorama general de las tendencias recientes*”. Serie de Estudios de la OIM sobre la Migración. OIM: Suíça, 2008 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/MRS-32_SP.pdf (acedido a 2/05/2011), p.29

⁴⁵¹ in International Organization for Migration. “*Laws for Legal Immigration in the 27 EU Member States*”. International Migration Law Nº 16. OIM: Suíça, 2009 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/IML_15_EN.pdf (acedido a 2/05/2011), p.338

⁴⁵² in RAMOS, Maria da Conceição Pereira. “*L’immigration clandestine: élément structurel du phénomène migratoire et donnée permanente du système d’emploi des pays européens* » Faculdade de Economia da Universidade do Porto in Communication à la conférence de l’Association Européenne des Economistes du Travail. Madrid, 1991, p.9

⁴⁵³ in “*Laws for Legal Immigration in the 27 EU Member States*”, p.338

⁴⁵⁴ in “*L’immigration clandestine: élément structurel du phénomène migratoire et donnée permanente du système d’emploi des pays européens* », p.9

conseguem ultrapassar o número daqueles que se encontram em Espanha, por exemplo. A diferença essencial está no número de residentes legais.⁴⁵⁵

Os trabalhadores temporários representam uma importante fatia da comunidade imigrante presente na Itália. A maioria dedica-se à agricultura nas regiões mais a sul. Apesar disso, não existem, pelo menos oficialmente, quaisquer disposições legais acerca de residência temporária no país. Relativamente aos estrangeiros que residam no país há pelo menos seis anos, estando “na posse de uma autorização de residência que lhes permita um número ilimitado de renovações (excepto estudantes e trabalhadores sazonais)”, podem candidatar-se a um Cartão de Residente, desde que possam provar a posse dos meios de subsistência exigidos por lei.⁴⁵⁶

A maioria dos imigrantes baseia a sua autorização de residência em Itália numa autorização de trabalho, no entanto, cerca de um terço fazem-no com base na reunificação familiar. A definição, recentemente alargada, acerca dos princípios que gerem a reunificação, mais abrangentes até que os previstos nas directivas europeias a esse respeito, será responsável por este facto.⁴⁵⁷ A presença notável de menores estrangeiros em Itália será também, provavelmente, resultado desta política.⁴⁵⁸

Em 2002, a Lei “Bossi-Fini” foi aprovada, consagrando um conjunto de medidas restritivas que afectam as condições para obtenção de autorizações de trabalho e para efeitos de reunificação familiar, os procedimentos de recurso de decisões de recusa de entrada e deportação, e aumentam o período máximo de detenção para imigrantes em situação irregular.⁴⁵⁹ O período de espera pelo repatriamento passa então a ser de 60 dias (antes o previsto eram 30 dias), sendo que, em caso de reincidência, o encarceramento pode prolongar-se por um período de 6 meses a um ano, agravando-se a pena de 1 a 4 anos, caso a mesma pessoa reincida uma terceira vez. Em 2009, foi adoptada uma lei que tipifica a imigração irregular como crime, incorrendo os estrangeiros que se encontrem em Itália em tal situação, não só em pena de expulsão, como no pagamento de multas que podem ascender aos 10 mil euros.⁴⁶⁰

Até agora, as políticas consagradas pela EU têm tido dificuldades em penetrar no contexto legal italiano, sendo que aquelas que são aplicadas são-no com muito atraso, do

⁴⁵⁵ in “*La migración irregular del África Occidental hacia el Magreb y la Unión Europea: panorama general de las tendencias recientes*”, p.41

⁴⁵⁶ in “*Laws for Legal Immigration in the 27 EU Member States*”, pp.338;342

⁴⁵⁷ idem, pp.338;347

⁴⁵⁸ idem, p.338

⁴⁵⁹ idem, ibidem

⁴⁶⁰ in “*Muros que nos separam: detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares na EU.*” Colecção Acompanhar, Servir, Defender. Serviço Jesuíta para os Refugiados – Portugal e Paulinas Editora, 2010, p.193

ponto de vista comunitário.⁴⁶¹ Em 2009, um conjunto de cerca de 650 imigrantes fugiu do centro de detenção – eufemisticamente designados como “centros administrativos” – da ilha de Lampedusa, como forma de protesto contra as “precárias condições de higiene e de sobrelotação” do referido centro.⁴⁶²

Face à recente vaga de imigração proveniente do Norte de África, provocada pelos acontecimentos que marcaram e continuam a definir a Primavera Árabe, e para fazer face ao crescente número de refugiados a aportar em Itália, Silvio Berlusconi, Primeiro – ministro italiano, concedeu vistos temporários a cerca de 20 mil dos recém-chegados⁴⁶³ e em alguns casos até bilhetes de comboio para que os cidadãos pudessem sair do país e circular (livremente) pela Europa signatária do Acordo Schengen.⁴⁶⁴ Tal medida, assaz polémica, causaria divergências entre Roma e alguns países europeus especialmente afectados pela mesma, nomeadamente a França, que chegou a decretar o encerramento da sua fronteira com a Itália e a Alemanha. Em resposta às propostas de reforma apresentadas em conjunto por Itália e França e aprovadas pela Alemanha, a Comissão Europeia está prestes a concluir uma proposta para alterar o Tratado de Schengen. As alterações prevêem a possibilidade de um país membro encerrar unilateralmente as suas fronteiras, durante um máximo de cinco dias, “mas apenas em casos de emergência”. Para manter as fronteiras fechadas, durante um período máximo de seis meses, o país em causa deverá comunicar a sua intenção à Comissão, que submeterá o pedido à votação dos restantes países signatários.⁴⁶⁵

⁴⁶¹ in “*Laws for Legal Immigration in the 27 EU Member States*”, p.347

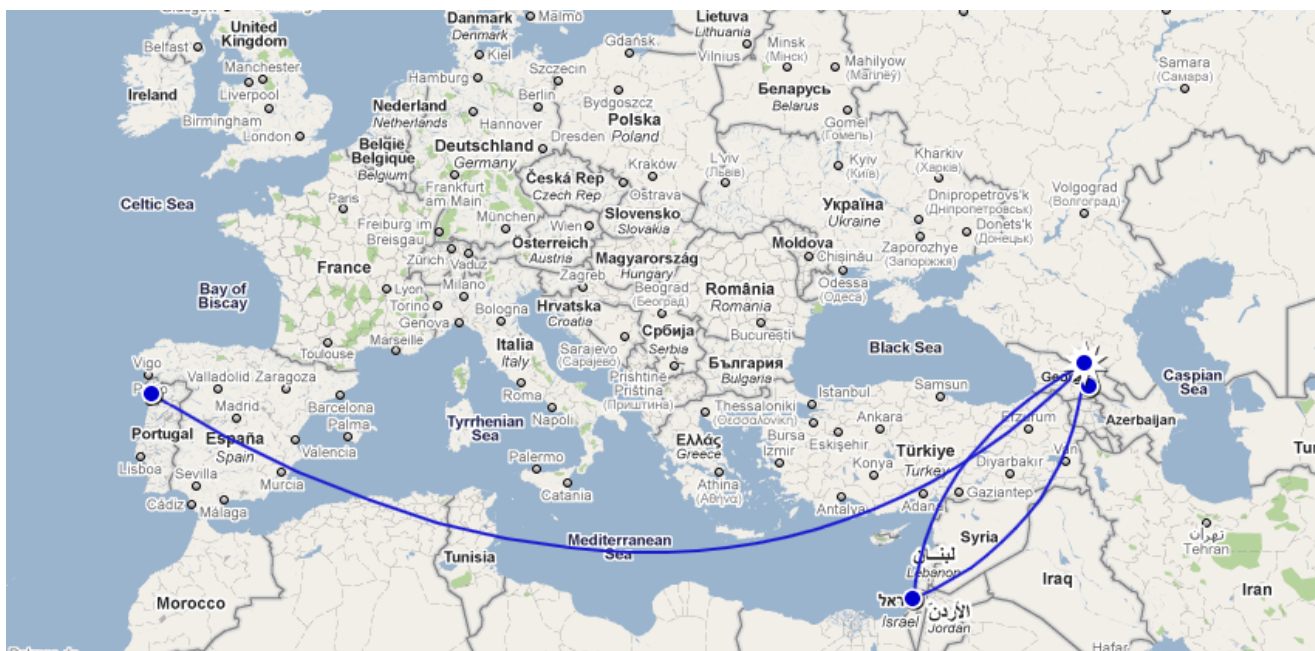
⁴⁶² in “*Muros que nos separam: detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares na EU.*”, p.193

⁴⁶³ in “*França, Itália e Alemanha ameaçam o Acordo de Schengen*” *The Week* (30 Abr 2011) Disponível em: <http://www.beinternacional.eu/pt/the-week/1640-franca-italia-e-alemanha-ameacam-o-acordo-de-schengen> (acedido a 7/09/2011)

⁴⁶⁴ in “*França e Itália defendem revisão do Tratado de Schengen*” Euronews (26 Abr 2011) Disponível em: <http://pt.euronews.net/2011/04/26/franca-e-italia-defendem-revisao-do-tratado-de-schengen/> (acedido a 7/09/2011)

⁴⁶⁵ in “*Schengen: países não poderão fechar fronteiras unilateralmente*” Diário de Notícias (6 Set 2011) Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1978055&seccao=Europa (acedido a 7/09/2011)

Um Futuro



“George” nasceu em 1973 na província de Kazbek, no Norte da Geórgia. Aí completou o ensino secundário e, aos 17 anos, partiu para Tbilissi, a capital do país, onde se formaria em Medicina Veterinária.

“(...) eu quando acabou instituto (...) muito conflitos e terra meu país muito má situação, muito problemas, pessoas não tem trabalho, não tem dinheiro, muito problemas... Tem momento um mês, dois mês não tem luz, não tem gás, não tem nada... problemas.”

Terminado o curso, “George” não encontrou trabalho. A situação de guerra “pós-independência” no país definiria o seu regresso a casa dos pais onde ajudaria no trabalho agrícola. Entretanto casou com alguém que conhecera durante os anos de curso em Tbilissi. A esposa, também formada em Educação de Infância, acompanharia “George” no regresso a Kazbek onde morariam durante cerca de dois anos, período durante o qual nasceria o primeiro filho do casal.

“Mais ou menos 97 anos, 98... 97 años já trabalhar, já trabalhar aqui, arranjou trabalho aqui (Tbilissi). Não es o meu profissão, outro trabalho. Este outro trabalho e trabalhar aqui... Filhos também aqui e depois é preciso escola... (...) E aqui (Kazbek) escola não muito bem, estudar capital Geórgia também precisa casa.”

Em 1997 mudam-se para os arredores de Tbilissi onde “George” encontrou trabalho na construção civil. Foi o seu pai que lhes ofereceu a casa. A segunda filha nasceria já na capital, bem como o terceiro rebento do casal. Seria a mãe a ficar em casa com as crianças.

“Eu primeiro trabalhar para trolha, depois este momento eu, depois este momento trabalhar p’a tropa. (...) porque eu quando estudar p’ó instituto, eu curso aqui...de.... arme. Um curso de arme. Este também estudar, compreende? (...) Esta... Com esta diploma eu, ou eu quero, quero este momento posso trabalhar p’a (...) tropa. E há esta de primeiro aqui trabalhar pa trolha, obras e depois eu, um amigo disse mais paga mais bem pa tropa. Este momento Russa e outro, conhece Tchetchhnya, conhece?”

Entretanto, em 2000, “George” decidiu alistar-se no exército e partiu para a fronteira com a Chechénia, então em conflito com a Rússia. Durante dois anos trabalharia como militar.

“Este momento tem férias, vou por casa, aqui (Tbilissi) e liga irmão. Mais ou menos 2 meses eu não lê, não tem, não liga para ele e vem aqui férias e liga como quem assim, assim... Porque não vem aqui já 8 años, anda cá, vá, assim, assim, esta situação... Ele disse-me vens aqui, para mi, para Israel.”

Em 2002, com o serviço fronteiriço numa fase intermitente, um dos irmãos chamá-lo-ia a juntar-se-lhe em Israel. Em Telavive “George” trabalharia numa fábrica de objectos de plástico enquanto a mulher, que o acompanhou, trabalhava como governanta.

“Lá ganhar bem dinheiro. Ganhar pa Israel bem a trabalhar, lá também arranjar muito amigos judi para ajudar também, assim, assim, assim, assim... Eu estou lá mas depois lá não posso fazer contracto, no nada... Este, no há esta coisa, como por exemplo no aqui com contracto. Lá no posso trabalhar, vou para o policio, trabalhar, fora. E parar assim, depois de quatro años e... (...) Sim. A deportação...”

Sem contracto e sem documentação, em 2007, “George” seria detido e deportado. Mais uma vez, a mulher acompanhá-lo-ia de regresso a Tbilissi. Quando chegaram encontraram uma Geórgia diferente da que conheciam.

“Quando vem de Israel eu, aqui, p’ra mim Geórgia outra terra, como outra terra, 4 años... Quem eu conhece, esta pessoas eu pensava ajudar um trabalho... já outra presidente, outra. Eu quando embora pa Israel a Geórgia não tem situação bom. Este momento quando eu embora (...) Já está revolutzi. Esta revolução chama revolutzia de rosa. Outra presidente vem. Eu quatro anos a trabalhar esta situação vem, é outra coisa p’ra Geórgia. Outras coisa... Todos pa... E também muito difícil arranjar trabalho. Arranja trabalho, arranjar, sem arranjar trabalho... Este momento meu filhos já estudar todos esta escola onde estuda, escola muito boa e paga esta escola, liceu, compreende, liceu? Só escola paga mais ou menos 120 dólar amerikanski (...)”

Durante mais dois meses, “George” voltaria ao trabalho na construção civil, contudo, os baixos rendimentos e as necessidades de uma família de cinco elementos, levá-lo-iam a partir mais uma vez, desta feita rumo a Portugal.

“Trabalhar muito mais ou menos 12 horas na parte trolha paga por mês 250 euros, é mais ou menos assim. E outra vez eu pensar eu tem que ir para Europa. Pa Europa no tem amigos nem primos... Um primo tem pa Portugal.”

“George” entraria em Portugal com um visto de turista adquirido de forma ilícita. Moraria com o primo durante cerca de um mês ao fim do qual este rumaria a França deixando “George” sozinho, na sua casa, em Famalicão. Começara a trabalhar numa estufa, nos arredores, mas sem contracto. A esposa chegaria em 2008 juntando-se-lhe no trabalho na estufa, durante algum tempo, e, mais tarde, conseguindo um emprego num café, também em Famalicão.

“Depois já passa um anos atrás, meu patrão contracto. Vou fazer contracto sempre ele paga, sempre direito, social, segurança tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo paga. Eu este documentos meu passei pa centro Lisboa. Documentos com internet como fazer tudo imigrantes também... (...) esta documentos. (...) antes um mês, dois meses eu embora pa SEF de Braga e de Porto também. Disse, sem contracto não fazer aqui legalização, nada. Neste momento eu não tem

contracto quando eu embora pa SEF. E depois eu arranja, este já trabalhar com contracto e envia estes documentos tudo estes documentos pa SEF e esperar, esperar, esperar e meu patrão disse ‘porque não fazer SEF de parte legalização de Portugal? Vamos, eu fala, pa SEF vamos comigo.’ Patrão disse, Braga, vamos embora, dois com patrão embora pa Braga. SEF disse ‘anda cá, pa fora’. Isso meu histori... “

A 10 de Maio de 2011 o patrão de “George” decidiu acompanhá-lo ao SEF para proceder à regularização da sua situação. Com um contracto de trabalho já estabelecido, ambos pensaram que a situação estaria pronta a ser resolvida, contudo, ao invés da legalização “George” obteve uma detenção.

No mesmo dia deu entrada na UHSA.

ANÁLISE DA ENTREVISTA E CONTEXTO HISTÓRICO

“ (...) Meu pai morar sempre aqui, sempre aqui. (...) Meu pai, meu pai tem aqui (sul da Rússia) terra da Russo, antes. Tem grande, grande, grande terras, mais ou menos 4 mil hectar. (...) Na Rússia. E tem... E tem, como se chama... Carnes, sabes que carnes? Este tem 5 mil carnes, aqui. (...) Esta antes, depois esto quando Geórgia, Ucraina, Rússia tudo junto antes. Depois este 90 anos tudo... [separado] (...) Este mandou, este momento mandou comunistas. E Rússia diz ‘oupa’, Rússia fica aqui, Geórgia aqui... Meu pai perdeu esta terra e tudo... tudo... Só aqui... não tem casa aqui pa Rússia, só tem, como disse... Como quintal, tem recados, menos aqui de trinta empregados, sempre aqui, p’ra lá, p’ra cá, p’ra lá, p’ra cá... Casa sempre tem aqui (Kazbek).”

Quando, em 1973, “George” nasceu, a Geórgia era ainda uma das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Kazbek, a terra em que nasceu, fica precisamente na fronteira com a actual Rússia, pertencente à região de Mtskheta-Mtianeti que faz fronteira, a Norte, com a Chechénia e a Noroeste e Este com as Ossétias do Norte e do Sul, respectivamente. Todavia, “George” parece nem sequer se aperceber das implicações que o desenrolar da vida política do seu país, e em particular dos locais onde viveu, teve no seu próprio percurso.

De porte militar e sorriso fácil, “George” é uma contradição em forma de pessoa. O sotaque de Leste, que não consegue disfarçar, ajuda a completar o ar bonacheirão. “George” parece uma criança no corpo de um adulto. Bem-humorado e aparentemente desinteressado

relativamente a tudo o que se passa à sua volta, esconde, na verdade, uma constante preocupação relativamente à sua família.

É o mais novo de quatro irmãos, filho de agricultores. Oriundo de um meio familiar humilde, para quem o trabalho da terra é a forma de sustento desde há várias gerações, “George” aprendeu a valorizar a família como base e a educação como estrutura de crescimento. Após o desmoronar da União Soviética o pai perdeu todos os terrenos que possuía naquele que se transformou no outro lado da fronteira. No entanto, e mesmo sem nunca ter estudado, soube ser suficientemente perseverante para garantir a continuidade do meio de sustento dos seus e a formação dos seus quatro filhos. O mais velho formou-se em Mecânica, o segundo em Electrónica, o terceiro em Artes, tendo-se especializado em Escultura.

“George”, depois de terminar o ensino secundário em Kazbek, seguiu o caminho já percorrido pelos irmãos e, aos 17 anos, foi estudar para Tbilissi, para a Universidade Ivane Javakhishvili, “a mais antiga e única universidade clássica da Geórgia”.⁴⁶⁶

“Quando acabou escola 16 años. 16 anos... Não, quando acabou, 16 Julho, já 17 anos. 17 anos. Depois p’ó instituto, aqui Tbilissi. Instituto estudar p’ró instituto, estudar... (...) No, no... Médico de... daquele que see cows e... Veterinário! (...)”

Em 1990, quando “George” chegou a Tbilissi para estudar Veterinária, algo que sempre quis, talvez pela ligação à terra que sempre teve em Kazbek, o Sistema de Ensino Georgiano encontrava-se em plena fase de transformação⁴⁶⁷, tal como várias outras facetas da vida pública georgiana.

Desde 1801 sob domínio russo, a Geórgia declarou a sua independência em Abril de 1991, pouco tempo antes do colapso oficial da URSS. Território disputado por Bizantinos, Persas, Romanos, Árabes, Mongóis e Otomanos, a Geórgia conseguiu, mesmo depois de anexada pelo Império Russo, estabelecer-se como República Independente, em 1918, no despertar da revolução bolchevique. Em 1921 seria, contudo, de novo ocupada pelo Exército Vermelho, tornando-se numa República Socialista Soviética no ano seguinte. “Uma das mais ricas e privilegiadas” das repúblicas, berço de alguns dos seus mais famosos líderes, entre os

⁴⁶⁶ in “Ivane Javakhishvili Tbilisi State University” Disponível em: <http://www.tsu.edu.ge/en/> (acedido a 13/07/2011)

⁴⁶⁷ in SHARVASHIDZE, George. “Private Higher Education in Georgia” International Institute for Educational Planning: Paris, 2005 Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001405/140561e.pdf> (acedido a 25/05/2011)

quais Estaline⁴⁶⁸, que chegaria ao comando dos destinos da URSS em 1924, após a morte de Lenine, o primeiro líder comunista da União Soviética.⁴⁶⁹

Uma das primeiras medidas tomadas pela Geórgia aquando da sua curta independência, em 1918, foi a criação daquela que seria a primeira universidade da Geórgia e, simultaneamente, a primeira universidade do Cáucaso.⁴⁷⁰

Durante a era soviética “a Geórgia tornou-se na República com maior percentagem de população com formação universitária ou educação secundária especializada”, sendo o Ministério Central da Educação Superior e Educação Secundária Especializada de Moscovo quem definia as políticas educacionais e sua implementação nas Repúblicas.⁴⁷¹

Nesta altura, uma “educação superior era garantia de um trabalho seguro e um rendimento estável”. A União Soviética constituía todo um mercado de trabalho aberto aos licenciados de qualquer ponto da mesma. A desintegração da URSS ditaria “o fim dos laços entre as universidades e o mercado de trabalho comum.”⁴⁷²

O movimento dissidente pela restauração da soberania da Geórgia começou nos anos 60.⁴⁷³ Em plena Guerra Fria, o “modelo” comunista da URSS, até então “incontestado” ressentir-se-ia da ruptura sino-soviética. “Aureolado pela sua vitória sobre o nazismo”, na 2ª Guerra Mundial, “o regime soviético” conseguira “propagar a ideologia comunista, quer na Europa Central e Oriental, ocupada pelo Exército Vermelho, quer no resto do mundo”, e impor-se “a par dos Estados Unidos, como uma das superpotências”. No entanto, a morte de Estaline, em 1953, viria também enfraquecer o modelo soviético, abrindo, de imediato, caminho a uma certa “liberalização do regime” sob o “impulso de Krutchev”. Em 1964 Krutchev seria substituído por Brejnev, que poria fim à relativa liberalização do seu antecessor, contribuindo para o desenvolvimento da dissidência e a “desmistificação do modelo soviético”.⁴⁷⁴ Com a chegada ao poder de Mikhail Gorbatchev, em 1985, e a implementação da sua política de reformas económicas e políticas, quer a nível interno, quer a nível internacional, abrir-se-ia definitivamente a porta a transformações que levariam ao desaparecimento da URSS. Procurando, no contexto internacional, a aproximação aos EUA e, a nível doméstico, a reforma do sistema político e a reestruturação do aparelho produtivo,

⁴⁶⁸ in U.S. Department of State. “Georgia Profile” Bureau of European and Eurasian Affairs (28 Jan 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5253.htm> (acedido a 15/04/2011)

⁴⁶⁹ in RIBEIRO, Avelino e SOARES, Olívia. “*Caminhos da História Vol.1*” Edições ASA: Porto, 2005, pp.26-28

⁴⁷⁰ A Universidade Estatal de Tbilissi (ou Universidade Ivane Javakhishvili). in “*Private Higher Education in Georgia*”, p.20

⁴⁷¹ in “*Private Higher Education in Georgia*”, p.21

⁴⁷² idem

⁴⁷³ ANTIDZE, Margarita. “*Georgia blows up Soviet memorial, two people killed*” Reuters (19 Dez 2009) Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2009/12/19/us-georgia-monument-idUSTRE5B1KW20091219> (acedido a 13/07/2011)

⁴⁷⁴ in BONIFACE, Pascal dir. “*Atlas das Relações Internacionais*”. Plátano Editora: Lisboa, 2005, p. 108

Gorbachev conseguiu, por um lado, a popularidade junto da opinião pública internacional e, por outro, a “falência económica do seu país” e o “desmoronar da ideologia comunista”.⁴⁷⁵

Em Dezembro de 1991, já com Boris Ieltsin como Presidente, a URSS seria oficialmente dissolvida e seria criada a Comunidade de Estados Independentes, a qual só as Repúblicas bálticas não integraram.⁴⁷⁶

Desde 1989 que a Geórgia se foi ressentindo das alterações sofridas na União, “experimentando uma queda na produção industrial, receitas, consumo, investimento e virtualmente todos os outros indicadores económicos”. Contra todas as expectativas, foi nesta altura que começaram a proliferar as Instituições de Ensino Superior, quer públicas, quer privadas, sendo indicado como possível explicação “o grande prestígio tradicionalmente associado à educação universitária” no país, uma vez que constitui “o grande prémio para o comum cidadão georgiano”, já que “tradicionalmente associada ao acesso a camadas sociais superiores, prestígio, segurança financeira, etc.”. Por outro lado, “novas realidades económicas e sociais exigiam novas profissões e requeriam todo um novo conjunto de conhecimentos.”⁴⁷⁷ No início dos anos 90, começaram a aparecer institutos de ensino privados e as universidades estatais, até então gratuitas, introduziram o pagamento de propinas. O sucesso das instituições privadas foi marcado pela Lei do Serviço Militar de 1992 que estabeleceu que “os estudantes de universidades privadas podem adiar o seu serviço militar obrigatório”, o qual, numa época de “guerra civil e disputas étnicas”, era considerado “muito perigoso”.⁴⁷⁸ Entretanto, os cursos, que até então eram compostos por 5 anos de formação, passaram a um sistema faseado, em que 4 anos de formação passam a corresponder a um grau de Bacharelato “com perspectivas de emprego limitadas”.

“Quatro anos estuda (...) depois meu... profissional eu nunca trabalhar. (...) Esto quando eu estudar hasta quatro años (...) paraleli estudar esto arme. (...) Esto paraleli, como curso para lá estudar como esta coisas, como... (...) Só treinar este momento porque... Eu não sei porquê. Agora também naci... Agora tu estudar Universidade ou instituto, agora também naci um dia todo estudantes fora este também paraleli, estudar este coisas.”

⁴⁷⁵ in “Caminhos da História Vol.3”, p.12

⁴⁷⁶ in “Atlas das Relações Internacionais”, p. 109

⁴⁷⁷ in “Private Higher Education in Georgia”, p. 24

⁴⁷⁸ in “Private Higher Education in Georgia”, pp. 24-25

“George” tem muitas dificuldades em expressar-se em Português, o que por vezes torna difícil a compreensão, quer da sua parte, quer da minha. O rigor cronológico e os pormenores perdem-se na tradução. Ainda assim é possível ter uma ideia de alguns destes aspectos através dos momentos históricos referidos.

Terá começado o seu curso em Tbilissi em 1990. “George” não o refere mas, provavelmente o seu curso terá sido reduzido de 5 para 4 anos durante o período que passou na universidade. Algures durante esses 4 anos terá cumprido o seu serviço militar, uma vez que, estando numa instituição pública, não teria direito ao adiamento concedido por lei aos alunos de instituições privadas. Fala deste período como “*formação de armas*” e afirma que seria de carácter voluntário, mas é possível que “George” não tenha usado a palavra com o sentido que pretendia.

Quando terminou o seu curso decorreria o ano de 1994.

“(...) Este momento quando eu estudar p’ó instituto esta região Abkhazeti, como Rússia e Geórgia muito... como se chama... (...) conflitos (...) Depois isto acabou, esta situação mais ou menos 1993 anos. (...) E depois p’a dentro outra situation mal, conflicto. Georginanos está presidente, este presidente como revolução mas... mas sempre problemas. (...) É ... por isso não tem trabalho, como profissão não... assim sempre problemas. Eu depois acabou instituto e volta a meu terra e lá com mãe e pai e morar lá. Esto em 95 anos. 95 anos, este momento a Primavera já mulher, casado.”

Quando em 1991 a Geórgia se declarou independente, o novo presidente, Zviad Gamsakhurdia, afirmou a sua intenção de tomar as regiões da Abcásia e Ossétia do Sul sob o controlo de Tbilissi. No seio da Geórgia soviética, ambas as regiões gozavam do estatuto de territórios autónomos e, pouco tempo depois, Gamsakhurdia seria deposto num golpe de Estado que deu origem a uma guerra civil que duraria até 1995.⁴⁷⁹ Entre 1991 e 1992, Abcásia e Ossétia do Sul proclamaram a sua independência, “escapam ao controlo de Tbilissi e beneficiam da ajuda de Moscovo que vê aqui uma oportunidade de manter o controlo do ‘estrangeiro próximo’.”⁴⁸⁰

Entretanto, do lado Russo, a Chechénia procurava também a independência. “Povo muçulmano” e “não eslavo”, os Chechenos, que desde o séc. XVIII rejeitam a “colonização

⁴⁷⁹ in Human Rights Watch “Russia. The Ingush-Ossetian conflict in the Prigorodnyi region” (Mai 1996) Disponível em: <http://www.hrw.org/legacy/reports/1996/Russia.htm> (acedido a 10/07/2011)

⁴⁸⁰ in BONIFACE, Pascal e VÉDRINE, Hubert. *Atlas das Crises e dos Conflitos*. Plátano Editora: Lisboa, 2010, p.33

rusa”, viram na fragmentação da URSS uma oportunidade. Constituindo “a única república autónoma no seio da Rússia”, a Chechénia, encabeçada pelo general Dudaev, que em Agosto apoiara Ieltsine contra golpistas mal sucedidos,⁴⁸¹ proclamou a independência. Ieltsin só reagiria em 1994, “receando um contágio secessionista no resto da Rússia e uma perda de influência no Cáucaso”, iniciando em Dezembro a primeira guerra da Chechénia, a qual, sendo “particularmente cruel e sangrenta”, terminaria em 1996 com um acordo de paz que previa, até 2001, um referendo sobre o estatuto da região, “dando ao território uma autonomia de facto”.⁴⁸²

Nos anos que se seguiram à independência, a Geórgia sofreu “um dos mais agudos declínios económicos que algum dos novos Estados independentes experienciou.” A guerra civil e os movimentos secessionistas agravariam ainda mais a situação de instabilidade económica já vivida pelo recém-nascido país.⁴⁸³ Incapaz de preparar os seus estudantes para uma “cidadania democrática” e para os desafios do mercado de trabalho de uma “economia liberal”,⁴⁸⁴ o Ensino Superior georgiano viu crescer o número de licenciados desempregados a um número sem precedentes, num sistema cada vez mais competitivo.⁴⁸⁵

“George” foi um destes jovens que viu no diploma uma oportunidade e acabou o curso sem perspectivas. O mesmo aconteceu àquela que foi a sua namorada durante o tempo de faculdade e se transformaria em sua mulher na Primavera de 1995. Formada em Educação de Infância, saíra de Dusheti, no sul da mesma região de onde vinha o marido. Acabado o curso, ficariam os dois na mesma situação e decidiriam rumar a Kazbek, onde a família de “George” daria o apoio necessário ao casal enquanto estes retribuiriam com ajuda no trabalho agrícola.

“Depois nós.... Fica aqui, morar aqui. (Kazbek) (...) eu só ajuda (...) Aqui tem terra como quintal mais grande maior. Tem o meu pai, mãe tem vacas, tem outra coisas... Eu não posso dizer tem problema por casa, comida, isso sempre... Eu não trabalhar, não tem trabalho.”

Anos depois, “George” e a mulher contariam mais uma vez com o apoio dos pais de “George” para conseguir uma casa em Tbilissi onde este encontrara emprego como trolha.

⁴⁸¹ Comunistas conservadores cujo “malogrado golpe (...) de Agosto de 1991 precipitou as coisas e colocou em primeiro plano Boris Ieltsin”, condenando o PCUS à dissolução e Gorbachev à “marginalização” em que assistiria à proclamação da independência de todas as ex – Repúblicas Soviéticas. “Em 25 de Dezembro Gorbachev demitiu-se e a URSS deixou de existir.” (in “Atlas das Relações Internacionais”, p. 109)

⁴⁸² in “Atlas das Crises e dos Conflitos”, p. 41

⁴⁸³ in “Private Higher Education in Georgia”, p. 35

⁴⁸⁴ idem, p. 36

⁴⁸⁵ idem, pp.57-58

“Meu pai disse e comprou-me casa aqui (Tbilissi), esto 99 años já. 97 anos eu com arrendar casa aqui, 2 anos morar se... para renda, com casa de renda e trabalhar (...) comprou casa, no apartamento, casa, qual tem agora. Comprou grande casa com quintal e tudo, tudo, tudo... (...)”

“George” parece confuso relativamente à data de mudança para Tbilissi. Refere 1999, depois 1997; primeiro diz que os filhos já tinham idade para entrar na escola mas acaba por afirmar que a filha nasceu na capital... Contando os dois anos que “George” diz ter permanecido com os pais em Kazbek, 1997 será a data correcta.

De qualquer forma as motivações são claras: a oportunidade de trabalho e o futuro dos filhos. Entretanto o terceiro filho nasce em 1999 e, com a situação na Chechénia novamente em fase crítica, novas oportunidades surgiriam.

“Outra grande conflito este momento. (...) Este Tchechnya (...) E Geórgia precisa muita pessoas [na fronteira] (...) há aqui precisa muito pessoas e chama muito pessoas quem possa para tropa mais altos, mais fortes e paga bem. (...) Há aqui muito problemas. Só a este momento normal dinheiro tem. Dinheiro tem neste momento.”

Em 1999 a Rússia lançaria a segunda guerra contra a Chechénia. Vladimir Putin apresentá-la-ia como uma “operação antiterrorista”, numa acção considerada pelo Ocidente como uma oportunidade para o Presidente “desenvolver a sua popularidade junto da opinião pública russa, hostil aos Chechenos, acusados de serem os responsáveis pela criminalidade” no país.⁴⁸⁶ O Ocidente optaria, no entanto, pela moderação, dada “a importância estratégica da Rússia e a prioridade concedida pela administração Bush, depois de 2001, à luta antiterrorista”.⁴⁸⁷

“Nós aqui muitos com... Muito pessoas a... Porque Rússia bum-bum Tchechnya. Tchechenos bora pa Geórgia, correr pa Geórgia (...) como imigrantes, como assim... Velhos pessoas, mulheres, hasta pequeninos, mais ou menos 15 mil pessoas... (...) Dentro também criminales, compreende. Estas situação, aqui pessoa precisa Geórgia muito esta... (...) segurança, compreende? Porque no vem criminales pa dentro. (...) Aqui, situação controlar. Isso, mais nada. (...) Como não entra com arma, com narcótico, com esta coisas tudo sempre controlar

⁴⁸⁶ in “Atlas das Crises e dos Conflitos”, p. 41

⁴⁸⁷ idem, p. 43

quem vem pa dentro. Mulheres, crianças e mais velhos não há problema. Mais novos como eu, como mais novos, 20 anos, 25 anos, já não... Não posso entra porque depois dentro criminales, este coisas assim. (...) Tem claro, esse momento vem muito pessoas a esta region, aqui Akhmeta (aponta no mapa) entra muito criminal, si claro. (...) Depois aqui fazer Geórgia esta... Esta region (Akhmeta) fazer especial operação polícia, a limpar este tudo de criminal. Grande esta operação. (...) Não preciso aqui mais problemas, compreende.”

Durante dois anos “George” trabalharia como militar na segurança da fronteira entre Geórgia e Chechénia. Os milhares de deslocados⁴⁸⁸ poderiam representar uma ameaça, dada a possibilidade de transporte de bens ilícitos e de transferência de actividades ilegais, pelo que o reforço militar na região fronteira era uma das principais preocupações georgianas. Da época que passou naquela zona “George” guardou as avultadas somas de dinheiro que recebeu e um conjunto de recordações amargas.

“Esto mulheres e velhos e crianças Geórgia ajuda muito. Aqui p’ra ele casas e comidas e outro claro Europa também ajuda muito envia comidas, todos, todos, pa Geórgia, ajuda muito. Eles aqui este momento não tem outro caminho, só Geórgia. No tem nada... (...) aqui já este momento no posso, só pa Geórgia, caminho só pa Geórgia. Outra no tem e por isso Geórgia disse ‘tá bem’, porque tem muito problema mulheres. Eu conhece meu olhos como mulheres entra... Eu ver mulher muito frio, neve assim metro meio, neve assim, neve, e tem pessoas muitos, muito frio, mais ou menos 20 grados, 25 grados frio, e tem pessoas molhados, todos muito... Ui... Muito difícil dizer ‘não, não, atrás, oupa!’”

A “operação antiterrorista” na Chechénia seria dada por terminada em 2009, mas milhares de militares ainda permanecem no território.⁴⁸⁹ Também as situações na Abcásia e Ossétia do Sul permanecem por resolver. Em 2008, a “tensão e violência” periódicas” culminariam numa “guerra de 5 dias” entre a Geórgia e a Rússia.⁴⁹⁰

No mesmo dia da abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim, a Geórgia lançou uma ofensiva militar contra os dois territórios secessionistas, no sentido de os recuperar, desencadeando uma guerra contra a Rússia. Apesar de contar com o apoio norte-americano, a

⁴⁸⁸ in DENBER, Rachel. “Glad to be Deceived: the International Community and Chechnya” UNHCR Disponível em: <http://www.unhcr.org/refworld/pdfid/402ba65c4.pdf> (acedido a 10/07/2011)

⁴⁸⁹ idem, ibidem

⁴⁹⁰ in U.S. Department of State. “Georgia Profile” Bureau of European and Eurasian Affairs (28 Jan 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5253.htm> (acedido a 15/04/2011)

Geórgia sofreu uma pesada derrota, sendo que as tropas russas chegaram mesmo a penetrar em território georgiano. Envolvidos na guerra com o Afeganistão, os EUA não quiseram “abrir uma frente suplementar com Moscovo”.⁴⁹¹

Num acordo de paz mediado pela Presidência francesa da União Europeia, Mikheil Saakashvili e Dmitry Medvedev negociaram um cessar-fogo que permanece em vigência, apesar de a Rússia, tendo cumprido a retirada de território georgiano, não ter acatado a decisão de retirar as suas tropas dos dois territórios secessionistas, constituindo um dos quatro países que reconhecem a independência dos dois territórios (sendo os restantes a Venezuela, o Nicarágua e Nauru).⁴⁹² Por seu lado, a Geórgia considera a Ossétia do Sul e a Abcásia como territórios sob ocupação russa.⁴⁹³

Também Adjara, no sul da Geórgia, na zona de fronteira com a Turquia, viu o seu líder Aslan Abashidze, que mantém grande proximidade com a Rússia, declarar unilateralmente a sua autonomia. Em 2004, aquando da eleição de Saakashvili, as tensões com governo georgiano cresceram levando a manifestações na região e à consequente fuga de Abashidze. O território mantém, no entanto, a sua autonomia.⁴⁹⁴

“Esta já, este momento, quando eu aqui trabalhar meu irmão mais velho já oito anos trabalhar pa Israel. (...) Esta empresa é muito grande a fazer detalhes de carros, este coisas assim... Tem encomenda de Mitsubishi, e outra coisas assim... (...) Eu tem trabalho... Este trabalho não tem sempre, compreende? Não tem sempre. Já esta situação eu trabalhar aqui acabou mais ou menos, já acabou este... (...) Já acabou conflito, já não precisa muito pessoas e eu pensar depois ficar mais sem trabalho, assim, assim, assim, pensar, pensar... melhor ir lá. Não há melhor hipótese porque filhos ficar também aqui, esto também problema... (...) Eu embora pa Israel... 2002 mais ou menos de Dezembro, fim de 2002 eu embora lá com mulher.”

Em 2002, regressado a casa de férias do seu serviço militar na fronteira, “George” recebeu de um dos irmãos o convite de se lhe juntar em Israel, onde já trabalhava há oito anos. Com um trabalho bem pago mas irregular no seu país, “George” decide aceitar a oferta

⁴⁹¹ in “Atlas das Crises e dos Conflitos”, p. 33

⁴⁹² in U.S. Department of State. “Georgia Profile” Bureau of European and Eurasian Affairs (28 Jan 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5253.htm> (acedido a 15/04/2011)

⁴⁹³ in PAVLOV, Nikolai. “Russia sends forces into Georgian rebel conflict” Reuters (8 Ago 2008) Disponível em: <http://www.reuters.com/article/worldNews/idUSL768040420080808> (acedido a 10/07/2011)

⁴⁹⁴ BERRY, Lynn. “Georgia Leader: Country on Right Track” Fox News (7 Jan 2008) Disponível em: <http://www.foxnews.com/wires/2008Jan07/0,4670,GeorgiaPresidentialElection,00.html> (acedido a 10/07/2011)

e, juntamente com a esposa, parte para Telavive, deixando os filhos com uma tia materna. Durante os 4 anos seguintes, os dois trabalhavam em Israel, seguindo uma tendência comum naquele país.

Até à primeira Intifada (1987-1993), os Palestínianos residentes nos Territórios Ocupados eram a primeira fonte de mão-de-obra não israelita em Israel, assegurando actividades como a construção civil ou a agricultura. A partir de então, e com as crescentes preocupações relacionadas com a segurança do Estado e as restrições que as acompanharam, uma vaga de imigrantes da antiga União Soviética viria, nos anos 90, a, em certa medida, substituir os palestínianos nos sectores em que predominavam. O mercado de trabalho israelita abrir-se-ia então a trabalhadores estrangeiros pouco qualificados, de acordo com as exigências dos empregadores dos sectores de construção e agrícola. De acordo com a Lei de Trabalho de Estrangeiros de 1991, nenhum estrangeiro pode receber uma autorização de trabalho que exceda os 63 meses consecutivos, com excepção dos trabalhadores especializados e os prestadores de cuidados especiais, cuja autorização termina no final do contracto original, sendo que não lhes é permitido serem contratados por outra entidade que não o contratante inicial.⁴⁹⁵ As restrições à naturalização e à reunificação familiar são também impostas com o firme propósito de dissuadir a permanência dos imigrantes.⁴⁹⁶

Os dados de 2010 indicam que metade da população imigrante em Israel permanece no país em situação irregular, muito devido às constantes reduções do número de autorizações de trabalho permitidas pelos sucessivos governos. Só o sector da prestação de cuidados domiciliários, nomeadamente a idosos, não é limitado, sendo que metade dos trabalhadores estrangeiros no país são mulheres das quais a maioria está empregada neste sector.⁴⁹⁷

Os vistos de entrada para turistas têm validade de 90 dias, renovável, sendo que a maioria dos países europeus, americanos e a Federação Russa, estão livres de tal tipo de visto.⁴⁹⁸ A Geórgia é o único país do Cáucaso que dispensa o uso de visto de turista em Israel.⁴⁹⁹

⁴⁹⁵ in GIZ. *Migration Legislation, Institutions and Policies in the EuroMed Region*. EUROMED Migration (2008-2011). European Commission: Bruxelas, 2011 Disponível em: http://www.euromed-migration.eu/sites/euromed-migration.eu/myzms/content/e1152/e16559/e16566/MigrationLegislation,InstitutionsandpoliciesintheEUROMEDregionEN_eng.pdf (acedido a 2/05/2011), p.142

⁴⁹⁶ idem, pp. 146-148

⁴⁹⁷ idem, pp. 154-155

⁴⁹⁸ idem, p.157

⁴⁹⁹ in "Israel Visa Information" Disponível em: http://www.learn4good.com/travel/isrl_visa.htm (acedido a 13/07/2011)

“Eu fazer... estes plásticos, saco de plásticos, reclames, estes tudo, tudo, esta coisa eu fazer tudo. (...) Meu mulher desde trabalhar casa de um rico, não sei bem. (...) A limpar e no limpar também. Tem esta pessoas tem filhos pequeninos, sim. Trabalhar lá.”

“George” e a esposa terão, no final de 2002, entrado em Israel sem visto, desnecessário no seu caso, mas também sem autorização de trabalho. Isso explica que cerca de 4 anos mais tarde, numa operação policial à fábrica onde trabalhava, “George” tenha sido detido em situação irregular e, conseqüentemente, reenviado para casa. Tal aconteceu numa altura em que Israel se tentava distanciar da Geórgia.

A relação de proximidade entre os dois países parece datar de tempos remotos. As relações diplomáticas entre Israel e Geórgia foram estabelecidas oficialmente em 1992,⁵⁰⁰ no entanto, há quem refira um vínculo de milhares de anos que inclui uma “relação de sangue histórica”. Segundo alguns historiadores, de várias nacionalidades, existe uma relação de consanguinidade entre os judeus israelitas e georgianos, estando a origem do Judaísmo moderno não na Palestina, mas no Cáucaso. Seria no reino Khazar, “na terra entre o mar Cáspio e o mar Negro”, que terá sobrevivido a séculos de invasões do território através de alianças com árabes, russos, persas e bizantinos, que estaria a fonte da ligação. Tendo adoptado o Judaísmo como forma de se manter independente relativamente às forças predominantes nos diferentes períodos, o reino Khazar seria destruído em meados do século XII.⁵⁰¹

Independentemente do passado mais recuado, a verdade é que a partir de 2001 Israel começou a vender armamento à Geórgia, numa iniciativa que, ao que tudo indica, partira de cidadãos georgianos que haviam imigrado para Israel. A cooperação militar ter-se-á desenvolvido desde então, muito graças ao facto de o ministro da defesa georgiano ter origem israelita.⁵⁰² Entre vendas de armas e treinos militares, várias corporações israelitas terão ajudado a Geórgia a preparar-se para a guerra com a Rússia, que viria a ocorrer em 2008.⁵⁰³ Apesar da maioria do equipamento bélico georgiano ser proveniente dos EUA e outros fornecedores, Israel envolveu-se o suficiente para temer a reacção russa e, em 2007, começar a reduzir o seu apoio à Geórgia, provando que as suas exportações militares são conduzidas

⁵⁰⁰ in Ministry of Foreign Affairs of Georgia. “Relations between Georgia and the State of Israel” Disponível em: http://www.mfa.gov.ge/index.php?sec_id=309&lang_id=ENG (acedido a 10/07/2011)

⁵⁰¹ in TILLAWI, Hesham. “Georgia: Israel’s home sweet home” Current Issues (16 Ago 2008) Disponível em: <http://heshamtillawi.wordpress.com/2008/08/16/georgia-israel%E2%80%99s-home-sweet-home/> (acedido a 13/07/2011)

⁵⁰² in SHACHTMAN, Noah. “How Israel Trained and Equipped Georgia’s Army” (19 Ago 2008) Disponível em: <http://www.wired.com/dangerroom/2008/08/did-israel-trai/> (acedido a 13/07/2011)

⁵⁰³ in EGOZI, Arie. “War in Georgia: the Israeli connection” Israel News (8 Out 2008) Disponível em: <http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3580136,00.html> (acedido a 13/07/2011)

mais por “uma lógica comercial que por uma escolha estratégica de apoiar Tbilissi contra Moscovo”.⁵⁰⁴

Ignorando as questões políticas, nomeadamente relacionadas com o facto de Israel necessitar do apoio russo no que diz respeito à “ameaça nuclear iraniana” e às sanções que pretendia impor-lhe no âmbito da ONU,⁵⁰⁵ milhares de israelitas continuam a escolher a Geórgia como destino de férias predilecto⁵⁰⁶ sendo que, e segundo um empresário da área do turismo, “Israel é o maior investidor na economia Georgiana: directa ou indirectamente todos estão lá.”⁵⁰⁷ Vários feridos de guerra georgianos continuaram também a ser levados para hospitais israelitas, numa acção que o deputado Avraham Michaeli na altura terá definido como algo que “ajuda a reputação mundial de Israel.”⁵⁰⁸

“Muito melhor agora, agora tudo muito melhor, só tem mais tempo porque este momento já vem outra presidente. Este momento...para nossa terra tudo fodido. Tudo baixo, tudo baixo... No tem luz, no tem sempre criminales, sempre... muito, muito, situação muito mal, precisa fazer muita coisas, esta presidente mais mobilizati, outra situação, outra ministros, outras... Fazer muito, muito.... Ele fazer muito e já segunda vez este presidente já. Agora falta um anos... Já mais ou menos 7 ou 8 anos.”

Quando regressou a Tbilissi “George” encontrou um país diferente daquele que conhecera. Durante os anos que ele e a mulher passaram fora muito do que antes era deixou de ser. Em Novembro de 2003 a “Revolução das Rosas” obrigara o Presidente Eduard Shevardnadze a resignar. Acusações de irregularidades e fraude nas eleições parlamentares, por parte da oposição e de observadores internacionais, levaram a manifestações populares em que o povo saiu à rua com rosas nas mãos. Em Janeiro de 2004, Mikheil Saakashvilli foi eleito e uma série de reformas foram lançadas tendo em vista o reforço dos recursos económicos e militares do país.⁵⁰⁹

Medidas foram tomadas no sentido de reduzir a “corrupção endémica”, nomeadamente a reforma da “infame polícia de trânsito” e a implementação de um “sistema de avaliação

⁵⁰⁴ in KARON, Tony. “What Israel lost in the Georgia War” TIME (21 Ago 2008) Disponível em: <http://www.time.com/time/world/article/0,8599,00.html#ixzz1Rz2Ke8sU> (acedido a 13/07/2011)

⁵⁰⁵ idem

⁵⁰⁶ in “Georgia: Israel’s home sweet home”

⁵⁰⁷ in “War in Georgia: the Israeli connection”

⁵⁰⁸ in OR, Meital Yasur-Beit. “17 Georgians wounded in Caucasus war to be treated in Israel” Israel News (09 Mar 2008) Disponível em: <http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3591396,00.html> (acedido a 13/07/2011)

⁵⁰⁹ in U.S. Department of State. “Georgia Profile” Bureau of European and Eurasian Affairs (28 Jan 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5253.htm> (acedido a 15/04/2011)

justo” para definir a entrada na universidade. O poder foi descentralizado e foi lançada uma “campanha agressiva” contra o tráfico de pessoas. A “reorientação do governo e da economia rumo à privatização e a mercado livre” seria outra das medidas do governo de Saakashvili.⁵¹⁰

Desde 2005 os investimentos em infra-estruturas começaram a dar resultados: a distribuição eléctrica no país sofreu melhorias, os roubos diminuíram e, com uma nova fonte de gás natural no Azerbaijão, a dependência energética relativamente à Rússia foi também reduzida. O sector financeiro está mais aberto que nunca a investimentos estrangeiros e as avaliações internacionais do desempenho georgiano relativamente ao controlo da corrupção são as melhores.⁵¹¹

Apesar de tudo, as dificuldades continuaram a fazer-se notar no dia-a-dia do comum cidadão georgiano com uma família para sustentar.

“Po banco tem eu este dinheiro. Não há trabalho. Todos dias só... (...) Sair dinheiro e busca trabalho, trabalha muito paga mais ou menos, mais ou menos como eu disse... O que eu fazer? Aqui, aqui não posso trabalhar... (...) Trabalho agora também tem muito trabalho, agora mais ou menos 250 euros não chega quando tem três filhos, mulher... Este coisas. Agora tudo sempre mais caro, gasolina, comida ou outra coisa. Não sei. (...) Eu vê já quatro anos morar aqui, p’ra mim é como no concheado, tudo esta situação, 4 anos... Não sei, não posso lá trabalhar (...)”

Durante dois meses “George” permanece em Tbilissi mas, com perspectivas de emprego pouco prometedoras, uma família com 3 crianças em idade escolar, e a Rússia cada vez mais “longe”, “a Europa” acaba por se lhe apresentar como a melhor solução para os seus. A única pessoa que conhece no velho continente, um primo, vivia em Portugal há 7 anos.

“Eu liga p’ra ele: ‘eu tem hipótese de entrar e trabalhar?’ Disse que também aqui não há muito dinheiro, assim, assim. Ele também já, já aqui este momento já aqui mais ou menos já 7 anos a morar aqui. (...) E ele disse: ‘si vienes de trabalho arranjar só não paga muito dineiro’, assim, assim, assim... Eu, tá bem, eu embora. Vem aqui, e paga, eu vem aqui 4000 euros. (...) Consulado de esta... (...) Não Portugal, outra europeu (...) De Portugal no há

⁵¹⁰ idem

⁵¹¹ idem

por Geórgia. Grécia e este outro... Espanha... Entrou lá e não posso lá... não querem fazer visas porque muito, muito difícil lá arranjar o visa porque lá já sabe esta pessoas partir visa, tu embora e depois... (...) No vem atrás. Por isso aqui há uma coisa máfia, compreende? Máfia. Uma pessoa quem mais lá dentro hasta cônsul, outras tem conhecido ou amigo como coisa, para ele tu paga dinheiro, ele entrou pa consulado, lá tem pessoas coneçados e isso, esta pessoa (imita o gesto de carimbar) pôs visa. Fazer visas e está 4000 euros po meio lá como quê esto... já no sei... (...) Este consulado eu p'ra mim fazer Schengen visa de todo Europa de consulado Grécia.”

“George” conta ter-se dirigido aos consulados da Grécia e da Espanha mas não ter conseguido visto para entrada em nenhum dos dois porque, segundo diz, é difícil obter um visto nos consulados georgianos porque estes temem que os imigrantes não mais voltem. Diz então que, através de conhecimentos dentro da representação diplomática da Grécia, e pagando 4000 euros, terá conseguido um visto para a zona Schengen.

Terá sido com este que viajou, de avião, de Tbilissi para Viena, de Viena para Barcelona e, depois, de autocarro, terá entrado em Portugal. “George” não esclarece que tipo de visto utilizou, se de escala, trânsito ou curta duração mas, seja qual for o caso, nenhum dos vistos permite uma estadia de mais de 3 meses consecutivos.⁵¹² Assim sendo, no final dos 3 primeiros meses em Portugal, “George” passou a estar em situação irregular. Morava com o primo e começou a trabalhar, sem qualquer vínculo oficial, numa estufa em S. Simão de Novais, no concelho de Vila Nova de Famalicão. Um mês depois de ter chegado o primo foi trabalhar para França e “George” ficou sozinho.

“Depois deste momento, mulher também diz assim, assim, eu vem aqui, não há.... não custa aqui trabalhar porque paga renda, luz, casa, estas coisa, problema, sempre, sempre... Também eu penso 500 euros paga. Quando vem aqui meu primo, depois de um mês, embora pa Francia. Eu fica sozinho aqui e no sei língua, no conheço ninguém... Muito, muito problemas.... (...) E... depois pensar melhor a trabalhar duas pessoas porque uma pessoa custa, 500 euros não é nada, não chega, aqui também não chega pa renda, gás, luz, água, comida e... este coisa assim não chega. Mulher também paga estes 4000 euros e vem aqui. Esto já 8000 euros. Vem aqui, depois sempre este problema sem onde trabalhar, em que no fazer contractos, não, não, não... Trabalhar sempre, só não querem fazer contractos.”

⁵¹² in “Schengen Visa Application” The Schengen Office Disponível em:
http://www.theschengenoffice.com/explained/schengen_visa.html (acedido a 14/07/2011)

Em Agosto de 2008 a esposa de “George” veio também para Portugal. Através do mesmo esquema, que “George” define como “mafioso”, viria juntar-se-lhe no trabalho na estufa, durante seis meses, tendo começado a trabalhar num café quando aprendeu um pouco de Português. Ali arrecadaria “400 euros por mês”, trabalhando “15 horas por dia”, “não tem folga, não tem nada.” É o salário da esposa que segue para a Geórgia, o de “George”, entre 450 e 500 euros mensais, é “tudo preciso aqui”.

“Lá também três filhos já grandes, preciso mais muito roupa, sempre estudar, comida, este coisa assim... (...) Sempre trabalhar, sempre trabalhar. Eu já não trabalhar, só estou 4 anos, este momento, mais ou menos, no máximo dois meses, máximo tudo, tudo, tem... no tem po estufa trabalho, parar máximo um mês, dois mês.(...) Sempre, eu trabalhar sempre na estufa.(...) Tomate, pepinos, pimentos, este coisa.(...) Eu pensar assim... Eu antes pensar assim que eu fazer legalizatzia de Portugal, embora eu e mulher e traz aqui filhos... Aqui... e estudar aqui ou... não sei... Assim pensa e agora já não sei... Agora já nada. (...) Eu não quero voltar lá, eu quero mais ficar aqui mais... mais ou menos... não sei, um anos ou dois anos, não sei, não sei. (...) Não sei... Este momento eu não pensar voltar lá porque, este momento quando já acabou todos filhos estas... estudar, depois já... Este momento eu quero trabalhar sempre quando eles precisam eu ajuda porque sempre estudar, estudar este filhos bem. Este filha mais velha muito bem estudar.”

Quando, em Maio deste ano, “George” foi ao SEF com o seu patrão, a sua intenção era regularizar a sua situação. Nunca tendo tido um contracto mas tendo agora surgido a oportunidade de conseguir um, tanto ele como o seu chefe pensavam que estariam a dar um passo rumo a uma situação mais fácil para “George”. Sem visto de trabalho e com um visto de entrada já sem validade (se é que alguma vez a teve, realmente), “George” foi encaminhado para a Unidade de Detenção.

“Agora já não sei, agora já não sei que eu fazer com... agora embora, mulher fica aqui... Mulher sozinha também não fica aqui porque ela não sabe a língua... Eu também não sei, ela não sabe muito pouco. Ela no posso aqui ficar sozinha, ela não fica aqui. Ela também embora... Ai não sei, tudo fodido, eu não sei...”

As maiores preocupações de “George” enquanto estava na UHSA eram a mulher, sozinha lá fora e que poderia ficar permanentemente nessa situação se ele fosse mandado embora; e os filhos, na Geórgia, cujo futuro lhe parece ser posto em causa, caso o retorno dos pais se confirme.

A família é, sem dúvida, a razão de viver de “George”. É na mulher que mais confia e é nos filhos que mais deposita a sua esperança. Quer, claramente, dar-lhes as mesmas oportunidades que os seus pais, com todo o sacrifício que uma vida de trabalho na terra exige, conseguiram dar a si e aos seus irmãos.

Mtskheta-Mtianeti é uma das regiões mais pobres da Geórgia, de tal forma que a maioria das remessas enviadas do estrangeiro para aquela região segue por meios informais, já que a maioria da população rural não possui contas bancárias, uma tendência, aliás, comum entre a generalidade dos georgianos. Mais de 80% dos emigrantes da Geórgia enviam dinheiro para o seu país, na maioria dos casos para as suas famílias, que o usam para fazer face a gastos diários.⁵¹³

Os filhos de “George” têm neste momento 15, 14 e 12 anos de idade. “George” diz, com um sorriso rasgado e um orgulho notório, que o filho mais velho “*estudar muito bem*”. Este quer ser “*arquitecto*”, diz. O “*mais pequenino também estudar bem*”, a menina “*é mais ou menos... Ela quiere estudar bien, ela quiere sempre estudar... no tem memória...*” É com um carinho imenso que fala dos filhos e com a voz embargada que diz que já não os vê há quatro anos, a mulher há três. Ri quando diz que todos os dias fala com eles, pelo telefone e pela internet, mas a gravidade ensombra-lhe o olhar quando lhe pergunto o que acha que lhe vai acontecer num futuro próximo.

“Este momento... No este momento eu quero... não sei... Não sei, eu só pensar assim: eu quero filhos também tem aqui e filhos estudar e todos os dias eu ver filhos como que fazer porque lá esta tia, quando por primeira vez fica p’ra ela, eles mais pequeninos, mais fácil p’ra ela. Agora, mais velho já quinze anos, anda p’ra rua, p’ra amigos, p’ra outra coisas, ela sempre fala tem sempre medo, eles já grandes, assim, assim, assim... Eu quero, meu filhos já grandes, eu quero ver p’ra eles por isso eu quero traz aqui estudar aqui. Eles também interessa, esto Europa, estudar aqui é bem. (...) Não sei... Eu não trabalhar como eu ajudar, como eu ajuda este processo quando ele estudar não sei porque depois pa instituto, Universitat... Ele quer estudar com Universitat. Não sei... Esta já 5 ou 6 anos a estudar, é

⁵¹³ in International Organization for Migration. *Migration in Georgia: a country profile 2008*. IOM: Suíça, 2008 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/Georgia_Profile2008.pdf (acedido a 2/05/2011), pp.25-26

preciso muito, muito dinheiro, é preciso ajuda... Sempre é preciso ajuda... (...) Por isso eu quero fica aqui, aqui mais dinheiro, sempre enviar, sempre enviar... Um ano, um mês, dois meses eu também embora... (...)”

Quando lhe pergunto sobre os momentos mais felizes da sua vida “George” fala-me do nascimento dos filhos e de “*quando pequenino (...) pa escola*”. Diz que sempre quis ser veterinário e que se pudesse que é “claro” que gostava de trabalhar como tal. Para já não o preocupa o que acontecerá se com os filhos se passar o mesmo que com ele e não puderem trabalhar na sua área de formação, preocupa-o sim, se poderá ou não proporcionar-lhes a mesma formação, mais nada.

“Agora mais velho pensar abre agora um escola, uma escola esta como, sabes, college, tem americana lá pa Geórgia. Esta escola só lá estudar com língua de English, compreendes? Ele quer agora lá esta escola três anos. Meu filho já falta acabar escola três anos, ele quer agora este último três anos estudar lá na este colégio, este colégio. Ele pensar assim e estudar bem muito English e lá mais vida mais privilegia esta, esta... Não sei, agora vamos ver o fim de esta mês, lá também tem examen. Examen muito difficil. Ele disse ‘posso’, vamos ver fim de esta mês.”

Desde a independência que as relações entre Geórgia e Rússia se têm vindo a deteriorar. Pretendendo recuperar as regiões secessionistas, apoiadas por Moscovo, a Geórgia foi-se, gradualmente, aproximando dos Estados Unidos, sobretudo depois da chegada ao poder do presidente Saakashvili, num ciclo vicioso que a vai afastando cada vez mais de Moscovo e Moscovo vai-se cada vez mais convencendo de que a ex-República Soviética está a ser utilizada pelos EUA “numa estratégia de limitação e de enfraquecimento da Rússia.”⁵¹⁴

A Rússia, “reivindica um direito de interesse nos assuntos internos das ex-Repúblicas” não hesitando em “recorrer a meios de pressão económicos, políticos ou mesmo militares, e em desestabilizar dirigentes hostis.”⁵¹⁵ A prova parece estar no apoio e reconhecimento que a Rússia continua a dar às regiões separatistas, violando a “soberania e integridade territorial” georgianas, reconhecidas pelo acordo de cessar-fogo de 2008. A acrescentar há ainda um acordo de 2010, entre russos e as autoridades da Abcásia e da Ossétia do Norte, estabelecendo

⁵¹⁴ in “Atlas das Crises e dos Conflitos”, p.33

⁵¹⁵ “Atlas das Relações Internacionais”, p.109

bases militares naqueles territórios por um período de 49 anos.⁵¹⁶ Em 2006, a Rússia impôs um boicote aos principais produtos de exportação georgiana, cortou todas as ligações directas em termos de transportes e eliminou os serviços postais e a emissão de vistos relativamente àquele país.⁵¹⁷

A Geórgia “reorientou as suas relações comerciais” em direcção à União Europeia, Europa de leste e América do Norte, sendo que os seus principais parceiros comerciais são a Turquia, o Azerbaijão – principalmente pela importação de produtos petrolíferos – e a Ucrânia. Em 2008, o Parlamento georgiano votou unanimemente o abandono da CEI⁵¹⁸ e desde Janeiro de 2011 que se tornou no país com um maior contingente armado per capita na Força Internacional de Assistência para Segurança no Afeganistão.⁵¹⁹ Os objectivos actuais da Geórgia passam por se tornar membro, quer da união Europeia, quer da NATO, facto que, juntamente com a presença de equipas norte-americanas de treino militar no território e a construção do gasoduto Bacu-Tbilissi-Ceyhan, tem vindo a tornar ainda mais amargas as relações com Moscovo.⁵²⁰

Os EUA têm sido dos grandes investidores na Geórgia desde a independência, em 1991. Os objectivos ocidentais passam pelo apoio “à integridade territorial e soberania” do país, “ao desenvolvimento económico”, “cooperação energética e comercial” através do “desenvolvimento de programas direccionados aos pontos fracos da democracia georgiana”, de “projectos de infra-estruturas energéticas de larga escala” que incluem a “reabilitação do gasoduto Oriente-Occidente”.⁵²¹

Além disso, os programas norte-americanos destinam-se também a “melhorar o nível de vida dos georgianos através do desenvolvimento e reforma dos sectores da Saúde e Educação”, e também da Segurança, nomeadamente através da formação militar.⁵²² É neste contexto que várias instituições de Ensino Superior georgianas contam com parcerias de instituições norte-americanas e europeias, sendo que algumas destas foram mesmo fundadas com base nestas parcerias.⁵²³

⁵¹⁶ in U.S. Department of State. “Georgia Profile” Bureau of European and Eurasian Affairs (28 Jan 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5253.htm> (acedido a 15/04/2011)

⁵¹⁷ idem

⁵¹⁸ idem

⁵¹⁹ ROBSON, Seth. “U.S. training a dual mission for Georgians” Stars and Stripes (7 Mar 2011) Disponível em: <http://www.stripes.com/news/u-s-training-a-dual-mission-for-georgians-1.136920> (acedido a 10/07/2011)

⁵²⁰ Ministry of Foreign Affairs of Georgia. “Georgia’s way to NATO” (27 Mai 2010) Disponível em:

http://www.mfa.gov.ge/index.php?sec_id=89&lang_id=ENG (acedido a 13/07/2011)

⁵²¹ in U.S. Department of State. “Georgia Profile” Bureau of European and Eurasian Affairs (28 Jan 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5253.htm> (acedido a 15/04/2011)

⁵²² idem

⁵²³ in “Private Higher Education in Georgia”

O filho mais velho de “George” tenciona ser suficientemente bem sucedido nos seus estudos para conseguir uma bolsa que lhe dê acesso a uma das instituições americanas de ensino secundário em Tbilissi.

*“Não preciso paga só estudar muito bem. Esta... paga quem mais... como se chama...
(...) Quem lá, qual preciso... paga aqui p’ra esta crianças... fonte de presidente ou
assim...São lá crianças que mais estudar muito bem.”*

Apesar da família numerosa que tem na Geórgia, depois da morte dos pais (o pai há quatro anos, a mãe há menos de um) “George” centra todos os seus projectos nos filhos e na mulher. Tencionava, quando conseguisse uma situação regular e estável em Portugal, proceder à reunificação e trazer a sua prole para estudar na Europa, onde pensa que poderiam ter melhores condições de formação que na Geórgia. Voltar para o seu país, pelo menos por agora, não é uma opção que lhe agrada, pelo contrário.

“Quando eu fazer legal ou eu fazer aqui legal, depois está mais fácil, eu fazer eles também fazer porque esta... como junta da família, este processo... pena que não há problemas, sem problemas eu sem legalização, filhos também sem problema. Fazer este processo mais ou menos um mês e não há problemas. (...) Eu não sei. Depois já posso morar lá, não posso... Esta imigração, como sabes, agora já mais ou menos 9 anos... Muito difícil depois, depois, depois morar... Sim, eu aqui sempre, quando pa quer, eu sempre morar aqui, sim. (...) Tudo bom, tudo bonito, tudo assim, assim... (...) Isto também é problema porque eu como, isto mais ou menos és como perder uma coisa porque eu quero, claro, trabalho também muito, sempre posso aqui trabalhar, aqui morar, e tudo contente, aqui filhos, eu também assim... Mas não é assim... Mas eu depois situação bem, eu não sei... Não sei.”

As dificuldades linguísticas não permitem a “George” fazer-se entender como gostaria. Do seu futuro percebe-se que quer a família por perto e que pretende dar-lhe todas as condições que estiverem ao seu alcance. Todavia, não há barreira linguística que torne menos clara a sua gratidão para com os amigos que fez em Portugal.

“Aqui eu ajuda muito Português. O Português. Aqui tem a ucranianos, russos, georgianos também. Como eu ajuda... Este é verdade! Como eu ajuda Portugueses, vizinhos tudo boas.

(...) Tem muitas. Quem visita ontem... Sábado vem meus colegas, 3 pessoas, de Português... 60kms vem aqui... Esta p'ra mim... (emociona-se) muito bom (toca com a mão no coração)."

No dia 4 de Julho, "George" foi restituído à liberdade por Mandato de libertação Judicial após completar 60 dias na Unidade. É provável que tenha permanecido em Portugal e possível é que permaneça enquanto lhe for possível. A sua desorientação quanto ao futuro é notória, o único aspecto claro para si é que quer garantir as melhores condições de vida possíveis à sua família. A definição que dá de si mesmo esclarece muito acerca do seu percurso e daquilo que o move...

"Eu? Quien eu? Quien eu... Não sei... Como eu pessoa... Como tu, como outra... Pessoa que, eu ninguém, não fazer... Nunca não fazer a outra pessoa mal, nunca... Nunca. Esta, eu já 37, 38 anos agora Julho, eu p'ra outra pessoa, ninguém, eu não posso fazer assim porque Deus vê tudo, eu tem filhos, eu quero meu filhos sempre bien, próximo, futuro bem. Eu não posso fazer outra pessoa, no posso fazer mal, não fazer mal... Eu não po... Não quero pensar mal outra pessoa, pensar. (...) Tem amigos, mulher... Ela sabe tudo... Ela vê olhos, ela sabe já o que é preciso. Esto é só amor, mais nada."

ANÁLISE DO CONTEXTO JURÍDICO/MIGRATÓRIO

GEÓRGIA

A Geórgia constitui essencialmente um país de origem de migrantes cujos principais destinos são a Federação Russa, os EUA, a Grécia, a Alemanha, a Ucrânia, a Turquia e alguns outros países da União Europeia, entre os quais estão a Áustria e a Espanha. Desde 1989 terá perdido já quase 20% da sua população para a imigração.

Os primeiros grandes fluxos migratórios do país dirigiam-se à Federação Russa, sendo constituídos principalmente por russos que se haviam instalado na Geórgia durante o período soviético. Aquando da independência, o número de georgianos a partir para a Rússia aumentou substancialmente sendo que, actualmente, cerca de 66% das remessas de dinheiro enviadas para a Geórgia provêm daquele país.⁵²⁴

Com o acumular de tensões políticas e o carácter irregular de grande parte dos fluxos migratórios que têm por destino a Federação Russa, em 2000, o governo russo impôs a

⁵²⁴ in "Migration in Georgia: a country profile 2008", p.11

necessidade de visto aos cidadãos georgianos, enquanto a maioria das outras ex-Repúblicas soviéticas continua a gozar de liberdade de circulação. Em 2006, muitos georgianos foram expulsos da Rússia sob a acusação de “violação da lei de imigração”. A acção terá sido, no entanto, uma alegada resposta à detenção de militares russos na Geórgia por alegada prática de espionagem no país. Em 2007, e devido à crescente tensão política entre os dois países, as fronteiras entre ambos foram fechadas e os georgianos, que desde o ano anterior estavam isentos do uso de visto para entrar na Turquia, passaram a fazer daquele o principal país de destino.⁵²⁵

Da capital, Tbilissi, as migrações dirigem-se essencialmente aos EUA e Europa Ocidental, onde se verifica a maioria dos pedidos de asilo por parte de georgianos. Nos últimos 10 anos, cerca de 7 mil georgianos terão recebido o estatuto de refugiado na Europa Ocidental e na América do Norte. Os conflitos nacionais provocaram cerca de 2 milhões e meio de deslocados internos que entretanto têm retornado espontaneamente às suas regiões de origem. Por resolver permanecem ainda as situações dos georgianos nas regiões secessionistas, dos habitantes das regiões secessionistas em território georgiano não disputado, do remanescente dos chechenos acolhidos na Geórgia, quer durante o conflito recente com a Rússia, quer aqueles que foram deportados durante a era estalinista,⁵²⁶ acusados de terem colaborado com os nazis.⁵²⁷

A Lei sobre o Estatuto Legal de Estrangeiros na Geórgia foi estabelecida apenas em 2006, sendo que, segundo esta, qualquer migrante que entre legalmente no território (com visto apropriado ou isento dele) pode trabalhar no país sem necessidade, sequer, de uma autorização de trabalho.⁵²⁸

Trabalho é essencialmente o que procuram os georgianos no estrangeiro. Mais de 80% dos emigrantes georgianos enviam remessas de dinheiro para casa, 71% das famílias de emigrantes são receptoras sendo este maioritariamente gasto em bens de consumo diário e cuidados de saúde.⁵²⁹ Actualmente, e desde que a diáspora georgiana passou a ser constituída de forma significativa por trabalhadores mais qualificados, existe um Ministério para as Questões da Diáspora, criado em 2008.⁵³⁰

A migração irregular no país é essencialmente motivada por questões económicas, nomeadamente “baixos níveis de rendimento e baixo nível de vida”. Os destinos preferenciais

⁵²⁵ idem, p.12

⁵²⁶ idem, ibidem

⁵²⁷ in “Atlas das Crises e dos Conflitos”, p.41

⁵²⁸ “Migration in Georgia: a country profile 2008”, p.13

⁵²⁹ idem, pp.25-26

⁵³⁰ idem, p.29

deste tipo de migração são a Rússia, a Grécia, a Alemanha e os EUA, sendo que, para a Europa, a Turquia é passagem prioritária, se bem que; boa parte dos migrantes ilegais parte também dos aeroportos de Tbilissi ou Batumi, com documentação falsa. As vias de comunicação pouco desenvolvidas do país tornam-no pouco apetecível para trânsito de outros imigrantes. Ainda assim, algumas redes de tráfico de seres humanos operam através ou a partir da Geórgia.⁵³¹

Os cidadãos da União Europeia, Suíça, Liechtenstein, Noruega, Vaticano, EUA, Canadá, Israel e Japão estão livres do uso de visto para entrar no país. Livre circulação é permitida a cidadãos de Azerbaijão, Arménia, Bielorrússia, Moldávia, Ucrânia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão. Os vistos dividem-se em apenas duas categorias - normal ou de estudante – enquanto as autorizações de residência têm um carácter universal servindo para trabalho, estudo, tratamento médico, reunificação familiar ou para “entrada a convite do governo”.⁵³²

As medidas relativas a situações de irregularidade estão previstas nos Códigos Penal e Administrativo mas a legislação específica relativa à migração está em preparação. A Lei sobre o Estatuto Legal de Estrangeiros prevê já as medidas relacionadas com a expulsão de estrangeiros e as competências associadas.⁵³³

PORTUGAL

Para a análise do contexto jurídico/migratório português, veja-se o capítulo 1 desta dissertação.

⁵³¹ *idem*, pp.31-35

⁵³² *idem*, pp.40-41

⁵³³ *idem*, p.43

Retalhos de um Mundo de Oportunidades

“Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.”⁵³⁴

As migrações globais não são um fenómeno recente. No entanto, no início deste milénio, tais movimentos adquiriram uma renovada dimensão. Os “processos de integração simbólica, económica, financeira e de mercados de trabalho, associados a desastres ambientais e humanitários” conferiram-lhe uma visibilidade sem precedentes.⁵³⁵ Contudo, a maioria da população mundial permanece sedentária e, ao contrário do que é largamente difundido pelos meios de comunicação ocidentais, os fluxos migratórios centram-se no hemisfério sul do planeta, com destaque para os continentes africano e asiático.⁵³⁶

Dos estimados 200 milhões de pessoas deslocadas no mundo, correspondentes a 2,8% da população mundial, um terço é constituído por famílias migrantes, outro terço por migrantes trabalhadores e o restante por refugiados.⁵³⁷

Às “grandes migrações europeias”, que constituíram os EUA, Canadá e Brasil como “nações de imigrantes”, em que estes eram acolhidos como cidadãos, seguiu-se o “modelo colonial” de migração que, nos anos 50, seria marcado pela independência das antigas colónias europeias e consequente “contratação temporária” de trabalhadores rumo a uma Europa industrializada. Em meados dos anos 80 surgem “novas formas de migração decorrentes dos ritmos de globalização, de fenómenos como a guerra, a opressão, o caos económico, as pressões demográficas, a pobreza e os imaginários de uma vida melhor.”⁵³⁸ Assim, novos fluxos migratórios partem da Ásia Central e Oriental, Europa de Leste, África Central e América Latina, criando uma pressão migratória sem precedentes nos países ocidentais.⁵³⁹

“Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo noutros países.”⁵⁴⁰

⁵³⁴ Artigo 3.º da “*Declaração Universal dos Direitos do Homem*”

⁵³⁵ in FERIN, Isabel e SANTOS, Clara Almeida. “*Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006*” Estudos Observatório da Imigração, 2008, p.19

⁵³⁶ idem

⁵³⁷ in CASTLES, Stephen e MILLER, Mark J. “*The age of migration*” EUA: Guilford Press, 2003

⁵³⁸ in “*Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006*”, pp.19-20

⁵³⁹ idem, p.20

⁵⁴⁰ Artigo 14.º da “*Declaração Universal dos Direitos do Homem*”

Migram sobretudo jovens, homens e, cada vez mais, mulheres, não necessariamente os mais pobres mas antes aqueles que possuem contactos com o exterior e meios suficientes para suportarem as deslocações.⁵⁴¹ A estes juntam-se os refugiados, distinguidos dos deslocados pelo facto de ultrapassarem as fronteiras do seu país. O conceito nasceu aquando do final da 2ª Guerra Mundial, altura em que milhões de Europeus se viram impedidos de regressar à sua terra natal.⁵⁴²

Hoje em dia são os denominados países em vias de desenvolvimento os que acolhem 96% dos 17,5 milhões de refugiados do planeta, frequentemente associados a motivações políticas. Estas distinguem-nos daqueles definidos como imigrantes, movidos essencialmente por motivações económicas. Esquecido é, muitas vezes, que as condições políticas são constantemente responsáveis pela deterioração das condições económicas, e que grande parte das crises de refugiados foram (e são) causadas pela descolonização e pelos conflitos entre superpotências, que marcaram o período entre a 2ª Guerra Mundial e o final da Guerra Fria, mas que continuam a ter repercussões nos dias de hoje.⁵⁴³ A verdade é que existe uma convergência entre os destinos dos “movimentos espontâneos de refugiados” e os “movimentos planeados de imigrantes”, sendo que os segundos precedem normalmente os primeiros. Estes estão invariavelmente impedidos de regressar a casa em condições de segurança, sendo-lhes, por este motivo, concedido um conjunto especial de garantias sociais no país de acolhimento.⁵⁴⁴

A decisão sobre quem é ou não admitido como refugiado “permanece intimamente ligada a interesses de política externa”, sendo as crises de refugiados, “consequência das dinâmicas políticas de formação e transformação de Estados, e da crescente interdependência global que mina a estabilidade dos mesmos”.⁵⁴⁵ O direito de asilo, “apesar de ter por finalidade proteger a pessoa humana, é ainda um direito do Estado e não do indivíduo”. E o Estado tem o direito de “admitir dentro do seu território as pessoas que julgar conveniente.”⁵⁴⁶

Pela sua “estabilidade relativa”, “carácter democrático dos seus governos”, “passado colonial, situação geopolítica e tradição em matéria de asilo”, a Europa ocidental é, desde há muito, um pólo de atracção para indivíduos que procuram protecção ou uma vida melhor,

⁵⁴¹ Idem, pp.20-21

⁵⁴² HEIN, Jeremy. “*Refugees, Immigrants and the State*”. Annual Review of Sociology. Vol. 19, 1993. pp. 43-59 Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2083380> (acedido a 27/11/2010), p.44

⁵⁴³ Idem, pp.47-48

⁵⁴⁴ Idem, p.49

⁵⁴⁵ Idem, p.55

⁵⁴⁶ Celso de Albuquerque Mello in MAGNO, Patrícia. “*Refugiado, Cidadão Universal: uma análise do direito à identidade pessoal*” In: Revista Lugar Comum. CFCHUFRJ: Brasil. Nº27: pp.185-215 Disponível em: <http://www.universidadenomade.org.br/userfiles/file/Lugar%20Comum/27/11%20Refugiado%20Cidadao%20Universal%20uma%20analise%20do%20direito%20a%20identidade%20pessoal.pdf> (acedido a: 10/03/2011), p.197

entre eles os aceites como refugiados. Durante as décadas de 50 e 60, os requerentes de asilo eram geralmente bem acolhidos no ocidente, sobretudo se provinham de países comunistas. Nos anos 70, deu-se um aumento excepcional do número de pessoas que procuravam entrar nos países europeus, devido a uma política de livre circulação de cidadãos da Comunidade Europeia, ao desmantelamento da Cortina de Ferro e do sistema comunista na Europa de Leste e ao “encolhimento” do planeta, com a mundialização das viagens e das comunicações.⁵⁴⁷

Nesta altura, o “fardo dos refugiados” começa a transferir-se da Europa para o Terceiro Mundo. Seguindo a tradição africana, em caso de conflito, os países vizinhos “abrem generosamente as portas (...) aos refugiados”, sendo que estes podem permanecer dentro das suas fronteiras até que o repatriamento seja possível. O número de refugiados aumentou de 2,5 para 8 milhões em 10 anos com as “lutas armadas, guerras civis e conflitos de toda a ordem”, que atravessavam os países libertados da tutela colonial. Face ao “drama humano e social”, os países desenvolvidos prestam assistência material. Contudo, se por um lado contribuíam para aliviar os problemas dos refugiados, as superpotências eram também directa ou indirectamente responsáveis pelas crises que os criavam: enquanto ofereciam apoio material ou logístico aos esforços internacionais para atenuá-las, apoiavam também as facções que lhes davam origem.⁵⁴⁸

Corno de África, África do Sul, Indochina, Afeganistão e América Central são áreas em que os conflitos foram internacionalizados pela intervenção de outros Estados regionais ou superpotências. Seria ainda nos anos 70 que os Estados começariam a utilizar os movimentos populacionais como “instrumentos da sua política externa”.⁵⁴⁹

Entretanto, a própria forma como os outros Estados foram lidando com o problema dos refugiados denota a influência das relações/interesses internacionais nas suas políticas. O incentivo, por parte dos países ocidentais, aos que viviam sob regimes comunistas a exercer o seu “direito de partir”, era usado como forma de “embaraçar o inimigo e de desacreditar o seu sistema político”, oferecendo às pessoas da Europa de Leste “uma imagem [por vezes] exagerada do que as esperava no mundo livre”. Os refugiados de leste foram assim utilizados como “instrumentos da política externa e de segurança pelos países de destino”, que enfatizavam os motivos humanitários da sua acção enquanto faziam as suas respostas

⁵⁴⁷ in CIERCO, Teresa. “A Política de Refugiados e a Conjuntura Internacional”. In: *Revista População e Sociedade*. CEPESE: Porto. Nº11: pp. 149-170 Disponível em: www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/revista11.pdf (acedido a: 10/03/2011), p.149

⁵⁴⁸ idem, pp.150-152

⁵⁴⁹ idem, pp.153

depende da “simpatia política, ética e ideológica para com o país de origem dos refugiados.”⁵⁵⁰

“Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país onde se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.”⁵⁵¹

O crescimento dos fluxos de refugiados é acompanhado pelo aumento da imigração que “não se dá pela flexibilização dos controles migratórios, mas pela pressão por emprego resultante das desigualdades entre as nações, reforçada pela própria globalização” que, fundada numa perspectiva neoliberalista do mundo, “abre as fronteiras à circulação de mercadorias e capitais e, simultaneamente, inibe a mobilidade humana.”⁵⁵² Os migrantes tornam-se, desta forma na “dimensão negativa do celebrado processo de globalização”, “denúncias vivas da desigualdade”, “a representação de uma encruzilhada entre a soberania dos Estados-Nação e a protecção dos direitos humanos.”⁵⁵³

O fim do crescimento pós-guerra, a crise petrolífera de 1973, a introdução de novas tecnologias de produção, a possibilidade de descentralização das empresas para países com níveis salariais mais baixos, o aumento dos níveis de desemprego nacionais e a incapacidade de os governos repatriarem os trabalhadores imigrantes concorreriam, a partir de meados dos anos 70, para que a “fase generosa da Europa para com os refugiados e imigrantes” terminasse abruptamente. A maioria dos países industrializados, sobretudo europeus, suspendeu o recrutamento de imigrantes não qualificados, introduziu leis de imigração cada vez mais restritivas, reforçou o controlo da imigração e, em alguns casos, foram concedidos incentivos ao retorno. Boa parte dos que permaneceram mantiveram-se em aglomerados periféricos e tornaram-se alvos de racismo e xenofobia por parte de grupos extremistas. Entretanto, a violência social, proporcionada pela facilidade de acesso a armas ligeiras, minas e outros instrumentos bélicos, a instabilidade política, marcada por hostilidades étnicas, tribais ou sociais, a estagnação económica, o crescimento demográfico e o desemprego crescente, acompanhados pela expansão dos meios de comunicação e transporte, que cria novas

⁵⁵⁰ idem, pp.154-155

⁵⁵¹ Artigo 13.º da “Declaração Universal dos Direitos do Homem”

⁵⁵² Carolina de Campos Melo in “Refugiado, Cidadão Universal: uma análise do direito à identidade pessoal” pp.188-189

aspirações e oportunidades, potenciariam uma pressão migratória crescente nos países mais pobres.⁵⁵⁴

Tal pressão esbarra, com efeitos proporcionalmente nocivos, no endurecimento das barreiras à imigração, o que não impede, no entanto, que estes movimentos continuem a crescer. Desta forma, indivíduos que, no passado, foram recebidos “de forma calorosa” - alguns protegidos, inclusivamente, pelo estatuto de refugiado - são agora impedidos de entrar ou mesmo classificados como imigrantes ilegais em países que, necessitando dos seus serviços ou do seu peso enquanto “armas políticas”, outrora promoveram a sua instalação no interior das suas fronteiras.⁵⁵⁵

Ultrapassada a ameaça de confronto entre as superpotências e de guerra nuclear, novas noções de segurança surgem associadas a um conjunto alargado de problemas globais: o rápido crescimento demográfico; a poluição ambiental e o esgotamento dos recursos naturais do planeta; o terrorismo internacional; o crime organizado; a produção e distribuição de drogas; a proliferação de armas ligeiras; as violações dos direitos humanos; o desemprego; a pobreza e os movimentos migratórios massivos.⁵⁵⁶

As respostas, apesar de, progressivamente se aproximarem de uma estratégia generalizada de (pelo menos aparente) cooperação (exemplo disso mesmo são os esforços da União Europeia por homogeneizar as políticas internas no que diz respeito, por exemplo, ao Direito de Asilo)⁵⁵⁷, passam, muitas vezes, por acções unilaterais com contornos de protecção que tendem a transformar a lei da migração num “bastião de soberania”.⁵⁵⁸

Nunca como nas duas últimas décadas os governos despenderam tanto dinheiro em mecanismos de controlo da imigração. No entanto, as democracias ocidentais têm visto as suas tentativas de um “controlo eficaz e eficiente” das migrações votadas ao fracasso, notando-se uma distância cada vez maior entre os objectivos políticos traçados e os resultados efectivamente atingidos. Tal fracasso traduz-se no crescimento de migrantes indesejados, independentemente de a sua situação estar regularizada ou não; falta de consenso entre países de origem e acolhimento relativamente a responsabilização e medidas a adoptar; e na

⁵⁵⁴ idem, pp.156-158

⁵⁵⁵ idem, p.160

⁵⁵⁶ idem, p.159

⁵⁵⁷ in Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. “*Em direcção a um Sistema Comum Europeu de Asilo*”. Lisboa: SEF, 2001

Disponível em: <http://www.sef.pt/documentos/56/actas-coferencia%20portugues1.pdf> (acedido a 2/06/2011)

⁵⁵⁸ DAUVERGNE, Catherine. “*Making People Illegal: Migration Laws for Global Times*” Faculty of Law, University of British Columbia, 2008

“frustração e ressentimento” entre imigrantes e nativos dos países de acolhimento.⁵⁵⁹ Além disso, a falta de canais de imigração legais tem ainda o efeito perverso de encorajar o tráfico de pessoas, uma vez que as causas para as migrações persistem independentemente das condições existentes nos países de destino.⁵⁶⁰ Tais movimentos continuarão a crescer “até que os Estados combatam as suas causas e criem mecanismos internacionais adequados para lidar com eles.”⁵⁶¹

Torna-se assim pertinente a discussão acerca de uma melhor utilização dos orçamentos destinados às políticas migratórias punitivas e coercivas se aplicadas ao desenvolvimento do comércio, investimento e assistência humanitária aos países de origem, de forma a, numa perspectiva de longo prazo, reduzir a pressão migratória no território.⁵⁶² Todavia, e apesar de algumas medidas virem a ser tomadas nesse sentido (nomeadamente no caso da cooperação entre Europa e Magreb ou a progressiva inclusão de países da Europa central nas estruturas políticas europeias)⁵⁶³, a tendência continua a ser para respostas defensivas, muitas vezes apoiadas em questões de “segurança nacional.”⁵⁶⁴

Em alguns casos, a defesa da soberania torna-se até “obsessiva”, chegando mesmo a recorrer-se à negação de factos (como no caso do 11 de Setembro, em que a opinião pública se recusa a aceitar a situação regular dos (imigrantes) perpetradores dos ataques; ou nos bombardeamentos de Londres, de 2005, em que a opinião generalizada é a de que os bombistas eram “estrangeiros”, quando na verdade eram britânicos), aliando-se, de forma incontornável, os conceitos de segurança interna, controlo da imigração e política externa.⁵⁶⁵

A base desta relação está na proliferação de uma política de medo em que a imigração é perspectivada como uma ameaça. Vista como ameaça ao bem-estar económico, à segurança e mesmo aos valores e à identidade cultural do país de acolhimento, a imigração aparece geralmente associada a preocupações com o emprego, o nível salarial, o acesso aos serviços públicos e a própria qualidade dos mesmos. Tal percepção é facilitada pela falta de divulgação do facto de os imigrantes não competirem com os cidadãos dos países de acolhimento nas mesmas áreas de trabalho, bem como da falta de informação acerca do seu contributo para o

⁵⁵⁹ MARTIN, Philip. *“Bordering on Control: combating irregular migration in North America and Europe”*. IOM Migration Research Series. OIM: USA, 2003 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/mrs_13_2003.pdf (acedido a 2/05/2011), pp. 5-6

⁵⁶⁰ idem, pp.7 e 13

⁵⁶¹ in *“A Política de Refugiados e a Conjuntura Internacional”*, p.159

⁵⁶² in *“Bordering on Control: combating irregular migration in North America and Europe.”*, p.5

⁵⁶³ in *“A Política de Refugiados e a Conjuntura Internacional”*, pp.160-163

⁵⁶⁴ in *“Making People Illegal: Migration Laws for Global Times”*

⁵⁶⁵ idem

crescimento económico dos países em que residem.⁵⁶⁶ Atendendo a que os meios de comunicação de massa constituem “as fontes de informação de referência da maioria da população”, é de notar que os *Media* constituem um importante instrumento na “formação da opinião e nas atitudes perante a compreensão da diversidade” e na “geração de atitudes da população majoritária perante os imigrantes e as minorias étnicas”, por vezes “acentuando as diferenças” em detrimento da integração e da diversidade, outras vezes “veiculando imagens, valores e modelos de uma sociedade mais inclusiva”, servindo muitas vezes os interesses políticos num ou noutro sentido.⁵⁶⁷

Os efeitos da Grande Recessão – a pior desde os anos 30 –, que actualmente se fazem sentir um pouco por todo o planeta, têm fortalecido ainda mais a tendência para a prática de políticas migratórias restritivas. O declínio do crescimento económico, acompanhado de um crescimento generalizado das taxas de desemprego tornou-se num elemento propulsor de “pânico e pressão popular” usados para justificar a imposição de restrições “desproporcionadas e indiscriminadas” à imigração. Na verdade, à falta de meios legais para a imigração, aqueles que os procuram optarão mais rapidamente por meios irregulares, encorajando o trabalho de contrabandistas e traficantes.⁵⁶⁸ A complexidade e morosidade dos processos burocráticos⁵⁶⁹, ou os custos envolvidos na renovação de documentos (superiores aos dos cidadãos nacionais que auferem, geralmente, de rendimentos superiores; e diferentes mesmo entre “categorias de migrantes”)⁵⁷⁰, podem também empurrar alguns estrangeiros para a irregularidade. Com o crescimento da concorrência relativamente a trabalho e recursos, a economia subterrânea cresce e o perigo de discriminação aumenta, lançando as bases da xenofobia, do conflito social e, em última instância, de tensões inter-estatais.⁵⁷¹

Entretanto, continua a privilegiar-se a entrada de migrantes qualificados em detrimento daqueles com menos qualificações e, normalmente, menos possibilidades económicas, exceptuando os casos em que estes se tornam elementos produtivos, mesmo que de uma economia clandestina (mesmo quando indocumentados).⁵⁷²

⁵⁶⁶ in VALA, Jorge e TORRES, Anália *“Contextos e Atitudes Sociais na Europa”* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, pp. 222-223

⁵⁶⁷ in *“Media, Migração e Minorias étnicas”*, p.24

⁵⁶⁸ in GHOSH, Bimal. *“The Global Economic Crisis and Migration: Where do we go from here?”* OIM: Suíça, 2011 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/where_do_we_go.pdf (acedido a 2/05/2011), pp.9-10

⁵⁶⁹ in MARQUES, M. Margarida. (coord.) *“Estado – Nação e migrações internacionais”* Lisboa: Livros Horizonte, 2010, p.14

⁵⁷⁰ in ROSÁRIO, Edite e SANTOS, Tiago. *“Quanto Custa Ser Imigrante?”* Estudos Observatório da Imigração Nº25. Lisboa: ACIDI. I.P., 2008

⁵⁷¹ in *“The Global Economic Crisis and Migration: Where do we go from here?”*, p.10

⁵⁷² in *“Media, Migração e Minorias étnicas”*, p.24

Um exemplo flagrante destas duas tendências é a União Europeia. Criada como aparente bastião da “integração económica global, da propagação democrática e dos mercados livres”, os recentes desenvolvimentos em termos de política migratória, designadamente com a criação da zona Schengen, vêm desenhando uma espécie de “super fronteira” que abrange toda a Europa. O Tratado de Amesterdão, de 1997, que defendia a “aproximação do estatuto dos nacionais de países terceiros ao estatuto dos nacionais dos Estados membros”,⁵⁷³ definiu, na verdade, a livre circulação europeia como exclusiva para “europeus e aqueles aí formalmente admitidos”. Ademais, o desenvolvimento de um sistema comum de asilo e a manutenção de “políticas nacionais que privilegiam migrantes ricos e qualificados face aos menos favorecidos” parecem sugerir novos limites à migração europeia.⁵⁷⁴

Numa Europa que envelhece rapidamente e com uma economia necessitada de “activos com elevadas qualificações para conseguir aproximar-se da ambicionada meta estabelecida na ‘estratégia de Lisboa’”, uma viragem na orientação das políticas europeias é premente. A preconizada política comum de imigração deverá apostar numa “integração harmoniosa nas sociedades de acolhimento” e no reconhecimento de que “as questões migratórias são parte integrante das relações externas da UE com os Estados de trânsito e de origem.”⁵⁷⁵

“Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.”⁵⁷⁶

Numa altura em que se estima que 57% da população mundial viva, de alguma forma, privada de liberdade, a incapacidade e relutância dos países democráticos (salvo raras e especiais excepções) de se imporem face à agressividade e descaso dos regimes autoritários relativamente ao respeito pelos Direitos Humanos (criados e aclamados pelo mundo ocidental) é consentânea, segundo alguns analistas, com o desrespeito pelos próprios valores que professam, na forma como vêm lidando com os problemas ligados às migrações.⁵⁷⁷

Em alguns países europeus, a detenção de imigrantes em situação irregular à espera de remoção passou de “mal necessário” a acção comum e conveniente, incluindo, em larga escala, nomeadamente no Reino Unido, requerentes de asilo cujos processos (“acelerados”) não chegam, por vezes, sequer a cumprir os trâmites legais adequados. Tal tipo de acção,

⁵⁷³ in “Estado – Nação e migrações internacionais”, p.10

⁵⁷⁴ in “Making People Illegal: Migration Laws for Global Times”

⁵⁷⁵ in “Estado – Nação e migrações internacionais”, pp. 9-10

⁵⁷⁶ Artigo 9.º da “Declaração Universal dos Direitos do Homem”

⁵⁷⁷ in Freedom House. *Freedom in the World 2011: the Authoritarian challenge to Democracy*. Disponível em: http://www.freedomhouse.org/images/File/fiw/FIW%202011%20Booklet_1_11_11.pdf (acedido a 2/06/2011), pp. 1-11

juntamente com a propensão da imprensa e o esforço dos partidos de extrema-direita por difundir informações negativas acerca da população estrangeira, concorre para a legitimação do medo e as suspeitas dos cidadãos nacionais face aos imigrantes. Em alguns países da Europa, e apesar da sobrelotação das infra-estruturas destinadas para o efeito, o número de detenções de imigrantes continua a crescer, bem como o número de deportados. Em alguns casos, questiona-se o compromisso dos Estados relativamente ao princípio de *non-refoulement*, base do Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados, de 1967, que define a não deportação para países em que os migrantes corram risco de vida. Entretanto, a detenção vai sendo progressivamente utilizada como meio de controlo fronteiriço e (aparente) reforço de soberania.⁵⁷⁸

“It is a gross injustice to deprive of his liberty for significant periods of time a person who has committed no crime and does not intend to do so. No civilized country should willingly tolerate such injustice.”⁵⁷⁹

Estimativas da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) apontam para um número de migrantes indocumentados que, na Europa, rondará os 5 a 8 milhões de pessoas. A “permanência clandestina” no país de destino destes “invisíveis aos olhos dos decisores políticos” não constitui, todavia, um crime. Tal prática é, aliás, “alimentada pela exploração de redes de imigração ilegal e de tráfico de pessoas, pela falta de informação e excessiva burocracia e pelos atrasos nos procedimentos administrativos tendentes à legitimação da permanência.”⁵⁸⁰

Na perspectiva de alguns autores, os Estados, cientes da existência de trabalhadores em situação irregular, mantêm-nos, “em suas atitudes permissivas, à margem de quaisquer direitos civis, sociais e políticos, as regularizações sendo concebidas apenas como respostas específicas a movimentos de protesto e a acções militantes.”⁵⁸¹

A detenção aparece como regra para os casos em que o cidadão estrangeiro que entre ou permaneça em situação irregular é, administrativa ou judicialmente, sentenciado a

⁵⁷⁸ in BOSWORTH, Mary. “*Foreign Nationals in Prison and Detention*”. *Prison Service Journal*, 180 (November 2008) pp.18-23 Disponível em : http://www.hmprisonservice.gov.uk/assets/documents/10004231Perrie_Lecture_Mary_Bosworth.pdf (acedido a 7/06/2011), pp.18-23

⁵⁷⁹ BINGHAM, Lord T. “The Rule of Law” Londres: Allen Lane, 2010, p.73 in Jesuit Refugee Service. “*Vulnerable Persons and Detention: Is it a crime to be a foreigner? We do not think so.*” Bruxelas: JRS, 2011

⁵⁸⁰ in AROSO, Joana Silva. “*A Detenção de Imigrantes em Situação Ilegal*”. Mestrado em Direitos Humanos - Escola de Direito da Universidade do Minho: Braga, 2009, p.3

⁵⁸¹ in HILY, Marie-Antoinette. “*As migrações contemporâneas dos Estados e dos Homens*” Seminário Cultura e Intolerância, São Paulo, 2003 Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/77.rtf> (acedido a 7/06/2011)

expulsão mas o retorno imediato não é possível.⁵⁸² A aplicação de medidas como as apresentações periódicas às autoridades competentes, a obrigação de permanência na habitação ou a colocação do expulsando num CIT justificam-se, legalmente, pelo “perigo de fuga”, invocando-se “razões de segurança” para a sua efectivação.⁵⁸³

A instalação em CIT pode ser (em Portugal) fundamentada na necessidade de garantia de cumprimento de uma decisão de expulsão, de apresentação do estrangeiro perante autoridade judicial ou por desobediência a uma decisão judicial que lhe tenha imposto apresentações periódicas. A detenção mantém-se até à concessão de visto de permanência ou de autorização de residência ou até à execução da decisão de expulsão (em Portugal nunca excedendo o máximo de dois meses; noutros países europeus, até há bem pouco tempo sem limites, tendo a Directiva do Retorno, aprovada em 2008, estabelecido um limite máximo de 6 meses para os Estados-Membros da UE)⁵⁸⁴.

Por toda a Europa e nos Estados Unidos, os locais destinados à detenção de imigrantes são comumente conotados como “instalações precárias e desumanas”. Não sendo assim em todos os casos, a verdade é que a falta da necessária regulamentação relativa ao funcionamento destes espaços não deixa de ser uma lacuna que abre espaço a especulações e fundado criticismo ao tratamento concedido ao imigrante irregular nos vários países onde a criação de CIT foi aclamada como um “grande avanço”, visto que os estrangeiros nestas circunstâncias deixam de ser colocados em estabelecimentos prisionais, “em situação de igualdade com os prisioneiros de delito comum.” Algumas organizações de apoio ao imigrante viram, contudo, nesta medida uma “forma encapotada de segregação”.⁵⁸⁵

Na verdade, enquanto um serviço prisional, mais do que segregar os criminosos, procura oferecer condições de reabilitação e reconstrução de uma vida nova e útil aos detidos, a detenção de imigrantes é puramente “instrumental”, não sendo seu objectivo o auxílio à regularização, mas antes o de tornar a expulsão mais fácil e eficaz. Neste processo, burocrático e administrativo, estabelecido em bases de direito, são esquecidos os contextos e factores que forçam estas pessoas a sair dos seus países, as desigualdades e a instabilidade que os levam a tentar uma nova vida para si e para os seus noutro lugar, e o direito que têm de aí

⁵⁸² As excepções são os “casos devidamente fundamentados” (não especificados), em que SEF opta pela notificação do estrangeiro ao abandono voluntário de território nacional, e os casos em que o cidadão apresente um pedido de asilo nas 48 horas seguintes à entrada no nosso país, situação em que aguardará a decisão em liberdade. in “*A Detenção de Imigrantes em Situação Ilegal*”, p.6

⁵⁸³ in “*A Detenção de Imigrantes em Situação Ilegal*”, pp.7-8

⁵⁸⁴ Directiva 2008/115/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro de 2008, relativa a normas e procedimentos comuns nos Estados-Membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular. in “*A Detenção de Imigrantes em Situação Ilegal*”, pp.8-9

⁵⁸⁵ in “*A Detenção de Imigrantes em Situação Ilegal*”, p.8

permanecer⁵⁸⁶, sinal claro de sociedades cujas políticas migratórias continuam a encarar as migrações como um fenómeno que pode ser “ligado e desligado (...) através de leis e políticas.”⁵⁸⁷ Estas são vistas como sociedades que se esforçam por proteger uma identidade nacional aparentemente hostil aos desafios colocados pela mobilidade e pelo multiculturalismo, enquanto afirmam defender a democracia, a liberdade e a globalização.⁵⁸⁸

“Birth in a prosperous state is the modern equivalent of feudal privilege.”⁵⁸⁹

“Nenhum ser humano é ilegal” e “toda a pessoa tem direitos” pelo simples facto de ser humana. Estas são conclusões essenciais da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo respeito constitui uma “obrigação moral para todos os membros da comunidade internacional.” Além dos 30 artigos que constituem a Declaração, existe ainda um conjunto de 7 Convenções de Direitos Humanos que definem os padrões internacionais para a sua protecção. Deste conjunto⁵⁹⁰ a única não assinada por qualquer membro da União Europeia, EUA, Canadá ou Austrália foi a Convenção sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias. Ainda assim, ao tornarem-se subscritores das restantes Convenções, todos estes Estados se comprometeram a respeitar os direitos básicos de todo e qualquer ser humano, sem aceção de qualquer tipo (salvo raras excepções), incluindo, portanto, os migrantes indocumentados.⁵⁹¹

Ainda assim, a maioria das autoridades governamentais continua a associar os imigrantes em situação de irregularidade à criminalidade, reduzindo ainda mais o nível de protecção legal pública e civil de um grupo já de si extraordinariamente vulnerável. Pelo contrário, e segundo a leitura de alguns autores, as políticas migratórias actualmente desenvolvidas nos países industrializados não só não cumprem os ideais de “equilíbrio e justiça” que deviam garantir, como ainda “contribuem directamente para a criação de situações em que os imigrantes se vêm obrigados a orquestrar a sua mobilidade, residência e emprego à margem das regulamentações oficiais.” Os imigrantes em situação de

⁵⁸⁶ in “*Foreign Nationals in Prison and Detention*”, p.23

⁵⁸⁷ CASTLES, S. “Towards a Sociology of Forced migration and Social Transformation”, 2003 in “*Vulnerable Persons and Detention: Is it a crime to be a foreigner? We do not think so.*”

⁵⁸⁸ in “*Foreign Nationals in Prison and Detention*”, p.23

⁵⁸⁹ Joseph Carens in “*Making People Illegal: Migration Laws for Global Times*”

⁵⁹⁰ Que inclui o Pacto Internacional dos direitos Civis e Políticos; dos Direitos Económicos, Civis e Sociais; sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; dos Direitos da Criança.

⁵⁹¹ in BICOCCHI, Luca e LEVOY, Michelle. *Undocumented Migrants have rights: an overview of the International Human Rights Framework*. PICUM: Bruxelas, 2007. Disponível em: http://picum.org/picum.org/uploads/file/_Undocumented_Migrants_Have_Rights.pdf (acedido a: 09/03/2011), p.7

irregularidade são, assim, vistos, não como um problema, mas como um “sintoma” de um “mal maior” causado por políticas “mal concebidas” e “inapropriadamente administradas”, que não garantem a protecção necessária dos seus direitos básicos.⁵⁹²

“É como se não existissem à face da lei. São gente sem cidadania reconhecida. Gente de lugar nenhum. Gente excluída do direito ao trabalho e sem protecção legal. Gente que vê vedado um direito à habitação ou ao acesso aos cuidados de saúde. Gente vulnerável ao tráfico humano e a negócios ilícitos. Gente que sobrevive com traumas psicológicos graves. Em suma, gente a quem não são reconhecidos direitos humanos fundamentais.”⁵⁹³

O desenraizamento inerente à condição de migrante implica, em si, uma situação de vulnerabilidade acrescida. Se a isto acrescentarmos as circunstâncias, muitas das vezes traumáticas, que levam boa parte dos deslocados a abandonar os seus países de origem, e a falta de informação comum em países cultural e socialmente muito diferentes daqueles que são os actuais países de destino preferenciais, o quadro de vulnerabilidade adensa-se. Somando a estes os (crescentes) constrangimentos legais e os “naturais” obstáculos burocráticos do actual “mundo civilizado” (que chegam a causar transtornos aos próprios nacionais dos países em questão), chegamos facilmente a um contexto propício à irregularidade. Uma vez afastados da possibilidade de uma “existência legal” dentro do país de acolhimento, a vulnerabilidade dos migrantes ascende a níveis humanamente inaceitáveis.

Apesar de todos os princípios professados pelos tratados internacionais a que boa parte dos Estados ocidentais se encontram vinculados, as situações de destituição e “privação das mais elementares condições de dignidade humana” são cada vez mais comuns entre imigrantes que procuram esses mesmos Estados com esperança de um futuro melhor. A destituição, conceito ainda não consensual, constitui⁵⁹⁴ “uma situação de falta de meios para atender às necessidades básicas, tais como alimentação, saúde ou educação, em consequência de uma política de Estado que, por um lado, exclui ou limita severamente o acesso de certos migrantes à assistência oficial, e, por outro, priva os mesmos de uma efectiva oportunidade para melhorar essa situação, o que resulta numa contínua negação da dignidade da pessoa humana.”

⁵⁹² FLYNN, Don. *Undocumented Migrants – Symptom, not the Problem*. PICUM: Bruxelas, 2007. Disponível em: http://picum.org/picum.org/uploads/publication/Undocumented_Migrants_Symptom_Not_The_Problem.pdf (acedido a: 09/03/2011), p.5

⁵⁹³ Maria Manuela Silva in “*Direitos Humanos e Destituição*”. Coleção Acompanhar, Servir, Defender. Serviço Jesuíta para os Refugiados – Portugal e Paulinas Editora, 2009, p.11

⁵⁹⁴ Na perspectiva da JRS-Europe in “*Direitos Humanos e Destituição*”, p.31

As situações de destituição apresentam duas dimensões, no que se refere a políticas públicas, ocorrendo, em alguns casos, “quando a lei e o Estado não conferem ou retiram determinados direitos” aos cidadãos migrantes, noutros, quando “apesar de estarem consagrados os direitos, na prática, os obstáculos e as dificuldades no acesso ao seu exercício são inúmeros” inviabilizando o gozo efectivo dos mesmos.⁵⁹⁵

No caso da generalidade da mão-de-obra migrante, encontramos um conjunto de características (“mobilidade, disponibilidade, fraca qualificação, deficiente informação, pouco poder reivindicativo”) que coloca os estrangeiros numa situação de particular vulnerabilidade relativamente a “práticas de exploração levadas a cabo por empregadores menos escrupulosos”, que se aproveitam do contexto económico para, por exemplo, recorrer ao trabalho não declarado, privando o trabalhador de quaisquer direitos.⁵⁹⁶ A situação agrava-se quando o migrante não possui estatuto de residente legal, vendo impossibilitado ou constringido o seu acesso ao mercado de trabalho; ou quando a sua obtenção depende desse mesmo acesso. Nestes casos, ou o migrante mergulha, efectivamente, numa situação de destituição, uma vez que não possui meios para satisfazer as suas necessidades básicas e, portanto, nem pode permanecer no país por razões directamente legais (uma vez que não cumpre um dos requisitos à permanência em território nacional: a prova de meios de subsistência), nem consegue resolver a situação de forma permanente (criar condições para ser aceite num emprego regular); ou acede a uma actividade clandestina que não lhe dá acesso à regularização nem lhe dá garantias de um tratamento digno, obrigando-o a sujeitar-se às condições oferecidas para sobreviver e, muitas vezes, para não ver cumpridas ameaças de denúncia às autoridades. Assim, a maioria da mão-de-obra imigrante acaba por se enquadrar nos sectores em que os fenómenos de trabalho irregular são mais vulgares e maiores os riscos para a sua saúde e segurança.⁵⁹⁷

No caso português, mesmo para muitos migrantes em situação regular, residentes em Portugal há muitos anos e perfeitamente integrados, o critério de necessidade de prova de “recursos estáveis e regulares suficientes para fazer face às necessidades essenciais do cidadão estrangeiro e da sua família (...) sem recurso ao sistema de solidariedade social” parece revelar-se “demasiado exigente e inadequado à realidade nacional, provocando muitas situações de injustiça”, impedindo, por exemplo, renovações de títulos de residência. Uma situação que é agudizada pela presente crise económica mundial, apesar de algumas alterações

⁵⁹⁵ “Direitos Humanos e Destituição”, p. 14

⁵⁹⁶ *idem*, p. 33

⁵⁹⁷ CARDOSO, Maria José. “O abuso por parte das entidades empregadoras: situações de exploração laboral” in “Direitos Humanos e Destituição”, p. 54

legislativas que permitem uma “interpretação mais lata da Lei”, alargando os casos excepcionais previstos a situações de desemprego involuntário, abrangendo os membros do agregado familiar. No entanto, a prova exigida “continua a ser muito rigorosa” contrariando mesmo os princípios constitucionais da “equiparação, da legalidade, do respeito pelos interesses dos cidadãos, da proporcionalidade, da justiça e da boa fé, transversais ao ordenamento jurídico português.”⁵⁹⁸

O trabalho não declarado, a que recorrem, tanto os imigrantes irregulares (para subsistir), como os regularizados (por desconhecimento da consequência de ficarem destituídos de direitos laborais), propicia situações de exploração laboral (a nível salarial, desempenho de tarefas de risco elevado ou horário de trabalho excessivo) e cria ainda dificuldades ao nível do reagrupamento familiar ou do arrendamento de habitação, dada a impossibilidade de comprovação dos meios de subsistência.⁵⁹⁹

Se, para imigrantes em situação regular, a discriminação (quer em termos de preços de rendas quer de possibilidades de arrendamento), ainda que subtil, chega a ser obstáculo à obtenção de condições dignas de habitação, para aqueles em situação de irregularidade, “para quem não existe qualquer via de acesso à habitação”, encontrar um tecto torna-se, muitas vezes, numa tarefa aparentemente impossível.⁶⁰⁰ Votados à pobreza, muitos destes migrantes tornam-se sem-abrigo, sendo alguns acolhidos por instituições devotadas a “defender direitos e garantir necessidades básicas (...) [a] cidadãos em situação de emergência.”⁶⁰¹ Entre muitos daqueles que efectivamente conseguem uma habitação, a sobrelotação acaba por ser uma realidade necessária ao cumprimento do pagamento mensal do alojamento. As condições, muitas das vezes precárias, acabam por ter efeitos nefastos para a saúde, quer dos imigrantes quer, nos casos em que se aplique, das suas famílias.

Relativamente aos cuidados de saúde, a Lei prevê o direito de acesso de todos os migrantes aos mesmos. Contudo, na prática, várias barreiras, nomeadamente a insuficiência económica, podem constituir um impedimento ao acesso efectivo a estes cuidados. A vulnerabilidade acrescida dos imigrantes neste quadrante prende-se com o facto de, além das infecções e patologias das comunidades de onde provêm – em regra bem diferentes das do país de acolhimento –, rapidamente assumirem as das sociedades “desenvolvidas” de que passam a fazer parte integrante, contraindo, com muito maior frequência que os nacionais,

⁵⁹⁸ “Direitos Humanos e Destituição”, pp.34-35

⁵⁹⁹ CARDOSO, Maria José. “O abuso por parte das entidades empregadoras: situações de exploração laboral” in “Direitos Humanos e Destituição”, p.55

⁶⁰⁰ MALHEIROS, Jorge. “As condições limitativas do acesso à habitação” in “Direitos Humanos e Destituição”, pp.85-88

⁶⁰¹ GOMES, Isabel. “Respostas de acolhimento para imigrantes sem-abrigo” in “Direitos Humanos e Destituição”, pp.92-93

doenças infecciosas.⁶⁰² Por questões culturais ou receios de discriminação, ou mesmo, no caso dos indocumentados, de denúncia e consequente expulsão do país, estes têm também muito menor propensão para proceder ao seu tratamento. A falta de informação e as barreiras administrativas são também razões para que 45% dos problemas de saúde de imigrantes irregulares na Europa não recebam qualquer tratamento, sendo que os menos acompanhados são os mais vulneráveis de entre os vulneráveis: mulheres grávidas e crianças.⁶⁰³ Em alguns dos casos, é o temor de lhes serem retirados os filhos, caso alguém descubra o seu estatuto administrativo, que leva mães a evitar a exposição a uma possível denúncia.⁶⁰⁴

Assim, e ao contrário da opinião generalizada em alguns países europeus (nomeadamente em Espanha), os indocumentados que vivem na Europa não vieram para “se aproveitar” do sistema social e médico europeu, nem sequer para procurar tratamento. A maioria foge da pobreza ou das restrições à liberdade, por razões políticas, religiosas, ou para fugir da guerra – motivos que teoricamente dão direito a asilo político -, e pretendem assegurar um futuro aos filhos, ou simplesmente garantir a sobrevivência própria e/ou da família. Para isso sujeitam-se à irregularidade, trabalham em condições particularmente difíceis e por vezes habitam em circunstâncias ainda piores. Muitos sofreram agressões, passaram por situações de tortura e de fome que em muitos dos casos se mantêm.

A maioria dos países europeus prevê o acesso aos cuidados de saúde das pessoas sem autorização de residência, mas, na maioria dos casos, sob a condição de que elas próprias possam suportar esses cuidados. Na prática, tal revela-se impossível para muitos dos visados, tendo em conta os poucos recursos financeiros de que dispõem. Alguns países (entre eles Portugal) prevêem sistemas que suportam total ou parcialmente os custos dos imigrantes documentados que não os possam pagar, outros há (como a Alemanha, Grécia, Suécia ou Suíça) em que o acesso aos cuidados de saúde é grosso modo limitado às urgências, não oferecendo possibilidade de acesso a outro tipo de cuidados. Até nos países em que o acesso é previsto para todos, “as interpretações e complexidades administrativas (...) somam-se à falta de conhecimento dos direitos e dos meios de acesso aos cuidados de saúde, tanto da parte dos pacientes como pelos profissionais de saúde.”⁶⁰⁵

⁶⁰² in “Direitos Humanos e Destituição”, p.24

⁶⁰³ in Médicos do Mundo. “O acesso aos cuidados de saúde: um direito não respeitado na Europa.” Segundo relatório do Observatório Europeu de Acesso aos cuidados de Saúde. Dossier de Imprensa MdM: Portugal, 2009 Disponível em: http://www.mdm-international.org/IMG/pdf/MdM_Press_kit_PT_-_BD.pdf (acedido a 7/03/2011)

⁶⁰⁴ Gruppo Everyone “Italy: Law 94/2009 is a serious violation of Human Rights” (17 Out 2009) Disponível em: http://www.everyonegroup.com/Everyone/MainPage/Entries/2009/10/17_Italy_Law_94_2009_is_a_serious_violation_of_Human_Rights.html (acedido a 7/06/2011)

⁶⁰⁵ in “O acesso aos cuidados de saúde: um direito não respeitado na Europa.”

A ausência de um suporte social, a ameaça latente de uma detenção e/ou o medo de uma separação familiar, as discriminações, a instabilidade e o sentimento de total falta de controlo sobre a situação, geram humilhação, baixa auto-estima, culpabilidade, frustração, insegurança, e, em última instância, tristeza e desespero profundos. A sensação de que se está numa “estrada sem saída” afecta de forma crítica o bem-estar físico e psicológico dos imigrantes irregulares ou que temem uma situação de irregularidade, numa tendência amplificada pela crise económica actual, naturalmente causadora de distúrbios psicológicos na generalidade da população. Em situação de extrema vulnerabilidade emocional, os imigrantes são pessoas que abandonaram os seus países com sonhos e a vontade inabalável de construir um futuro melhor. Sonhos e vontades que esbarram, muitas vezes, num contexto social e cultural distinto e nas situações “legal e económica com as quais se deparam no país de acolhimento.” A depressão e as tendências suicidas tornam-se comuns, assim como outros sintomas patológicos, ampliados pela solidão e a desconfiança, características típicas de uma situação de exclusão social. A ajuda é evitada: a frequência de tratamentos pode significar a perda do emprego e o agravar de uma situação já de si complicada...⁶⁰⁶

“ (...) os processos de ilegalização, que a Lei e as suas categorias operam, constroem o migrante não de modo a excluí-lo fisicamente, mas apenas socialmente, e a afastá-lo do espectro do visível. E, sobretudo, produzindo um objecto silencioso e maneável.”⁶⁰⁷

Alguns países (um exemplo é Itália) chegam a penalizar a assistência a migrantes em situação de destituição, “enfraquecendo ou mesmo anulando qualquer suporte social”, numa atitude que pode ser considerada como discriminatória. Certo é que a discriminação (incluindo a que se baseia na origem nacional) é proibida pelos principais instrumentos internacionais, constituindo uma violação de Direitos Humanos. Aliás, o artigo 12.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais assinala que “os Estados partes reconhecem o direito de todas as pessoas a gozarem do melhor estado de saúde física e mental possível de alcançar.”⁶⁰⁸

Um indivíduo que se vê impedido de satisfazer as suas necessidades básicas (alimentação, vestuário, habitação, saúde...), está, em última análise, incapacitado de se realizar enquanto ser humano e cidadão, de exercer a sua liberdade de escolha. A luta contra a

⁶⁰⁶ REBELO, Maria José. “Efeitos da destituição no bem-estar psicológico dos imigrantes” in *“Direitos Humanos e Destituição”*, pp.110-117

⁶⁰⁷ Sérgio Oliveira in *“A Detenção de Imigrantes em Situação Ilegal”*, p.9

⁶⁰⁸ in *“Direitos Humanos e Destituição”*, pp.32-33

destituição, que em última instância se pode assumir como aquilo a que comumente designamos de pobreza extrema, traduz-se, assim, numa luta pela liberdade, que é um dos direitos fundamentais assumidos pela generalidade dos países, pelo menos na esfera ocidental. Acontece que, “na generalidade das democracias, a liberdade [é] um direito negativo, ou seja, um direito que os outros não podem impedir-me de exercer, mas que, nos aspectos que transcendem os direitos civis e políticos, não garante que eu tenha as condições necessárias ao seu exercício.”⁶⁰⁹

No extremo do espectro das privações de liberdade está a detenção. No caso dos migrantes, não criminosos, segundo as normas aceites internacionalmente, a esta apenas se deveria proceder em último recurso, respeitando os direitos à “liberdade”, “segurança” e “recepção em condições humanas” dos mesmos. Contudo, e como já vimos, cada vez mais a ordem se inverte e se assiste a “privações arbitrárias de liberdade”, bem como a “punições [para alguns] ilegais” do acto de requerer asilo.⁶¹⁰

Assim, por toda a Europa (e um pouco por todo o mundo) encontramos números cada vez mais avultados de requerentes de asilo e migrantes irregulares sofrendo os impactos negativos que a detenção, comprovadamente, tem sobre pessoas que, independentemente do grau, se encontram à partida, numa situação de particular fragilidade.

Um recente estudo levado a cabo pela JRS – Europa, com o apoio da Comissão Europeia, concluiu que, independentemente das circunstâncias pessoais dos detidos, a detenção tem um efeito negativo em todas as pessoas que a ela são sujeitas. Tal estudo revelou que 78% dos detidos são requerentes de asilo, que os mesmos são os que permanecem em detenção durante períodos mais longos e que recebem menos informação acerca dos motivos da detenção e nenhuma a respeito dos procedimentos de asilo. A maioria dos detidos, independentemente do estatuto, queixa-se de falta de informação, das más condições (de higiene e privacidade) dos centros de detenção (em alguns casos provocadas pela sobrelotação) e da extrema rigidez dos horários, que os faz sentir como se estivessem “numa prisão”. Além destes factores, o isolamento provocado pelas condições físicas do espaço e pelas dificuldades de comunicação (quando a língua é desconhecida dos funcionários e restantes utentes) e a falta de contacto com o “mundo exterior”, bem como a “arbitrariedade” por vezes notada no tratamento dado pelos funcionários a uns e outros detidos, despoletam sentimentos de humilhação, falta de dignidade, desconfiança, insegurança, tristeza e revolta,

⁶⁰⁹ COSTA, Alfredo Bruto da. “Destituição: uma violação de Direitos Humanos” in *“Direitos Humanos e Destituição”*, pp. 129-130

⁶¹⁰ in *“Vulnerable Persons and Detention: Is it a crime to be a foreigner? We do not think so.”*

agravados pela impotência, sentimento de injustiça e desconhecimento da evolução da própria situação, que cria incerteza e ansiedade. Stress, insónias e depressão marcam o deteriorar da saúde física e mental dos detidos, sendo que apenas os cuidados médicos básicos são garantidos nessas instalações.

A detenção prolongada vai agravando os efeitos adversos. “A impossibilidade de estabelecer qualquer perspectiva de futuro é incapacitante”, e 79% dos detidos desconhecem quando serão postos em liberdade. Os traumas prévios à detenção, o agravamento dos problemas de saúde pré-existentes e o aparecimento de novos, e o crescimento da preocupação com familiares dependentes que ficaram no país de origem, são factores que concorrem também para um exacerbar da situação.⁶¹¹

A detenção é, geralmente, aceite como uma punição, e não como o procedimento administrativo que é suposto ser. O estudo DEVAS⁶¹² revela que “o custo humano da detenção é demasiado alto”, já que os seus “efeitos nefastos sobre as pessoas são desproporcionais à situação das mesmas, tendo em conta que elas não cometeram qualquer crime, mas estão simplesmente sujeitas a procedimentos administrativos”, defendendo ser “desnecessário deter as pessoas, tornando-as assim vulneráveis aos efeitos degradantes da detenção (...)”. Este estudo defende ainda que, não podendo ser evitada, a detenção deve ter a menor duração possível e garantir aos detidos a informação e apoio jurídico adequados, os meios de comunicação necessários, os instrumentos de capacitação convenientes, bem como uma avaliação personalizada das necessidades especiais de cada indivíduo. Aos profissionais que com eles trabalham deve ser dada a formação pertinente, para que possam “responder às necessidades dos detidos de um modo digno e humano”.⁶¹³

Em Portugal, as condições de detenção são, em geral, boas: os detidos sentem-se, de modo geral, seguros graças às interacções positivas com os profissionais destacados; a assistência médica e o apoio psicológico providenciado parecem ser suficientes; e as condições de higiene e privacidade são satisfatórias. Contudo, “nem mesmo as melhores condições de detenção podem evitar os efeitos da restrição severa do direito das pessoas se movimentarem livremente e de gerirem a sua própria vida.” A falta de informação é uma preocupação recorrente, a sua situação “habitualmente ansiosa”, os efeitos fazendo-se notar, com especial incidência, durante o período intermédio da sua detenção (a duração média dos

⁶¹¹ in “*Muros que nos separam: detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares na EU.*” Colecção Acompanhar, Servir, Defender. Serviço Jesuíta para os Refugiados – Portugal e Paulinas Editora, 2010, pp.17-29

⁶¹² Detention of Vulnerable Asylum Seekers, da responsabilidade da JRS.

⁶¹³ in “*Muros que nos separam: detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares na EU*”, pp. 30-35

períodos de detenção apontada pelo SEF – “de um dia a uma semana”⁶¹⁴ – oblivia os casos, não raros, em que o limite máximo de 60 dias é atingido e, no caso dos reincidentes, chega mesmo a ser ultrapassado).⁶¹⁵ Relativamente aos requerentes de asilo, em Portugal não está prevista a sua detenção, porém, alguns são detidos por permanência após decisão de recusa de asilo ou porque apresentaram o pedido depois da detenção⁶¹⁶ (ainda que pressuponha a repatriação, quando o pedido é baseado num receio de perseguição).

“Nenhum país se pode considerar capaz de enfrentar, sozinho, os problemas migratórios do nosso tempo. Todos somos testemunhas da carga de sofrimentos, contrariedades e aspirações que acompanham os fluxos migratórios. (...) Todo o imigrante é uma pessoa humana e, enquanto tal, possui direitos fundamentais inalienáveis que hão-de ser respeitados por todos e em qualquer situação.”⁶¹⁷

As histórias de vida reproduzidas nesta dissertação falam por si. Pouco ou nada se pode acrescentar aqueles que são os relatos, na primeira pessoa, de seres humanos que viram na imigração uma oportunidade e assistiram ao transformar de objectivos e sonhos em barreiras e dificuldades.

Todos eles, sem excepção, provêm de países recentemente marcados por episódios de guerra, instabilidade política, corrupção, dificuldades económicas. A maioria guarda ainda cicatrizes, físicas ou psicológicas (por vezes as duas) de um passado demasiado recente, que permanece no seu tom de voz, nas suas palavras, no seu olhar, na sua forma de encarar a vida e de lidar com o mundo.

A maioria abandonou o país ainda muito jovem: “Mou Mou” fugindo de um ataque aéreo, de uma guerra que perdura e continua a fazer as suas vítimas; “Jonas”, outrora fugitivo involuntário de um conflito de que não tem memória, agora evadido consciente de uma disputa a que não quer voltar; “Eko”, recrutado ainda criança para uma contenda que o perseguiria e, de certa forma, ainda o persegue; “Kate”, guardadora de segredos de um passado que se adivinha traumático, e “Joseph”, menino de bem que viu a sua vida destruída por discórdias que continuam a minar o seu país. “George” é o único para quem foram a maturidade e a família que conduziram os seus caminhos a outros mundos. Ainda assim, o seu percurso começou a desenhar-se bem cedo, aquando das alterações internas típicas das

⁶¹⁴ in “Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo”, p.63

⁶¹⁵ in “Muros que nos separam: detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares na EU”, pp. 78-79

⁶¹⁶ Idem, pp. 48-49

⁶¹⁷ in “Caridade na Verdade” Carta Encíclica do Papa Bento XVI, Lisboa: Paulinas Editora, p.62

“nações jovens” do mundo. Também ele viveu em ambiente de guerra. Neste caso, foi o único que o fez do lado daqueles que têm armas na mão.

Alguns deles encararam a partida como uma oportunidade de sobrevivência, outros como uma oportunidade para uma vida melhor. Em todo o caso, “oportunidade” foi a palavra que guiou os seus passos, tantas vezes errantes, num mundo que é de todos mas que só pertence a alguns.

Os seus motivos constituem justificações comuns para pedidos de asilo. “Mou Mou”, “Jonas” e “Joseph” chegaram a fazê-los, os resultados foram, no entanto, diferentes. “Mou Mou” viu o seu pedido ser-lhe negado por duas vezes em dois países europeus diferentes, devido às mesmas condicionantes políticas que o impedem de ter uma nacionalidade ou de voltar ao seu país. “Jonas” foi detido quando, segundo conta, procurava dirigir-se a França para aí pedir asilo. Tal acção (e os meios ilícitos utilizados) conduzi-lo-iam à detenção e ao desespero, mas o pedido realizado em Portugal acabaria por conferir-lhe o tão desejado estatuto de refugiado. “Joseph” foi acolhido como refugiado na Europa, entretanto adquiriu o direito à residência em Itália, mas as dificuldades naquele país fazem-no sonhar com novas paragens. As circunstâncias que levaram “Eko” a abandonar o seu país seriam mais que justificativas de um estatuto de refugiado. “Kate” não desvenda o suficiente para que se possa formular mais que uma hipótese mas, a confirmar-se a situação de tráfico, estaria mais que apta a, pelo menos, uma protecção especial. “George” partiu por motivos económicos, ainda assim, tivesse a sua migração ocorrido algumas décadas atrás, seria certamente recebido de braços abertos no Ocidente, quanto mais não fosse como asilado político.

Ao analisar com atenção as suas histórias e os contextos que as emolduram, é clara a percepção de que as escolhas destas pessoas não foram, na verdade, escolhas, senão imposições das circunstâncias que os rodearam. São, portanto, migrantes forçados, que não se enquadram no conceito da forma que é correntemente utilizado, mas que o são, por via das suas vivências e dos seus percursos. Tal como muitos outros, alguns deles partiram de países ditos “em desenvolvimento”, onde a pobreza é uma realidade que tem origem em factores históricos, tais como o colonialismo e a escravidão; recursos inadequados, muitas vezes impostos pelos poderes colonizadores (do passado e do presente); instituições sociais defeituosas; políticas nacionais mal concebidas; e defeitos na ordem internacional que “sustentam a pobreza absoluta e prejudicam os esforços para a reduzir”, oferecendo poucas oportunidades para a integração das populações mais pobres, encorajando governos corruptos e autoritários que “promovem ou ignoram a pobreza nos seus próprios países”, e “colocando cargas adicionais de mudanças climáticas sobre os países pobres e os seus cidadãos”.

Admitindo que um dos efeitos da globalização, “entendida como um contexto em que a soberania do espaço nacional se dilui, quer por integração em espaços mais alargados (...), quer pela mobilidade empresarial e financeira á escala verdadeiramente global”, é uma distribuição de rendimentos e recursos “globalmente injusta”, facilmente concluímos que, privados no país de origem dos recursos a que têm direito, os migrantes se deslocam, naturalmente, para os territórios onde estes existem.⁶¹⁸

São dinâmicas do passado, que se reflectem no presente e são projectados para o futuro, que estão na base daquelas que são hoje as estatísticas, as quais esquecem as vidas, colocando as migrações globais como um “problema” dos nossos dias. Mas as migrações não são o verdadeiro problema. Os problemas são antes as suas causas e a incapacidade do mundo actual e dos países ditos democráticos, grandes responsáveis por boa parte das problemáticas que afectam os países de origem dos migrantes, para lidarem com a reivindicação de direitos de outros cidadãos que não os que nasceram no seu seio. As contradições são claras, se se considerar que a reivindicação e luta por esses direitos nasceu aí mesmo, afirmando destinar-se a “toda a humanidade” e se tiver em conta que a sua “moral” se rege pelos valores que lhes estão subjacentes e as suas acções pelos princípios que defendem.

Todos os cidadãos têm uma “responsabilidade moral de reduzir a pobreza absoluta”, e só uma acção concertada nesse sentido, procurando solucionar as causas e não atenuar as consequências, poderá resolver o “problema” que é de todos mas que afecta, mais do que ninguém, aqueles que têm histórias de sacrifício e dor para contar. São seres humanos, com aspirações e sonhos, com medos e receios. Pessoas que passaram por muito e que só procuram uma **oportunidade** para “*ser alguém*”. Para alguns deles a grande aspiração é regressar a casa, e mesmo essa possibilidade lhes é negada, quer porque não são reconhecidos legalmente como pertencendo a lado algum, quer porque essa casa, pura e simplesmente, já não existe...

“Mou Mou” deseja ver a sua Palestina reconstruída, quer ser um dos motores dessa reconstrução. Acontece que, para muitos, o seu país não existe e mesmo admitindo essa possibilidade, ele não tem como provar que é ali que pertence. Sente-se bem na UHSA, é um lugar bem melhor que a rua que já conhece bem, de vários países por onde passou. O seu maior desejo é voltar para casa, foi libertado e permanecerá, em situação irregular, para onde quer que vá.

⁶¹⁸ COSTA, Alfredo Bruto da. “Destituição: uma violação de Direitos Humanos” in “Direitos Humanos e Destituição”, pp.133-134

O maior temor de “Jonas” era ter que regressar à sua Guiné-Bissau natal, da qual não guarda sequer recordações. Ao Egipto, que o acolheu, não pode voltar, porque a guerra é ainda uma realidade muito recente, mas é lá que pretende continuar a sua formação se as condições o permitirem. Pediu asilo em Portugal e conseguiu-o, depois de muita ansiedade e sofrimento por estar preso sem *“nunca ter feito crime.”* Quer *“ser um alguém”* para *“ajudar as gentes”*.

“Eko” quer contar ao mundo a sua história e acredita que um dia conseguirá, através dela, inspirar outras pessoas em sofrimento. Quer ser advogado e especializar-se em Direitos Humanos e/ou Pastor. Tal como “Mou Mou”, sente também a UHSA como um lugar de acolhimento, também ele passou pela rua, e crê que o futuro, venha o que vier, trará algo de bom. Quer voltar, um dia, à Nigéria para procurar a mãe. Agente do destino, o SEF encaminhou-o já para o seu país de origem.

“Kate” não quer, tão cedo, voltar à Nigéria. Espera que tal só aconteça quando tiver conquistado algo no mundo ocidental, nomeadamente, formar-se em Enfermagem. “Joseph” sonha poder vir a fazer a diferença no Sudão, para isso quer antes tornar-se num Pastor, e ter condições para “construir” algo no seu país, onde sonha um dia levar os filhos. Ambos ambicionam, mais que tudo, dar aos filhos condições de vida dignas que parecem difíceis de encontrar em Itália, onde residem.

“George” formou-se em Medicina Veterinária, é o único dos 6 que já conquistou algum dos seus objectivos, contudo, a instabilidade política e económica na Geórgia depressa lhe gorou os sonhos. Casou, teve filhos, e é por eles que ele e a mulher atravessaram um continente: para que possam ter, pelo menos, as condições de vida que os dois tiveram. Sonha em trazer a família para Portugal, onde acredita que os filhos poderão ter uma formação adequada e mais oportunidades de vida. Permanece em Portugal mas sem a situação regularizada. Foi, aliás, com o intuito de o fazer que se dirigiu ao SEF e acabou detido.

Além da detenção e dos passados marcados por dificuldades, todos os entrevistados têm algo em comum: uma fé inabalável que os ajuda a suportar os momentos de angústia e lhes dá ânimo para enfrentar o futuro com confiança, apesar de todas as contrariedades. “Jonas”, o mais jovem, passa por momentos de desespero; “Kate”, mãe e grávida, chega a revoltar-se com as condições em que se encontra e com a *“injustiça”* da situação a que foi votada; “George” esconde a ansiedade por trás de um sorriso nervoso, enquanto cresce a preocupação com a família que tem ao seu encargo. “Mou Mou”, “Eko” e “Joseph” lidam com a detenção com uma serenidade admirável. Apesar das diferentes formas de lidar com as circunstâncias, todos eles encontram na providência divina uma fonte de coragem e um

“sentido maior” para todas as suas vivências. Acreditam que a vida ainda terá muito a dar e a receber deles, e que a sua **oportunidade** um dia chegará. Acreditam ainda na justiça de um mundo que lhes fechou as portas e crêem que um dia alcançarão o futuro que desde sempre lhes esteve destinado. Têm receios, mas os medos ficaram para trás, agarrados às experiências que fizeram deles quem são, fortalecendo-os.

São, primeiro e acima de tudo, pessoas a quem deve ser reconhecido o direito fundamental, “inerente à própria dignidade humana”, de procurarem, “em ambientes distantes e tantas vezes adversos”, a satisfação das suas necessidades objectivas, comuns à condição humana. Em “tempos de euforia económica” são tolerados, acolhidos até com agrado, não pelo reconhecimento desse direito fundamental, mas antes pela “comodidade” dos que os recebem, sendo, ao primeiro sinal de crise, rejeitados e perseguidos como causa de todos os males, quando na maioria dos casos são pilares essenciais da economia que servem.⁶¹⁹ Muitas vezes, mesmo que “legalmente” inseridos no sistema social, os imigrantes não chegam sequer a receber os direitos que são seus, pelas contribuições que fizeram com o seu trabalho, se abandonarem o país sem cumprir os prazos mínimos (15 anos) de garantia do sistema previdencial da segurança social. Segundo alguns, uma acção “moralmente ilícita” de enriquecimento do sistema à custa da discriminação e penalização dos trabalhadores estrangeiros.⁶²⁰

“Se não existe nenhuma verdade última que guie e oriente a acção política, então os ideais e as convicções podem ser facilmente instrumentalizados para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra.”⁶²¹

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos garante, no seu Artigo 9.º, o direito à liberdade e segurança e refere que “ninguém pode ser objecto de prisão ou detenção arbitrária.” Segundo o Comité dos Direitos Humanos, para não ser arbitrária a detenção deve ser “conforme à lei”, “razoável e necessária a todos os níveis”, devendo a decisão de manutenção de um estrangeiro sob detenção ser reexaminada periodicamente e só ser mantida “enquanto o Estado puder dar uma justificação razoável para a mesma.” Para que a detenção

⁶¹⁹ SILVA, Germano Marques da. “É justo combater a Lei injusta” in “Muros que nos separam: detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares na EU”, p.108

⁶²⁰ in SILVA, Pedro Duarte. “A Protecção Social da População Imigrante”. Estudos Observatório da Imigração Nº11. Lisboa: ACIME, 2005, p.35

⁶²¹ Papa João Paulo II in “Muros que nos separam: detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares na EU”, p.121

seja legítima é exigido “risco de fuga” ou “falta de cooperação”, caso contrário pode ser considerada arbitrária⁶²²; a insuficiência de outras medidas no caso concreto; a admissibilidade e probabilidade concreta de expulsão (nem sempre existente); a ponderação de factores de vulnerabilidade.⁶²³

Os Estados têm por obrigação, inerente à adesão aos Pactos internacionais, a de ponderar a possibilidade de aplicação de medidas alternativas à detenção de estrangeiros em situação irregular. A obrigação de apresentação periódica às autoridades ou o depósito de uma caução⁶²⁴ seriam medidas certamente mais adequadas a imigrantes indocumentados do que a suspeitos de crimes graves, que representam um perigo para a sociedade, a quem tais possibilidades são, muitas vezes, concedidas. Segundo parecer do Comité dos Direitos Humanos, a detenção, a ser impreterivelmente executada, nunca deveria revestir-se de natureza punitiva.⁶²⁵ O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem defende ainda que a detenção não deve “prolongar-se de forma excessiva, já que se aplica não a autores de infracções penais, mas a estrangeiros que [por vezes] temem pela sua própria vida (...)”⁶²⁶

Apesar de recentes esforços conjuntos, da parte, quer do Parlamento quer do Conselho Europeus, para uma legislação mais adequada, quer em matéria de asilo quer de controlo da imigração⁶²⁷, a Europa, tal como resto do mundo, destino de tantos percursos, objecto de tantos projectos, têm ainda um longo caminho a percorrer, principalmente no que concerne à aplicação da teoria legislativa à prática real.

Como vimos, em países como a Nigéria, a regulamentação do fenómeno migratório é ainda um horizonte longínquo; em territórios ocupados, como a Palestina, o cumprimento da Lei constitui em si mesmo um fenómeno pouco claro; no Sudão, recentemente berço de uma nova nação, nem a própria nacionalidade é uma questão bem definida... Num mundo de tantos contrastes, esperar comportamentos padronizados de pessoas com vivências tão diferentes das nossas é não só irrealista, como se revela disfuncional e excludente.

Quantos “Mou Mou’s” apátridas, cidadãos de lado nenhum, vêm as suas possibilidades de um dia serem “cidadão legal” de algum país reduzidas a muito pouco.

⁶²² GIL, Ana Rita. “A detenção de imigrantes na jurisprudência nacional e internacional” in *“Muros que nos separam: detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares na EU”*, pp.162-163

⁶²³ FERNANDES, Plácido Conde. “A ‘livre circulação’ de direitos humanos no ‘espaço europeu de liberdade, segurança e justiça’ – Detenção de estrangeiros e requerentes de asilo” in *“Muros que nos separam: detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares na EU”*, pp.133-134

⁶²⁴ GIL, Ana Rita. “A detenção de imigrantes na jurisprudência nacional e internacional” in *“Muros que nos separam: detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares na EU”*, p.163

⁶²⁵ Idem, ibidem

⁶²⁶ Idem, p.168

⁶²⁷ DUARTE, Feliciano Barreiras. “A problemática jurídica da detenção de requerentes de asilo e imigrantes irregulares na Europa e em Portugal (eventuais alternativas à detenção)” in *“Muros que nos separam: detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares na EU”*, pp. 195-198

Quantos “Jonas” sem raízes, apenas sonhando “ser alguém”, agarrando-se às raras oportunidades da vida na esperança de “no futuro” serem felizes... Quantos “Eko’s”, marcados por traumas de guerra, se perdem em mundos obscuros e se reencontram na esperança de poder, de alguma forma, influenciar o mundo... Quantas “Kate’s”, “Joseph’s” e “George’s”, arriscam tudo para poder dar um “presente” digno às suas famílias. Lutam pelo passado que não tiveram ou pelo futuro que desejavam ter, continuam a sonhar que este mundo pode ser o deles, que as garantias de outros são ainda possibilidades para si...

Uma **oportunidade** para serem o melhor que puderem, é o que esperam de um mundo que lhes tirou tudo o que tinham de seu, excepto quem foram, quem são e quem sonham poder um dia vir a ser. Muitos, como eles, nunca terão a oportunidade de sequer fazer ouvir a sua história. A estes foi dada a possibilidade de dar voz a histórias de vida que são, pela sua natureza, exemplares e paradigmáticas. A nós foi dada a **oportunidade** de privilegiar, no estudo da situação de refugiados em situação irregular, em Portugal, a perspectiva, viva e vivida, daqueles que o sistema visa ainda enquadrar. É essencial que se olhe cada um deles, não como mais um número, mas como o ser humano e real que é. É importante conhecer as suas histórias, para que as suas vivências sejam tidas em conta e as suas motivações sejam compreendidas.

Nem sempre as circunstâncias que motivam as suas acções são tão dramáticas, mas é de notar que todos os relatos recolhidos se aproximam de alguma forma de ambientes de guerra, de tensão política, de carências económicas, que deveriam, segundo os princípios norteadores da Lei, justificar um tratamento que, no mínimo, respeite a situação de vulnerabilidade acrescida em que a maioria se vê. É importante que os casos destas pessoas, únicos e irrepetíveis, sejam encarados como tal, para que generalizações sejam evitadas e injustiças não sejam perpetradas pela própria Lei.

Para tal é necessário que uma **oportunidade** como esta, de fazer ouvir a sua voz, e, nela, a sua visão do mundo, lhes seja dada, a eles, e a todos aqueles que tiverem o privilégio de poder partilhar, de uma forma tão próxima, aquelas que são as suas vivências, as suas memórias, as suas vidas. Só assim é possível, de facto, conhecer e, através desse conhecimento, **respeitar verdadeiramente** aquela que é a essência da dignidade humana. Só o reconhecimento do outro como igual permite ao Homem olhá-lo como seu semelhante e atribuir-lhe os mesmos direitos, as mesmas capacidades, as mesmas **oportunidades**. É a falta desse olhar, e as consequências que acarreta, que cria desconfiança, medo, repulsão pelo que nos é estranho, e são esses elementos que vêm, desde sempre, tornando difícil o verdadeiro

respeito por aqueles que foram, um dia, definidos como Direitos Universais, aplicáveis a todos, em qualquer circunstância, em qualquer lugar.

“(...) His sense of duty was no less than yours, I deem.

You wonder what his name is, where he came from (...) What lies or threats led him on this long march from home; if he would rather have stayed there... in peace.”⁶²⁸

⁶²⁸ in “*The Lord of the Rings: The Two Towers*” Realização de Peter Jackson. EUA: New Line Cinema, 2002

Fontes de Informação e Bibliografia

Introdução

ATKINSON, Robert. *The life story interview*. Sage University Papers on Qualitative Research Methods, Vol. 44. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1998

POIRIER, Jean; VALLADON, Simone Clapier; RAYBAUT, Paul. *Histórias de vida: teoria e prática*. trad. João Quintela. 2ª ed. Oeiras: Celta Editora, 1999.

YOW, Valerie Raleigh. *Recording Oral History: a practical guide for social scientists*. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1994

1. Portugal: Retrato de um país *in medias res*

“A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal.” Rede Europeia das Migrações, 2008 Disponível em: <http://www.sef.pt/documentos/56/AOrgpolAsiloImiemPortugal.pdf> (acedido a: 10/03/2011)

COSTA, Paulo Manuel. “*Políticas de Imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal*” Instituto Lisboa: Piaget, 2004

“*Dirigente da CGTP critica lei de imigração*” CBL (18 Fev 2008) Disponível em: <http://www.casadobrasil.info/spip.php?article293> (acedido a 17/07/2011)

Legispédia SEF – A Lei de Estrangeiros documentada e comentada de várias formas. Disponível em: <http://sites.google.com/site/lexismigratoria/> (acedido a: 07/03/2011)

Organização Internacional das Migrações “*Unidade Habitacional de Santo António do Porto*” Lisboa. Disponível em: <http://www.imigrante.pt/site-quinta-santonio/upload/UHSAVersaoportugues.pdf> (acedido a 30/03/2011)

“*Os Acordos de Schengen*” Europa dos Resultados (19 Fev 2010) Disponível em: http://www.europadosresultados.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=138:os-acordos-de-schengen&catid=31:justica&Itemid=54 (acedido a 30/07/2011)

RAMOS, Maria da Conceição Pereira. “*L’immigration clandestine: élément structurel du phénomène migratoire et donnée permanente du système d’emploi des pays européens* » Faculdade de Economia da Universidade do Porto in Communication à la conférence de l’Association Européenne des Economistes du Travail. Madrid, 1991

“*Redução de quotas para imigrantes reforça xenofobia e manifesta incompetência do governo*” Jornal de Notícias (15 Mai 2009) Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=123360&page=2 (acedido a 17/07/2011)

SANTOS, Vanda. *O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e Imigração dos anos 90 à actualidade*. Estudos Observatório da Imigração N°8. Lisboa: ACIME, 2004

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. “*Guia do Requerente de Asilo – Portugal*” Lisboa. Disponível em: http://www.sef.pt/documentos/56/Guia_Asilo.pdf (acedido a 2/03/2011)

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. “*Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*”. Lisboa, 2011

2. Um Percurso

ABED, Mohamed. “Frota de ajuda humanitária a Gaza quer o fim do bloqueio israelense” AFP (30 Mai 2011) Disponível em: <http://noticias.r7.com/internacional/noticias/frota-de-ajuda-humanitaria-a-gaza-quer-o-fim-do-bloqueio-israelense-20110530.html> (acedido a: 10/06/2011)

“Affirmation of the Palestinian Right of Return” *Global Policy Forum* (15 Mar 2007) Disponível em: <http://globalpolicy.igc.org/security/issues/israel-palestine/return/2001/0808dclr.htm>. (acedido a: 10/06/2011)

AKRAM, Fares. “Palestinos encontram fronteira do Egito com Gaza menos aberta que o prometido” *Reuters* (3 Jun 2011) Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/nyt/palestinos+encontram+fronteira+do+egito+com+gaza+menos+aberta+que+o+prometido/n1596998586921.html> (acedido a: 10/06/2011)

Al – Awda (the Palestine right to return coalition). “Points of Unity” Disponível em: <http://www.al-awda.org/pou.html> (acedido a: 10/06/2011)

BARLETT, Eva. “Palestinian Spring brings nothing new” Inter Press Service (10 Jun 2011) Disponível em: <http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=55931> (acedido a: 10/06/2011)

BARD, Mitchell. “Israel’s Security Fence” Jewish Virtual Library (8 Jul 2010) Disponível em: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Peace/fence.html> (acedido a 10/06/2011)

BARZAK, Ibrahim. “Gazans flood Egypt after border breach” *BBC News* (28 Jun 2007) Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/7204029.stm> (acedido a: 10/06/2011)

BONIFACE, Pascal, dir. “Atlas das Relações Internacionais”. Lisboa: Plátano Editora, 2005

BONIFACE, Pascal e VÉDRINE, Hubert. “Atlas das Crises e dos Conflitos”. Lisboa: Plátano Editora, 2010

D’AMOURS, Jillian Kestler. “Settling into Humiliation” Inter Press Service (5 Jun 2011) Disponível em: <http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=55930> (acedido a: 10/06/2011)

D’AMOURS, Jillian Kestler. “Worse by the day in Jerusalem” Inter Press Service (2 Jun 2011) Disponível em: <http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=55904> (acedido a: 10/06/2011)

DEEN, Thalif. “U.S. veto could derail Palestine as new U.N. member state” Inter Press Service (1 Jun 2011) Disponível em: <http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=55887> (acedido a: 10/11/2011)

“Entenda o conflito entre Hamas e Fatah” *Globo Notícias* (15 Jun 2007) Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL52813-5602,00.html> (acedido a: 10/06/2011)

“Entrevista ao primeiro Embaixador palestino em Portugal” Antena 1 (26 Jan 2011) Disponível em: <http://ww1.rtp.pt/antena1/index.php?t=Entrevista-ao-primeiro-Embaixador-palestiniano-em-Portugal.rtp&article=2968&visual=11&tm=16&headline=13> (acedido a 10/06/2011)

FISCHBACH, Michael R. “Palestinian Refugee Compensation and Israeli Counterclaims for Jewish Property in Arab Countries”. In *Journal of Palestine Studies* Vol. 38, No. 1 (Outono 2008), pp. 6-24; University of California Press, 2008 Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/jps.2008.38.1.6> (acedido a 10/06/2011)

FRYKBERG, Mel. “‘Open’ Borders do not open Economy” Inter Press Service (24 Mai 2011) Disponível em: <http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=55756> (acedido a: 10/06/2011)

“Hamas, EU hail Egypt plan to open Rafah border”. AFP (26 Mai 2011) Disponível em: http://www.khaleejtimes.com/DisplayArticle09.asp?xfile=data/middleeast/2011/May/middleeast_May748.xml§ion=middleeast (acedido a: 10/06/2011)

Human Rights Watch. “*Razing Rafah: Mass Home Demolitions in the Gaza Strip*”. (17 Out 2004) Disponível em: <http://www.hrw.org/en/reports/2004/10/17/razing-rafah-0> (acedido a 10/06/2011)

Human Rights Council. “*Report of the United Nations Fact Finding Mission on the Gaza Conflict*” ONU (15 Set 2009) Disponível em: http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/specialsession/9/docs/UNFFMGC_Report.pdf (acedido a: 10/06/2011)

KEINON, Herb. “*EU monitors to stay away from Rafah*” The Jerusalem Post (28 Jun 2007) Disponível em: <http://fr.jpost.com/servlet/Satellite?cid=1182951031929&pagename=JPost/JPArticle/ShowFull> (acedido a: 10/06/2011)

KLOCHENDLER, Pierre. “Obama Peace Intervention sparks new disputes” Inter Press News (23 Mai 2011) Disponível em: <http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=55739> (acedido a 10/06/2011)

LAPIDOTH, Ruth. “*Do Palestinian Refugees Have a Right to Return to Israel?*” Israel Ministry of Foreign Affairs (15 Jan 2001) Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace+Process/Guide+to+the+Peace+Process/Do+Palestinian+Refugees+Have+a+Right+to+Return+to.htm> (acedido a 10/06/2011)

MCGEOWN, Kate e ASSER, Martin. “*Right of Return: Palestinian Dream?*” BBC News (18 Fev 2003) Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/in_depth/middle_east/2001/israel_and_the_palestinians/issues/1099279.stm (acedido a: 10/06/2011)

MORRISON, David. “*How the EU helps Israel to strangle Gaza*” The Electronic Intifada (14 Fev 2008) Disponível em: <http://electronicintifada.net/v2/article9303.shtml> (acedido a: 10/11/2011)

MUSTAFA, Ibraheem Abu. “*Egipto abre fronteira em Rafah com a Faixa de Gaza*” Público (22 Fev 2009) Disponível em: http://www.publico.pt/Mundo/egipto-abre-fronteira-de-rafah-com-gaza_1366251 (acedido a: 10/06/2011)

“*ONG perdem muito dinheiro devido às restrições de Israel*” Jornal de Angola (9 Jun 2011) Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/13/0/ong_perdem_muito_dinheiro_devido_as_restricoes_de_israel (acedido a: 10/06/2011)

Organização das Nações Unidas. “*Declaração Universal dos Direitos do Homem*” Paris, 1948 Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> (acedido a 10/06/2011)

OZ, Amos. “*Doves should re-examine their perch*” The Guardian (5 Jan de 2001) Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/comment/story/0,3604,417958,00.html> (acedido a 10/06/2011)

PLITNICK, Mitchell. “*Netanyahu rejects Obama proposal on pré-1967 borders*” Inter Press Service (20 Mai 2011) Disponível em: <http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=55725> (acedido a: 10/06/2011)

RADLEY, K. René. “*The Palestinian refugees: the right to return in International Law*”. The American Journal of International Law, vol. 72, no.3 (Jul 1978), pp.586-614

ROMIROWSY, Asaf. “*Defund the UNRWA*” The Washington Times (19 Mai 2008) Disponível em: <http://www.washingtontimes.com/news/2008/may/19/defund-unrwa/> (acedido a: 10/06/2011)

SALEM, Suahib. “*Centenas de Palestinos já atravessaram a fronteira para o Egipto*” Público (28 Mai 2011) Disponível em: http://www.publico.pt/Mundo/centenas-de-palestinianos-ja-atravesaram-a-fronteira-para-o-egipto_1496392 (acedido a: 10/06/2011)

SHENKER, Jack. “*Opening Rafah crossing as lifeline for Gaza poses dilemma for Egypt*” The Guardian (2 Jun 2010) Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2010/jun/02/rafah-crossing-gaza-egypt-dilemma> (acedido a: 10/06/2011)

STOROBIN, David. "Significance of Jerusalem in Islam, Judaism and Christianity" Turkish Weekly (15 Mar 2005) Disponível em: <http://www.turkishweekly.net/news/6358/significance-of-jerusalem-in-islam-judaism-and-christianity.html> (acedido a: 14/06/2011)

SULIMAN, Mohammed Rabah. "In Palestine curse anything but the land" The Electronic Intifada (1 Abr 2011) Disponível em: <http://electronicintifada.net/v2/article11892.shtml> (acedido a: 10/06/2011)

The United Nations. "Final Report of the United Nations Economic Survey Mission for the Middle East". (28 de Dezembro de 1949) Disponível em: <http://domino.un.org/pdfs/AAC256Part1.pdf> (acedido a 10/06/2011)

The United Nations. "Report of the United Nations Fact Finding Mission on the Gaza Conflict". London: United Nations Human Rights Council. (15 Set 2009) Disponível em: <http://image.guardian.co.uk/sys-files/Guardian/documents/2009/09/15/UNFFMGCReport.pdf>. (acedido a 15/06/2011)

UNRWA. "Rafah refugee camp" Disponível em: <http://www.unrwa.org/etemplate.php?id=77> (acedido a 10/06/2011)

VIDAL, Dominique. "The expulsion of the Palestinians re-examined" Le Monde Diplomatique (Dez 1997) Disponível em: <http://mondediplo.com/1997/12/palestine> (acedido a 10/06/2011)

WEINER, Justus R. "The Palestinian Refugees' "Right to Return" and the Peace Process". In Boston College International and Comparative Law Review Vol. 20, No. 2 (12 Jan 1997) Disponível em: <http://lawdigitalcommons.bc.edu/iclr/vol20/iss1/2> (acedido a 10/06/2011)

3. Uma Oportunidade

"Asmaa Mahfouz, a Woman Behind Egypt's Pro-Democracy Revolution". The Canadian Charger (5 Fev 2011) Disponível em: <http://www.thecanadiancharger.com/page.php?id=5&a=774> (acedido a 20/06/2011)

Associação Médica Internacional. "Histórico da AMI na Guiné-Bissau" Disponível em: <http://www.ami.org.pt/default.asp?id=p1p7p28p108p244&l=1> (acedido a 20/06/2011)

Banco Mundial "Educação e Aprendizagem Corânica na África Ocidental" Notas sobre SI Nº 11 (Ago 1999) Disponível em: <http://www.worldbank.org/afr/ik/pr/ikn11.pdf> (acedido a 20/06/2011)

"Behind the Guinea-Bissau conflict" BBC News (22 Out 1998) Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/198722.stm> (acedido a 15/04/2011)

Delegação da Comissão Europeia na Guiné-Bissau. "História da Guiné-Bissau" Disponível em: <http://www.guine-bissau.net/ue/pt/historia.htm> (acedido a 20/06/2011)

EL-DIN, Gamal Essam. "How Gamal brought down the whole Mubarak house" Ahram Online (15 Abr 2011) Disponível em: <http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/9988/Egypt/Politics-/How-Gamal-brought-down-the-whole-Mubarak-house.aspx> (acedido a 20/06/2011)

EL-DIN, Gamal Essam. "NDP's battle of the camel" Al-Ahram Weekly (17 - 23 Mar 2011) Disponível em: <http://weekly.ahram.org.eg/2011/1039/eg21.htm> (acedido a 20/06/2011)

"Egypt News — Revolution and Aftermath" The New York Times (11 Abr 2011) Disponível em: <http://topics.nytimes.com/top/news/international/countriesandterritories/egypt/index.html> (acedido a 15/04/2011)

Egyptian Organization for Human Rights. "Egypt and The Impact of 27 years of Emergency on Human Rights" (28 Mai 2008) Disponível em: <http://en.eohr.org/2008/05/28/%E2%80%9CEgypt-and-the-impact-of-27-years-of-emergency-on-human-rights%E2%80%9D/#more-22> (acedido a 15/04/2011)

FRIEDMAN, Thomas L. "Pay Attention" The New York Times (28 Mai 2011) Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/05/29/opinion/29friedmanOpEd.html?ref=egypt> (acedido a 21/06/2011)

"Jasmine revolution' rocks Egypt" EurActiv/Reuters (26 Jan 2011) Disponível em: <http://www.euractiv.com/en/east-mediterranean/jasmine-revolution-rocks-egypt-news-501620> (acedido a 20/06/2011)

KIRKPATRICK, David D. e SLACKMAN, Michael. "Egyptian Youths Drive the Revolts Against Mubarak" The New York Times (26 Jan 2011) Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/01/27/world/middleeast/27opposition.html> (acedido a 15/04/2011)

KOROTAYEV, Andrey V. e ZINKINA, Julia V. "Egyptian Revolution: A Demographic Structural Analysis". *Entelequia Revista Interdisciplinar* 13, 2011, pp. 139-169 Disponível em: http://cliodynamics.ru/download/Korotayev_Zinkina_Egyptian_Revolution_Entelequia_New.pdf (acedido a 20/06/2011)

"Muslim Brotherhood To Participate in 25 January Protest" Almasry Alyoum (23 Jan 2011) Disponível em: <http://www.almasryalyoum.com/en/node/303296> (acedido a 20/06/2011)

Organisation Internationale pour les Migrations. *Mauritanie: profil national 2009*. OIM: Suíça, 2009. Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/Mauritanie_Profile_2009.pdf (acedido a 2/05/2011)

"Revolutionary Blogger Asma Threatened – Activist Got Calls from NDP Party Members Ordering Her Not To Leave Home or Get Killed" Gulf News (5 Fev 2011) Disponível em: <http://gulfnews.com/news/region/egypt/revolutionary-blogger-asma-threatened-1.757171> (acedido a 20/06/2011)

SLACKMAN, Michael. "Islamist Group is Rising Force in a new Egypt" The New York Times (25 Mar 2011) Disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9E06E6DB1131F936A15750C0A9679D8B63&ref=egypt> (acedido a 15/04/2011)

SHARP, Jeremy. "Egypt: Background and U.S. Relations" Congressional Research Service, 2009 Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RL33003.pdf> (acedido a 20/06/2011)

U.S. Department of State. "Arab Republic of Egypt" Bureau of African Affairs (10 Nov 2010) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5309.htm> (acedido a 15/04/2011)

U.S. Department of State, Embassy of Egypt "Subject: Struggling to Address Police Brutality" The Guardian (28 Jan 2011) Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/us-embassy-cables-documents/187359> (acedido a 20/06/2011)

U.S. Department of State. "Human Rights Report: Egypt" Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor (11 Mar 2010) Disponível em: <http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2009/nea/136067.htm#> (acedido a 15/04/2011)

U.S. Department of State. "Islamic Republic of Mauritania" Bureau of African Affairs (4 Abr 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5467.htm> (acedido a 15/04/2011)

U.S. Department of State. "Republic of Guinea-Bissau Profile" Bureau of African Affairs (8 Mar 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5454.htm> (acedido a 15/04/2011)

WORTH, Robert F. "Egypt's Next Crisis" The New York Times (27 Mai 2011) Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/05/29/magazine/egypts-next-crisis.html> (acedido a 21/06/2011)

4. Um Sonho

ABDULLAH, Ibrahim. "Between Democracy and Terror: The Sierra Leone Civil War". Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa, 2004 Disponível em: http://books.google.com/books?id=05wYkaUGQm8C&printsec=frontcover&dq=Between+Democracy+and+Terror:+The+Sierra+Leone+Civil+War.&hl=pt-PT&ei=U9QMTumnJoGw8QOF9qnIDg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCoQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false (acedido a 15/04/2011)

BBC “*The child soldiers of Sierra Leone*” Global Crime Report Disponível em: http://www.bbc.co.uk/worldservice/programmes/global_crime_report/investigation/soldiers1.shtml (acedido a 26/06/2011)

BRENTON, Felix. “*American Colonization Society (1816-1964)*” Disponível em: <http://www.blackpast.org/?q=aah/american-colonization-society-1816-1964> (acedido a 26/06/2011)

BRISCOE, Ivan. “*Dreaming of Spain: migration and Morocco*” Open Democracy (26 Mai 2004) Disponível em: http://www.opendemocracy.net/conflict-madridprevention/article_1919.jsp (acedido a 26/06/2011)

CARDOSO, Adriana. “*Europa colhe frutos de modelo arrogante*” Rede Brasil Atual (11 Ago 2011) Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/internacional/2011/08/reino-unido-ve-repeticao-de-crise-mas-continua-sem-saber-suas-causas> (acedido a 7/09/2011)

FEDERICO, Victoria. “*The Curse of Natural Resources and Human Development*”. L-SAW: Lehigh Student Award Winners, 2007 Disponível em: <http://jsaw.lib.lehigh.edu/viewarticle.php?id=924&layout=html> (acedido a 26/06/2011)

GBERIE, Lansana. “*A Dirty War in West Africa: the RUF and the Destruction of Sierra Leone*”. Indiana UP, 2005, p.12 Disponível em: http://books.google.com/books?id=uQ2wHav3ol8C&printsec=frontcover&dq=A+Dirty+War+in+West+Africa:+the+RUF+and+the+Destruction+of+Sierra+Leone&hl=pt-PT&ei=YtEMTpymOYWg8QO8gpWnDg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCoQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false (acedido a 15/04/2011)

“*Getting there*” Looklex Algeria Disponível em: http://looklex.com/algeria/z_gettingthere.htm (acedido a 26/06/2011)

GIZ. “*Migration Legislation, Institutions and Policies in the EuroMed Region*”. EUROMED Migration (2008-2011). Bruxelas: European Commission, 2011 Disponível em: <http://www.euromed-migration.eu/sites/euromed-migration.eu/myzms/content/e1152/e16559/e16566/MigrationLegislation,InstitutionsandpoliciesintheEUROME> DregionEN_eng.pdf (acedido a 2/05/2011)

HAAS, Hein de. “*La migración irregular del África Occidental hacia el Magreb y la Unión Europea: panorama general de las tendencias recientes*”. Serie de Estudios de la OIM sobre la Migración. OIM: Suíça, 2008 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/MRS-32_SP.pdf (acedido a 2/05/2011)

International Organization for Migration. “*Laws for Legal Immigration in the 27 EU Member States*”. International Migration Law Nº 16. OIM: Suíça, 2009 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/IML_15_EN.pdf (acedido a 2/05/2011)

KUNNATH, Chandrasekharan. “*Liberia: a Country of People 'Repatriated' from 'Freedom'*” Disponível em: <http://www.articlesbase.com/politics-articles/liberia-a-country-of-people-repatriated-from-freedom-3686154.html#ixzz1QmviQsPd> (acedido a 26/06/2011)

MCKENNA, Amy. “*The History of Western Africa*”. The Rosen Publishing Group, 2011, p. 202 Disponível em: <http://books.google.com/books?id=uuRvYdibcGYC&pg=PA206&dq=history+of+sierra+leone+civil+war&hl=pt-PT#v=onepage&q=history%20of%20sierra%20leone%20civil%20war&f=false> (acedido a 15/04/2011)

MALAVIA, Miguel Ángel. “*Cuando los medios generan xenofobia...*” (7 Nov 2008)

“*Morocco Algeria border to open shortly*” Morocco Board (3 Jan 2011) Disponível em: <http://www.moroccoboard.com/news/34-news-release/5123-morocco-algeria-border-to-open-shortly> (acedido a 26/06/2011)

NOVOTNÝ, Daniel et al. “*Algeria Morocco: Border Closure Hinders Security and Economy*” Morocco Board (18 Abr 2011) Disponível em: <http://www.moroccoboard.com/news/5192-algeria-morocco-border-closure-hinders-security-and-economy> (acedido a 26/06/2011)

“Open that border” *The Economist* (27 Mai 2010) Disponível em: <http://www.economist.com/node/16219845> (acedido a 26/06/2011)

“Paying the price: The Sierra Leone peace process”. Conciliation Resources (Set 2000) Disponível em: <http://www.c-r.org/our-work/accord/sierra-leone/chronology.php> (acedido a 26/06/2011)

PHAM, John-Peter. “Child soldiers, adult interests: the global dimensions of the Sierra Leonean tragedy”. Nova Publishers, 2005., pp. 33–35. Disponível em: <http://books.google.com/books?id=ZnPFKpwoIkIC&pg=PA32&dq=sierra+leone+independence+1961&hl=pt-PT#v=onepage&q=sierra%20leone%20independence%201961&f=false> (acedido a 26/06/2011)

RACELMA, Kaci. “Morocco-Algeria border: the tug of war continues” *Afrik News* (23 Fev 2009) Disponível em: <http://www.afrik-news.com/article15340.html> (acedido a 26/06/2011)

RAMOS, Maria da Conceição Pereira. “L’immigration clandestine: élément structurel du phénomène migratoire et donnée permanente du système d’emploi des pays européens » Faculdade de Economia da Universidade do Porto in Communication à la conférence de l’Association Européenne des Economistes du Travail. Madrid, 1991

ROMAN, Mar. “Former Child Soldiers Seek Redemption” Associated Press (19 Abr 2007) Disponível em: www.essex.ac.uk/armedcon/story_id/000462. (acedido a 26/06/2011)

“Truth and Reconciliation Commission” in Child Soldiers Global Report 2008 Disponível em: <http://www.childsoldiersglobalreport.org/content/sierra-leone> (acedido a 26/06/2011)

United Nations Organization. “Report on the Nutrition Situation of Refugee and Displaced Populations” Refugee Nutrition Information System (RNIS), No. 29 (20 Dez 1999) Disponível em: <http://www.unsystem.org/scn/archives/rnis29/begin.htm#Contents> (acedido a 26/06/2011)

U.S. Department of State. “Republic of Liberia Profile” Bureau of African Affairs (8 Mar 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/6618.htm> (acedido a 15/04/2011)

U.S. Department of State. “Republic of Sierra Leone Profile” Bureau of African Affairs (8 Mar 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5475.htm> (acedido a 15/04/2011)

WESSELS, Mike. “Child Soldiers” Bulletin of the Atomic Scientists, Chicago (Nov/Dez 1997) Disponível em: http://pangaea.org/street_children/africa/armies.htm (acedido a 26/06/2011)

5. Dois Caminhos, Um Destino

ADÉYANJÚ, Charles. “Hegemony and Transnational Practices of Nigerian Yorùbás in Toronto” in Ann Genova and Toyin Falola (eds.), *Yoruba Identity and Power Politics*, Rochester: University of Rochester Press, 2006 Disponível em: http://www.africamigration.com/archive_02/c_adeyanju.htm (acedido a 6/07/2011)

“Apartheid in italian schools” Wordpress (21 Out 2008) Disponível em: <http://dorigo.wordpress.com/2008/10/21/apartheid-in-italian-schools/> (acedido a 7/06/2011)

BONIFACE, Pascal dir. *Atlas das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Editora, 2005

BONIFACE, Pascal e VÉDRINE, Hubert. *Atlas das Crises e dos Conflitos*. Lisboa: Plátano Editora, 2010

CARLING, Jørgen. *Migration, Human Smuggling and Trafficking from Nigeria to Europe*. IOM Migration Research Series. OIM: Suíça, 2006 Disponível em: <http://publications.iom.int/bookstore/free/MRS23.pdf> (acedido a 2/05/2011)

CHAMBERS, Brooke. “Guidelines no Nigerian Immigration Laws and Practices” (13 Out 2009) Disponível em: <http://www.hg.org/article.asp?id=7344> (acedido a 15/07/2011)

DOMKE, D. Michelle. “ICE Case Studies; Case Number: 3; Case Identifier: Sudan; Case Name: Civil War in the Sudan: Resources or Religion?” Inventory of Conflict and Environment (Nov 1997) Disponível em: <http://www.american.edu/ted/ice/sudan.htm> (acedido a 30/05/2011)

FATUNDE, Tunde. “Nigeria: British universities scout for rich students” University World News (22 Jun 2008) Disponível em: www.universityworldnews.com/article.php?story=20080620090701726 (acedido a 8/07/2011)

“França e Itália defendem revisão do Tratado de Schengen” Euronews (26 Abr 2011) Disponível em: <http://pt.euronews.net/2011/04/26/franca-e-italia-defendem-revisao-do-tratado-de-schengen/> (acedido a 7/09/2011)

“França, Itália e Alemanha ameaçam o Acordo de Schengen” The Week (30 Abr 2011) Disponível em: <http://www.beinternacional.eu/pt/the-week/1640-franca-italia-e-alemanha-ameacam-o-acordo-de-schengen> (acedido a 7/09/2011)

HAAS, Hein de. “La migración irregular del África Occidental hacia el Magreb y la Unión Europea: panorama general de las tendencias recientes”. Serie de Estudios de la OIM sobre la Migración. OIM: Suíça, 2008 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/MRS-32_SP.pdf (acedido a 2/05/2011)

“Hundreds Killed in Attacks in Eastern Chad — U.N. Agency Says Sudanese Militia Destroyed Villages” Associated Press (14 Jan 2011) Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/04/10/AR2007041001775.html> (acedido a 7/07/2011)

IKE, Chinazo. “Nigerian Students in Canada can be Granted work three years work permit” Vanguard (4 Dez 2008) Disponível em: <http://allafrica.com/stories/20081204465.html> (acedido a 7/06/2011)

International Organization for Migration. “Laws for Legal Immigration in the 27 EU Member States”. International Migration Law Nº 16. OIM: Suíça, 2009 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/IML_15_EN.pdf (acedido a 2/05/2011)

International Organization for Migration. *Migration in Nigeria: a country profile 2009*. IOM: Suíça, 2009 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/Nigeria_Profile_2009.pdf (acedido a 2/05/2011)

“Itália estabelece cota de 30% de estrangeiros nas salas de aula” Portal Geledés Racismo e Preconceito (11 Jan 2010) Disponível em: <http://aprendiz.uol.com.br/content/clislebreh.mmp> (acedido a 7/06/2011)

KEPEL, Gilles. “Jihad: The trail of political Islam” I.B. Tauris: UK, 2002, pp. 180-181 Disponível em: <http://books.google.com/books?id=OLvTNk75hUoC&printsec=frontcover&dq=jihad+kepel&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false> (acedido a 7/07/2011)

MARTELL, Peter. “Sporting Dreams for World’s Newest Nation” AFP (7 Jul 2011) Disponível em: <http://www.modernghana.com/news/338306/1/sporting-dreams-for-worlds-newest-nation.html> (acedido a 7/07/2011)

MBERU, Blessing U. “Nigeria: Multiple forms of mobility in Africa’s demographic giant” African Population and Health Research Center Roland Pongou, Brown University (Jun 2010) Disponível em: <http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?ID=788> (acedido a 30/05/2011)

MONTESQUIOU, Alfred. “AUF Ineffective, Complain Refugees in Darfur” The Washington Post (16 Out 2006) Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/10/15/AR2006101500655.html> (acedido a 7/07/2011)

MOORE- HARELL, Alice. “Slave trade in the Sudan in the nineteenth century and its suppression in the years 1877-80” Middle Eastern Studies Vol. 34, No. 2, (1 Abr 1998) , pp. 113-128. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/i390621> (acedido a 30/05/2011)

“Muros que nos separam: detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares na EU.” Coleção Acompanhar, Servir, Defender. Serviço Jesuíta para os Refugiados – Portugal e Paulinas Editora, 2010

Organização Internacional para as Migrações. “Breaking the Cycle of Vulnerability: Responding to the health needs of trafficked women in East and Southern Africa” IOM: Pretoria, 2006 Disponível em: http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/books/Breaking_the_Cycle2.pdf (acedido a 30/05/2011)

OWRAM, Doug. *"The international student and the Canadian university: part 1"* University Affairs (8 Mar 2010) Disponível em: <http://www.universityaffairs.ca/international-student-and-the-canadian-university.aspx> (acedido a 8/07/2011)

"Perseguição: Itália quer limitar números de crianças imigrantes em salas de aula" Portal Causa operária (28 Mar 2009) Disponível em: http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=13232 (acedido a 7/06/2011)

POGIOLI, Sylvia. *"Immigrants Forced to Margins of Italian Society"* NPR (13 Jan 2009) Disponível em: <http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=99255579> (acedido a 7/06/2011)

POWELL, Robert. *"Info as Aid: Sudan and South Sudan"* (Fev 2011) Disponível em: <http://www.infoasaid.org/sites/infoasaid.org/files/Sudan%20media%20and%20telecoms%20landscape%20guide%2015.04.11.pdf> (acedido a 6/07/2011)

RAMOS, Maria da Conceição Pereira. *"L'immigration clandestine: élément structurel du phénomène migratoire et donnée permanente du système d'emploi des pays européens"* Faculdade de Economia da Universidade do Porto in Communication à la conférence de l'Association Européenne des Economistes du Travail. Madrid, 1991

"Schengen: países não poderão fechar fronteiras unilateralmente" Diário de Notícias (6 Set 2011) Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1978055&seccao=Europa (acedido a 7/09/2011)

"South Sudan Could Join UN Shortly after independence" VOA News (6 Jul 2011) Disponível em: www.voanews.com/.../South-Sudan-Could-Join-UN-Shortly-After-Independence-125066164.html (acedido a 6/07/2011)

STEIN, Ginny. *"Southern Sudan on shaky road to separation"* ABC News (6 Jul 2011) Disponível em: <http://www.abc.net.au/worldtoday/content/2011/s3262423.htm> (acedido a 7/07/2011)

THOMAS, George. *"Italy's brewing anti-immigrant climate"* CBN News (12 Jan 2010) Disponível em: <http://www.cbn.com/cbnnews/newsextra/2009/May/Italys-Brewing-Anti-Immigrant-Climate/> (acedido a 7/06/2011)

U.S. Department of State. *"Federal Republic of Nigeria Profile"* Bureau of African Affairs (20 Jun 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2836.htm> (acedido a 15/04/2011)

U.S. Department of State. *"Republic of the Sudan Profile"* Bureau of African Affairs (8 Abr 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5424.htm> (acedido a 15/04/2011)

WALKER, Peter. *"Profile: Omar al-Bashir"* *The Guardian* (14 Jul 2008). Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2008/jul/14/sudan.warcrimes3> (acedido a 6/07/2011)

6. Um Futuro

ANTIDZE, Margarita. *"Georgia blows up Soviet memorial, two people killed"* Reuters (19 Dez 2009) Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2009/12/19/us-georgia-monument-idUSTRE5BI1KW20091219> (acedido a 10/07/2011)

BERRY, Lynn. *"Georgia Leader: Country on Right Track"* Fox News (7 Jan 2008) Disponível em: <http://www.foxnews.com/wires/2008Jan07/0,4670,GeorgiaPresidentialElection,00.html> (acedido a 10/07/2011)

BONIFACE, Pascal dir. *"Atlas das Relações Internacionais"*. Lisboa: Plátano Editora, 2005

BONIFACE, Pascal e VÉDRINE, Hubert. *Atlas das Crises e dos Conflitos*. Lisboa: Plátano Editora, 2010, p.33

DENBER, Rachel. *"Glad to be Deceived: the International Community and Chechnya"* UNHCR Disponível em: <http://www.unhcr.org/refworld/pdfid/402ba65c4.pdf> (acedido a 10/07/2011)

EGOZI, Arie. *"War in Georgia: the Israeli connection"* Israel News (8 Out 2008) Disponível em: <http://www.ynews.com/articles/0,7340,L-3580136,00.html> (acedido a 13/07/2011)

GIZ. *Migration Legislation, Institutions and Policies in the EuroMed Region*. EUROMED Migration (2008-2011). European Commission: Bruxelas, 2011 Disponível em: http://www.euromed-migration.eu/sites/euromed-migration.eu/myzms/content/e1152/e16559/e16566/MigrationLegislation,InstitutionsandpoliciesintheEUROME DregionEN_eng.pdf (acedido a 2/05/2011)

Human Rights Watch “*Russia. The Ingush-Ossetian conflict in the Prigorodnyi region*” (Mai 1996) Disponível em: <http://www.hrw.org/legacy/reports/1996/Russia.htm> (acedido a 10/07/2011)

International Organization for Migration. *Migration in Georgia: a country profile 2008*. IOM: Suíça, 2008 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/Georgia_Profile2008.pdf (acedido a 2/05/2011)

“*Ivane Javakhishvili Tbilisi State University*” Disponível em: <http://www.tsu.edu.ge/en/> (acedido a 13/07/2011)

KARON, Tony. “*What Israel lost in the Georgia War*” TIME (21 Ago 2008) Disponível em: <http://www.time.com/time/world/article/0,8599,00.html#ixzz1Rz2Ke8sU> (acedido a 13/07/2011)

Ministry of Foreign Affairs of Georgia. “*Georgia's way to NATO*” (27 Mai 2010) Disponível em: http://www.mfa.gov.ge/index.php?sec_id=89&lang_id=ENG (acedido a 13/07/2011)

Ministry of Foreign Affairs of Georgia. “*Relations between Georgia and the State of Israel*” Disponível em: http://www.mfa.gov.ge/index.php?sec_id=309&lang_id=ENG (acedido a 10/07/2011)

OR, Meital Yasur-Beit. “*17 Georgians wounded in Caucasus war to be treated in Israel*” Israel News (09 Mar 2008) Disponível em: <http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3591396,00.html> (acedido a 13/07/2011)

PAVLOV, Nikolai. “*Russia sends forces into Georgian rebel conflict*” Reuters (8 Ago 2008) Disponível em: <http://www.reuters.com/article/worldNews/idUSL768040420080808> (acedido a 10/07/2011)

RIBEIRO, Avelino e SOARES, Olívia. “*Caminhos da História*” Porto: Edições ASA, 2005

ROBSON, Seth. “*U.S. training a dual mission for Georgians*” Stars and Stripes (7 Mar 2011) Disponível em: <http://www.stripes.com/news/u-s-training-a-dual-mission-for-georgians-1.136920> (acedido a 10/07/2011)

“*Schengen Visa Application*” The Schengen Office Disponível em: http://www.theschengenoffice.com/expained/schengen_visa.html (acedido a 14/07/2011)

SHACHTMAN, Noah. “*How Israel Trained and Equipped Georgia's Army*” (19 Ago 2008) Disponível em: <http://www.wired/dangerroom/2008/08/did-israel-trai/> (acedido a 13/07/2011)

SHARVASHIDZE, George. “*Private Higher Education in Georgia*” International Institute for Educational Planning: Paris, 2005 Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001405/140561e.pdf> (acedido a 25/05/2011)

TILLAWI, Hesham. “*Georgia: Israel's home sweet home*” Current Issues (16 Ago 2008) Disponível em: <http://heshamtillawi.wordpress.com/2008/08/16/georgia-israel%E2%80%99s-home-sweet-home/> (acedido a 13/07/2011)

U.S. Department of State. “*Georgia Profile*” Bureau of European and Eurasian Affairs (28 Jan 2011) Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5253.htm> (acedido a 15/04/2011)

7. Retalhos de um Mundo de Oportunidades

AROSO, Joana Silva. “*A Detenção de Imigrantes em Situação Ilegal*”. Mestrado em Direitos Humanos - Escola de Direito da Universidade do Minho: Braga, 2009

BIOCOCCHI, Luca e LEVOY, Michelle. *Undocumented Migrants have rights: an overview of the International Human Rights Framework*. PICUM: Bruxelas, 2007. Disponível em: http://picum.org/picum.org/uploads/file/_Undocumented_Migrants_Have_Rights.pdf (acedido a: 09/03/2011)

BOSWORTH, Mary. “*Foreign Nationals in Prison and Detention*.” *Prison Service Journal*, 180 (November 2008) pp.18-23 Disponível em : http://www.hmprisonservice.gov.uk/assets/documents/10004231Perrie_Lecture_Mary_Bosworth.pdf (acedido a 7/06/2011)

CASTLES, Stephen e MILLER, Mark J. “*The age of migration*” EUA: Guilford Press, 2003

CIERCO, Teresa. “*A Política de Refugiados e a Conjuntura Internacional*”. In: *Revista População e Sociedade*. CEPESE: Porto. Nº11: pp. 149-170 Disponível em: www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/revista11.pdf (acedido a: 10/03/2011)

DAUVERGNE, Catherine. “*Making People Illegal: Migration Laws for Global Times*” Faculty of Law, University of British Columbia, 2008

“*Direitos Humanos e Destituição*”. Coleção Acompanhar, Servir, Defender. Serviço Jesuíta para os Refugiados – Portugal e Paulinas Editora, 2009

FERIN, Isabel e SANTOS, Clara Almeida. “*Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006*” Estudos Observatório da Imigração, 2008

FLYNN, Don. *Undocumented Migrants – Symptom, not the Problem*. PICUM: Bruxelas, 2007. Disponível em: http://picum.org/picum.org/uploads/publication/Undocumented_Migrants_Symptom_Not_The_Problem.pdf (acedido a: 09/03/2011)

Freedom House. *Freedom in the World 2011: the Authoritarian challenge to Democracy*. Disponível em: http://www.freedomhouse.org/images/File/fiw/FIW%202011%20Booklet_1_11_11.pdf (acedido a 2/06/2011)

GHOSH, Bimal. “*The Global Economic Crisis and Migration: Where do we go from here?*” OIM: Suíça, 2011 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/where_do_we_go.pdf (acedido a 2/05/2011)

Gruppo Everyone “*Italy: Law 94/2009 is a serious violation of Human Rights*” (17 Out 2009) Disponível em: http://www.evryonegroup.com/Everyone/MainPage/Entries/2009/10/17_Italy_Law_94_2009_is_a_serious_violation_of_Human_Rights.html (acedido a 7/06/2011)

HEIN, Jeremy. “*Refugees, Immigrants and the State*”. *Annual Review of Sociology*. Vol. 19, 1993. pp. 43-59 Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2083380> (acedido a 27/11/2010)

HILY, Marie-Antoinette. “*As migrações contemporâneas dos Estados e dos Homens*” Seminário Cultura e Intolerância, São Paulo, 2003 Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/77.rtf> (acedido a 7/06/2011)

Jesuit Refugee Service. “*Vulnerable Persons and Detention: Is it a crime to be a foreigner? We do not think so.*” Bruxelas: JRS, 2011

MAGNO, Patrícia. “*Refugiado, Cidadão Universal: uma análise do direito à identidade pessoal*” In: *Revista Lugar Comum*. CFCHUFRJ: Brasil. Nº27: pp.185-215 Disponível em: <http://www.universidadenomade.org.br/userfiles/file/Lugar%20Comum/27/11%20Refugiado%20Cidadao%20Universal%20uma%20analise%20do%20direito%20a%20identidade%20pessoal.pdf> (acedido a: 10/03/2011)

MARQUES, M. Margarida. (coord.) “*Estado – Nação e migrações internacionais*” Lisboa: Livros Horizonte, 2010

MARTIN, Philip. “*Bordering on Control: combating irregular migration in North America and Europe*”. IOM Migration Research Series. OIM: EUA, 2003 Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/mrs_13_2003.pdf (acedido a 2/05/2011)

Médicos do Mundo. “O acesso aos cuidados de saúde: um direito não respeitado na Europa.” Segundo relatório do Observatório Europeu de Acesso aos cuidados de Saúde. Dossier de Imprensa MdM: Portugal, 2009 Disponível em: http://www.mdm-international.org/IMG/pdf/MdM_Press_kit_PT_-_BD.pdf (acedido a 7/03/2011)

“Muros que nos separam: detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares na EU.” Coleção Acompanhar, Servir, Defender. Serviço Jesuíta para os Refugiados – Portugal e Paulinas Editora, 2010

Organização das Nações Unidas. “Declaração Universal dos Direitos do Homem” Paris, 1948 Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> (acedido a 10/06/2011)

ROSÁRIO, Edite e SANTOS, Tiago. “Quanto Custa Ser Imigrante?” Estudos Observatório da Imigração Nº25. Lisboa: ACIDI. I.P, 2008

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. “Em direcção a um Sistema Comum Europeu de Asilo”. Lisboa: SEF, 2001 Disponível em: <http://www.sef.pt/documentos/56/actas-coferencia%20portugues1.pdf> (acedido a 2/06/2011)

SILVA, Pedro Duarte. “A Protecção Social da População Imigrante”. Estudos Observatório da Imigração Nº11. Lisboa: ACIME, 2005

VALA, Jorge e TORRES, Anália. (orgs.) “Contextos e Atitudes Sociais na Europa” Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007

Fontes Orais

“Mou Mou” (28 de Março de 2011), entrevista gravada

“Jonas” (19 e 20 de Abril de 2011), entrevista gravada

“Eko” (29 de Abril de 2011), entrevista gravada

“Kate” (5 de Maio de 2011), entrevista gravada

“Joseph” (6 de Maio de 2011), entrevista gravada

“George” (23 de Maio de 2011), entrevista gravada